MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



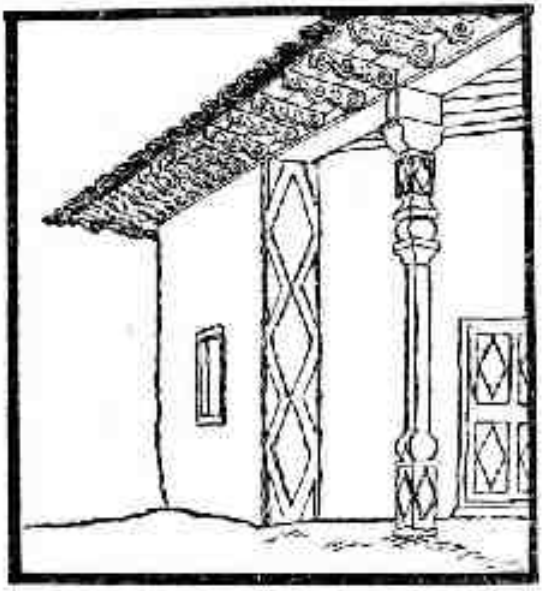
8

RIO DE JANEIRO — 1944

942/47
1
A-19
P
709.81
R454
ex.2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



8

RIO DE JANEIRO — 1944



Pintura na Igreja da Ordem 3.ª de N. S. do Carmo, Rio de Janeiro, representando Cristo em casa de Simão.
Segundo estampa do "Het Nieuwe Verbondt", edição de 1648.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SUMÁRIO

		Págs.
Modelos Europeus na Pintura Colonial	*Manuel Lago*	7
Aspectos da Amazônia no Sexto Decênio do Século XVIII	*Arthur Cezar Ferreira Reis*	61
A Habitação dos Paulistas	*Carl Neuenschwander*	70
O Parque da Praça da República, Antigo da Luz	*Nirvania Santos*	202
A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis	*Lourenço Luiz Lacombe*	216
Aldeia dos Reis Magos	*Serafim Leite, S. I.*	169
Notas sôbre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século	*Luiz Saia*	211
A Casa de São Francisco em Mariana	*Cônego Raymundo Trindade*	276
Lucas Padeiro na Arte Tradicional Brasileira	*Dom Clemente Maria da Silva Nigra, O. S. B.*	323

MODELOS EUROPEUS NA PINTURA COLONIAL

E' fora de dúvida que grande número de pintores nacionais se utilizou de modelos da arte européia. Daí o caráter eclético da pintura colonial, vista em conjunto, e daí também o caráter heterogêneo que se nota freqüentemente nas obras de um mesmo artista. Como os modelos europeus — principalmente gravuras — eram de autores e estilos diferentes, só os artistas nacionais de maior talento conseguiram dar a suas obras um caráter de unidade estilística e um cunho todo pessoal. Apresentando, a seguir, alguns exemplos de pintores coloniais, cujas obras são cópias de obras européias, teremos ocasião de documentar a nossa afirmação.

O título dêste artigo já indica que não deve o leitor esperar encontrar aqui um estudo sistemático e completo de tôdas as pinturas do Brasil colonial. Com êste trabalho, oferecemos apenas uma espécie de enumeração de determinadas obras coloniais, cujos modelos europeus conseguimos identificar.

Começaremos pelo "caso" mais interessante, o de Manuel da Costa Ataíde, um dos maiores representantes da arte colonial mineira.

Vários especialistas do assunto, como os Srs. Salomão de Vasconcelos e Luís Jardim (1), já afirmaram que Manuel da Costa Ataíde, para a execução de algumas das suas obras, se inspirou, indubitàvelmente, em gravuras européias. Êste fato ficou comprovado pelos estudos do Sr. Luís Jardim a propósito da obra do Ataíde na Igreja Matriz de Santo Antônio, em Santa Bárbara. (2)

(1) Cf. Salomão de Vasconcelos: "Ataíde Pintor mineiro do século XVIII". Livraria Editôra Paulo Bluhm, Belo Horizonte, 1911, pág. 36. Luís Jardim: "A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas", em "Revista do S. P. H. A. N.", n.º 3, 1939, pág. 66.

(2) *Op. cit.* pág. 87.

As obras do Ataíde, de inspiração européia, podemos agora acrescentar seis painéis da sua autoria. As seis pinturas em aprêço se encontram na capela-mor da igreja de S. Francisco de Assis, em Ouro Prêto, e foram executadas, segundo documentos encontrados, entre 1803 e 1804.

Estes painéis representam as seguintes cenas:

1) A promessa de Abraão (fig. 1);
2) Restituição de Sara a Abraão (fig. 2);
3) Os anjos anunciam a Abraão o nascimento de um filho (fig. 3);
4) Abraão oferece hospitalidade aos anjos (fig. 4);
5) O sacrifício de Isaac (fig. 5);
6) A morte de Abraão (fig. 6).

Podemos apontar exatamente os modelos em que Manuel da Costa Ataíde se inspirou, ou melhor, que êle copiou. Trata-se de seis gravuras contidas em uma edição ilustrada da Bíblia, assim intitulada: *Histoire Sacrée de la Providence et de La Conduite De Dieu Sur les Hommes Depuis le commencement du Monde Jusqu'aux Temps prédits dans l'Apocalypse, Tirée De l'Ancien et du Nouveau Testament, Représentée En cinq cent Tableaux Gravez d'après Raphael et autres grands maîtres et Expliquée Par les paroles même de l'Ecriture en Latin et en François, 3 Volumes in 4to Dédiée à La Reyne Par Demarne Architecte et Graveur Ord.re de Sa Majesté. A Paris chez l'Auteur rue du Jour, entrant par la rue de la Harpe, au Heaume, quartier de Sorbonne. Il fournira les mêmes 500 planches sur telle grandeur de papier que l'on souhaittera* (figuras 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª). Um exemplar desta obra, datado de 1728, atualmente conservado na Biblioteca Nacional, pertenceu à Real Biblioteca. Indicamos êste livro como tendo servido de modêlo a Ataíde, pelas seguintes razões:

Duas das cenas da capela-mor de S. Francisco de Assis de Ouro Prêto — "A promessa de Abraão" e "Os anjos na casa de Abraão" — são cópias executadas segundo a famosa "Bíblia" de Rafael, na segunda loja do Vaticano. (3) A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

(3) Sôbre os estudos e pinturas, os cartões de execução das obras da segunda loja do Vaticano, etc., v. A. Rosenberg, "Rafael Des Meisters Gemälde." 1923, pág. 175 — 201 e pág. 219, onde também se encontra uma pequena bibliografia referente à suposta cópia "et bibl". Vejam-se igualmente: W. E. Suida, "Raphael" Phaidon Edition - London, 1941, pág. 20.

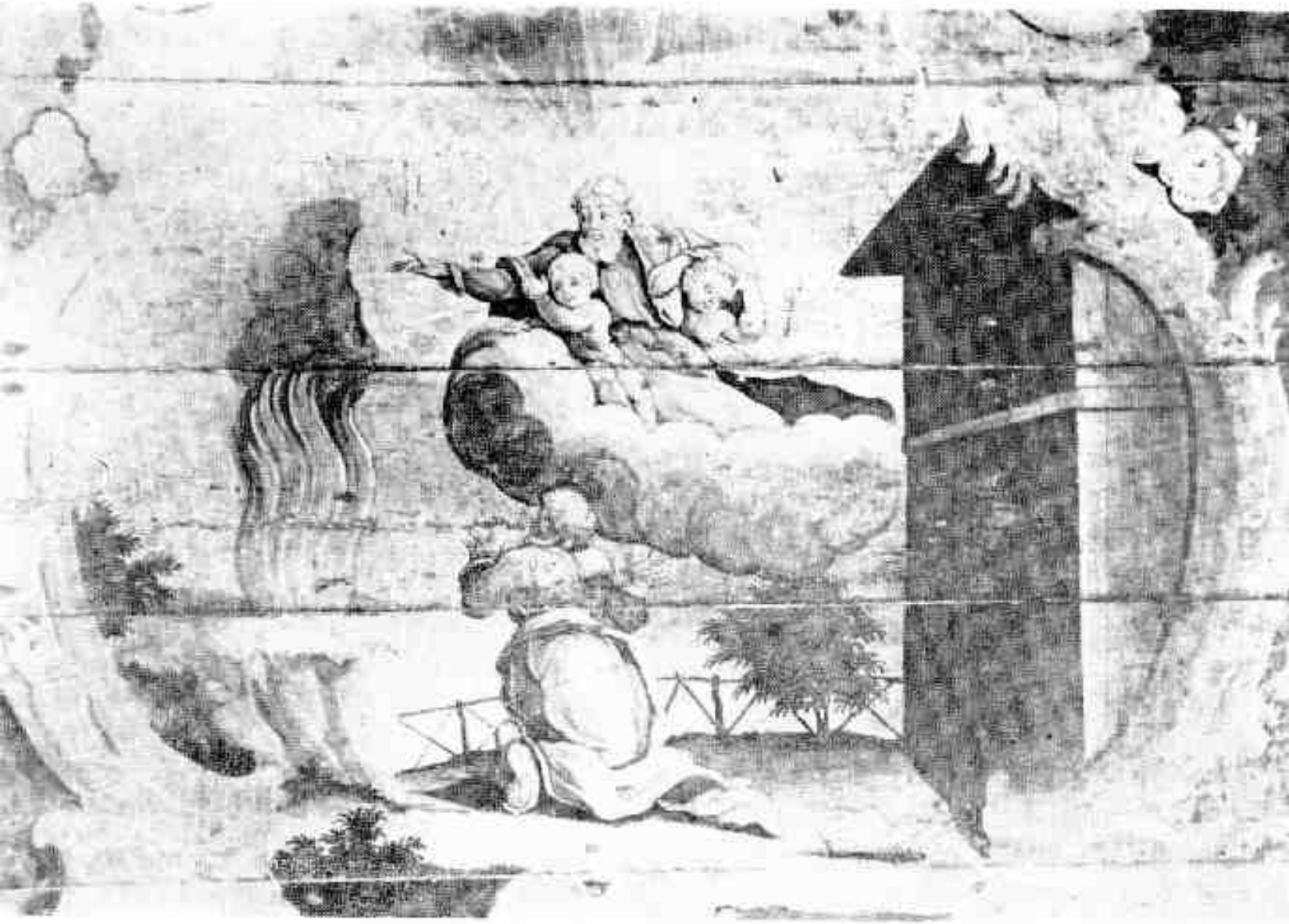


Fig 1 — *Mural de Cristo Morto* — *Ex mosteiro de Batalha. Igreja de S. Francisco de Assis (capela-mor). Ouro Preto. Minas Gerais.*

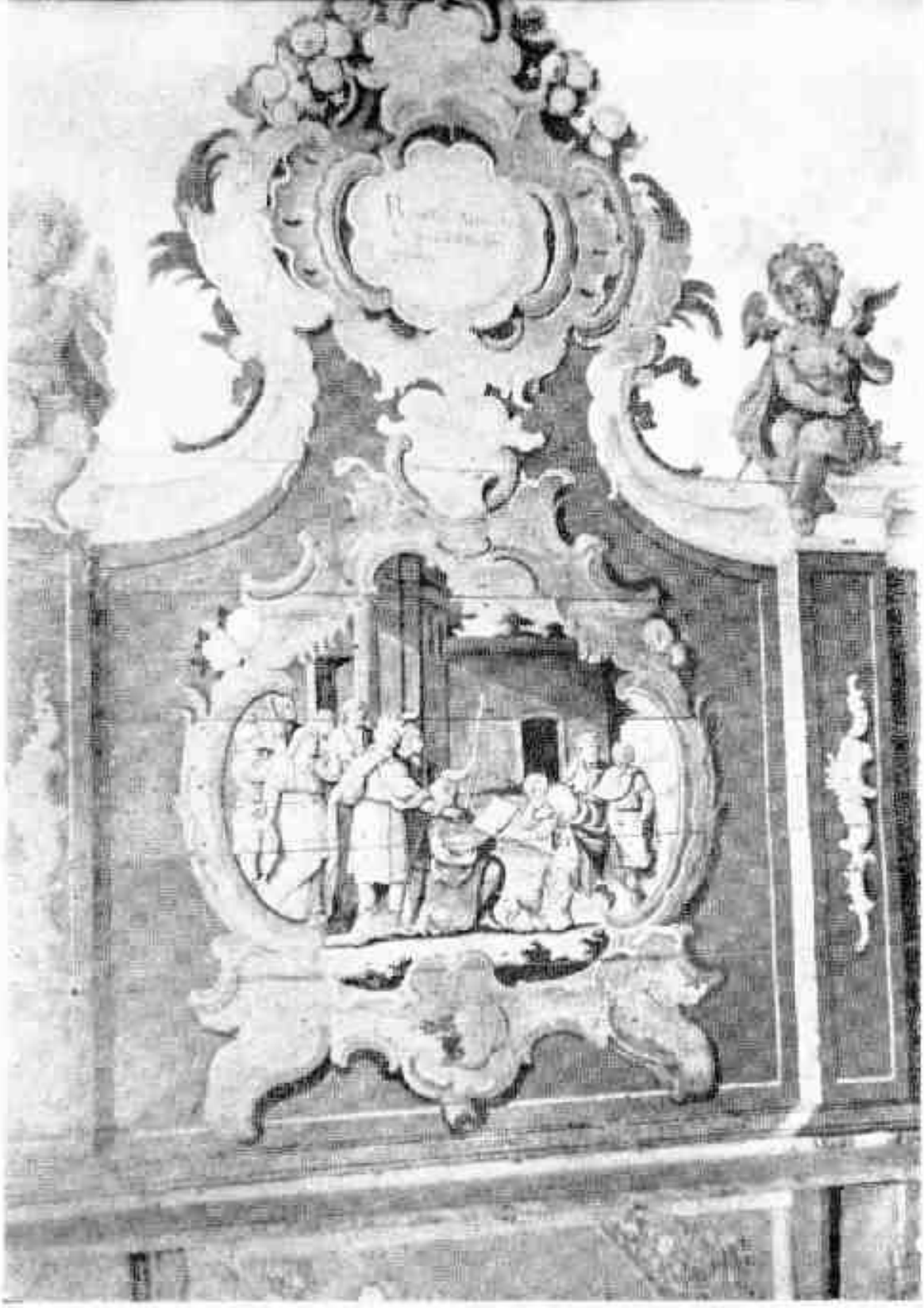




Fig. 1-V — Dufresne — *A pensosa de Anadia*



Fig. 2-A — Domenico — *Rattabigio de Sara a Abram*



Fig. 3 — Manuel da Costa Ataíde — *O anjo anunciando a Pedro a ressurreição de Jesus*. Igreja de S. Francisco de Assis (capela-mor), Ouro Preto, Minas Gerais.

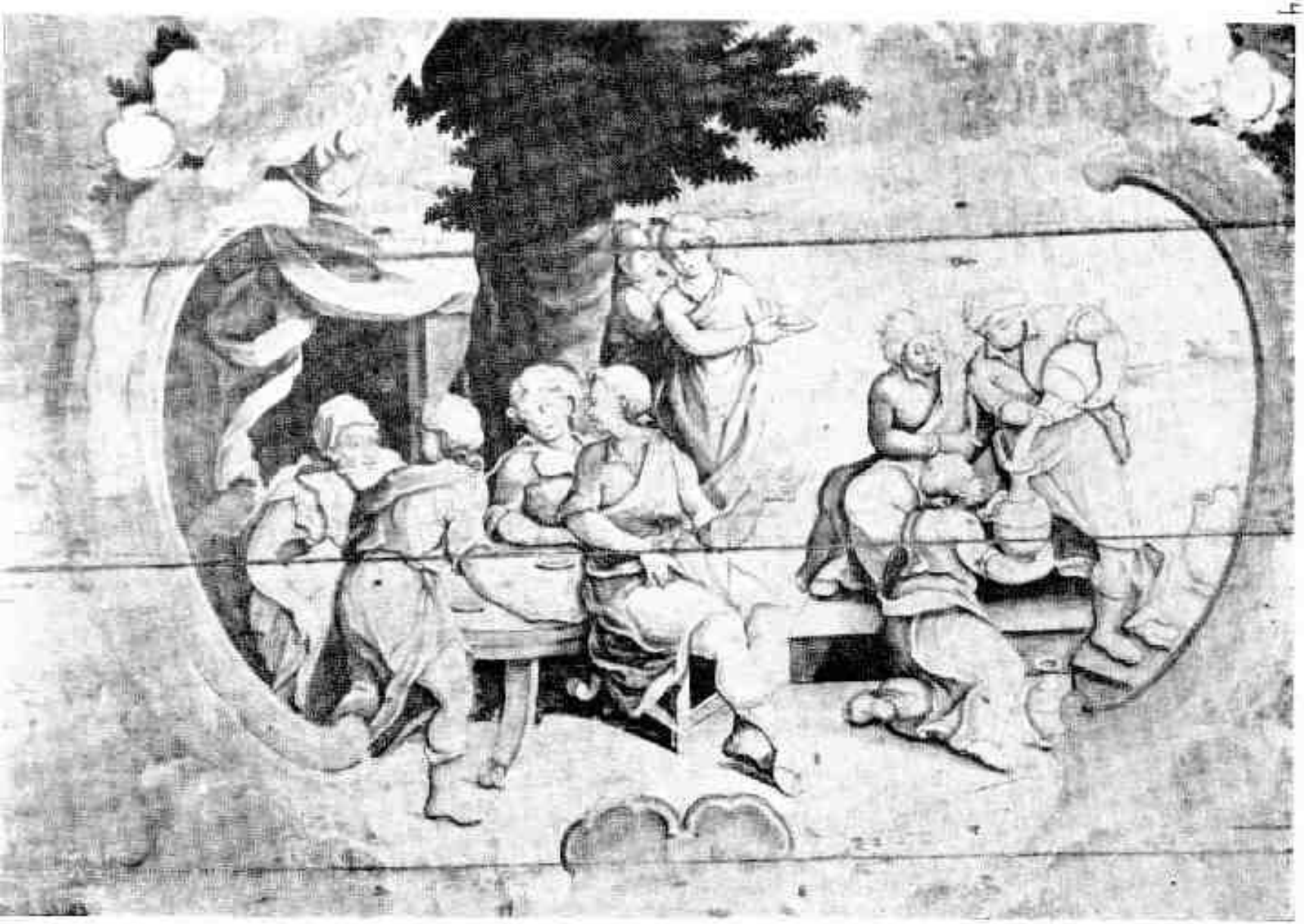


Fig. 4 — Manuel da Costa Ataíde — *Banquete oferecido hospitalidade aos anjos*. Igreja de S. Francisco de Assis (capela-mor), Ouro Prêto, Minas Gerais



Fig. 7-A — Domenichino — *Orazio amministra a Rodolfo il sacramento della Cresima*



Fig. 25. — Descente. — *Dessin espèce facultative ou vierge.*



Fig. 7 — Manoel da Costa Ataíde — *O sacrifício de Abraão*. Igreja de S. Francisco de Assis (capela-mor), Ouro Prêto, Minas Gerais.



Fig. 6 — Manuel da Costa Ataíde — *Convite de Absalão*. Igreja de S. Francisco de Assis, capela-mor, Ouro Prêto, Minas Gerais



Fig. 5 A. — Diogène. (D'après Jordaens.)

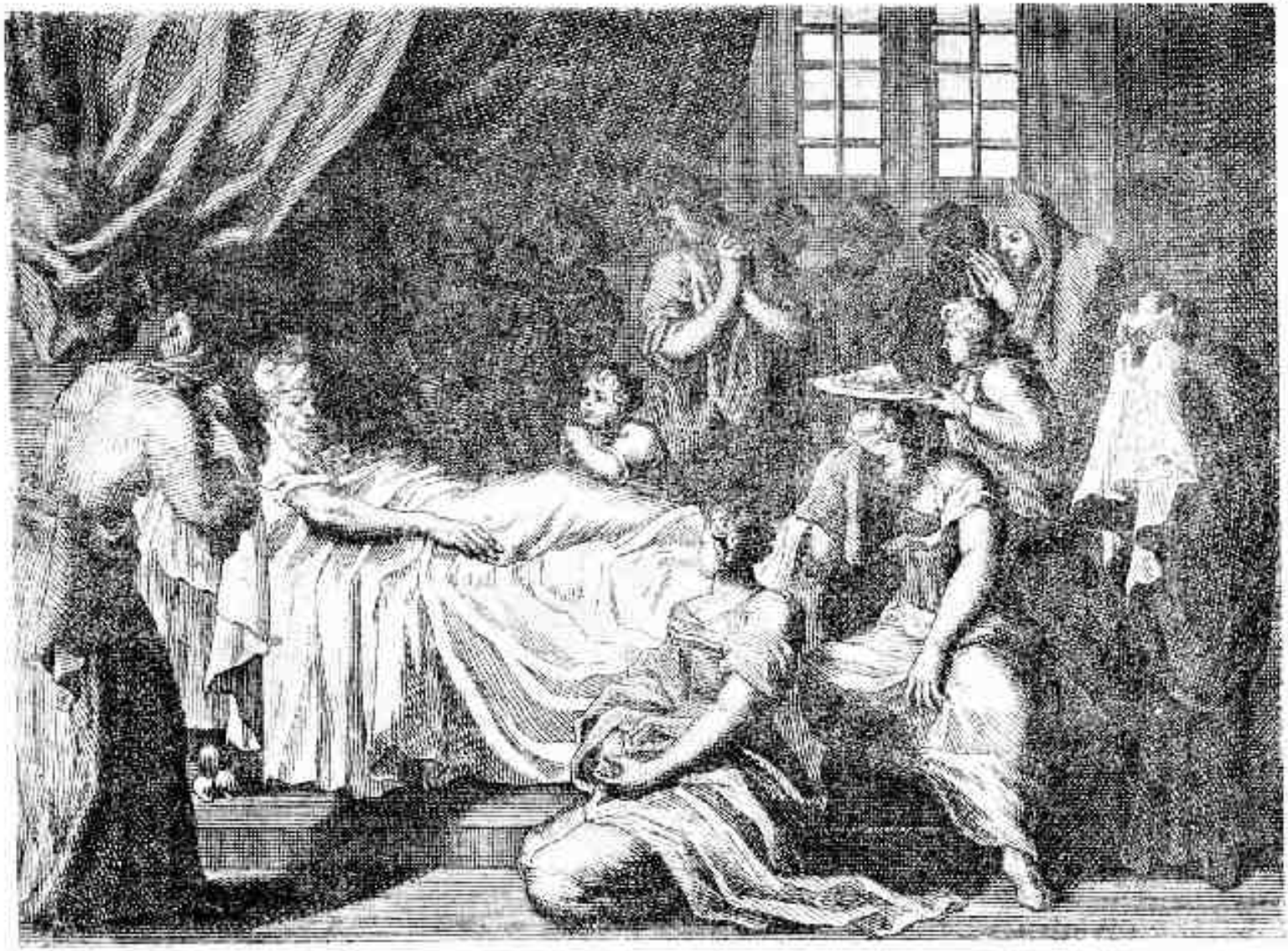


Fig. 6-A — Desmoras — *A morte de Abraão*

possui, pelo menos, quatro séries completas de gravuras executadas segundo esta obra do "atelier" de Rafael, concluída em 1519, e que tantas vêzes foi reproduzida pelos gravadores, durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

Mas, é pouco provável que o artista mineiro fôsse procurar essas duas cenas de Rafael em um livro, e as quatro restantes, de autores diferentes, em outro, um vez que a obra citada de Demarne lhe oferecia seguidamente *tôdas as cenas* por êle reproduzidas na capelamor de S. Francisco de Ouro Prêto. (4)

Passemos a confrontar as estampas com as pinturas do artista mineiro. Note-se que Manuel da Costa Ataíde, em tôdas estas pinturas, observou fielmente o modêlo das gravuras no que concerne à composição geral, à distribuição das luzes e sombras, à posição das figuras e à indumentária. Observe-se, também, que o pintor mineiro, em tôdas essas obras, simplificou os planos de fundo (paisagem ou arquitetura) em comparação com os das gravuras e que, quase sempre, aproveitou das estampas apenas os grupos principais do tema representado, eliminando figuras ou cenas não diretamente ligadas ao assunto principal. A nosso ver, esta redução das cenas a seus grupos principais foi motivada pelas dimensões do espaço de que dispunha o mestre de Ouro Prêto. As cenas "Abraão oferece hospitalidade aos anjos" e "Restituição de Sara a Abraão" constituem exemplos típicos de como Manuel da Costa Ataíde procedeu nessas reduções. Não tratou de transformar a composição de Demarne. Pelo contrário: conservou cuidadosamente todos os pormenores das estampas, limitando-se a deixar simplesmente de lado os grupos que não lhe interessavam. E' curioso verificar que mesmo mutilando, por assim dizer, a composição original do gravador, Ataíde não introduz senão modificações insignificantes na composição dos grupos que êle aproveita. E nem por isto as suas pinturas deixam de aparecer como composições artisticamente completas. Esta circunstância, de resto, é menos um índice da capacidade artística do Ataíde do que um sinal do pouco valor das estampas, pois em nenhuma obra-prima

(4) As cenas se encontram respectivamente nas gravuras n.º 58, 39, 40, 41, 46 e 56 da obra de Demarne.

seria possível modificar a composição sem destruir a obra ou, pelo menos, alterar profundamente o seu caráter.

Indicaremos mais adiante algumas ligeiras diferenças que existem entre os modelos e as pinturas do Ataíde. Antes, porém, desejamos chamar a atenção para o fato de que o artista mineiro consagra um carinho especial a todos os pormenores pitorescos ou anedóticos, encontrados nos modelos e suscetíveis de dar às cenas um caráter mais íntimo e mais diretamente familiar. Assim é que êle reproduz fielmente, por exemplo, na cena da restituição de Sara, o cachorrinho; na cena da refeição dos anjos, o prato fumegante trazido pelo criado, os vasos de vidro, os pratos na mesa, o copo na mão do médico, a forma característica do pé da mesa, etc. Na sua ânsia de dar um aspecto convincente e humano às cenas sagradas, chega a inventar pormenores pitorescos, que não se encontram em Demarne, como, entre outros, o da escarradeira por baixo da cama de Abraão.

Aludimos a êsse apêgo de Ataíde aos pormenores, por nos parecer uma característica geral da arte dêsse pintor. Torna-se interessante apreciar, sob êste ângulo, as demais obras de sua autoria.

Passemos agora a indicar as diferenças que se observam entre os modelos e as pinturas do artista de Minas. Como já dissemos, estas diferenças são pequenas e, salvo em dois casos, não parecem intencionais, explicando-se naturalmente pelo fato de se tratar de cópias, com a transposição de uma técnica de pintura (gravura) para outra (óleo mural), e tendo-se em vista a alteração das dimensões.

As cenas que acusam diferenças mais notáveis, não explicáveis pelas razões que acabamos de indicar, são as seguintes: "Os anjos anunciam a Abraão o nascimento de um filho" e "A morte de Abraão".

A primeira, cópia de Rafael, além da simplificação habitual do fundo, distingue-se pela modificação na atitude do anjo colocado ao centro. Ao passo que a gravura-modêlo apresenta êsse anjo de perfil, olhando para o Patriarca, Ataíde volta a cabeça do mensageiro de modo que êle se vira para um dos companheiros celestes. O artista pensou, talvez, que a cena ficasse assim mais animada, ou quis acentuar mais a parte central do quadro, como parece indicar, igualmente, a árvore disposta sôbre a colina, ao fundo. Ataíde obedeceu,

assim, provàvelmente, à seguinte idéia, aliás acertada: tendo eliminado as curvas das montanhas que, no original de Rafael e na gravura de Demarne, acompanham o contôrno dos três anjos, era preciso substituir êsse elemento da composição por outro. Daí a árvore sôbre a montanha, e daí, também, a modificação na posição da cabeça do anjo. Em resumo: em vez da fusão harmoniosa das figuras com a paisagem, Ataíde procura destacar mais os anjos.

Na cena "A morte de Abraão", a modificação concerne igualmente à composição geral. Na gravura de Demarne, o primeiro plano à esquerda mostra uma daquelas grandes figuras, vistas de costas, que são conhecidas sob o nome de figuras "repoussoires", e que os artistas barrocos tantas vêzes utilizavam em suas composições. Como essa figura teria ficado muito próxima e seria muito semelhante, em suas linhas curvas, à moldura em que Ataíde enquadrou as suas pinturas, o artista mineiro resolveu do seguinte modo o problema: ao lado da mulher em pranto, figurou uma porta retangular, que lhe oferecia um contraste eficaz com a moldura curva. Assim fazendo, recuou tôda a cena um pouco mais para o fundo, e nos sugeriu a impressão de que estamos olhando para o quarto de Abraão, ao passo que, na gravura de Demarne, o espectador julga estar *dentro* do quarto. Por êsse meio, Ataíde reduz, também, o tamanho da figura feminina, sem embargo de conservar, nos demais pormenores, os traços do modêlo: posição, indumentária, gestos.

As ligeiras diferenças nas cenas restantes são, repetimos, mínimas. Notar-se-á, por exemplo, que em "A promessa de Abraão", o pintor mineiro modificou um pouco o rosto e os cabelos da figura de Deus, bem como os rostos e os cabelos das figuras de anjos, que sustentam os braços do Criador. (5)

A obra de Demarne serviu de modêlo não apenas ao Mestre Ataíde, mas, também, àqueles artistas desconhecidos (provàvelmente portuguêses) que executaram os azulejos da Capela da Jaqueira, no

(5) No mesmo livro ilustrado de Demarne, vol. 3, estampa 111, encontra-se a reprodução de uma "Coroação de Cristo", que pertence à série de representações da Paixão, existentes na sacristia da Matriz de Conceição, em Minas Gerais. Sabe-se, por documentos, que Manuel da Costa Ataíde executou, para aquela sacristia, seis telas da Paixão. Não podemos decidir se esta "Coroação", cópia minuciosa de Demarne, é ou não é obra autêntica de Ataíde, porque só a conhecemos através de uma pequena fotografia.

Recife. Trata-se de seis cenas da história de José no Egito (figuras 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª, 11.ª, 12.ª), e que são cópias das seguintes estampas de Demarne: figuras 7, 8, 9, 10, 11, 12. (6)

Ao contrário do que aconteceu com as cópias do Ataíde, onde os fundos aparecem simplificados, os executantes dos azulejos por vêzes ampliaram e enriqueceram os fundos das cenas, tal como em "José e a mulher de Putifar". Como, nos demais pormenores, os azulejos reproduzem exatamente as gravuras de Demarne, não precisamos demorar-nos no confronto dêsses originais com as cópias.

Passemos agora a um outro antigo livro de devoção, que inspirou pelo menos dois artistas mineiros, e de que, também, há um exemplar nas coleções da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Referimo-nos à *"Historiae celebriores veteris testamenti iconibus representatae et ad excitandas bonas meditationes selectis epigrammatibus exornatae in lucem datae* à Christophoro Weigelio. Noribergae 1712". Esta bíblia, com o seu texto em latim e alemão, forneceu modelos para quatro pinturas, em Minas Gerais. "Adão e Eva no Paraíso" e "Adão e Eva expulsos do Paraíso", obras atribuídas a Antônio Rodrigues, na igreja matriz de Cachoeira do Campo, foram extraídas das estampas n.ºs 1 e 2 desta obra (figuras 13, 13a, 14, 14a). "Caim e Abel" e "Abraão oferece hospitalidade aos anjos", pinturas atribuídas a João Nepomuceno Correia e Castro e existentes no Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo, são imitadas das gravuras 3 e 10 da mesma obra (figuras 15, 15a, 16, 16a). Estas quatro obras, sem possuir grande valor artístico, nos interessam particularmente por duas razões.

A primeira se refere à tese que sustentámos no comêço dêste trabalho, a saber: sòmente artistas nacionais de real talento conseguiram transformar os modelos copiados, mesmo quando medíocres, em algo de pessoal e em obras que tenham unidade de estilo. O mais ligeiro confronto das cópias realizadas pelo Ataíde com as executadas pelos artistas de Congonhas e de Cachoeira do Campo basta para justificar esta afirmação. Tanto os modelos que serviram ao Ataíde

(6) Estampas n.ºs 74, 75, 79, 81, 83 e 84.



Fig. 7 — Descartes. *Traité de la formation du Fœtus*

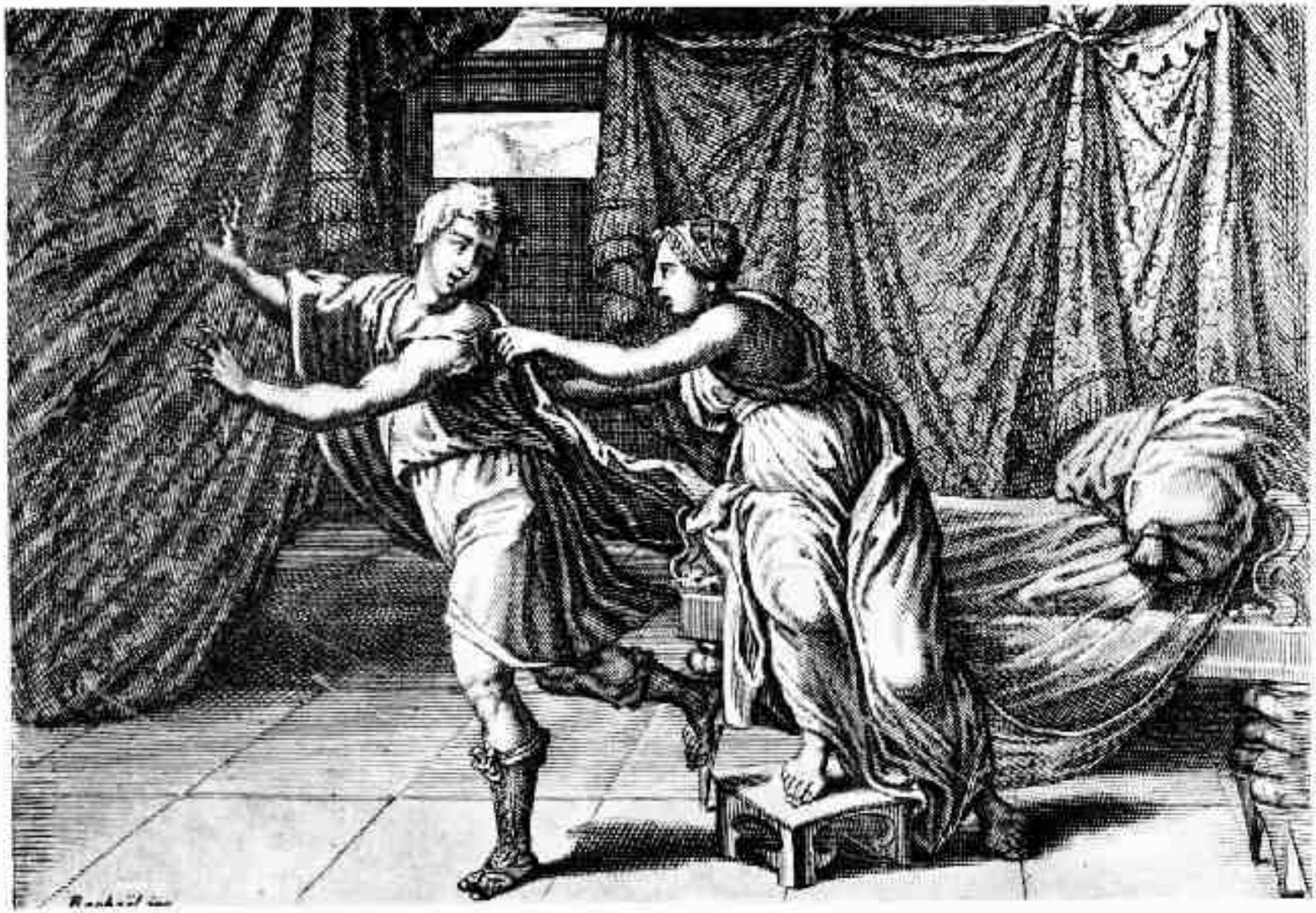


Fig. 8. — Domenne. *Saül à la sortie de Phitôn.*

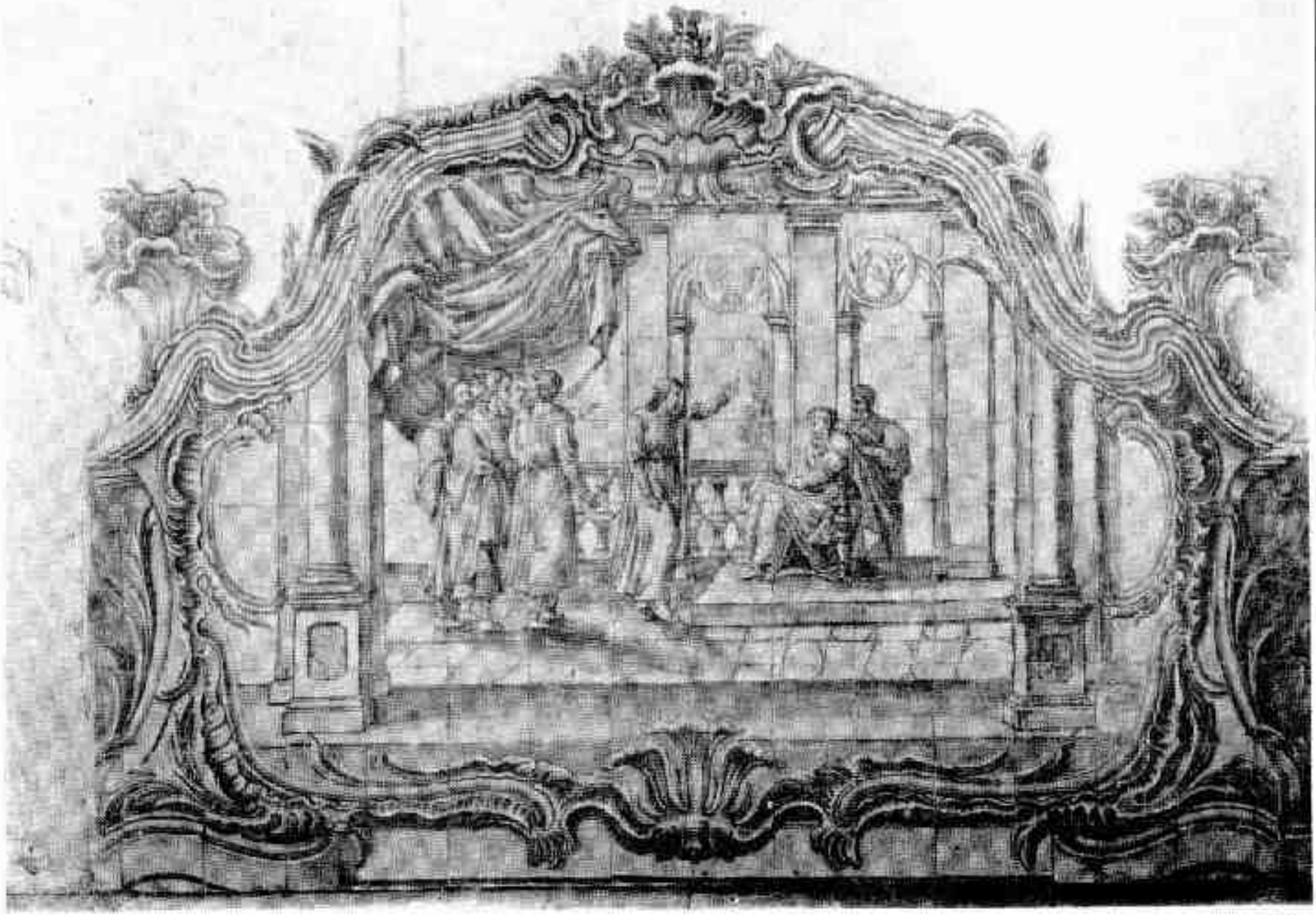


Fig. 7-X — Autos-de-fé em Portugal. *Auto-de-fé celebrado na Ribeira de Lisboa, em 1705.* Azulejo da capela de Loyola. Recife.

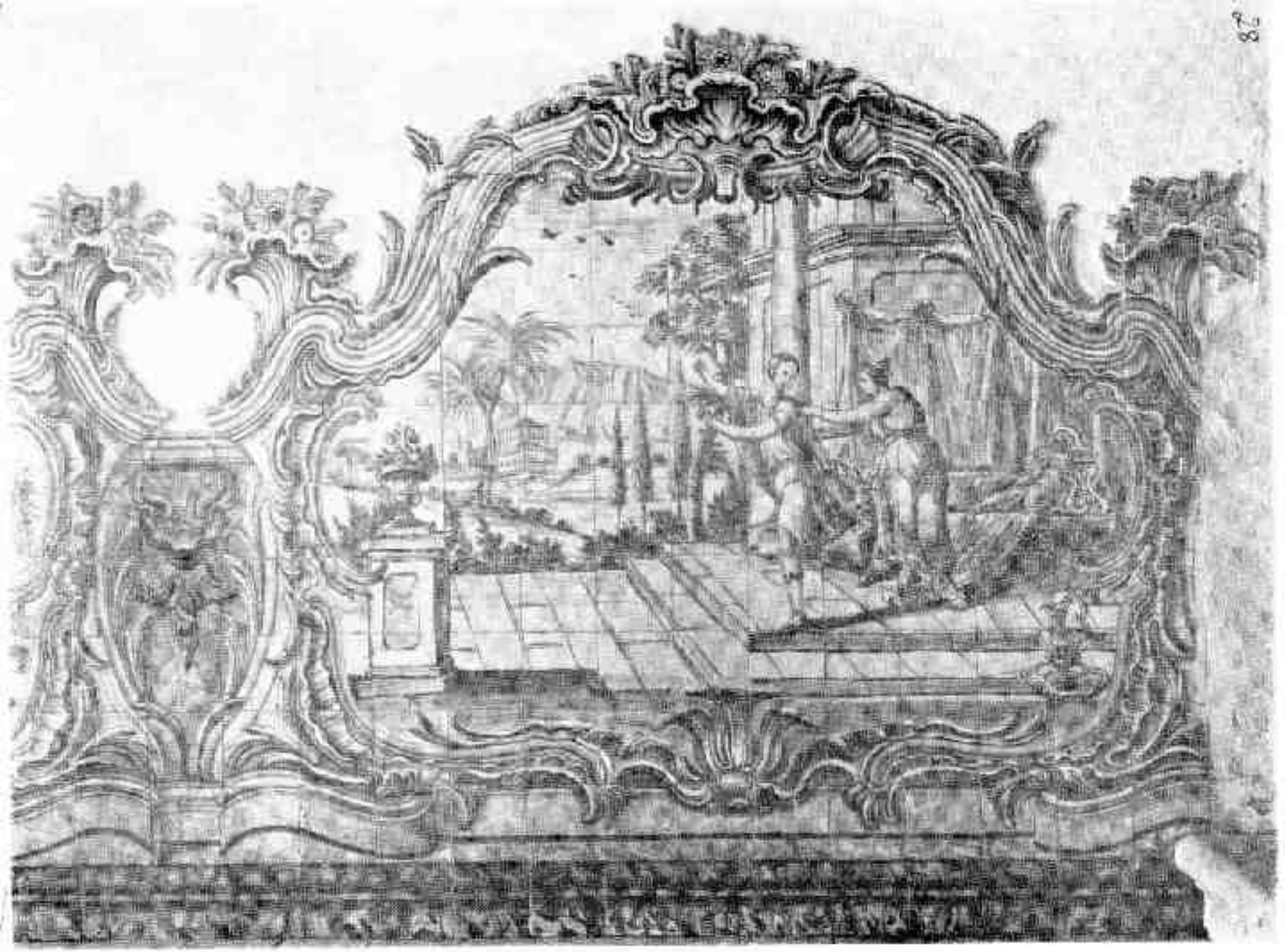


Fig. 8-A — Autor desconhecido. *Fuga a caminho do Palácio*. Azulejo da capela da Trapicheira, Recife

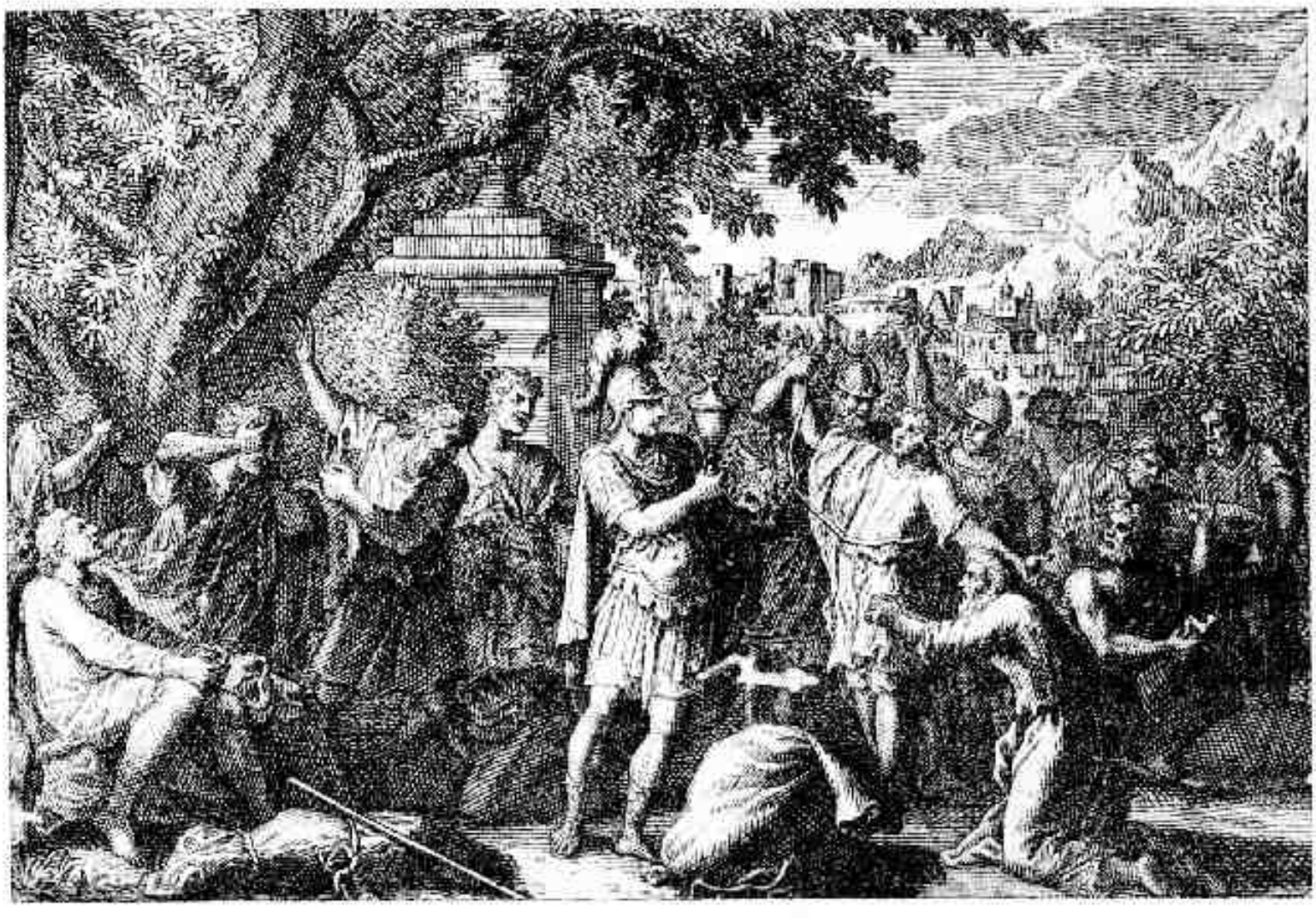


Fig. 9 — Demarne — *Os irmãos de José são acusados de roubo*



Fig. 10 — Denmark. *Le premier accueil fait*



Fig. 9-A — Autor desconhecido — *Os trabalhos de Job são acalmados de vento*. Azulejo da capela da Luqueira, Recife

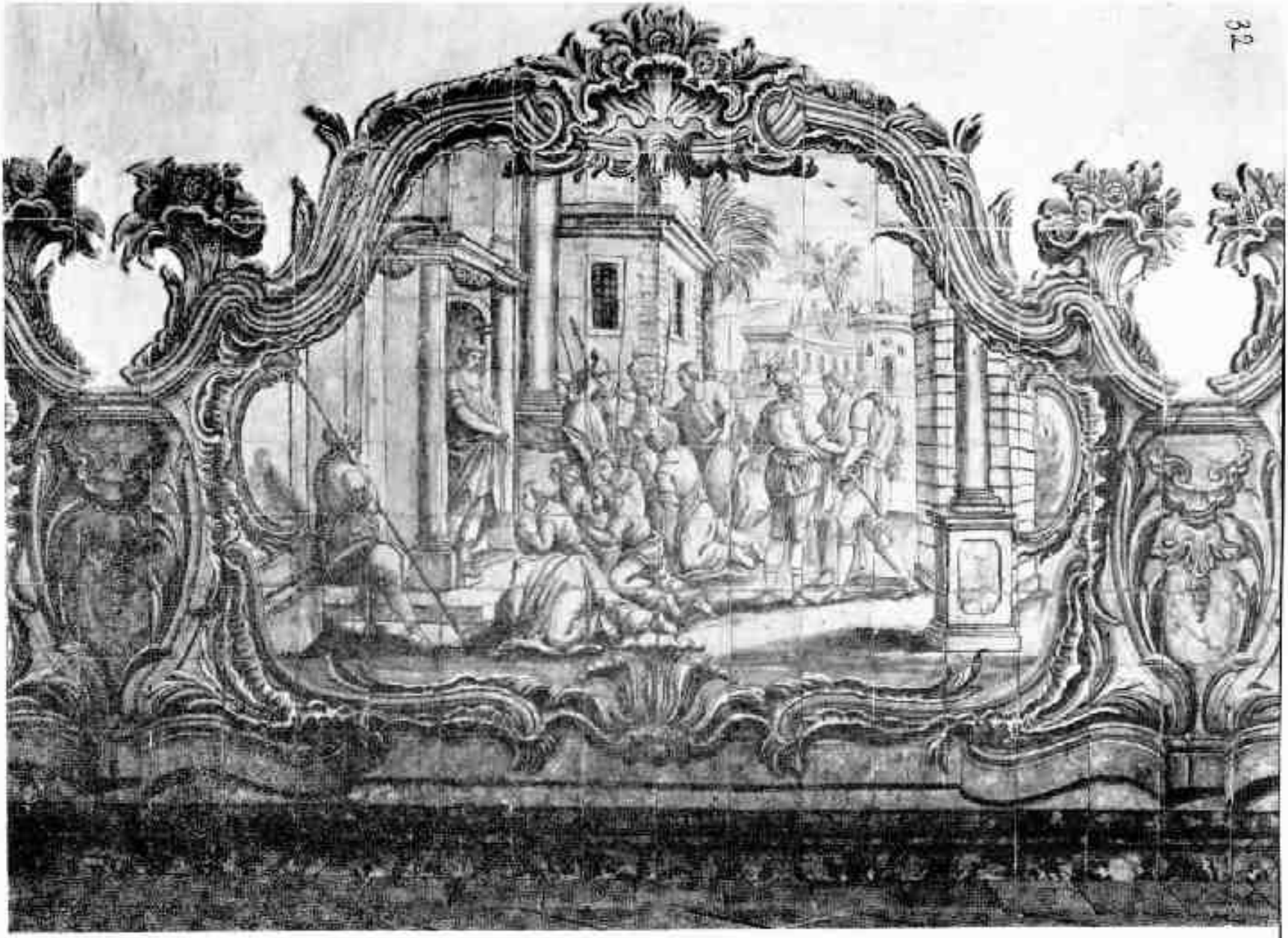


Fig. 10-A — Autor desconhecido. *Martírio de São José*. Azulejo da capela da Taipeira, Recife.



Fig. 11 — Demarne — *L'mollier de Pallas accuse Ajax*

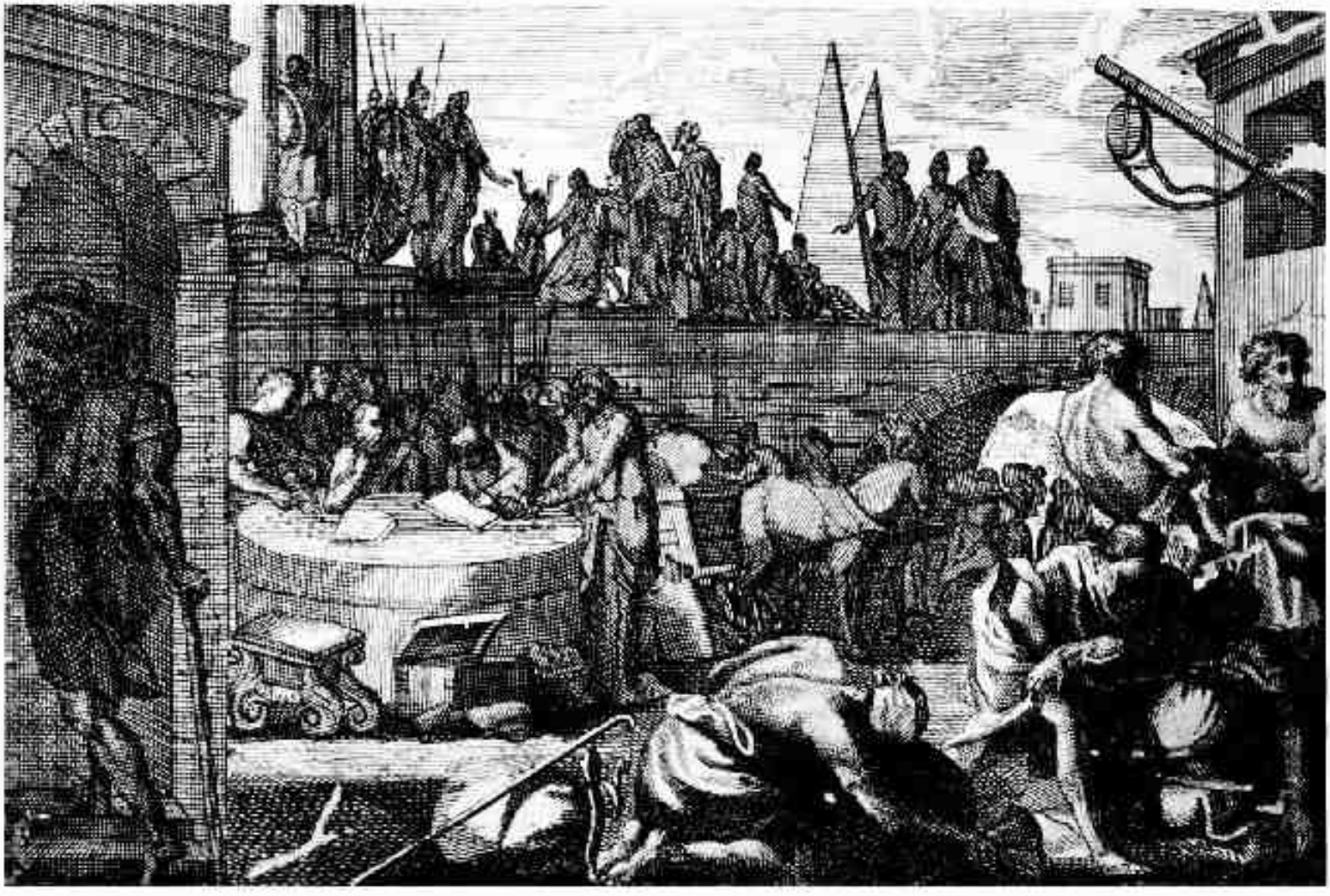
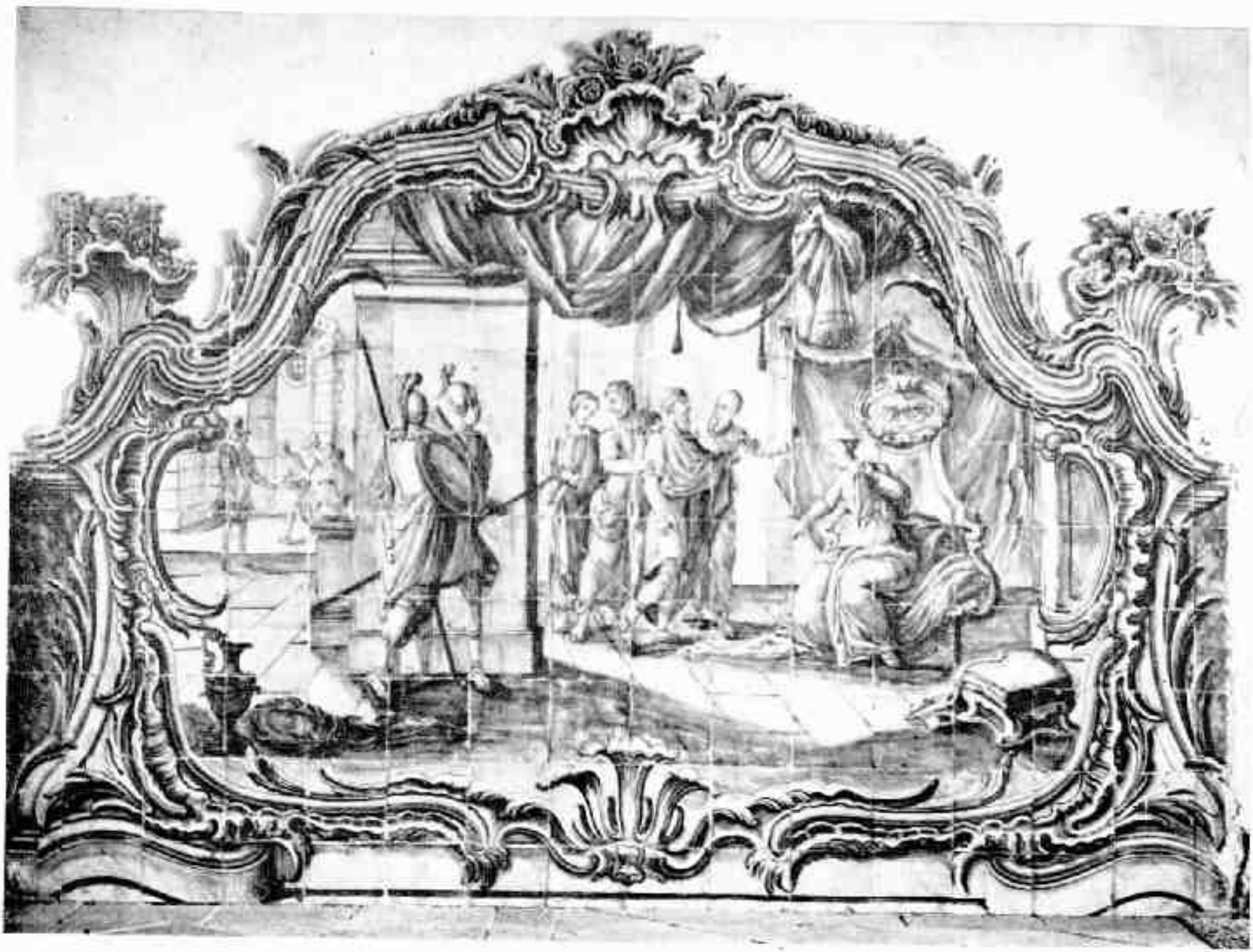


Fig. 12 — Damarne — *Os irmãos de José comprando trigo na côrte do Faraó*



Est. LXX — Autor desconhecido. *A multidão de Pilatos acusa Jesus*. Azulejo da capela da Ingazeira, Recife.



Fig. 12-A — Autor desconhecido. *Os reinos de Luz conquistados pelos reis católicos de Espanha*. Azulejos da capela da Jaqueira. Recife

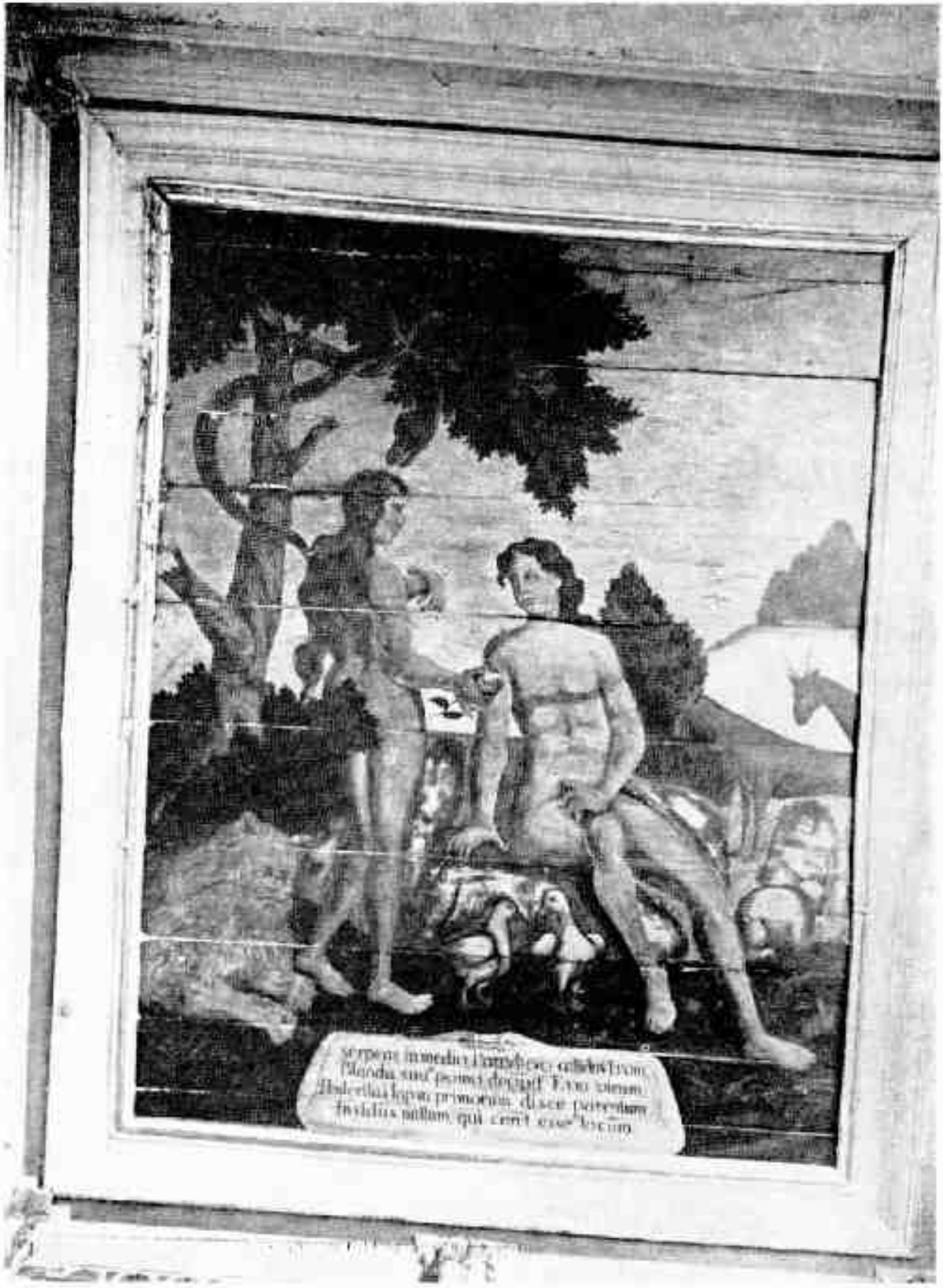


Fig. 15 — Antônio Rodrigues (atribuído a) — *Adão e Eva no Paraíso*. Igreja matriz de Cachoeira do Campo, Minas Gerais.

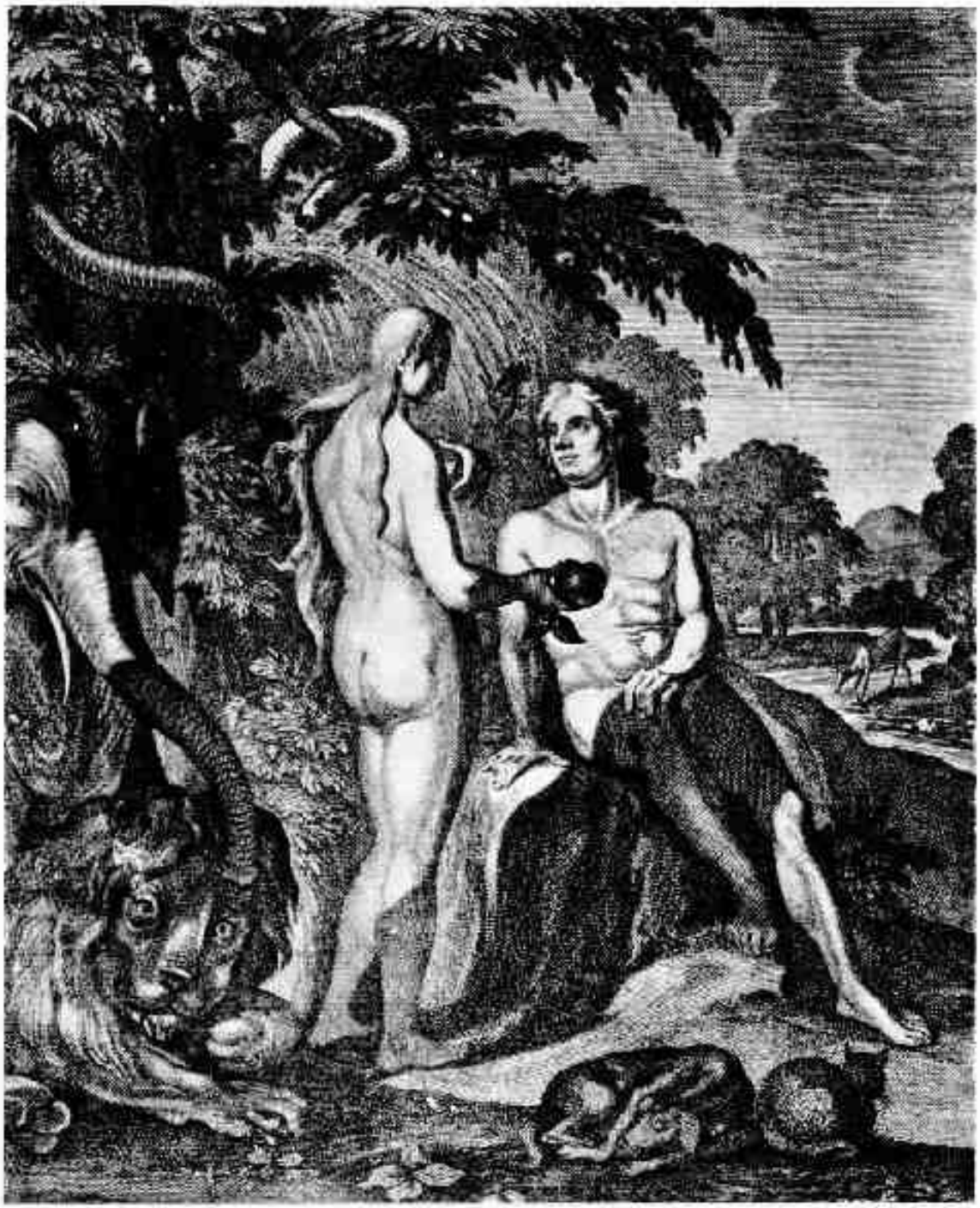


Fig. 13-A — Cristoforo Meigetto — *Adão e Eva no Paraíso*



Fig. 12 — Antônio Rodrigues (atribuído a) — *Adão e Eva expulsos do Paraíso*. Igreja matriz



Fig. 148 — Cristóvão Morgado — *Adão e Eva expulsos do Paraíso*



Fig. 15 — João Nepomuceno Correia e Castro (atribuição). — *Caim e Abel*. Santuário de Matosinhos, Congonhas do Campo, Minas Gerais.



Fig. 15A — Cristoforo Meigulio — *Caino e Abel*



Fig. 16 — João Nepomuceno Correia e Castro (atribuído a) — *Ao anjo* ou *Anjo da Rótula*. Santuário de Matosinhos, Congonhas do Campo, Minas Gerais



Fig. 16-A — Cristóforo Melgello — *Un anjo ex voto de Alcalá*

como as gravuras da Bíblia de Weigel (7) são obras ecléticas, medíocres, obras, por assim dizer, de segunda mão e de segunda classe, excetuando-se as cópias de Rafael. Entretanto, ninguém negará que as pinturas de Manuel da Costa Ataíde possuem um valor artístico e decorativo incontestável, ao passo que as cenas copiadas da Bíblia de Weigel oferecem, além do interêsse puramente histórico, apenas um certo "charme" de ingenuidade. Êste caráter ingênuo, porém, não estava absolutamente na intenção dos artistas e resultou apenas da falta de capacidade técnica. Um exemplo, entre outros: a perna direita da figura de Adão, na figura n.º 13.

A segunda razão pela qual julgamos oportuno reproduzir as obras e os modelos de Antônio Rodrigues e de João Nepomuceno Correia e Castro se refere a um problema particular da crítica de fontes.

Possuímos documentos da época sôbre os painéis da Matriz de Cachoeira do Campo bem como sôbre as pinturas da igreja do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, de Congonhas. Quanto a Antônio Rodrigues, consta o seguinte: "Neste ano de 1755 a irmandade mandou fazer a pintura de todo o teto da igreja, paredes laterais da capela-mor e côro. Êsse Trabalho foi tomado pelo pintor Ant.º Rodrigues pela quantia de um conto e duzentos mil rs; quantia que foi ainda aumentada com o acréscimo de obras além do contrato, e que nos parece bastante elevado atento o valor da moeda naquela época". (8)

Sôbre a obra de João Nepomuceno Correia e Castro, encontram-se os seguintes lançamentos no Livro de Despesa do Santuário, de 1777 — 1779: A fls. 12 v: "Recebeu 292 ¾ vs a conta da Pintura do corpo da Capella". Entre 1779 — 1782, a fls. 13: "Recebeu 36 ¾ e 1 v resto do pr.º ajuste da pintura da capella". E mais: "166 ½ e 6 vs ajuste da pintura". Encontram-se lançamentos análogos com referência ao período de 1781 — 1787.

(7) Christoph Weigel (1654 — 1725), gravador e editor. Como pintor, entre as figuras entre os séculos XVI e XVII, Weigel latinizou-se sem muito. Para outros pormenores, v. Nagler: Allgemeines Kuenstler-Lexikon. Munich 1861. Edição E. A. Fleischmann. vol. 21, pág. 223/4. De um modo geral, não nos ocupamos aqui com os autores dos modelos em que se inspiraram os pintores coloniais.

(8) "Revista do Arquivo Público Mineiro", vol. XIII, pág. 105.

Se examinarmos as duas cenas do Paraíso, na Matriz de Cachoeira do Campo, e se as compararmos com as cenas correspondentes do modêlo de Weigel, ficaremos convencidos de que as primeiras são obras de um mesmo pintor. Como o documento não menciona outro nome, não há razões para deixar de atribuir êsses painéis à autoria de Antônio Rodrigues.

Não se dá o mesmo, porém, com as pinturas do Santuário de Congonhas que, à vista de documentos existentes, são atribuídas a João Nepomuceno Correia e Castro.

Há manifesta diferença de qualidade ou, pelo menos, de habilidade técnica, entre a cena "Caim e Abel" e a cena "Abraão oferece hospitalidade aos anjos". Essa diferença é tão grande que se torna difícil admitir tratar-se de obras de uma mesma pessoa. Vale a pena confrontar mais atentamente os modelos da Bíblia de Weigel com as pinturas do côro da Igreja de Congonhas.

Em ambas as cenas, precisava o artista brasileiro transformar a disposição vertical em disposição horizontal. No primeiro painel, "Caim e Abel", resolveu êle o problema de um modo bem simples: conservou as duas figuras, o altar, as ovelhas, etc., exatamente iguais, não o preocupando a circunstância de que, com esta solução, a figura de Caim, por exemplo, ficaria bastante confusa no tocante à parte inferior do corpo.

Na cena "Abraão oferece hospitalidade aos anjos", entretanto, percebemos uma solução bem diferente e bem superior do mesmo problema de mudança da disposição vertical para a horizontal. Neste painel, o artista conserva igualmente as figuras da estampa e, também, o arranjo geral da composição. Mas, em contraste absoluto com o copista de "Caim e Abel", elimina ou modifica determinados elementos da gravura, que correspondiam à disposição vertical. Assim, foi suprimida a árvore à direita, bem como a linha ascendente do teto da tenda, a cuja porta aparece Sara. Em lugar de conservar essas linhas, que ultrapassariam aos limites da gravura, acentuando assim o movimento diagonal-vertical, o artista de Congonhas acentua a linha horizontal; em vez da árvore e da posição da tenda em perspectiva, êle dispõe a mesa diante de uma parede lisa, sublinhando além disto o movimento horizontal com os seguintes recursos:

substitui a mesa oblonga da gravura por uma grande mesa que se estende paralelamente à parede do fundo, esta última de sua invenção, e ao banco comprido, igualmente criado pelo copista. Além disso, coloca tôdas as figuras em tôrno do centro do painel. Assim, o fundo da paisagem à esquerda, por exemplo, aparece livremente com a sua linha horizontal de montanhas, enquanto o lugar correspondente, na gravura, se distingue pela variedade de linhas e formas movimentadas.

A igreja de Bom Jesus de Matozinhos conserva na sacristia mais três painéis, representando respectivamente "O sacrifício de Isaac", "Isaac abençoa Jacó" e "Transfiguração de Cristo". Existe, também, uma "Descida da Cruz", na capela-mor. Os painéis "O sacrifício de Isaac" e "Transfiguração de Cristo" são ainda mais ingênuos e primitivos do que a cena de "Caim e Abel". O painel "Isaac abençoa Jacó" e, sobretudo, a "Descida da Cruz", revelam, porém, certa analogia com o painel "Abraão oferece hospitalidade aos anjos". É inteiramente inadmissível a atribuição de tôdas essas pinturas a um único artista. (9).

Mesmo conjeturando que o copista tenha sido um pintor fraquíssimo, sem personalidade alguma e dependendo exclusivamente dos seus modelos, não é lícito admitir tamanhas diferenças de estilo e de qualidade no mesmo autor. A hipótese de um pintor copista fraquíssimo, aliás, nem é viável, pois podemos verificar, pelo confronto de modelos e cópias, que no caso de "Caim e Abel", estamos diante de um copista inteiramente passivo e mecânico, ao passo que o outro painel ("Abraão oferece hospitalidade aos anjos") revela um copista que pensa e age com personalidade. Evidentemente, não podemos decidir qual dos dois — o mero copista ou o pintor de maior personalidade — é o referido artista João Nepomuceno Correia e Castro. Só o aparecimento de outros documentos ou de outras obras poderá esclarecer a questão. Que João Nepomuceno Correia e Castro costumava trabalhar com o auxílio de estampas, fica evidenciado pelo seguinte trecho do seu testamento: "Todas as Estampas que tenho,

(9) Cumpre assinalar que só conhecemos essas obras apenas através de reproduções fotográficas, de modo que nada podemos dizer sôbre o colorido.

riscos e debuxos os deixo a Fran.co e Bernardino de Senna meos Aprendizes". (Original datado de 18 de dezembro, existente no arquivo da Cúria de Mariana.)

Por enquanto, falamos apenas sôbre obras cujos autores nos são conhecidos ou que podemos relacionar com outros nomes conhecidos. Trataremos agora de três painéis cujos modelos conseguimos encontrar, mas de cujos autores nada sabemos. Trata-se de três painéis da série de 16 pinturas, conservadas na igreja da Venerável Ordem 3.ª de N. S. do Carmo do Rio de Janeiro (figuras 17, 18, 19). Duas dessas obras, "Cristo despede-se da Virgem" e "Lava-pés" são tiradas de um mesmo livro, a bíblia ilustrada, editada por João Sadeler (ou Sadler) na última década do século XVI. Um exemplar dessa preciosa bíblia pertence, como os demais citados neste artigo, às ricas coleções da Biblioteca Nacional, provenientes da antiga Real Biblioteca. As duas obras da igreja da Venerável Ordem 3.ª de N. S. do Carmo se encontram na parte "Passio, Mors Et Resurrectio DN. Nostri Iesu Christi" (figuras 17ª, 18ª), às fls. 392 e 394 da bíblia de Sadeler. As estampas desta parte foram desenhadas por João Stradanus e gravadas por Philipo Galle. (10).

Poderemos repetir aqui algumas observações já feitas ao compararmos as obras mineiras com os seus modelos. O pintor desconhecido dos painéis do Carmo (ou os pintores desconhecidos que trabalhavam num mesmo "atelier") copiou fielmente o modêlo, no que se refere à composição, à distribuição dos tons luminosos e sombrios e, também, no que concerne aos pormenores de atitudes, aos objetos menores, à indumentária, etc. Em ambas as obras observa-se igualmente uma redução parcial da cena quanto ao número das figuras representadas, bem como uma simplificação parcial dos fundos. Quanto à exatidão dos pormenores, basta olhar para os gestos expressivos das mãos, cujas atitudes (inclusive as posições um pouco amaneiradas dos dedos) foram minuciosamente conservadas pelo copista. Os painéis do Carmo traduzem perfeitamente o caráter dramático e agitado das representações gravadas. A nosso ver, os painéis oferecem até um efeito mais dramático de que o das próprias gravuras origi-

(10) V. Nagler, *op. cit.*, vol. 17, pag. 443.



Fig. 12 — Autor não identificado — *Cena de Assistência à Terceira*. Igreja da V. O. T. de N. S. do Carmo, Rio de Janeiro



Fig. 18 — Autor desconhecido — O Cristo na Igreja de N. S. do Carmo, Rio de Janeiro



Fig. 19 — Autor desconhecido — *A ressurreição de Cristo*. Igreja da V. O. S.ª de N. S. do Carmo. Rio de Janeiro.



Fig. 17-A — Bédia da Sadeler — *Cristo se despede de Verônica*



Fig. 18-A — Bíblia de Sutcliffe — *O Lava-pés*



Fig. 39 — Manuel António da Fonseca — *Sepultura de Cristo*, 1757, Igreja de S. Tiago, Tarouca (Lamego, Museu Grão Vasco).

nais, pela maneira violenta com que o pintor anônimo imita e acentua, em linhas escuras, todos os contornos, tôdas as pregas dos panejamentos, tôdas as rugas dos rostos, etc. Por outro lado, a impressão de agitação, suscitada pelas pinturas, resulta, também, da circunstância de haver o pintor, simplificando os fundos, concentrado — talvez involuntàriamente — todo o interêsse sôbre as figuras humanas. Um exemplo: A gravura "Cristo despede-se da Virgem" apresenta, além do grupo principal, copiado pelo pintor, não apenas todos os apóstolos em grupos que contrabalançam o efeito do grupo em tôrno da Virgem e de Cristo, mas também, um vasto espaço arquitetônico, dentro do qual as figuras circulam livremente, e cuja vista se abre sôbre um fundo claro onde se destacam tôrres, cúpulas e palácios. Todo êste espaço arquitetônico, bem como o fundo, foi suprimido pelo copista, ficando assim o espaço do painel muito mais estreito e as figuras mais apertadas. Exatamente o mesmo acontece na pintura "Lava-pés". Pela supressão do fundo à esquerda e de todo o lado esquerdo da gravura, o espaço do nosso pintor fica inteiramente ocupado pelas figuras que, dêste modo, aparecem mais acentuadas e, pelo apêrto, mais agitadas.

Se nada sabemos sôbre o autor dêsses painéis, temos entretanto um indício quanto à época em que, aproximadamente, foram executados. Tal indício nos é fornecido pelo modêlo da "Ascensão de Cristo" (fig. 19). Êste painel da "Ascensão" é cópia de uma estampa que, entre outras, ilustra um missal de 1782, encontrado pelo Sr. Luís Jardim na igreja de S. Francisco de Assis, em Diamantina. Não temos evidentemente nenhuma razão para supor que o artista do painel da "Ascensão" se haja servido precisamente dêsse missal. Poderia êle ter encontrado a mesma gravura em outro missal, ou em estampa avulsa. Em todo o caso, a estampa utilizada não pode ser de data posterior ao ano da edição do missal, isto é, 1782. Não conhecemos o autor da gravura. Ernesto Soares, em seu livro "Francisco Bartolozzi e os seus discípulos em Portugal", (11) indica uma série de missais portuguêses, saídos dos prelos da antiga Imprensa Régia. Na relação fornecida por êsse autor, figura, entre outras, a edição de um "Missale Romanum ex Decreto..." de 1793, do qual

(11) Edições Apolino. Gaio-Portugal. 1939.

três estampas são iguais às do missal de 1782. Algumas, inclusive a do frontispício, foram repetidas em edições ulteriores. Pelo confronto dessas estampas de autores identificados e pela indicação de Soares, quando diz que as estampas "tôdas abertas a buril, mostram manifesta influência da escola de Joaquim Carneiro da Silva", (12) podemos concluir que o autor da estampa "Ascensão de Cristo", copiada pelo artista da igreja de N. S. do Carmo, também se deve encontrar entre os gravadores dessa escola. Assim, temos como data mais provável da execução da estampa em questão a segunda metade e o fim do século XVIII. Por conseguinte, podemos afirmar que a execução dos painéis do Carmo não pode ser anterior a essa época. Por enquanto, faltam-nos elementos que nos permitam indicar a data-limite, depois da qual os painéis não poderiam ser executados. Acreditamos, porém, que a época de feitura da totalidade dos 16 painéis não ultrapasse, como limite extremo, a primeira década do século XIX.

Os dois missais antigos que o Sr. Luís Jardim teve a boa sorte de encontrar em Diamantina constituem um verdadeiro "achado". Com o citado artigo dêsse autor foram publicadas duas estampas: "Adoração dos pastôres", copiada pelo artista desconhecido da capela-mor de N. S. do Bom Jesus de Matozinhos, do Sêrro, e "Ressurreição de Cristo". (13).

Ora, a mesma estampa da "Adoração dos pastôres" serviu de modêlo a Manuel Antônio da Fonseca, que, em 1787, a reproduziu na pintura do fôrro da nave da igreja S. José de Itapanhoacanga, em Minas Gerais (fig. 20).

A estampa que, por duas vêzes, foi assim aproveitada por pintores mineiros coloniais é de autoria de G. F. Machado e datada de 1777. (14) Manuel Antônio da Fonseca se serviu de mais uma estampa dêsse missal, a gravura "Adoração dos Reis Magos", por êle utilizada igualmente no fôrro da igreja de S. José de Itapanhoacanga (figuras 21, 21ª).

A gravura "Ressurreição" foi aproveitada igualmente duas vêzes, e por artistas diferentes. Encontramos essa "Ressurreição", divul-

(12) *Op. cit.*, pág. 64.

(13) "A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas", *op. cit.*, págs. 70 e 92. A estampa "Adoração dos pastôres" foi encontrada segundo o painel original de Sebastiano Conca.

(14) Ernesto Soares, *op. cit.*, indica esta estampa à pág. 64.

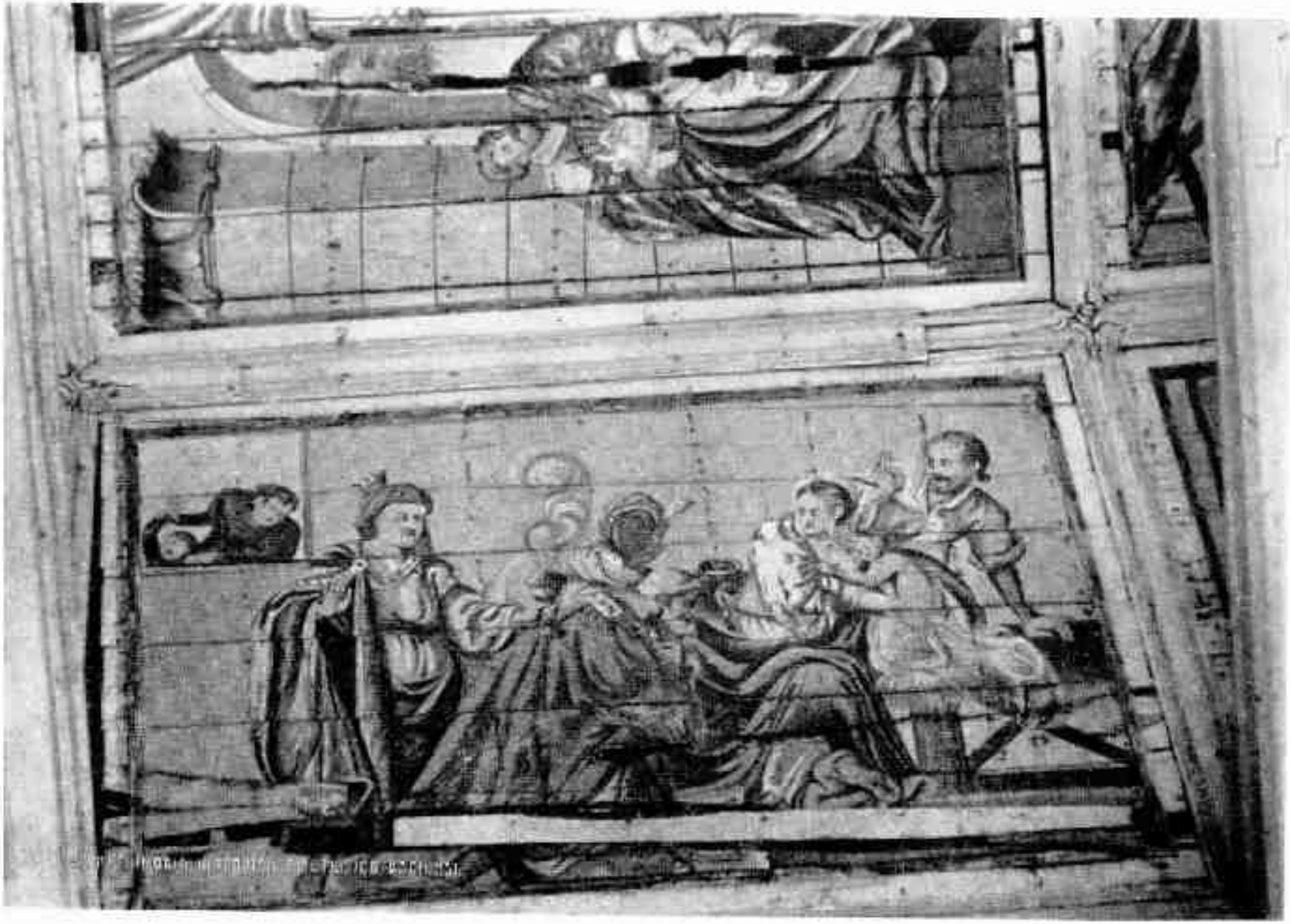


Fig. 21 — Manuel Antônio da Fonseca — *A adoração dos Magos*, 1781 — Igreja de S. José, Itapecerica, Minas Gerais





22 — CAPELA DOS PASSOS (TAUBATÉ)



FIG. 23
CAPELA DE SANTANA
MORRO DO CHAPEU



Fig. 24 — Nupcias descendidas — *Las Bodas de Caná*. Iglesia de N. S. de D. Sebast., Venecia.



Fig. 25 — Altar descalabrado — *As Bodas de Caná* — Igreja matriz Tiradentes, Minas Gerais

gada pela primeira vez por Luís Jardim, como painel do fôrro da Capela dos Passos, na Catedral de Taubaté, no Estado de S. Paulo (fig. 22). A outra representação, inspirada no mesmo modêlo, orna o teto da Capela de Santana, do Morro do Chapéu, no município de Lafaiete, em Minas Gerais (fig. 23).

Por um acaso feliz, conseguimos identificar mais dez modelos da série de 16 painéis, existente na igreja da Venerável Ordem 3.ª de N. S.ª do Carmo, no Rio de Janeiro. As estampas de que se serviu o autor desconhecido dessas belas obras provêm de dois livros diferentes, além de uma estampa avulsa.

A obra "Vita D. N. Iesu Christi Ex Verbis Euangeliorum in ipsismet concinnata", de Bartholomaeum Riccium, S. J., Romae, 1607", contém os modelos dos seguintes painéis da igreja de N. S.ª do Carmo:

"Tentação de Cristo" (pág. 16);
"Cristo expulsa os mercadores do templo" (pág. 20);
"A pesca milagrosa" (pág. 27);
"Cristo convocando os apóstolos" (pág. 110);
"Entrada de Cristo em Jerusalém" (pág. 113).

A obra "Het Nieuwe Verbondt", edição de Cornelis Dankertz, Amsterdão, 1648, forneceu os modelos para:

"Cristo e a Samaritana" (pág. 29);
"Cristo na casa de Simão" (pág. 41);
"Cristo e a mulher de Canaã" (pág. 51);
"Transfiguração de Cristo" (pág. 51);

A estampa avulsa, representando a cena de "Pentecostes", se encontra no vol. 0, pág. 2 da "Coleção Factícia de Estampas".

A igreja de N. S.ª do Ó, de Sabará, em Minas Gerais, conserva, entre muitos outros quadros, um painel representando a "Adoração dos Reis Magos" e um grande painel, "As Bodas de Caná". Ambas as obras são cópias de estampas tiradas do livro "Vita, Passio, Mors et Resurrectio Jesu Christi", editado por Adriano Collart e Joan Galle, em Antuérpia, sem data. As estampas que serviram de modêlo para os dois painéis da igreja de N. S.ª do Ó se encontram às páginas 5 e 13 dêsse livro (fig. 24). A mesma estampa serviu de modêlo para um painel da igreja matriz de Tiradentes, naquele mesmo Estado (fig. 25).

Os exemplos citados até aqui bastam para indicar as diferentes maneiras por que os pintores nacionais aproveitaram modelos europeus.

Vimos que a comparação de obras coloniais com os seus respectivos modelos oferece uma base preciosa para melhor conhecer o cunho pessoal dos artistas coloniais. Vimos, também, que os modelos europeus podem constituir fonte segura ou, pelo menos, valioso ponto de referência para o esclarecimento de problemas de ordem cronológica. Além disto, o confronto das obras coloniais com os seus modelos fornece um auxílio precioso para a solução de várias questões que dizem respeito à restauração: Uma vez identificado o modêlo em que se inspirou o artista nacional e verificado, por meio de cuidadoso estudo comparativo, o modo particular pelo qual cada artista patrício tratou os elementos dados pelo modêlo (cópia fiel, simplificação, ampliação, etc.) obteremos um meio auxiliar seguro para reconstituir partes apagadas ou estragadas de painéis antigos.

Procurar identificar os modelos que serviram aos pintores coloniais constitui, pois, do ponto de vista histórico, artístico e técnico, uma tarefa altamente útil para os historiadores da arte no Brasil colonial.

Damos, em seguida, uma lista de livros ilustrados antigos, todos pertencentes às coleções da Biblioteca Nacional, e que oferecem, com tôda a probabilidade, um fértil campo de trabalho para pesquisas desta natureza.

Como conhecemos apenas uma parte ínfima das riquíssimas coleções da Biblioteca Nacional, a lista é, evidentemente, incompleta. As indicações de títulos que fornecemos são sumárias, mas suficientes para poder encontrar as referidas obras.

"La Sainte Bible Contenent le Vieil et le Nouveau Testamént enrichie de plusieurs belles figures... A Paris chez Gerard Jallain. 1703."

"Register zu den Historischen Abbildungen der Geschichten Alten und Neuen Testaments so auch beruehmten Kuenstlern in 130 Kupfertafeln entworfen, in Kupfer gestochen und verlegt von Philipp Andreas Kilian... Augsburg 1758." (Existem 2 exemplares desta bíblia).

"Historischer Bilder Bibel 1. Teil in sich haltend die Abbildung der Historien aller Patriarchen dess Buch Mose Johann Ulrich Kraussen. Augsburg.

MDCCV." "Biblia Ectypa Bildnissen aus Heiliger Schrift des Alt- und Neuen Testaments in welchen alle Geschichten und Erscheinungen deutlich und schriftmaessig zu Gottes Ehre und andaechtiger Seelen erbaulicher Beschauung vorgestellt werden. 1695."

"Icones Historiarum Veteris Testamenti. Lugdun 1547".

"Pictures of the old and New Testaments Showing the most notable Historys, in 150 Copper Platis, etc. etc. Amsterdam. Chez Reinier & Josua Ottens." Sem data.

"Figures de la Bible. Pierre de Hondt. Haya 1728".

"Coleccion de Estampas que representa los principales casos del viejo y nuebo Testamento obra util para la ynstruccion dela Juventud. Pedro Lozano." Sem data."

"Vita, Passio, Mors et Resurrectio Jesu Christi variys Iconibus à Martino de Vos ... Antuerpiæ. Sem data."

"Teatrum dolorum Jesu Christi. 1677."

"Vita D. N. Jesu Christi Ex uerbis Euangeliorum ... Per R. P. Bartholomæum Riccium. S. J. Romae. 1607".

"Estampas da Bíblia". (A segunda parte desta obra, que tem legendas em holandês, francês, latim e inglês, data de 1648).

"Theatrum Biblicum. Alcmaer. 1646."

"Vita Jesus Christi. A Paris chez de Poilly." Sem data.

"Cenas da vida de Jesus e dos Apóstolos." Sem data. Texto em alemão e latim.

"Les imagens de Tous les Saincts et Saintes de l'Armée suivant le Martyrologe Romain. Par Jacques Callot. Paris. 1636".

"Sanctorum Imagines." Sem data.

"Calendário ilustrado." Sem data. Texto em latim.

"Estampas de Santos e Santas." Sem data. Texto em latim.

"Santos", 2 vol. Sem data. Texto em francês.

"Estampas do Novo Testamento, de Santos, Santos e Martírios." Sem data.

"Emblema Sacra Passionis Salvatoris Nostri Jesu Christi. Augsburg. MDCXX." (Êste livro interessa sobremodo pelas molduras, imitando talha, que enquadram as estampas).

"Icones Sanctorum Clericor. Regularium Institutum... Romae MDCXX."

"De Gli Habiti Delle Religioni con le Armi, e breue Descrittion loro. Venetia. 1626".

"Vita et Miracula D. Bernardi Clarevalensis... Impensius Marcelli Clodii. Romae MDLXXXVII".

"Vita et Miracula Sanctæ Patris Benedicti... Romae A. D. 1597".

"Vita Sancti Caietani Thienaei Ordinis... Veronae 1619."

"Vitæ S. Antoniæ Abgalis... Per Antonium Tempesta. Romæ." Sem data.

"Sylva Anachoretica Aegypti et Palaestinae... Antuerpiae. MDCXIX."

"Vita et Miracula Sancti Francisci de Paula... 1584."

"Iconographia Magni Patris Aurelii Augustini Hipponensis Episcopi... Antuerpiae MDCXXIV."

"D. Catharinae Senensis Virginis Ss. ^ Ord. Praedicatorum Vita ac Miracula selectiora. Venetiis. MDCCLV."

"Vita Di S. Filippo Neri." Sem data. Texto italiano.

"D. Seraphici Francisci Totius Evangelicae Perfectionis Exemplaris..." S. data.

"Vita B. Virginis Teresiae A Jesu. Antuerpiae MDCXIII."

"Vita Effigiata Della Serafica Vergine S. Teresa di Gesú. 1716."

"La vie de S. Thomas d'Aquin. Bruxelles. MDCXLII."

"La vie de St Bruno." Paris. Sem data. (Existem 2 exemplares).

"Revelatio Ordinis SS^mae Trinitatis Redemptionis Captivorum. Paris 1633."

"Vita Seraphicae Virginis S. Mariae Magdalenae de Pazzis..." Sem data.

"Vida de Santa Teresa. 1746".

"Il Trionfante Martirio di S. Lorenzo Martire." Roma. Sem data.

"Historia Septem Infantium de Lara. Authore Ott. Vaenio. Antuerpiae MDCXII".

"La Manière de se bien preparer a la Mort Par des Considerations sur la Cene, la Passion et la Mort de Jesus-Christ. Anvers. Chez George Gallet. MDCC".

"Paradisus Sponsi et sponsae in quo Messis Myrrhae et Aromatum ex instrumentos ad mysteriya Passionis Christi Colligenda... P. Joannis David. S. J. Antuerpiae MDCXVIII."

"La Doctrine des Moeurs Tirée de la Philosophie des Stoiques. Representée en 100 Tableaux... par Pierre Daret. Paris MDCXLVI".

"Encyclopaedia seu Theatrum Diversae in Doctrinis Specie Amoenitate repertum... Augsburg 1729".

Hannah Levy.

ASPECTOS DA AMAZÔNIA NA SEXTA DÉCADA DO SÉCULO XVIII

O período pombalino marcou na Amazônia o início de uma série de transformações tão radicais, que bem podemos afirmar que a história regional tem seus lances mais impressivos, particularizando o processo civilizador, com o advento do poderoso reformador.

E' certo que já com o ciclo de Alexandre de Gusmão, a Amazônia entrara a ser uma preocupação dos governantes lusitanos. Mas foi evidentemente com o ciclo pombalino que essa preocupação tomou maior consistência e uma caracterização mais exata.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi em todo o vale e certas vêzes além dêle o grande executor das providências ditadas pela política de valorização ultramarina do grande ministro. Manuel Bernardo de Melo e Castro, seu sucessor, continuando-lhe a ação enérgica, obedeceu ao mesmo ritmo de trabalho. Ambos, de certo modo, completando-se na estruturação de um programa, que possibilitou ao extremo-norte novidades sociais, políticas, culturais e econômicas que o distinguiram sobremodo no quadro das províncias brasileiras.

Sob Mendonça Furtado, para começar, instituíra-se o sistema municipal, elevando-se à categoria de vila e de povoado os núcleos que os missionários haviam fundado. Nessas unidades políticas, para que pudessem ir adiante, progredindo e agasalhando efetivamente populações que se incorporassem à cultura política e social da Europa Portuguêsa, criara-se a câmara, integrada pela gentilidade e pelos brancos que chegavam para a grande experiência colonial. Brancos vindos dos Açores ou mesmo do Reino. Gentilidade solicitada às malocas da hinterlândia ou já encontrada nos aldeamentos dos Re-

ligiosos. Gentilidade que perdia a condição de menoridade que a lei lhe reconhecia antes do ciclo de laicização que se inaugurava, e entrava a participar das deliberações para o bem coletivo com um minguadíssimo contingente de idéias e de atividade organizada.

O Ouvidor Geral do Estado, que acumulava as responsabilidades de Intendente do Comércio, Agricultura e Manufaturas, pelas disposições vigentes, devia, de quando a quando, realizar, com a correição judiciária, a correição política, conhecendo da vida das edilidades, decretando solução para os incidentes que fôsse constatando e de qualquer modo podiam ser um embaraço ao bem estar local. Nesse afã, como é lábil de compreender, substituía a autoridade maior do próprio Capitão-General e Governador, que lhe transferia poderes ou lhe outorgava mais ampla jurisdição.

No ano de 1762, sendo Capitão-General e Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, Manuel Bernardo de Melo e Castro, e Ouvidor Geral o Desembargador Feliciano Ramos Nobre Mourão, tido e havido na conta de um funcionário de alto critério, magistrado cuja preocupação única era o cumprimento de seu dever, "alheio a intrigas e desordens" escreveu o Bispo Frei João de São José, veio ordem de Lisboa para prosseguir na orientação anterior, da elevação de núcleos indígenas à categoria de vila e povoado. Particularizando, a ordem régia falava nas antigas propriedades jesuíticas: Tabatinga, Gibrié, São Caetano.

Manuel Bernardo, passando a cumprir a determinação real, ordenou então (21 de janeiro) ao Ouvidor Mourão que fôsse aos mencionados sítios, os elevasse à condição de povoados, com os nomes de Penha Longa, Barcarena e São Caetano de Odivelas, e ao mesmo tempo realizasse a sua correição, criando novos centros urbanos e municipais, marcando territórios para têrmos dêsses núcleos, criando ordenanças, relacionando os moradores, fixando posturas, riscando programa de trabalho para os sitiantes, ordenando medidas que dessem ar menos hárbaro aos aglomerados que visitasse.

Ramos Mourão, durante os primeiros meses do ano de 1762, percorreu a região do Tocantins, das ilhas e o Marajó. Criou povoados e vilas. Traçou planos de urbanismo. Organizou as classes, criou ordenanças, disciplinou o trabalho. Impôs, perante as edilidades, na

sua quase totalidade composta de nativos que não sabiam escrever sequer o nome, uma série de medidas de real utilidade para todos, inscrevendo seu nome entre os que naquela fase produziram intensa e eficientemente.

Como se pode avaliar dos documentos que vão a seguir, colhidos ao códice 29, "Manuscritos", pertencente à seção de arquivo da Biblioteca Pública do Estado do Pará, as posturas e taxas que fixou, e se contam por quase meia dúzia nesse códice, são um documentário valiosíssimo acêrca da preocupação urbanística e de organização do trabalho que então havia. Mais, deixa perceber a existência de regime corporativo, quando fala em oficial examinado. Por fim, vale como um índice de esfôrço para a criação de uma sociedade que se amparasse em condições de vida regulada pela ordem, pela produção, pelo bem-estar material, pelo progresso continuado.

"Por ser muito util e conveniente a todas as villas que nos livros das suas Cameras hajão taxas nos generos uzuaes, e comestiveis, nas obras dos officiaes mecanicos, que hajão abundancia dos dittos generos e plantas de cacao, e caffé nas terras que bem o produzirem, que se ponhão nomes nas praças, e ruas na forma que se custuma nas Povoaçoens civilizadas, que as cazas se edifiquem com uniformidade e rectidão; e que se serquem os quintaes; ordeno a V. M. que nas villas a que passa a fazer correyção convoque os juizes ordinarios, vereadores, Procurador da Camera, Director, Nobreza e Povo, e se fação com accordão commum taxas justas, e racionaveis nos ditos generos comestiveis, obra dos officiaes mecanicos, e que se façáo accordãos, e posturas, que determinem se planteu por cada hum dos ditos moradores arvores de fructo, e as de cacao e caffé nas terras capazes de o produzir, como tambem os generos uzuaes para a sustentação da vida humana, que se façáo criaçoens de gallinhas, e de gado vaccum conforme a possibilidade de cada hũa das ditas Povoaçoens, e que as cazas se edifiquem com licença dos officiaes da Camera, indo estes justamente com o Director delinearlhe o terreno que fiquem uniformes em igualdade e retidão as ruas, com declaração que aos Indios pela sua pobreza se não possam impor penas pecuniarias dandome V. M. de tudo parte o que tiver obrado. Deos Guarde

a V. M. Pará 25 de Janeyro de 1763. — Manoel Bernardo de Mello e Castro -Senhor Dezembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca. E eu Manoel Paes de Andrade escrivão que o subscrevi.

Termo de Posturas e Taxas, q. se poem aos generos

Aos 28 dias do mez de Janeiro de 1762 annos nesta villa de Conde na caza da Camera em correiçam q. fazia o Dezor. Feliciano Ramos Nobre Mourão, Ouvr. Gl. Corregedor da Comarca, o d° Min°. o Juiz Ord°. Vereadores, e Procor. da Camera mandarão convocar o Dir. Nobreza, e Povo, e sendo todos juntos propoz o d.° Ministro q. se devião fazer posturas pertencentes ao bem comum deste Povo, e taxa nos generos e obras dos officiaes mechenicos, e consideradas todas as materias utilidades, e necessidades deste Povo promoverão de comum acordo da maneira seguinte. Acordarão, e mandarão q. visto as ruas não terem nomes se lhes punha as seguintes. A rua larga, e principal desta villa se chamará Rua Formoza. A rua q. fica detras desta se chamará a Rua Nova. E a rua q. principia da Igreja se chamará a Rua do Altar.

Acordarão, e mandarão q. por estarém as mais das cazas arruinadas, seos donos cuidassem em as reparar, e se. . . . . no termo de dous annos e q. todos cercassem os seus quintaes.

Acordarão, e mandarão q. por ser conveniente e beneficio comum de todos os moradores no termo de hum anno plante cada hum nos seus quintaes quatro pacoveiras, duas larangeiras, hum limoeyro, e hiña pimenteira, duas goiaveiras, dous cajueiros, dous mammeiros e dous coqueiros.

Acordarão, e mandarão q. por serem as terras do continente desta villa de boa produção de cacao, e caffé e q. cada hum dos moradores plante cada anno vinte e sinco pes de cacao e vinte de caffé.

Acordarão, e mandarão q. nimguem possa fazer cazas de novo sem licença dos officiaes da Camera, os quaes lhe hirão de lançar o terreno de forma q. fiquem as ruas direitas, largas e espaçozas e as cazas se farão todas com a mesma figura, e uniformidade por fora por ser assim conveniente a formozura da villa, e se por dentro poderá cada hum fazer repartimentos que lhe parecer.

Acordarão, e mandarão q. os moradores q. tivessem vaccas, as não podessem matar, somente o poderião fazer nas cabeças de gado q. forem machos, e havendo sempre na villa dous touros pª creação.

Acordarão, e mandarão q. todos concorrão pª se fazer hũa olaria, e q. cubrão com telas suas cazas.

Acordarão, e mandarão q. estando esta povoação tão proxima a Cidade podem os moradores tirar muitas utilidades das suas culturas e creaçoens, e pª as conseguirem, q. todas plantem em abundancia maniba, arroz, e algodão e milho com q. fação grandes creaçoens de gallinhas e patos.

Acordarão, e mandarão q. se ponhão taxas nos generos comestiveis na maneira seguinte:

Por cada gallinha feita	200 rs.
Por franga enfeitada	140 rs.
Por frango grande	40 rs.
Por frango enfeitado	7 vintens.
Por frango pequeno	30 rs.
Por sinco ovos	20 rs.
Por pato grande	200 rs.
Por pata	160 rs.

Acordarão, e mandarão q. cada arroba de algodão 640 rs. Por cada alqueire de arroz 240 rs. Por cada alqueire de milho 320 rs. Por cada mão de milho 30 rs.

Acordarão, e mandarão q. os officiaes da Camera no mez de Outubro cada anno vizitarão as cazas, quintaes, e plantaçoens de todos os moradores para verem se tem observado estas posturas, e achando algum morador q. tenha contravindo, e as não tenha observado, se for Indio será punido com parecer de seu Principal. com aquelle castigo de prizão, q. parecer sufficiente pª se emendarem, e observarem as posturas e se os moradores não for Indio será punido com hum alqueire de farinha que pagarão para o Conselho e obras publicas, e se entregarão as multas dos alqueires de farinha fazendolhe carga neste livro, e servirá o officio de Thezoureiro o q. for Procurador da Camera.

E por esta forma se houverão estas posturas por feitas, e mandarão-se cumprissem, como nellas se contem, e se observassem como Leys Municipaes, de q. fiz este Termo, e Eu Manoel Paes de Andrade q. o escrevi.

Regimento dos Ferreiros.

Acordarão, e mandarão q. nas obras em q. não houver preço, e taxa declarada levará o Ferr° de feitio de cada arratel de ferro 40 rs. Levará de feitio de hũa axa, ou machado 280 rs. e sendo este de olho redondo levará 200 rs. de feitio, e sendo necessario concertar o dito machado, levará a metade do dito preço. Por feitio de hũa enxada 280 rs. e de a impanar 160, e de feitio de hũa fouce roçadoura 280 rs. e de a impanar 160. De feitio de hũm ferro de cova 60 rs. de feitio de hum ferro de canoa 160 rs. de feitio de hũa enxó de carpinteiro 260 rs., e de a impanar 160 rs. e de a calçar 110 rs, e de feitio de hua enxó de canoa 160 rs. e de a impanar 120 rs, e de a calçar 80 rs. De cada prego de caverna 15 rs. de meya caverna 5 rs, e dos caibraes dous por 5 rs. De hũa fechadura ordinaria estanhada levará de feitio 760 rs. e não sendo estanhada 560 rs. de feitio hũa enxó de pedreiro ordinario q. custuma ter hum palmo sendo estanhada 280 rs, e não sendo estanhada, 260 rs. De feitio de hũa macho femea de sinco nós 160 rs, e sendo de tres nós 80 rs. De feitio de hũa lima de rabo de minhoto com seos pregos 200 rs. De feitio de hum peão, e dado p^a. eng^o. 960 rs. De feitio de hum leme com seos caximbos 80 rs. Por feitio de cada dobradiça 140 rs. Por feitio de cada fechadura de canoa 550 rs. De feitio de cada aldrava com seos caximbos 5 rs. De feitio de cada gralindo 260 rs. De feitio de cada gato com seo capatilho 100 rs. De feitio de cada argola gre. 60 rs. De cada argola piquena 10 rs. De feitio de cada ferro p^a, os paos de bandeiras das canoas 100 rs. e de feitio de cada huma cavilha p^a os gurupés 360 rs. De feitio de cada hum macho de xapa 550 rs. De feitio de cada aldravinha 60 rs. e de feitio de huma aldrava gre. com sua femea 100 rs., de hum espeto de vara de feitio 240 rs. De feitio de hum olhal com o seu capatilho 60 rs. e sem capatilho 40 rs, e excedendo as ditas taxas pagará por cada vez p^a consumo e obras publicadas hum alqueire de far^a.

Regimento dos Sangradores

Levará por cada sangria que der no pé 30 rs., e por cada q. der no braço 50 rs. e excedendo a taxa pagará hum paneiro de farº. para o conselho

Regimento dos Barbeiros

Acordarão, e mandarão q. os officiaes de barbeiros não levem mais de dez rs. por cada barba q. fizerem em sua caza, e de hum vintem, indo faze-la a caza de outrem.

Regimento dos Alfaiates

Acordarão, e mandarão que os alfaiates levarão por fazer hum vestido de seda, ou veludo, convem a saber, de cazaqua 2000 rs. da vestea 800 rs. e do calção 400 rs. De fazer hũa cazaqua de lemiste, ou de panno fino 1800 da vestea 700 rs. do calção 300 rs. e o mesmo se entenderá nos vestidos de qualquer droga de lam. De fazer hum vestido de panno grosso, da cazaqua levará 1400 rs. e pella vestea levará 600 rs. e pello calção 240 rs.

De fazer hũa meya cazaqua de panno, o outra qualquer droga de lam sendo de quadrado, e pregas 1600 rs., e não sendo de quadrado e pregas 1200. De fazer hum roupão todo de seda 700 rs. sendo de baeta forrado de seda 600 rs, e sendo todo de baeta peça e forro 500 rs.

De fazer hũa cabaia de seda forrado com seos quartos de vestea levará mil reis e sendo sem quartos da vestea levará 700 rs, e sendo de chita com quartos da vestea levará 800 rs. e sem quartos levará 600 rs. sendo forrada dª. cabaya.

De fazer hũa batina de clerigo de seda, ou outra qualquer droga toda abotoada, e pospontada 2000 rs., e sendo de baeta 1600 rs. De fazer hũa capa curta de seda 600 rs, de fazer hum habito de Terzeº. de Sº. Antonio 900 rs e sendo de N. Senhora do Carmo 1000 rs. De fazer hum capote forrado 800 rs., e sendo sem forro 400 rs. De fazer hum manto de seda 700 rs, e não sendo de seda 400 rs.

De fazer qualquer saya de seda 800 rs. sendo de qualquer droga de lam 600 rs., e sendo de tafetá, 650 rs., e sendo de baeta 400 rs., e sendo de chita 450 rs. De fazer hũa roupa comprida 2000 rs se for justa ao corpo, e não sendo justa 1600 rs., e a esse respeito conforme as idades das creanças pª q. se fizerem.

De fazer hum justilho com mangas espartilhado sendo de seda 600 rs., e sendo de outra qualquer droga sem espartilho 200 rs.

De fazer hũa capa de pontas de seda toda forrada levarão 500 rs. e sendo de outra qualquer droga 300 rs.

De fazer hum calção de tafetá 240 rs., e de hum calção de camaleão forrado 300 rs., e de hum calção de baeta 200 rs., e de hum calção de algodão 160 rs.

Levará o alfaiate por cada hum dos dias em que for trabalhar fora sendo Me. de loja aberta 320 rs. a seco, e dando-lhe de comer levará 240 rs., e sendo official examinado a seco levará 240 rs. por dia, e dando-lhe de comer levará 180 rs. por dia, e não sendo examinado se lhe pagará conforme o seo trabalho, e excedendo as faxas pagará hum alquere de farinha para o conselho e obras publicas.

Regimento dos Capateiros

Acordarão, e mandarão q. os çapateiros levarão de fazer hum par de çapatos ponteados de duas solas com saltos da mesma sola 900 rs. dando o aviamento os ditos çapateiros.

Por hum par de çapatos virados com palmilha de sola 700 rs. e não sendo a palmilha de sola 640 rs. por hum par de chinellas a mourisca 600 rs., e não sendo a mourisca 400 rs. Por hum par de botas de bezerro de duas solas 3000 rs.

Por hum par de çapatos de molher de cabedal fino dandose-lhe o cabedal pª elles levará de feitio pondo-lhe somente a sola 400 rs.

Por hum çapato de molher dando o couro, e sola o çapateiro 640 rs. Por hum par de chinellas de molher 500 rs. O Mestre de loja aberta hindo trabalhar fora levará por dia a secco 500 rs e de comer 200 rs, e sendo official examinado levará a secco a 240 rs, por dia; e dando-lhe de comer levará por dia 160 rs. e não sendo examinado se lhe pagará conforme o seo trabalho. E por esta forma houverão es posturas, e Regimentos por findas, q. mandarão se cumprissem como nelle se contem, e se observassem como leys municipaes de q.

mandarão fazer este termo, q. assignarão, e eu Manoel Paes de Andrade Escrivão q. o escrevi.

Dor. Nobre. Do Juis Mauricio da Sva. hũa Cruz. Do Indio Vereador Pal. Bulhoens hũa Cruz. Do Indio Cappm. Mor Vereador Fernandes hũa Cruz. Do Procurador da Camara Carv.° hũa Cruz. Do Indio Almotacé, e Principal Costa hũa Cruz. De Domes. de Sarges da Matta hũa Cruz. Do Indio Ajudante Pedro João hũa Cruz. De Leopoldo de Barros hũa Cruz. De Cazemiro da Cruz hũa Cruz. De José Roiz hũa Cruz. De Braz Raymundo hũa Cruz. De Joseph de Torres.

O Diretor Alunso Roiz Chaves

Artur César Ferreira Reis.

A HABITAÇÃO DOS TIMBIRA

Os próprios Timbiras consideram como um dos mais característicos elementos da sua cultura a forma circular das suas aldeias. Enquanto os Timbiras ainda possuírem a sua consciência étnica não se deixarão persuadir a abandonar esta forma de habitar em conjunto, intimamente ligada à sua organização social e cerimonial. Apesar da sua grosseira ignorância em relação à cultura indígena, os missionários Batistas entre os Krahó parece que instintivamente sentiram a importância social do círculo da aldeia, empregando todos os esforços para conseguir que os índios o desprezassem, visto como enquanto existiam as aldeias circulares também estava de pé a antiga ordem social, dentro da qual não há lugar para missionários. Também o Encarregado do Serviço de Proteção aos Índios procurou debalde convencer os Ramkókamekra que um povoado em forma de rua é melhor que um em forma circular, quando êles, em 1924, mudaram a sua aldeia para o Ponto. Foi, porém, bastante sensato em não insistir quando os índios recusaram peremptòriamente a proposta.

Snethlage (Nordostbr. Ind. p. 152) escreve que Pereira do Lago mencionou aldeias circulares entre os Gamelas de Viana; Ferreira Gomes, entre os Krahó; e Ribeiro aldeias em forma de meia-lua entre os Timbiras de Goiás. Tôdas estas três citações são, porém, incorretas: O primeiro só diz que as choças dos Gamelas eram redondas, sem se referir à sua disposição. O último diz textualmente, depois de declarar que os Timbiras sempre arranjam os seus acampamentos e aldeias em forma circular: "alguns índios de Goiás edificam em meia-lua", referindo-se, sem dúvida, aos Šavánte-Seréntе cujas aldeias têm a forma de ferradura (v. Nimuendajú: The Seréntе, p. 16). Ferreira Gomes (Iti-

nerário, p. 195), enfim, menciona a aldeia circular dos Krȩyé que naquele tempo ainda moravam perto de Imperatriz, mas nada diz sôbre a forma das aldeias dos Krahó (que de fato têm a forma circular) declarando (p. 400) expressamente que não chegou a vê-las: "... três aldeias de indígenas mansos os quais não foram vistos por mim.... êstes indígenas são de duas nações, caraús (= Krahó) e chavantes".

Para a fundação da sua aldeia (krī) escolhem os Timbiras do campo sempre um lugar que satisfaça às exigências seguintes:

1) O chão deve ser plano e, como nos declives para os cursos de água, espaços planos com a extensão necessária não costumam existir, as suas aldeias tôdas se acham nos altos dos campos, em geral no fim de algum contraforte, no ângulo entre dois cursos de água confluentes.

2) O solo não deve ser pedregoso nem arenoso, mas ser formado de argila dura, pois sôbre pedras e areia é impossível dançar com aquela perseverança que o cerimonial dos Timbiras exige.

3) O lugar não deve ser demasiado distante da água, isto é, a mais de um quilômetro.

4) Nas proximidades deve haver bastante mata ciliar para os roçados durante o espaço de uns 10 anos. Quando, depois, em conseqüência das derribadas anuais, a mata já fica numa distância de mais de duas léguas da aldeia, muda-se esta novamente para um lugar onde ainda haja bastante mata na vizinhança. Ademais, cuida-se que o lugar da nova morada seja isento de impaludismo, o que os campos dos Timbiras em geral são.

Como aldeia Timbira típica podia-se considerar a do Ponto dos Ramkókamekra. Tão perfeitamente orbicular e simétrica como no plano de Fróis Abreu (Terra das Palmeiras), certamente ela não era; o perfil que o mesmo autor dá (p. 99) também não demonstra que ela se achava situada no alto do campo. Em 1930 ela se compunha de 31 casas (ihaé). O diâmetro do círculo era de 500 metros. Passando diante das casas, havia ao redor da praça uma rua (krīkapé) de largura irregular que eu, neste trabalho, chamarei de "rua circular". A sua largura mínima era de uns 7 metros, mas em frente às duas casas das moças Vu/tẽ que sempre estão diametralmente opostas, a rua se alarga, formando pequenos terreiros de dança. Como se corre e dança

continuamente nesta rua circular, não há nela uma graminha sequer, além do que ela é especialmente limpa por ocasião das festas.

No centro da praça cuja periferia é formada pelo círculo das casas, está o que eu chamarei "o pátio" (kã), uma área também circular, de uns 50 metros de diâmetro, igualmente limpa de tôda vegetação. Cada uma das casas está ligada a êste pátio por um caminho reto, de 2 a 5 metros de largura, que chamarei "caminho radial", de igual modo conservado inteiramente limpo, pelo menos em tempo de festa. Nas áreas triangulares entre êsses caminhos radiais, cresce o capim livremente, não se deixando, porém, crescer arbustos; e da antiga arborização do cerrado apenas se poupou um grande pé de sucupira na beira do pátio, por ter esta árvore um certo valor estimativo para os Rɛ̃mkókamekra.

Sobretudo na época da festa, estando limpos todos os caminhos e praças, a aldeia apresenta um aspecto muito bonito e pitoresco. Qual uma roda enorme com raios e cubo, avista-se ela, estendida na chapada, quando, vindo de Barra-do-Corda, o viajante alcançou a última elevação ao norte, enquanto a Serra do Alpercatas cerra os fundos do quadro.

Rumo aos pontos cardeais partem da aldeia quatro estradas quase à linha (pa'krê) pelos campos afora, sendo as do norte e leste as melhores e mais compridas. A primeira tem 17 quilômetros de comprimento (e não 25 a 30, como escreve Snethlage).

Estas estradas são pròpriamente destinadas às corridas de tora, só sendo limpas de árvores e arbustos numa largura de pelo menos 7 metros em certas ocasiões, de cinco em cinco anos, mais ou menos. Comumente elas servem de vias de comunicação, mesmo aos neobrasileiros. Vi semelhantes estradas também nas aldeias dos Krîkatí, Pukópye e Apãnyekra, e uma expedição punitiva, que em 1913 penetrou nas matas dos Gaviões Ocidentais, também lá as encontrou.

A 700 metros do círculo das casas, lá onde a estrada que vai em rumo leste atravessa o riheirão Santo Estêvão, está a principal aguada da aldeia, onde sempre são encontrados durante o dia índios e índias de tôdas as idades, tomando banho e transportando água. Uma outra aguada, da qual só se serviam ocasionalmente os habitantes de duas ou três casas, estava a 200 metros mais abaixo, à

sombra de uma grande árvore velha. O Santo Estêvão tem, mesmo no rigor do verão, uma largura até 15 metros e uma profundidade máxima de 1,70 metros, sendo as suas águas muito claras e boas.

Trezentos metros ao norte da aldeia existia uma pequena baixa que desaguava para o Santo Estêvão. No seu fundo só durante a estação das chuvas se formava um pequeno curso de água. Logo que os Ramkókamekra fundaram a aldeia do Ponto, plantaram pela baixa afora, numa extensão de meio quilômetro, numerosas palmeiras buritis, razão por que hoje nela se encontra água, mesmo no rigor da sêca. Pegaram também peixinhos e até um filhote de jacaré, soltando êstes animais no novo curso de água criado pelos índios, na expectativa de que êles, na qualidade de animais aquáticos, contribuíriam eficientemente para a formação de um genuíno córrego do campo. Ninguém se aproveitava dêste buritizal plantado. Raras vêzes eu vi o chefe Kukrãčá tão indignado como no dia em que avistou na mão de sua sobrinha a fôlha nova de buriti que ela trouxera quando tinha ido à baixa buscar água; pouco faltou que lhe batesse.

Os Krĩkatí do Canto da Aldeia, nas últimas cabeceirinhas do rio Pindaré, não tinham no verão água corrente, suprindo-se de diversas cacimbas cavadas no fundo do leito sêco das cabeceiras.

Todos os Timbiras possuem hoje aldeias fixas com as casas construídas para alguns anos, onde moram, todos reunidos, especialmente durante o tempo das festas, de maio a agôsto. A forma das casas diverge um pouco de uma tribo para outra, e até na mesma aldeia, sendo, porém, sempre muito parecida com aquelas que usam os neobrasileiros mais pobres da região. Como a extensão dêste tipo entre os últimos ultrapassa muito os limites da antiga terra dos Timbiras, estendendo-se, por exemplo, também à tribo Tupi dos Guajajaras, é plausível que os índios o tivessem adotado dos civilizados. Sob que influências, porém, êle se formou entre êstes últimos—é outro problema.

As melhores casas encontram-se, sem dúvida, entre os Ramkókamekra. A planta é retangular, um dos lados compridos formando a frente para a rua circular. A armação compõe-se de duas carreiras de esteios com forquilhas (ikré-yõčwá-hĩ), sôbre os quais descansam

horizontalmente duas linhas (pi-teka/pa), unidas por duas travessas colocadas em ângulo reto sôbre as suas pontas, junto dos dois pares extremos de esteios. Na linha mediana maior dêste espaço retangular estão dois ou três esteios mais compridos, que sustentam a cumieira que de cada lado é um pedaço mais curto que o quadro. Das duas pontas da cumieira descem de cada lado dois caibros principais (ikreyõ) para os quatro cantos do quadro. Nos intervalos põe-se um número suficiente de caibros para nêles amarrar a palha da coberta (ikrekuni). A casa tem, portanto, uma coberta de quatro águas, e já essas tacaniças provam que a forma é adotada. A coberta é feita de fôlhas de babaçu ou de anajá. Do mesmo material são feitas as paredes, se as tiver, sendo as folhas amarradas nos esteios e eventualmente ainda em varas verticais intercaladas. Tôda a ligação é feita por amarração com cipó. Tôdas as fôlhas de palmeira são aplicadas em posição horizontal, com os folíolos pendentes para um só lado. Sôbre a cumieira se colocam fôlhas de palmeiras em sentido longitudinal, firmando-as por meio de um número de paus em forma de ângulo, enganchados aos pares. A casa completa é fechada por paredes de todos os quatro lados, às vêzes, porém, falta a parede da frente, total ou parcialmente, ou sòmente uma parte da casa forma uma espécie de quarto fechado. A porta sempre se acha no lado comprido, virada para o pátio. A esta porta da frente corresponde, as mais das vêzes, outra porta na parede dos fundos. As casas da aldeia do Ponto, sem exceção, eram dêste tipo. Nenhuma delas era feita pela maneira que Sampaio e Magalhães Correia (Notas sôbre o "habitat" rudimentar, Est. II.) indicam como típica para os Canelas do Ponto. O tipo apresentado por aquêles autores, com coberta de duas águas e porta ao lado do esteio da cumieira, encontra-se, porém, com certa freqüência nas aldeias dos Krahó.

Janelas, que às vêzes faltam também em habitações neobrasileiras da zona, nunca existem nas casas dos índios. A entrada é às vêzes protegida por uma velho fora de corrida, atravessado, tendo se de passar em cima dela para entrar; isto por causa dos porcos domésticos que andam soltos. À noite e durante a ausência de todos os seus habitantes fecha-se a porta, de maneira bastante deficiente, com uma

esteira encostada ou pendurada nela. As casas são construídas pelos homens que nelas habitam, mas são propriedade das mulheres.

As habitações das famílias das duas moças Vu/ tê onde, durante o segundo período do ano, se reúnem e fazem as suas refeições as Classes de Idade, são construídas pelas duas classes mais novas, a saber: a da Vu/tẽ do Oriente pela classe do Ocidente, e vice-versa.

A casa da mulher de um índio que tinha ido à Capital do Estado em interêsse da tribo foi, durante a sua ausência, igualmente levantada pelas duas Classes de Idade mais novas. Quem tiver necessidade de recorrer ao auxílio delas tem de dirigir o seu pedido aos Chefes e ao Conselho, que transmite as suas ordens aos Comandantes das Classes. Afora a comida, estas não recebem gratificação. Sempre aparecem em tais casos com as suas companheiras de idade, que ajudam a preparar a comida e dançam com os rapazes. Num caso observei que tanto os parentes maternos como os paternos da proprietária da casa ajudavam na construção. Em outros casos o trabalho era feito só pelos habitantes.

Imediatamente ao lado ou atrás, raras vêzes adiante da casa, há comumente alguns arbustos de urucu, às vêzes também uma pimenteira, uma laranjeira, uma mangabeira ou um limoeiro, êstes três últimos adotados dos neobrasileiros. Com relativa freqüência entre os Krahó, mas raras vêzes entre os Ramkókamekra, vê-se logo ao lado ou atrás da casa um jirau onde se pode secar ao sol o que fôr preciso, sobretudo massa de mandioca e também cuias, canas de flecha, carne, etc., fora do alcance dos cachorros e porcos.

Muito menos limpas e arrumadas que a aldeia do Ponto são as outras aldeias dos Timbiras Orientais. Já as duas aldeias dos Kenpókateye-Krahó, Pedra Branca e Pedra Furada não se podiam comparar com a dos Ramkókamekra. As casas eram menores e feitas com menos esmêro: às mais das vêzes faltavam as tacaniças. Porquinhos, a aldeia dos Apanyekra, oferece um quadro de desleixo: as suas 12 choças eram pequenas, e muitas delas bastante arruinadas. Na praça coberta de moitas havia um ranchinho ruim para abrigar viajantes neobrasileiros, instituição esta que não existe em nenhuma outra aldeia Timbira. Os caminhos estavam cheios de mato. Mais ou menos semelhante era o aspecto das aldeias dos Krikatí e Pukópye,

das quais Canto da Aldeia contava 8, São Félix 13 e Recurso 11 choças. Estas são inteiramente abertas ou têm apenas uma parede do lado posterior cujas fôlhas de palmeiras são aplicadas em sentido vertical de ponta para baixo e com os folíolos em posição natural. E' a maneira original dos Timbiras Orientais fazerem paredes, sendo aquela dos Ramkókamekra, com fôlhas horizontais e folíolos pendentes para um só lado, emprestada dos neobrasileiros. Na aldeia do Recurso eu vi as habitações menores e mais mal feitas.

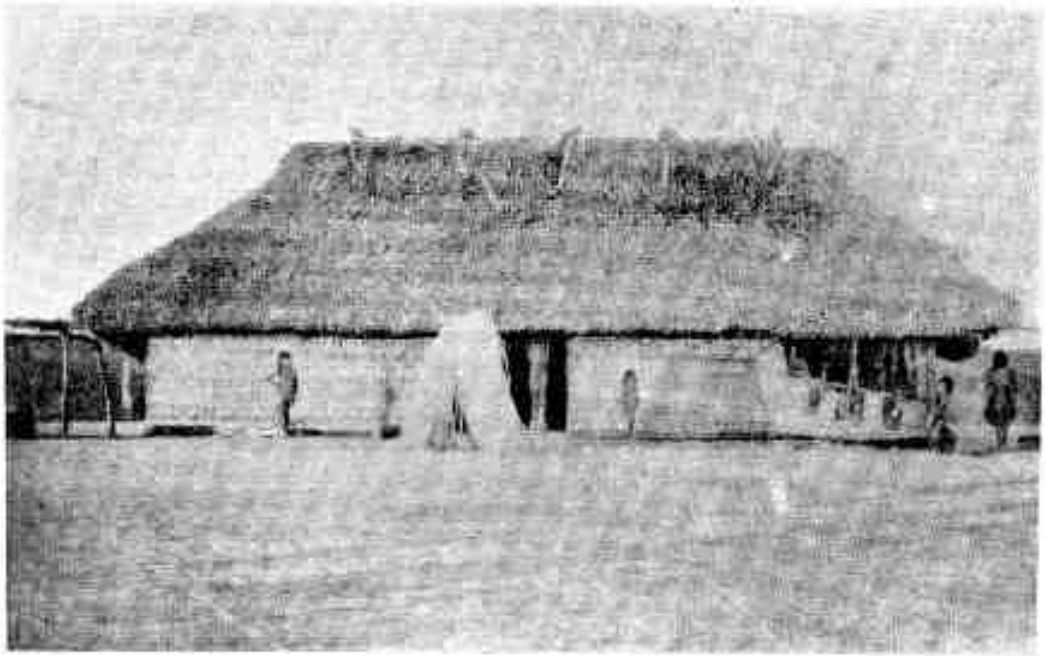
A aldeia da Gameleira do Rumo, dos Krepimkateye, encontra-se, ao contrário das anteriores, sôbre um barranco de 30 metros de altura, na margem esquerda do rio Grajaú. Compõe-se de 8 casinhas, na maioria com paredes de grades, barreadas, que cercam um pátio aproximadamente redondo, com 50 metros de diâmetro, quanto muito.

Numerosos caminhos estreitos cortam o campo e a mata ciliar em todos os sentidos, indo ter aos lugares que se procuram para a caça e para a pescaria. Os caminhos das roças são sempre largos e limpos, para que as mulheres possam passar livremente com os seus cêstos de carga. Pelos brejos se passa sôbre estivas feitas com paus deitados ao comprido, ao lado dos quais, às vêzes, existem varas fincadas em que o passante se possa segurar. Passam-se os riachos em pinguelas de árvores grossas, às vêzes suportadas por paus fincados na água em forma de tesoura, em cujos braços varas amarradas horizontalmente formam um corrimão. A superfície da ponte é, às vêzes, aplainada a machado para o pé não escorregar. Caindo no mato uma árvore demasiadamente grossa e comprida, atravessada sôbre o caminho, costuma-se fazer de cada lado um plano inclinado de varas grossas, que permitem subir e descer cómodamente.

A peça principal de uma casa de Timbira é a cama de varas (pára), feita de um jirau de braços de buriti bem juntos, armados em quatro forquilhas com duas travessas. A altura por cima do chão é de 50 centímetros mais ou menos e o comprimento de 1,70 a 2,00 metros, enquanto a largura varia conforme o número de pessoas que se servem dêle, de meio metro para uma pessoa solteira até três metros para uma família numerosa. Se a casa possuir um quarto fechado, as camas de vara, das quais cada família-pequena possui o



Quarto de reclusão do Pajé no interior da casa materna



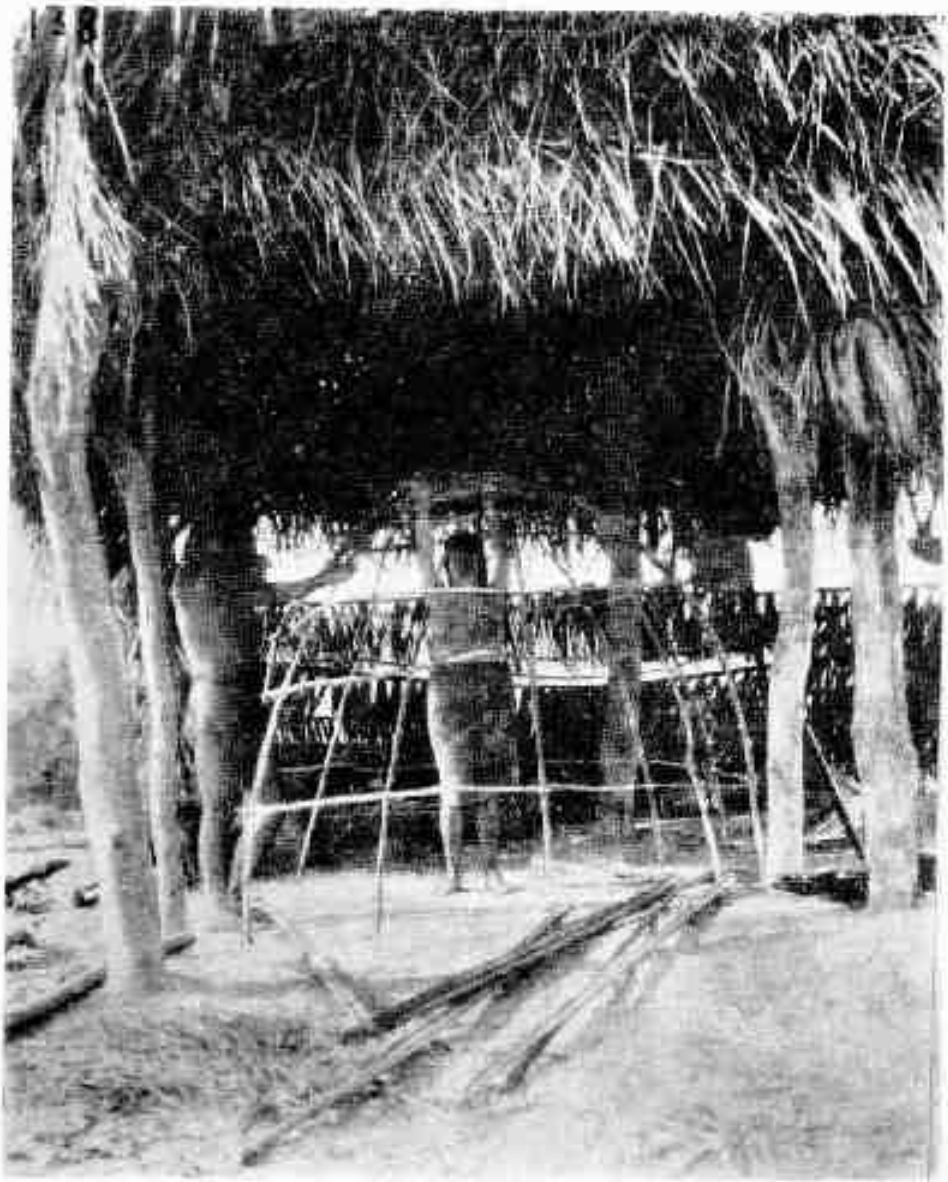
Casa da aldeia do Pedra

84 C 141.

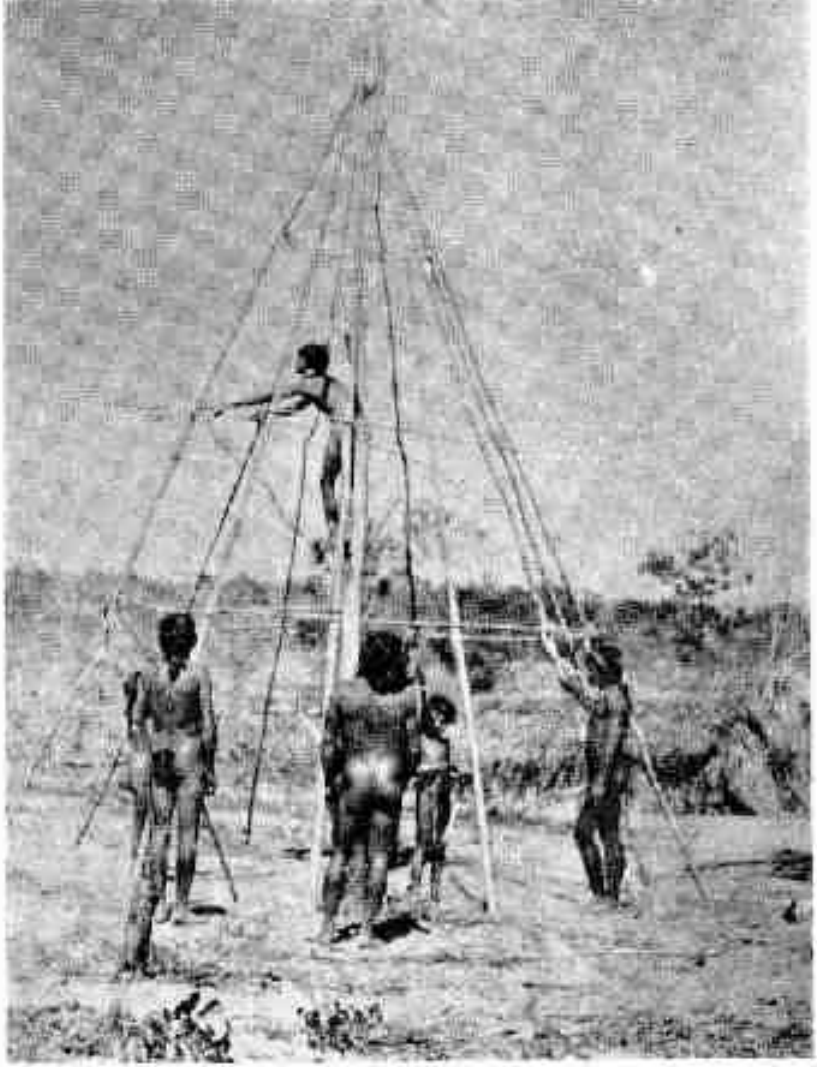


Pays d'Ava central : cases du village de Mahlaing



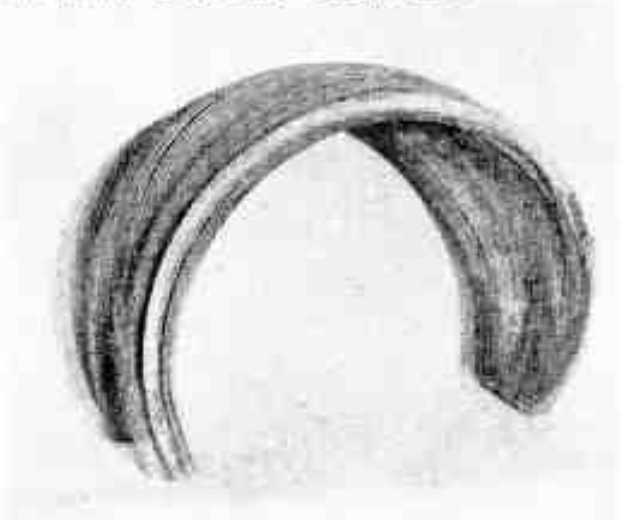


Construção do quarto de reclusão



Armação da casa da Sociedade dos Lavradores no Pátio da Alfôia

BANQUINHO DE ESPÁDUA DE AMAJA



seu próprio, sempre se acham nêle. Moças têm os mais das vêzes as suas camas numa altura de 2 metros acima do chão, debaixo da coberta, e rodeada de esteiras em forma de paredes; uma árvore com entalhes ou simplesmente uma vara amarrada obliquamente serve de escada.

No jirau há sempre um número maior ou menor de esteiras. Se a cama fôr feita com capricho há em baixo uma ou duas de palha de babaçu ou de anajá (kupíp) para nivelar as desigualdades do jirau, e por cima destas, outras de envira de buriti (kaʃtí). As primeiras são compridas mas relativamente estreitas e feitas sempre em técnica de "dois para cima e dois para baixo". A largura das segundas é arbitrária (até 120 centímetros), mas o comprimento máximo do tecido é de um metro, sem contar com as franjas que são de 30 a 40 centímetros. Alguns Rankókamekra ostentam com essas esteiras um certo luxo, trançando-as com ornamentos em forma de listras verticais ou horizontais ou de quadros, ou pintando-as com tinta amarela da raiz do urucu, formando pontos, retas e ziguezagues. Cobrem-se com esteiras de buriti, ficando porém, os pés descobertos, sendo que para aquentá-los há sempre, durante a noite, uma pequena fogueira no chão, junto à beira do jirau ao lado dêles.

A cama de varas com as suas esteiras não serve sòmente para nela se dormir e descansar, mas é, simultâneamente, banco e mesa, tanto que uma grande parte da vida doméstica se desenrola sôbre ela. Muitos gostam de tomar as refeições nela, e em algumas casas até os cachorros de estima têm direito a um lugarzinho no jirau. Em conseqüência, são as esteiras quase sempre gordurentas e de côr castanha, do urucu e da sujeira. Tornando-se sujas de mais, são lavadas no riacho com o auxílio de fôlhas de um arbusto que produz uma espuma como a de sabão. As esteiras de babaçu e anajá, porém, nunca se lavam; sendo de confecção rápida, são substituídas por novas quando sujas de mais. Nas noites belas do verão também entre os Rankókamekra muitas famílias costumam dormir, pelo menos durante as primeiras horas da noite, sôbre esteiras estendidas no terreiro da casa, pois gostam de sentar-se nelas à porta, à hora depois do sol pôsto, e adormecendo em seguida, mesmo sem fogo, até que o frio da madrugada os afugente para dentro da casa.

Entre os Ramkókamekra, Apanyekra e Krahó o uso da cama de varas é geral. Snethlage (Nordostbr. Ind., p. 155) citando também os Kayapó Meridionais entre as tribos que a usam, segundo Silva e Sousa, não compreendeu bem o texto: Êste autor fala apenas de "arranchamentos com 400 camas" que podem ter sido camadas de fôlhas dispostas no chão, o que me parece mais provável. Os Krikatí e em parte, também, os Pukópye, na época da minha visita, dormiam no chão sôbre esteiras e cobertos com outras, mas não em rêdes; sôbre êste ponto a citação de Snethlage, (p. 116) não está exata. A única tribo Timbira onde um certo número de pessoas dorme regularmente em rêdes é a dos Kre/púmkateye, o que Snethlage também observou. Os Krikatí, Pukópye e Ramkókamekra possuem, na verdade, um número de rêdes, mas só as ocupam para o descanso durante o dia. Quase sem exceção essas rêdes são obtidas por troca, dos Guajajaras, sendo que tôdas que encontrei entre os Krikatí e Púkópye procediam da pequena aldeia isolada de Urueu, as dos Kre/pumkateye dos Guajajaras que habitam mais acima no Grajaú, e as dos Ramkókamekra das aldeias além do rio Corda. Entre êstes últimos Timbiras vêem-se também algumas rêdes neobrasileiras trazidas das suas viagens de mendigação às Capitais dos Estados. Até à época da minha estada entre êles, os Timbiras jamais confeccionaram uma rêde de algodão; últimamente. (1944) pelo menos os Krikatí, já aprenderam a sua fabricação.

Nos seus acampamentos volantes fazem os Timbiras em poucos minutos uma rêde que se presta muito bem durante alguns dias, trançando as pontas dos folíolos de duas fôlhas de buriti, formando os talos, afinados até a grossura de um dedo e torcidos, as cordas desta rêde. Tais rêdes podem-se ver, também, às vêzes, nas aldeias permanentes, especialmente entre os Krahó, e entre os Akwẽ-Šerénte elas encontram-se igualmente em uso.

Snethlage viu entre os Apãnyekra uma rêde para criança feita de poucos fios de envira. Eu próprio vi uma do mesmo material entre os Ramkókamekra, que era feita de cordas da casca preta do guembé (Philodendron sp.), não na técnica do fio duplo, como as dos Guajajaras, mas na de malhas abertas em que os Timbiras fabricam os seus puçás, sòmente com malhas mais largas. Entre os Seréntе se encon-

tram rêdes semelhantes com relativa freqüência, das quais os caçadores se servem armando-as nos galhos das árvores onde esperam a caça durante a noite. Não parece, portanto, ser um elemento adquirido das tribos Tupis.

Em duas ou três casas da aldeia do Ponto havia, também, um sótão num canto, com soalho de varas e paredes de palha, inteiramente fechado, com uma pequena porta para a qual conduzia um pau com recortes. Servia de celeiro e para guardar os objetos de mais valor; é uma imitação dos sótãos existentes em algumas casas neobrasileiras.

Nenhuma tribo Timbira usa jiraus no interior da casa, para depositar objetos. Deixando de parte os sótãos mencionados, todos os utensílios encontram-se metidos na palha da coberta e das paredes, jazem no chão, nos cantos, ao longo das paredes ou debaixo das camas de varas, ou, em se tratando de miudezas, estão pendurados em bôlsas e cêstos, dos quais sempre existe um bom número. Para pendurá-los deixa-se, às vêzes, nos esteios algum tôco de galho, e a mesma utilidade têm, também, as cordas que pendem dos caibros. Ganchos e travessas próprias para pendurar qualquer coisa não existem.

Ao equipamento permanente da casa Timbira pertencem, também, as fogueiras, das quais há três especies: Primeiro, o foguinho noturno ao pé da cama de varas, que durante o dia é apenas ocupado ocasionalmente para algum fim técnico. Segundo, o fogo da cozinha que às vêzes coincide com o primeiro, mas com preferência se faz na parte da casa fora do quarto fechado. E' com a sua trempe de pedras, uma inovação, visto como nenhuma tribo Timbira, antigamente, sabia cozinhar, ocupando provàvelmente para o preparo daquela comida que se fazia no espêto e no borralho, a fogueira ao pé da cama. Como entre os neobrasileiros, dos quais ela foi adotada juntamente com a panela (de ferro), esta fogueira de cozinha se acha sempre dentro da casa.

Terceiro, o forno de terra (kíya-ẽa) que sem exceção é fora da habitação, tanto na casa permanente como no acampamento, alguns metros atrás dela, do lado do campo. Só por ocasiões festivas especiais o cerimonial prescreve que os fornos sejam feitos em frente às casas, na margem interior da rua circular.

Fora do uso êle se apresenta como um feio mesclado de pedras, terra revôlta, pedaços de lenha queimados, fôlhas e esteiras velhas. E' um elemento de cultura comum não só a tôdas as tribos Timbiras como, também, aos Kayapó, Šerénte e Gamelas de Viana.

Falando do forno de terra tratarei também, logo, do preparo dos bolos de massa de macaxeira, que representam um papel tão importante no cerimonial dos Timbiras:

Deitam-se no chão fôlhas de sororoca (Ravenala sp.), cruzadas em forma de estrêla, até formarem um disco, sôbre a parte central do qual se espalha uma camada de dois dedos de massa de macaxeira. Nesta se mete uma boa quantidade de pedacinhos de carne de uma a duas polegadas, espalhados sôbre a massa e cobertos por outra camada desta. Depois dobram-se as pontas sobressalentes das fôlhas para o centro, cobrindo completamente a massa. Amarra-se tudo com cipós finos, de maneira que o bolo se apresenta como embrulho de fôlhas, chato e redondo, de até 60 centímetros de diâmetro. Nesse meio tempo uma grande fogueira sôbre a qual se tem pôsto uns vinte pedaços de barro duro da casa de cupim do campo ou pedras, do tamanho de um punho fechado, acabou de queimar. Os restos da fogueira são postos de lado e o lugar quente dela varrido e forrado com fôlhas de sororoca sôbre as quais se deposita o embrulho com o bôlo de carne. Sôbre êste se colocam então os pedaços de barro ou pedras quentes, cobrindo-os com fôlhas ou esteiras velhas e, cavando ao redor, cobre-se tudo com uma grossa camada de terra, não deixando escapar nenhum fio de fumaça, de maneira que êste forno toma o aspecto de uma sepultura nova. Depois de umas duas horas o bôlo está estufado.

Êste tipo de forno de terra é o que está em uso geral entre todos os Jê do Noroeste e do Centro. A comida é estufada entre o chão quente e os pedaços de barro ou pedras quentes; nada, portanto, de uma "cova no chão". Devo salientar isto porque todo um número de investigadores (Ribeiro: Memória, § 16, 17. — Pohl: Reise, I, 404. II, 30. — Krause: in den Wildnissen, 388 — Snethlage: Nordostbr. Ind., 166. — Frois Abreu: Terra das Palmeiras, 177) falam de covas como em uso entre os Kayapó, Timbiras e Šavánte. Krause confessa não ter visto o processo, e provàvelmente os outros quatro autores

tampouco o assistiram *de vista*, pois a técnica que descrevem ou é de todo impossível ou pelo menos extremamente ineficiente. Talvez a terra cavada ao redor do forno lhes tivesse causado a impressão de uma cova.

Nas fogueiras das Classes de Idade no pátio não se prepara comida.

Hoje, se o fogo se apagar, o que raras vêzes acontece, e se não houver nenhum vizinho perto que possa fornecer um tição, êle é produzido com o botefogo dos sertanejos que consiste num fuzil, num pedaço de aço qualquer e em isca de algodão queimado dentro de uma ponta de chifre de vaca. Todos, porém, conhecem ainda os paus ígnigênios dos antigos (rêrã) que são duas varinhas de urucu. A vara de verrumar tem meio metro de comprimento e uma grossura pouco menor que a de um dedo, e finda numa ponta arredondada. O suporte é de comprimento mais ou menos igual e de grossura um pouco maior. O fundo em que se assenta a vara de verrumar tem uma saída lateral que, às vêzes, falta. Maneja-se êste aparelho sentado, firmando o suporte com os pés no chão. Para o trabalho no roçado e para a pescaria noturna leva-se sempre um pau de lenha aceso.

Para avivar a chama serve um abano (kapêr-čã) em forma de uma pequena esteira de palha de babaçu, anajá ou bacaba, de forma quadrada e até hexagonal, que oportunamente também serve de assento para a mulher junto à fogueira, de pá de livro ou de tampa de panela.

Buscar lenha pertence às ocupações femininas. Em geral as mulheres se convidam umas às outras para a sua execução. Uma grande árvore sêca demasiadamente pesada para elas é, porém, trazida muitas vêzes pelo homem.

A lenda que conta como os índios adquiriram o fogo da onça eu encontrei, com variantes insignificantes, não só entre os Ramkókamekra, Krẽyé de Bacabal (Vokabular und Sagen, p. 633) e Apinayé (The Apinayé, p. 154) como, também, entre os Kayapó e Seriente. (Šerente Tales, p. 181).

A versão dos Ramkókamekra é a seguinte:

"Isto aconteceu nos tempos em que os índios ainda não possuíam fogo; para não comer a carne inteiramente crua torrava-se ela ao calor do sol, sôbre uma laje de pedra.

Um homem descobriu uma ninhada de araras dentro de um buraco num paredão de pedra a pique. Levou um menino, que era cunhado dêle, para tirar os filhotes, cortou uma árvore e encostou-a ao paredão para o menino poder subir. Mas, quando êste quis agarrar os filhotes, êstes gritaram tanto, que êle ficou com mêdo de tocar-lhes. O homem mandou que êle os atirasse logo para baixo, e como o menino ainda se mostrou com mêdo, êle se zangou, atirou para um lado a árvore e foi para casa só.

O pequeno, que sem a árvore não podia descer, ficou sentado junto ao ninho. Êle quase morreu de sêde, e os araras velhos, voando por cima dêle, defecaram-lhe na cabeça ao ponto de êle criar vermes; mas os filhotes em pouco tempo perderam o mêdo.

Um jaguar passou por perto do paredão, e vendo a sombra do menino quis agarrá-la quando êste moveu o braço. Finalmente, o menino cuspiu para baixo, e agora o jaguar, levantando a cabeça, viu-o e perguntou: 'Que estás fazendo lá em cima?" — "Meu cunhado mandou-me tirar os filhotes dos araras, e como não tive coragem de pegá-los êle se zangou e derribou a árvore pela qual eu tinha subido".

"Atire para baixo os filhotes." mandou o jaguar. O menino obedeceu, e o outro os apanhou e devorou. "Agora salta tu mesmo!" ordenou depois o jaguar, mas o menino não quis obedecer com mêdo de ser devorado por êle, também. "Não, eu não te comerei", sossegou-o o jaguar, salta logo e eu te apararei. Finalmente, o menino se resolveu a saltar e atirou-se para baixo onde o jaguar o apanhou no ar entre as patas dianteiras. Carregou o para junto de um ribeirão, fê-lo beber, lavou-o e levou-o para casa.

Havia na casa do jaguar um grande moquém com muita carne, e debaixo dêle um enorme tronco de jatobá em brasa. O jaguar deu ao menino um pedaço do moqueado, e deixando-o em casa em companhia da sua mulher que estava prenhe, foi outra vez ao mato caçar. Ora, a onça não suportava o menor ruído e, quando o menino estalou entre os dentes um pedaço do moqueado bem tostadinho, ela se enfureceu. "Meu neto!" gritou ela, mostrando-lhe as unhas e rosnando. O menino, muito assustado, queixou-se ao jaguar quando êste voltou. Então o jaguar fêz-lhe um arco e flechas, instruindo-o que, se a onça outra vez se enfurecesse contra êle, atirasse na palma da mão dela e fugisse pelo caminho que êle lhe ensinou e pelo qual chegaria outra vez à aldeia. Tendo o jaguar outra vez partido para a caça, o menino sentiu fome, tirou um pedaço do moqueado e comeu. Imediatamente a onça se irritou com o ruído de mastigar e mostrou-lhe furiosamente as unhas. Quando pela terceira vez ela repetiu êste gesto, o menino flechou-a na mão e fugiu, não podendo a onça perseguí-lo por estar prenhe.

O menino, enveredando pelo caminho indicado pelo jaguar, voltou para a aldeia e ali contou a seu pai o que lhe tinha acontecido, que na casa do jaguar havia fogo e como era saboroso o moqueado. Então o pai foi ao pátio e relatou tudo aos chefes e ao conselho, e êstes resolveram logo buscar o fogo para a aldeia.

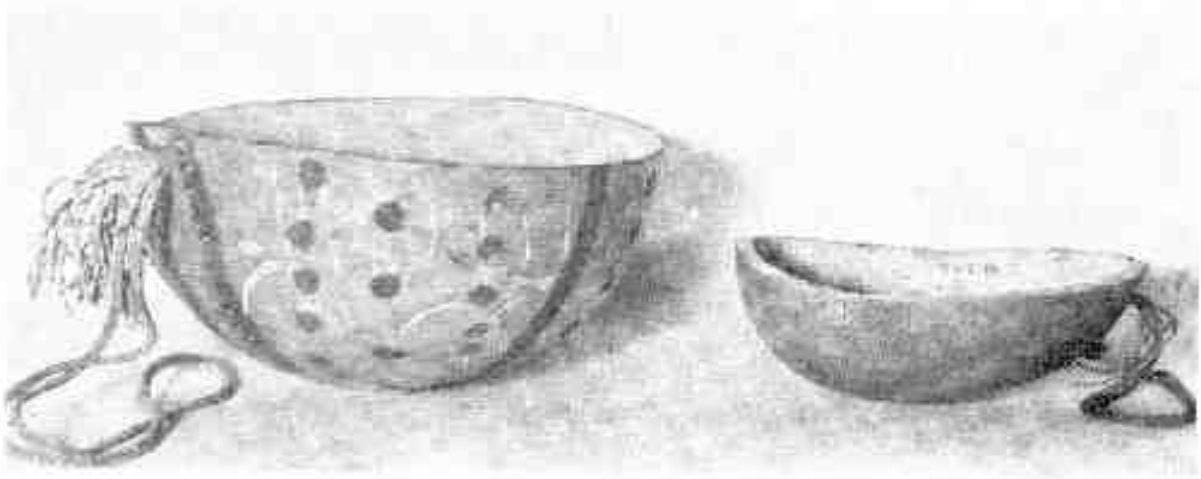
Pondo estafetas ao longo de todo o caminho da aldeia até a casa do jaguar, mandaram o seu melhor corredor entrar nesta, junto com o sapo. O jaguar outra vez não estava em casa. Então o homem agarrou o tronco de jatobá aceso e correu com êle. A onça pediu que lhe deixassem pelo menos um tição, mas não ficou nada, pois o sapo cuspiu em cima de tôdas as brasas que ainda se achavam espalhadas, apagando-as. O homem com o tronco aceso correu até o primeiro estafeta que lhe tomou a carga do ombro, correndo com ela até o segundo, e assim por diante, até que todos chegaram na aldeia com o fogo."

A variante dos Krỹgé de Barabal do mito da aquisição do fogo é a seguinte (C. N. Vokabular und Sagen, p. 655):

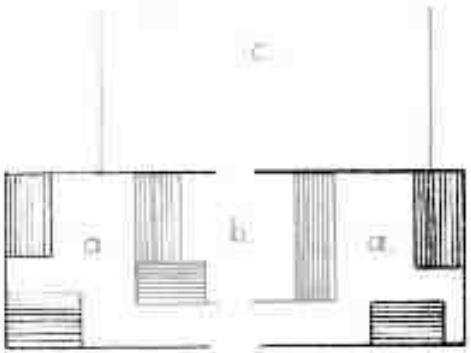
> "Um homem saiu em companhia de seu pequeno cunhado para tirar os filhos de arara que havia num ninho no ôco de uma árvore muito grande. Depois de ter feito um mutá, êle mandou o menino subir ao buraco. Quando êste meteu a mão pela abertura para pegar os filhotes, êstes começaram a gritar de tal forma que êle ficou com mêdo de pegá-los. O homem insistiu com êle por diversas vêzes que o fizesse, mas o menino não se achou com coragem. Finalmente, o homem se zangou: derribou o mutá e foi para casa enquanto o menino ficou na árvore, junto ao ninho das araras. Com o tempo os filhotes dêstes ficaram tão mansos que se deixaram apanhar sem susto.
>
> Um jaguar passou ao pé da árvore, e, vendo o menino, perguntou o que estava fazendo lá em cima. Este lhe contou como o seu cunhado o abandonara ali, com raiva porque êle não se atrevera a pegar os filhotes. Mandou então o jaguar que êle lhe atirasse um dos filhotes para baixo. O menino obedeceu, e o jaguar apanhou a ave entre as patas dianteiras no ar, com um rugido feroz, matando-a imediatamente. O mesmo êle fêz com o outro filhote que o menino lhe atirou. Depois êle mandou que o menino mesmo saltasse para baixo, pois ia apanhá-lo. Este teve mêdo, mas o jaguar garantiu que não lhe faria mal; que fechasse os olhos e saltasse. Finalmente, o menino obedeceu. O jaguar apanhou-o rugindo ferozmente, e a criança teve um mêdo muito grande. Tranqüilizando o menino, o jaguar mandou-o arrancar um cipó e enterrar os filhotes de arara. Depois mandou que os levasse, e ambos foram à habitação do jaguar. Chegando na aguada dela, lavou o menino que estava muito sujo, e alisou-lhe os cabelos. Em casa êle entregou o menino com as araras à sua mulher, contando como o havia encontrado e concluindo: "Este agora é nosso filho." O menino sentou-se ao lado da fogueira e do moquém que estava



Un malfaiteur domestique est entraîné de force dans la fosse, revêtue de cuirs, à l'aide de lilets de pêche.

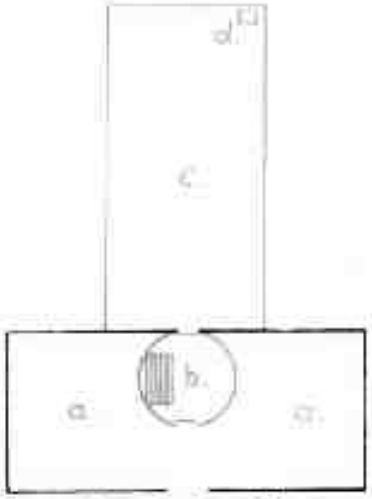


Compartimentos de recluzão
dos Ketuayé
1 : 200.



Rua circular
a: Habitação da família.
b: Quarto de recluzão
c: Cercado de recluzão
Cama de varas.

Compartimentos de recluzão
dos Pepyé
1 : 200



Rua circular
a: Habitação da família
b: Choça de recluzão com cama de varas
c: Cercado de recluzão
d: Sentina



Choça hemisférica junto ao roçado

carregado de pedaços de carne, ficando só com a onça, enquanto o jaguar foi caçar de novo. Mal êle tinha ido quando a onça chamou o menino para junto dela para espiolhá-lo; êste, porém, teve mêdo e correu atrás do jaguar, que voltou com êle para casa, admoestando a onça que não fizesse mêdo ao menino; depois foi outra vez. Algum tempo depois, porém, a onça pôs novamente a pata no braço do menino, querendo catá-lo. Outra vez o pequeno fugiu e, correndo atrás do jaguar já o alcançou longe da casa, no mato. Então êste lhe fêz um arco e flechas para que, se a onça outra vez o quisesse catar, lhe atirasse uma flecha na palma da mão, mas não nos olhos, para ela não ficar cega. Feito isto êle devia fugir na direção que êle lhe indicou pela mata a fora, até chegar num caminho que o levaria para casa de seus pais. O menino fêz conforme a instrução recebida: Flechou a onça na mão quando ela quis catá-lo e, correndo no rumo indicado, achou o caminho pelo qual voltou para a aldeia. Os seus parentes se admiraram muito de vê-lo voltar, e quando lhes contou da sua vida com os jaguares, do fogo e do moquèm. "Devias ter-nos trazido um tição de fogo", disse o pai dêle. A isto o menino se ofereceu para ir buscar o fogo, pois se lembrava ainda bem do caminho. Um número de homens o acompanhou, escondendo-se na mata quando havia chegado perto da casa do jaguar. O menino, aproximando-se devagar, perguntou à onça: "Onde está meu pai (o jaguar)?" — "Foi à mata", respondeu a onça. Mas já o menino tinha agarrado tôda a lenha acesa que havia debaixo do moquèm, fugindo com ela. "Podias ter deixado pelo menos um tição para mim." queixou-se a onça, mas o menino, correndo até onde os homens estavam esperando por êle, lhes entregou o fogo, que levaram para a aldeia. Desde então os índios têm fogo".

Com essas duas versões dos Timbiras Orientais concordam em todos os pontos principais as respectivas lendas dos Apinayé (C. N.: The Apinayé, p. 154), dos Kayapó Setentrionais e dos Šerénte; o mo-

tivo é, portanto, bem-comum dos Jê do Noroeste e do Centro, não me sendo conhecido de outras tribos. Os Matako do Chaco Central (Métraux: Myths and Tales, p. 67, 68) e os Cuna do Panamá (Wassén: Animal Histories, p. 27) dão, também, o jaguar como sendo primitivamente o senhor do fogo, mas as circunstâncias do roubo são muito diferentes das do mito Jê.

Como assento em casa serve, sobretudo, a cama de varas ou a rêde, se a tiver, adiante da casa foras velhas colocadas ao longo da parede. Existem, porém, se bem que raras vêzes, banquinhos (mekrí-ča) em forma de arco, feitos de espátula de anajá (avar-prêp) especialmente entre os Krikatí e Pukópye. Quando se sentam no chão, gostam de forrá-lo com uma esteira, as mulheres, também, em casa com o abano, no mato com umas fôlhas. No pátio se sentam e deitam as mais das vêzes sôbre o chão nu; alguns levam, porém, regularmente uma esteira para a sessão. Outros se sentam sôbre o seu grande cacête achatado. Só na aldeia dos Krejpímkateye vi paus compridos na periferia do pátio para assento.

Sem considerar as casas de festas que sempre são demolidas depois da época cerimonial, havia na aldeia do Ponto ainda as construções seguintes: Ao lado da casa em que vivia com suas irmãs o chefe Kukrãčy, viúvo, existia, um pouco atrás do círculo das casas, um rancho (fom-yãkwá, do português "forno") onde se via armado sôbre quatro pés de pau um grande forno para a fabricação da farinha de mandioca. Pertencia ao dito chefe, que o recebeu há uns 25 anos atrás de um amigo de índios. Todos os habitantes da aldeia se serviam dêle, dando-lhe em pagamento uma cuia cheia de farinha fabricada. Também na aldeia de Pedro Branca dos Krahó existia uma casa de forno semelhante, a uns 300 metros atrás do círculo das casas.

Alguns índios dados à criação de porcos tinham, ao lado da sua casa, abrigos bem construídos de dois metros em quadra, onde êsses animais podiam dormir em tempos de chuva — se quisessem, porque nunca eram presos. Para caititus mansos que sempre existiam na aldeia para ser mortos por ocasião de certas festas, o proprietário constrói em geral, na beira do terreiro da casa, uma espécie de gaiola de varas verticais de um metro de altura, coberta com fôlhas de palmeiras.

Os poucos índios que possuem algumas galinhas fazem para elas, atrás da casa, uma pequena coberta de duas águas, de meio metro de altura, diretamente sôbre o chão, de varas, pedaços de casca de pau e esteiras velhas, que durante a noite é fechada com pedaços de pau encostados na porta. Estes galinheiros foram adotados dos neobrasileiros, junto com as galinhas.

Já mencionei o pequeno rancho para hóspedes neobrasileiros que excepcionalmente existia na aldeia Porquinhos dos Apanyekra. Nenhuma tribo Timbira conhece a "casa dos homens" ou a "casa dos solteiros", como o waraã dos Šerénte. As sessões dos chefes e do conselho se realizam ao ar livre, no pátio, onde, também, dormem os moços.

Fora da aldeia usam os Ramkôkamekra as seguintes formas de abrigo, quando não preferem acampar ao relento:

Achando-se o roçado longe da aldeia constrói-se perto dêle uma choça para o tempo que exige a presença dos donos. Estas choças não estão no próprio roçado, mas no campo, fora da mata ciliar. Em geral, são ranchos retangulares com cumieira, menores e feitos com menos esmêro que as casas da aldeia. Algumas vêzes, porém, encontra-se ainda a antiga choça hemisférica (ikré-yirõno). Esta tem por dentro uma altura de 180 centímetros. A armação consiste em oito ou mais árvores finas fincadas no chão em círculo e envergadas convergentemente nas pontas. Os galhos destas árvores são entrelaçados, raramente amarrados, de maneira a formar paredes. Aros horizontais não existem. Por fim se encostam ao redor, verticalmente, com as pontas para cima, fôlhas de palmeira, colocando outras deitadas por cima em todos os sentidos. A choça, quando feita cuidadosamente, é absolutamente impermeável a chuva, e só perto do chão um pouco ralo. De um lado deixa-se aberta uma entrada de um metro de altura.

No mesmo estilo, mas com menos cuidado, são feitas as choças dos acampamentos volantes que todos os Timbiras dos campos constroem quando em grupos maiores acampam fora, durante as caçadas e outros trabalhos. Sempre formam um círculo, tendo cada dona de casa o cuidado de colocar a sua no lugar que corresponde exatamente ao que lhe compete, também, na aldeia. Estas choças são feitas pelas

mulheres exclusivamente, mas nunca pelos homens, quando, sem a família, acampam fora da aldeia.

Impõe-se agora a pergunta: Tinham os Timbiras originàriamente só essas choças hemisféricas ou possuiam êles, nas suas aldeias permanentes, desde tempos antigos, outras habitações maiores e mais duradouras? Diversas razões falam em favor desta última hipótese:

1) Na choça hemisférica não pode haver nem camas de varas nem jiraus altos para as moças.

2) Nenhuma família-grande, como as que são as unidades sociais dos Timbiras, caberia nela.

3) Seria impossível reunir os meninos durante a primeira fase das iniciações em duas choças destas, uma do lado do Oriente, outra do lado do Ocidente da aldeia, pois o número dêles era ainda, em 1930, de duas vêzes 16, e antigamente é provável que ainda tivesse sido mais elevado.

4) Igualmente impossível se tornaria no interior de uma choça semelhante a construção de um quarto de reclusão para uma ou mais pessoas, como o exige a última fase das iniciações.

5) Ela não podia servir de casa de reunião a nenhuma das sociedades de Festa que ainda hoje contam de 15 a 30 membros.

6) A instituição das duas moças Vỹ/tẽ pressupõe a existência de casas muito maiores, pois o número dos que nas duas casas delas se reunem era ainda em 1933, de 54 e 57, respectivamente.

Convencido estou de que, se tôdas essas cerimônias tivessem tido lugar antigamente ao ar livre ou em latadas erigidas *ad hoc*, isto ainda hoje se daria, pelo menos, na maioria dos casos. Ao contrário, prova a localização tradicional das cerimônias em determinadas casas do círculo da aldeia, que elas aí se realizaram desde as antiguidade. — De que tipo, porém, eram originalmente as casas grandes dos Timbiras, não se pode mais determinar hoje. Perguntando aos índios, recebe-se invariàvelmente a resposta que elas sempre foram do tipo atual. Disto, porém, só se pode tirar a conclusão que a substituição do tipo antigo pelo neobrasileiro se deu muito cedo, mas não que êste seja de fato o original dos Timbiras.

Fora destas duas formas de habitação: a casa retangular de cumieira e a choça hemisférica, usam os Timbiras Orientais oportunamente tôda uma série de tipos mais primitivos de abrigo: Há paraventos de fôlhas de palmeira encostadas obliquamente contra alguma vara horizontal metida entre os galhos de duas árvores vizinhas ou armada em duas forquilhas. Não encostando as fôlhas numa travessa, mas fincando-as no chão, em semicírculo, resulta um paravento semicônico, como Snethlage observou e como eu vi algumas vêzes como primeiro abrigo numa aldeia nova. Latadas, isto é, quadros horizontais retangulares de varas armadas na altura de um homem e cobertas com fôlhas de palmeira, só se vê por ocasião de cerimônias festivas no campo aberto, fora da aldeia. O seu nome é, como o do paravento, ikré-po casa chata. Também os neobrasileiros da região armam semelhantes latadas ao lado das suas casas, sempre que celebram alguma festa, e dêles visìvelmente os Timbiras os adotaram. Elas só oferecem abrigo contra o sol, mas não contra a chuva. Pessoas isoladas, obrigadas a pernoitar no campo ou surpreendidas em caminho por um temporal, engrossam a copa de algum arbusto por meio de galhos e fôlhas de palmeira deitadas sôbre êle até formar um abrigo ou amarrando, sem cortá-las, as fôlhas de duas touceiras de palmeira pati pouco distantes uma da outra, formando assim uma espécie de guarita. Durante cerimônias prolongadas no pátio, nas horas de maior insolação, armam os espectadores, freqüentemente, esteiras para abrigar-se do sol, encostando-as em qualquer apoio como seja um arco ou uma espada de pau fincada no chão ou simplesmente contra as próprias costas.

Finalmente, observei ainda que uma caverna na ponta oriental da Serra do Moquém, 18 quilômetros ao sul da aldeia de Pedra Branca dos Krahô, era oportunamente ocupada como abrigo, pois tinha na entrada algumas fogueiras velhas, apagadas.

Curt Nimuendaju.

O PARQUE DA PRAÇA DA REPÚBLICA ANTIGO DA ACLAMAÇÃO

NOTÍCIA HISTÓRICA DO CAMPO

No Vice-Reinado de D. José Luís de Castro, Conde de Resende (1790-1801), iniciaram-se na área ocidental do vasto campo de S. Domingos pequenos melhoramentos, que consistiram, apenas, no entulho de pântanos, despendendo o Senado da Câmara para mais de trinta mil cruzados, com o auxílio de donativos angariados pelo povo.

Estendia-se a planície de S. Domingos da rua da Vala até os mangais de S. Diogo. Precisamente, da atual rua Uruguaiana em direção ao interior ou recôncavo da cidade, foram por essa época prolongados e abertos logradouros, cercados de valas e charcos em cujas circunvizinhanças se encontravam algumas chácaras. Em seguimento à rua da Alfândega existiu um trilho a que chamavam de — caminho de Capueruçu, atravessando em linha oblíqua o areal do campo, a encontrar a atual rua do Areal. Passando pela lagoa da Sentinela, um dos trechos franqueados aos viandantes, finalizava êsse caminho em terras dos padres, no Engenho Velho.

Documentos do século XVIII registram entre outras propriedades ali situadas uma chácara que fôra adquirida pela Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Do caminho de Fernão Gomes (rua Senhor dos Passos) estendia-se a chácara do Carmo até a rua do Conde (atual Visconde do Rio Branco), confrontando as faces laterais com as ruas de S. Jorge e Nova do Conde (Frei Caneca), e abrangendo, assim, o trecho mais tarde ocupado pelo campo de Santana. Em outra extremidade do descampado ficava a tôsca ca-

pelinha de S. Domingos de Gusmão, que dera origem à nominação do logradouro.

Construída a igreja de Santana e já retalhados terrenos das chácaras, do Carmo, do padre João de Barcelos, de Manuel Casado Viana e de Pedro Coelho da Silva, e as que pertenceram a Duarte Correia Vasqueanes e José de Vargas Pizarro, passou a chamar-se a área ocidental do campo de S. Domingos — Santana —, a indicar o templo erguido no local por iniciativa do coronel do *regimento novo* Vicente José de Velasco Molina.

O alvará régio de 13 de dezembro de 1814 criou a freguesia de Santana; depois de prévia consulta à Mesa de Consciência e Ordens, fazendo-se, o desmembramento de parte do Território da paróquia de Santa Rita, para constituir a nova divisão eclesiástica do bispado.

Seus limites, porém, só foram demarcados a 6 de agôsto de 1816.

No novo templo, instalaram-se a matriz e a irmandade, esta fundada a 30 de julho de 1735 na capela de S. Domingos e da qual faziam parte crioulos e soldados do regimento dos pardos.

Demoliu-se êsse pitoresco templo em 1857, para as obras de construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, desaparecendo no mesmo ano um palanque de pedra e cal que lhe ficava em frente (onde hoje se vê a rua João Ricardo), destinado à sede da casa do Divino Espírito Santo — cujos folguedos populares foram dos mais animados no velho Rio de Janeiro, não só nesse ponto da cidade, como na Lapa e em Mataporcos.

A cidade — o que em rigor se poderia chamar a cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XIX —, quando chegou a família real portuguêsa, não ultrapassava na parte urbana do litoral, de um lado, a área que se estendia até a Lapa, e de outro, a que chegava até o campo de Santana. A planta do Rio de Janeiro, levantada no ano de 1808 e gravada na Impressão Régia em 1812, assinala os antigos nomes de caminhos e pantanais existentes. No litoral, a partir da praia de Santa Luzia ou caminho da Fôrca, abrangendo a ponta do Calabouço, a praia de D. Manuel, o cais do palácio, as praias dos Mineiros e de S. Bento e os armazéns do sal, na Prainha e Valongo e o Valonguinho, até o trapiche de Antônio Leite — ficava pròpriamente a faixa comercial da cidade, que se as-

BIBLIOTECA DE DPHAN RIO

semelhava a um vasto aldeamento português. Para os lados dos mangues, ainda à beira-mar, estendia-se a praia da Gamboa, e mais adiante, o recortado Seco do Alferes.

Da praia do Flamengo, antiga do Sapateiro, existiam caminhos e estradas, cordeados irregularmente para Botafogo, Laranjeiras, Praia Vermelha, etc. Costeando o morro de Santa Teresa, seguia-se sinuosa a estrada de Matacavalos (rua do Riachuelo), a encontrar a de Mataporcos (Estácio de Sá). Desta estrada partia o caminho para Catumbi.

O Campo de S. Domingos comunicava-se com o de Santana, donde principiavam veredas que iam ter ao morro do Senado, antigo de Pedro Dias. Junto ao saco de S. Diogo e dos grandes mangues, estavam a cavaleiro das ilhas dos Melões e das Moças, hoje desaparecidas, os morros de Santa Teresa, do Nheco (Providência), do Livramento e de S. Diogo.

A estrada que ligava a Glória a Botafogo, por entre cerrados capões que encobriam a vista do mar, era pouco frequentada.

De Mataporcos ia-se ao Engenho Velho, à Tijuca e a S. Cristóvão, por estreitas veredas, existindo pequeno desvio que terminava na fazenda do Macaco, no atual bairro de Vila Isabel.

Entre o campo de Santana e a Gamboa, numa área paludosa, principiavam caminhos de difícil trânsito, que não iam além do saco do Alferes.

Em 1815 era o campo de Santana vasta praça arenosa, numa parte. Nêle se erguiam inúmeros cajueiros, apresentando o terreno sulcos profundos, que, por ocasião das chuvas da estação calmosa se transformavam em alagadiços. Nas três faces, onde em nossos dias se encontram os vistosos edifícios do Ministério da Guerra, da Casa da Moeda, da Assistência Municipal e do Corpo de Bombeiros, existiam chácaras e fundos de quintais, separados por muros de jardins e cêrca de espinhos.

Naquele ano deu-se princípio a um jardim no campo, sob o plano do Intendente Geral da Polícia, desembargador Paulo Fernandes Viana, segundo determinação do Príncipe Regente D. João, mandada cumprir pelo ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal. Ocupava o jardim um espaço quadrangular com cem braças

de extensão, desde a rua Nova do Conde (prolongamento da atual rua Visconde do Rio Branco), a enfrentar a do Areal (antigo caminho das Boas Pernas), e ficando uma das extremidades em frente à rua do Alecrim (prolongamento da rua do Hospício). Iniciou-se o plantio de amoreiras da rua Nova do Conde até à dos Ciganos (atual Constituição).

Logo depois da retirada de D. João VI para Portugal, em abril de 1821, o Príncipe Regente D. Pedro mandou destruir o *passeio do campo*, dizendo-se que assim procedera por atribuir ao ex-Intendente Geral da Polícia o desejo de possuir um jardim nas proximidades de sua residência à rua Nova do Conde (antes caminho Novo e do Quebra-canelas), esquina do campo, no mesmo prédio de sobrado onde funcionou a Câmara Municipal, de 1875 a 1882, enquanto se construía o Paço da Edilidade, inaugurado a 2 de dezembro de 1882 e demolido em 1944. Nesse prédio da rua Nova do Conde (depois denominada Conde d'Eu e posteriormente Frei Caneca), faleceu a 1 de maio de 1821 Paulo Fernandes Viana, que exercera o cargo de Intendente Geral da Polícia, de 10 de maio de 1808 a fevereiro de 1821. Por ocasião do alargamento da rua Frei Caneca, em 1905, na administração do prefeito Pereira Passos, foi demolido o antigo solar Paulo Viana.

Luís Gonçalves dos Santos — o padre *Perereca* — no capítulo de suas "Memórias para servir à História do Reino do Brasil", relativo ao ano de 1815, referindo-se aos aquartelamentos que nesse ano se estavam a construir no campo, escreve:

> "No lado fronteiro ao mencionado aquartelamento, no espaço do campo que medeia entre a rua do Conde e o caminho que segue da rua do Alecrim a entar na estrada do Areal por ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor, o Ilustríssimo Conselheiro Intendente Geral da Polícia deu princípio à fatura do novo Passeio Público, que por ora se acha cercado com gradeamento de madeira fixa em pilares de fijolo, distantes uns dos outros coisa de duas braças e meia e de seis palmos de altura. A figura do terreno cercado é quadrangular e terá cada um dos seus lados

com braças de extensão: quando êste novo passeio estiver todo plantado de arvoredo, alinhadas as suas ruas e bordadas de flores, como se projeta, será certamente um jardim muito ameno e delicioso, digno da freqüência do público e um local assaz próprio para nêle se darem festas reais nas ocasiões dos grandes acontecimentos que interessam à Nação, não só por estar situado no centro da cidade, como também pelo desafôgo do espaçoso campo de Santana, que fica na sua frente e que se estende por mais de cento e cinqüenta braças em quadro até à igreja de Santana. Neste mesmo campo, porém mais próximo à mencionada igreja e mais vizinho ao lado ocidental, onde começa a Cidade Nova, se está construindo uma grande fonte tôda de cantaria lavrada, com dois tanques nos lados, para dar água ao povo naquele lugar e dali distribuir-se por diferentes fontes, que se projetam construir em diferentes bairros da cidade." (*Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — 1º vol. — págs. 433 e 434, edição da Livraria Zélio Valverde, 1943).

O chafariz a que alude Luís Gonçalves dos Santos fôra planejado ainda no tempo do Conde de Resende, para acudir aos habitantes do Valongo, Gamboa e Saco do Alferes, que, à custa de muito trabalho e despesa, se abasteciam de água conduzida em canoas. A 15 de maio de 1818 inaugurou-se o primeiro chafariz da canalização provinda dos mananciais da Tijuca e do rio Maracanã segundo o plano apresentado pelo Senado da Câmara a 6 de novembro de 1800.

No tanque dependente dêsse chafariz, em frente à rua de São Pedro, fazia-se a lavagem de roupa e ali se via grande número de lavadeiras de tôdas as côres e nacionalidades — diz-nos Ernesto Sena, em *Rascunhos e Perfis — Notas de um Repórter* — pág. 490. "De saias um pouco suspensas e amarradas à cintura, deixando ver uma variedade de canelas de diversas grossuras", para ali se dirigiam as lavadeiras, trazendo à cabeça toalhas ou largos chapéus de palha barata. "A estudantada era o terror das lavadeiras, tal as

constantes troças e desatinos que praticavam contra elas" acrescenta Ernesto Sena.

No campo ocupado pelo areal e mato rasteiro, exercitavam-se quase diàriamente, outrora, as tropas do exército chamadas de primeira linha, de milícias e da Guarda Nacional.

Por ocasião da coroação de D. João VI em 1818, ali se fizeram grandes festas. Levantou-se um *palacete* de madeira para a família real assistir às solenidades. Tempos depois, reconstruída essa edificação com pedra e tijolo, serviu às festas comemorativas da coroação de D. Pedro I, em 1822. A 22 de julho de 1841, para comemorar a coroação do segundo Imperador, o artista Francisco de Assis Peregrino preparara vários fogos artificiais e os deixara secar ao sol. Bombas e estopins deflagraram, produzindo formidável explosão que se comunicou ao edifício, onde havia também um depósito de materiais inflamáveis. Desta forma desaparecem o famoso *palacete* do campo, no qual se haviam celebrado o coroação de D. João VI, a aclamação de D. Pedro I e a faustosa coroação de D. Pedro II em 1841.

Em memória da aclamação de D. Pedro I, a 12 de outubro de de 1822, no campo de Santana, o ministro do Império José Bonifácio de Andrada e Silva, fêz baixar a 12 de dezembro do mesmo ano a seguinte portaria dirigida ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro:

> "Tendo-se solenizado no campo de Santana a gloriosa aclamação de Sua Majestade o Imperador com as mais expressivas demonstrações de sincero júbilo e firme adesão à Sagrada Pessoa do Mesmo Augusto Senhor e Querendo Sua Majestade perpetuar por um modo público a lembrança do lugar em que recebeu de seus fiéis súditos tão agradáveis provas de respeito e afeição: Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império que o Senado da Câmara desta Cidade, fazendo apagar os letreiros que

se acham nas esquinas do dito campo os faça substituir por outros, em que lique denominado Campo da Aclamação.

Palácio do Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1822. — *José Bonifácio de Andrada e Silva.*"

Em 1831, depois da revolução de 7 de abril, que expulsou o primeiro Imperador, foi pelo povo denominado êsse logradouro de Campo da Honra. Embora partidários da revolução e do govêrno da Regência, alguns patriotas não concordaram com a nominação que fôra dada e lembraram outra para substituí-la — Campo da Redenção. Outros, mais exaltados, sugeriram a denominação de Campo da Liberdade.

Num dos célebres conflitos dos dias 14 e 15 de julho daquele ano, apareceram pregados nas paredes do *palacete* ali levantado êstes versos, guardados pela tradição oral:

"Da Honra fui campo outrora
Muito que ver inda temos:
Tudo serei, mas agora
Sou campo do *nós queremos*
E campo do *fora fora*."

Prevaleceu a denominação *Campo da Honra*, e até metade do século ressurge êsse nome em documentos oficiais e no noticiário de jornais, apesar de não haver nenhum ato oficial que isto autorizasse.

TENTATIVAS DE ARBORIZAÇÃO REGULAR DO CAMPO

Destruído o pequeno jardim de Paulo Fernandes Viana, em abril de 1821, desfeitos os canteiros e arrancados os pés de amoreiras que serviriam para o cultivo do bicho de sêda, transcorreram doze anos seguidos de completo abandono dos poderes municipais. Uma e outra vez fazia-se a capinação do campo, quando o mato já muito crescido se estendia pelos atalhos do quase capinzal.

Em vésperas da revolução de 7 de abril, cogitou a Ilustríssima Câmara Municipal da Côrte, sob a presidência de Bento de Oliveira Braga, do plantio de árvores de sombra e nivelamento do terreno, numa parte do campo. Pouco se executou, entretanto, e sem nenhum plano eficiente. Deveriam ser colocadas estacas alinhadas, pelas quais se regularia a plantação das árvores. Êste melhoramento foi adiado e só dois anos depois, em sessão da Câmara de 8 de janeiro de 1833, resolveu-se definitivamente a respeito, mas ainda assim de modo precário. A 21 de fevereiro do mesmo ano, o vereador Francisco Alves de Brito comunicava ao presidente Francisco Gomes de Oliveira Couto haver iniciado o plantio daquelas árvores de sombra — tendo sido algumas delas colocadas em frente às casas de residência do Marquês de Inhambupe (Antonio Luís Pereira da Cunha) e do Ministro da Fazenda do govêrno regencial, Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro (*Livro n. 5 — Jardins Públicos · 1833 1905 Manuscritos — Arquivo Municipal*).

A 26 de março, ainda de 1833, José Maria Cavagna Quaresma, fiscal da freguesia de Santana, referia-se em documento oficial às árvores que deveriam ser conservadas em frente daquelas casas, "por assim o haverem requerido os moradores". Na mesma data a Câmara tomava conhecimento da petição de Manuel Afonso Velado, fazendeiro e morador na freguesia de Cantagalo, na Província do Rio de Janeiro, na qual se lembrava o plantio de amoreiras pretas no campo. Estas árvores, dizia o peticionário, além de proporcionar muita sombra, dão frutos saborosos.

Tendo cientificado a Municipalidade da conclusão "o plantio de árvores no Campo da Honra — tanto das de estaca, como das de raiz · · acrescentava Quaresma a 10 de setembro que iam elas florescendo e continuariam a florescer" se os malvados não as destruíssem".

No dia 11 daquele mês, o administrador do Passeio Público, Manuel José da Conceição, informava aos vereadores achar-se incumbido do plantio de outras espécies vegetais o guarda destacado no Campo e que era o responsável pela conservação do arvoredo. Precisava êsse funcionário, todavia, de regadores, enxadas e an-

cinhos (*Livro n. 5 — Jardins Públicos 1835-1903 — fls. 2 e 3 — Manuscritos — Arquivo Municipal*).

Um dos problemas mais sérios que preocupavam por aquela época a administração municipal, era o da defesa das poucas árvores que existiam nos logradouros públicos. O policiamento era escasso e nenhuma confiança merecia. Meninos de colégio, desocupados e malfeitores, não cessavam de apedrejar e danificar as árvores, cortando galhos ou as decepando integralmente. A êsses indivíduos aliavam-se comumente mendigos, ladrões e capoeiras, muitos dêles negros escravizados, que não só destruíam as árvores, como praticavam no campo as maiores indignidades, apesar da repressão exercida pela polícia contra capoeiras e escravos, com os açoites e as célebres *surras de camarão*.

É expressivo flagrante desta época o depoimento de Cavagna Quaresma, relatando à Câmara, no ofício de 20 de setembro de 1833, as cenas de vandalismo praticadas no Campo da Honra, onde capoeiras, negros e mulatos, haviam quebrado mais de vinte árvores e arrancado outras, tendo já solicitado o fiscal da freguezia ao juiz de paz do 2º. distrito de Santana imediata lavratura de um auto de corpo de delito, para o devido processo criminal.

Encarregado da conservação das poucas árvores existentes no Campo e da limpeza do logradouro, reclamava em 1836 Joaquim Teixeira Guimarães Filho severas medidas que o habilitassem a zelar com segurança pela arborização. Continuavam as depredações e, sem discrepância de um dia, tôdas as imundícies eram depositadas no descampado. Os aterros e os entulhos se faziam constantemente. O campo era um vazadouro de lixo.

Sob a presidência de João Martins dos Santos Viana, em sessão de 25 de janeiro de 1839, o vereador Luís de Meneses Vasconcelos de Drummond sugeria que se cuidasse da arborização do campo no trecho onde estivera o *passeio* de Paulo Viana – "podendo-se mais tarde, aformoseado o local, transformá-lo, possìvelmente, num jardim público". A proposta de Vasconcelos de Drummond não mereceu sequer ser objeto de deliberação dos edis do quadriênio de 1837-1841.

Em 1844, o então fiscal de Santana, José Antônio de Menezes Brasil, solicitava em 12 de abril ao presidente da Municipalidade, Vasconcelos de Drummond, a devida autorização para intensificar o plantio de árvores de diferentes espécies no descampado.

Em sessão da Ilustríssima Câmara de 9 de abril de 1853, o vereador Roberto Jorge Haddock Lôbo, vivamente interessado pelos problemas municipais, propunha que se continuasse o plantio de árvores, que fôra paralizado ou mal feito durante alguns anos. Não produzin resultado o alvitre do historiador das terras da cidade. O Campo continuou como vazadouro de tôdas as imundícies da circunvizinhança.

A 26 de novembro do mesmo ano, Manuel de Araújo Pôrto-Alegre apresentou à Câmara Municipal, de que era membro, um projeto para maior regularização do plantio iniciado, tendo a Edilidade submetido o respectivo projeto à deliberação do Ministro do Império, Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, futuro Visconde do Bom Retiro. Com o auxílio do comandante das armas da Côrte, general João Carlos Pardal, vinte sentenciados militares, presos na fortaleza de Santa Cruz, procederam ao plantio de árvores, sob a direção do capitão do corpo de engenheiros Manuel da Cunha Galvão, que exercia também as funções de engenheiro da Ilustríssima Câmara. Os sentenciados militares, acompanhados de escolta e devidamente acorrentados, trabalhavam das seis horas da manhã ao pôr do sol, prestando excelente auxílio não só ao plantio de árvores como ao atêrro do logradouro.

Em 1857 o Visconde de Condeixa — João Maria Colaço de Magalhães — homem rico, e de grandes iniciativas, achando-se em Londres, escreveu a 26 de agôsto interessante carta ao presidente da Câmara Municipal, Dr. João de Oliveira Fausto, dando impressões sôbre o que observara na capital da Inglaterra, e lembrando a execução de melhoramentos no Campo, de forma a transformá-lo num jardim público.

É dêste teor a missiva do Visconde de Condeixa, constante de documento arquivado na Municipalidade:

> "Foi sempre com dor em meu coração que ao passar pelo Campo de Santana via o mau uso que fazíamos da-

quela importantíssima praça colocada no centro da capital do Império para recreio de seus habitantes. Confesso-lhe, senhor doutor, que por várias vêzes tive vontade de ir oferecer os meus serviços à Ilustríssima Câmara para por mim e meus amigos a coadjuvarmos para ali se principiarem alguns melhoramentos; a lembrança, porém, de que era uma obra de grande importância e dispêndio me desanimou.

Hoje, porém, que tenho visitado nesta cidade os diversos parques e observado a maneira por que se aproveitam os terrenos destinados ao recreio dos habitantes de tôdas as classes, enquanto se aprecia uma árvore, onde a sua necessidade nenhuma comparação tem com o que dela se dá no Rio de Janeiro e finalmente, vendo o tempo precioso que estávamos perdendo para o crescimento das mesmas, não posso mais resistir ao desejo de concorrer de minha parte para que alguma cousa se faça.

Não querendo, pois, perder tempo, visto que ainda sigo na minha direção para o norte da Inglaterra, resolvi dirigir-me a V. S. como presidente da Ilustríssima Câmara, oferecendo à mesma os meus serviços e pondo à sua disposição a quantia de três contos de réis, sendo seiscentos mil réis ou o que se julgar necessário, para se oferecer ao engenheiro que, em concurso apresentar o plano que mais agradar à Ilustríssima Câmara e ao govêrno, e o restante para se principiar a obra, logo que o plano seja aprovado, desejando eu que tivesse princípio no dia 2 de dezembro.

Nesta conformidade e data, dou ordem ao meu cunhado o senhor Antônio Ferreira dos Santos para pôr à disposição da Ilustríssima Câmara a mencionada quantia de três contos de réis para o fim que levo dito.

É êste o serviço e coadjuvação que neste momento posso fazer, mas logo que chegue ao Rio e me convença que êste negócio foi tomado em consideração, farei por mim e os meus amigos tudo o que me fôr possível.

Pertence a V. S., que se acha cheio de vida e com muita razão lisonjeado pela distinta honra de ser o primeiro escolhido para representar o importante município da capital do Império, um melhoramento público de tanta importância: o caso está em principiar.

E' assim que eu, em 1841, passando pela rua de S. Bento entrei por acaso em uma chácara que ali possuíam os religiosos beneditinos, que mais era um lago de águas podres do que outra cousa, e concebendo a idéia de ali se fazerem duas ruas (hoje a dos Beneditinos e a Municipal), com prédios regulares, me dirigi ao finado engenheiro o senhor Domingos Monteiro para me fazer um plano, com o qual me apresentei ao Reverendíssimo D. Abade de S. Bento, o finado Frei Marcelino, e consegui que se pusesse em prática, constituindo hoje a parte mais regular da cidade, sendo com muito prazer que para ela olho quando ali passo, por ser em parte devido aos meus esforços, pois que se um plano se não desse em tempo, cada um iria fazendo pequenas barracas, como acontece em outros pontos da cidade.

Foi desta maneira que em 1837 ou 1838, morando eu na rua do Cano, me dirigi ao finado senhor Luís de Meneses Vasconcelos de Drummond então presidente da Ilustríssima Câmara Municipal, para o convencer da necessidade da abertura daquela rua ao largo do Paço, por meio de uma subscrição que eu e aquêle finado promovemos e levamos a efeito, montando a vinte cinco contos, e em a qual eu figurava com um conto; infelizmente, nada conseguimos por embaraços que nos vieram da parte do Cabido e mesmo por se terem mudado as influências com a saída do finado senhor Aureliano do Ministério: felizmente, porém, acaba de ser aberta esta rua o que se deve a pessoas mais hábeis e de maior prestígio, as quais eu ainda coadjuvei como pude, sendo que muito se deve aos dignos membros da diretoria da atual emprêsa, para conseguirem que se abrisse a dita rua ao largo do Paço, que, a meu ver, era a maior das difi-

culdades, conseguido, pois, isto ainda mesmo que a companhia nada mais de pronto possa levar a efeito, tudo com o tempo se fará pela fé que tenho no nosso bom Deus, de que jamais se assentará nas cadeiras da Ilustríssima Câmara do Rio de Janeiro um homem que tenha a coragem de dar licença para que se mexa em uma só pedra na nova rua 7 de Setembro, que não esteja de acôrdo com o plano aprovado e então, de qualquer maneira, se conseguirá o fim, tornando-se só questão de tempo, que a meu ver não será tanto quanto parece e disso mais me convenço o ter visto há pouco em Paris bairros inteiros que em 1845 deixei com péssimas casas, e estreitas ruas, hoje transformadas em elegantíssimos prédios com espaçosas e largas ruas.

Conto ainda em meus dias ver concluída na forma do plano aprovado a nova rua 7 de Setembro, única que dará cômodo trânsito aos ônibus e seges pelos tres largos do Paço, Rocio e campo de Santana, entre a praia e o interior, e quando a Providência me não permita semelhante prazer, gozarão meus filhos dessa vantagem, pois que nada tenho de egoista.

Encha-se a Ilustríssima Câmara de coragem, principie a obra, e quando os meios lhe não cheguem recorra aos homens de fortuna e bom coração, nos quais, sem dúvida, acharão apoio, visto que o benefício é grande geral: faça-se uma cousa digna do país e dos nossos augustos Monarcas.

Para convencer a V. S. de que tudo está em principiar, lembrar-lhe-ei que incomodando-me o estado do largo do Machado, do mesmo modo que hoje me incomoda o estado do campo de Santana, persegui (permita-se-me a expressão) o senhor Haddock Lôbo, presidente da então Ilustríssima Câmara, para por meio de uma subscrição, de que lhe disse queria ser o primeiro subscritor, desse principio ao melhoramento do mesmo largo, o que êle anuindo e começando pouco antes da minha partida para a Europa, em maio do ano passado, já se acha lindo como me informam algumas pessoas ùltimamente aqui chegadas.

Previno a V. S. que acabo de comprar os terrenos defronte da minha casa no caminho novo de Botafogo, aonde tenciono mandar fazer duas casas e como seja justamente naquele lugar que a rua apenas terá metade da largura do que deve ter, eu desde já ponho à disposição da Ilustríssima Câmara, gratuitamente, a parte do mesmo terreno que fôr necessário para se alargar e aformosear a rua, entendendo-se para êsse fim (enquanto eu não chegar) com o meu dito cunhado o senhor Ferreira dos Santos.

Espero que V. S. terá paciência comigo, acolhendo as minhas reflexões com aquela benevolência com que sei a todos recebe e com que muito obrigará ao de V. S.

Muito atento servidor e criado, *Visconde de Condeixa.*"

Não obtendo João Maria Colaço de Magalhães, Visconde de Condeixa, nenhuma resposta a esta carta, no ano seguinte, a 27 de novembro, dirigia ao presidente e mais membros da Câmara Municipal outra missiva, na qual tornava inexistente a promessa de auxílio pecuniário que fizera anteriormente.

Reiterando os mesmos intuitos que o norteavam, em prol dos melhoramentos do Rio de Janeiro, escrevia o Visconde de Condeixa, da capital do Império, a seguinte carta:

"Com o zêlo com que por mais de uma vez tenho dado provas a bem dos melhoramentos e aformoseamento desta cidade, achando-me em Londres no mês de junho do ano próximo passado e observando a maneira como ali se tratam os diversos parques destinados ao recreio de tôdas as classes, e quanto se aprecia uma árvore, aonde mesmo a sua sombra se faz menos necessária, recordando-me com saudade do Rio, lamentei o meu uso da magnífica praça do campo de Santana, que lazfamos, colocada no centro da capital do Império, e destinada ao recreio dos habitantes do Rio de Janeiro, formando desde logo tenção de no meu regresso me esforçar para convencer a Ilustríssima Câmara da necessidade de aformosear aquela praça, mas como

ainda seguisse ao norte da Europa na intenção de demorar-me mais de um ano e o tempo me parecia precioso para perder-se, tomei a liberdade de dirigir-me à Ilustríssima Câmara, por intermédio de seu presidente, expondo pouco mais ou menos o que levo dito, e convidando-a a deliberar de pronto e a começar algum melhoramento naquela praça, prometendo eu que logo que chegasse a esta cidade coadjuvá-la por mim e pelos meus amigos o mais que me fôsse possível, e que, no entanto, eu dava ordem ao gerente da minha casa comercial para pôr à disposição da Ilustríssima Câmara a soma de três contos de réis, que serviriam para gratificar ao engenheiro que em concorrência apresentasse o plano que mais agradasse, e com o restante dar-se princípio à obra; pois que tudo depende em principiar: aconteceu, porém, que a Ilustríssima Câmara recebesse o meu ofício em outubro do ano próximo passado e em 9 de novembro do mesmo ano os ditos três contos de réis, sem que, segundo me consta, nenhum andamento ou princípio se tenha dado aos referidos melhoramentos, conforme a minha intenção, e como eu ofereci aquela quantia só para o dito fim e êsse não tenha lugar, deliberei que fôsse aplicada às obras da igreja da minha freguesia, a de N. S. da Glória, para o que pedi ao seu tesoureiro que a solicitasse do tesoureiro da Ilustríssima Câmara.

Tomei esta deliberação, pela convicção em que estou de que a Ilustríssima Câmara nada quer ou pode fazer, mas quando contrário aconteça, peço as VV. SS. que não obstem a entrega dos três contos de réis, e pela presente me comprometo a dar outra igual soma se no prazo de um ano a contar desta data se der comêço a qualquer plano que haja merecido a aprovação e que seja digno da magnífica praça do campo de Santana e da capital do Império.

Naquela mesma ocasião fiz saber à Ilustríssima Câmara que tinha comprado os terrenos fronteiros à casa de minha residência no caminho novo de Botafogo, e que sendo a estrada naquela paragem muitíssimo estreita, eu lhe ofe-

recia gratuitamente o terreno que fôsse necessário para a alargar e embelezar, o que agora confirmo, repetindo a mesma oferta e pedindo que o mais breve que seja possível se mande proceder ao necessário alinhamento e mais preparos; por isso que tencionando eu de ali mandar construir dois prédios, urgente me é saber com o que devo contar.

Deus guarde a VV. SS. por muitos anos, *Visconde de Condeixa*."

Desta vez, o presidente da Câmara, dr. Oliveira Fausto, despachou a carta do titular português, cuja operosidade foi digna do maior aprêço.

O despacho foi redigido nestes têrmos:

"Participe-se o que ocorrera a respeito do embelezamento do campo e da gratificação de seiscentos mil réis ao autor do plano preferido; e deduzida ela dos três contos que estão a prêmio, entregar o restante com os prêmios vencidos. Quanto à oferta do terreno para alargamento do caminho novo de Botafogo, o Ilustríssimo vereador Baía já mandou fazer o alargamento.

Rio, de fevereiro de 1859, *Oliveira Fausto*."

O vereador Baía, a que se refere o despacho, foi posteriormente agraciado com o título de Visconde de Mariti. O Visconde de Condeixa, residente por essa época no caminho novo de Botafogo (posteriormente Marquês de Abrantes, por deliberação da Câmara de 20 de fevereiro de 1866, aprovada em portaria do Ministério do Império, de 20 de março do mesmo ano), adquirira um terreno no mesmo logradouro a Maria Eugênia Guedes Pinto, por dezesseis contos e oitocentos mil réis, terreno que pertencera anteriormente à grande chácara de Manuel Guedes Pinto. Antes de 1846, Colaço de Magalhães residiu na grande chácara da *Boa Vista*, no alto da ladeira do Senado.

Em 1860, o vasto campo de Santana, nivelado em parte, continuava, porém, no mesmo estado de abandono dos anos anteriores.

Verberando o desleixo e a sujidade por todos observados, a "Semana Ilustrada", num de seus números daquele ano, estampou na

primeira página várias caricaturas, com três quadrinhas, reflexões do *Dr. Semana* ao moleque do hebdomadário de Henrique Fleiuss:

"Mudam-se os nomes das ruas.
Mas a nossa Edilidade
Devia usar nas mudanças
Um pouco mais de eqüidade

Pois o campo de Santana
Não merece êste favor?
Quando se melhora tudo
Não deve êle ir a melhor?

Qualquer dêstes nomes há de
Agradar aos mais casmurros,
Ou cemitério dos gatos
Ou necrópole dos burros".

Persistindo os mesmos defeitos que vinham de longe, em 1865 pretendeu a Municipalidade melhorar as condições do logradouro, sobretudo devido aos estragos dos animais, que constantemente vagueavam pelo campo, danificando as árvores de menor porte.

Com êsse intuito, aquiesceu em 5 de março daquêle ano a aceitar em parte a proposta do engenheiro Camilo Golfre para levantar cêrca de arame galvanizado, que salvaguardasse a arborização.

Atingindo a despesa a mais de quinze contos de réis, e julgando-a elevada, o presidente da Câmara resolveu não executar a obra naquele momento.

O estado imundo do campo, sôbre o qual a Junta Central de Higiene apresentara fundadas queixas aos presidentes da Câmara, José João da Cunha Teles e João Batista dos Santos (depois barão de Ibirapuna), motivou novo protesto do Dr. José Pereira Rêgo (barão do Lavradio), a 4 de outubro de 1865, e dirigido ao Ministro dos Negócios do Império, Marquês de Olinda. Reclamava a repartição sanitária a suspensão do aterro feito com lixo e imundícies de tôda ordem no campo de Santana.

Em sessão da Câmara Municipal a 28 de janeiro de 1869, o vereador Domingos de Azeredo Coutinho Duque Estrada submeteu à mesa o projeto de um monumento elaborado pelo engenheiro militar Paulo José Pereira, que o enviou de Humaitá, datado de 12 de setembro de 1868. Consistia o projeto do major Paulo José Pereira, publicado pelo "Diário do Rio de Janeiro" nos dias 13 e 14 de abril, com antecipação, no mesmo ano de 1868, na ereção de bustos em bronze sôbre pilastras de granito, no centro do campo, que seria denominado de Marte. Além dêsses bustos, deveriam, ser levantadas colunas de 160 palmos de altura, com várias alegorias. Do lado do campo, fronteiro ao edifício do Ministério da Guerra, se colocaria a estátua equestre do então Marquês de Caxias, com as seguintes inscrições:

> *"Ao pacificador do Maranhão, de Minas Gerais, de S. Paulo e do Rio Grande do Sul.*
>
> *Ao libertador de três povos: orientais contra Oribe; argentinos contra Rosas; paraguaios contra Lopes.*
>
> *Ao generalissimo de todas as fôrças brasileiras de mar e terra e dos aliados contra o govêrno do Paraguai.*

Ao centro do campo, projetava o major Paulo Pereira erguer uma estátua equestre do Imperador D. Pedro II, modelada pela que foi exposta em 1867 na Exposição de Paris.

Esse projeto, que não teve execução, foi submetido à Câmara Municipal presidida pelo Dr. Antônio Ferreira Viana, constando das coleções de jardins públicos da cidade vol. n. 5, 1833 — 1903, fls. 16 a 18, Manuscritos do Arquivo Municipal. O original acha-se em excelentes condições de conservação.

No capítulo referente aos projetos apresentados para o ajardinamento definitivo do Campo, teremos ocasião de reproduzir os pareceres elaborados em julho de 1869.

AJARDINAMENTO DO CAMPO DA ACLAMAÇÃO. VÁRIOS PROJETOS

O campo da Aclamação, no sexto decênio do século XIX, já oferecia, em confronto com os anos anteriores, melhor aspecto, embora constituindo ainda deplorável vazadouro de lixo.

Carl Seidler descreve-o em 1835 (*Dez Anos no Brasil*) relembrando os acontecimentos ali ocorridos em 1831, quando o denominaram da Honra.

> "Agora está arborizado e com isto grandemente embelezado, pois antigamente era quase impossível para o forasteiro visitar êsse local, sob o calor picante do meio-dia, em janeiro e fevereiro, sendo êle, entretanto, o centro de todos os negócios, do elegância e da *coquetterie* (sic). Afinal, o govêrno pensou em sua própria comodidade e por isso agora o pedestre fatigado encontra no campo da Honra, ao abrigo da ramagem de pujantes árvores, sombra refrigerante, e mesmo um ou outro banco agradável que o convidam a descansar e à muda contemplação. Só que, também, aqui há falta de asseio.
>
> No meio dessa praça da Honra acha-se um grande edifício, sem gôsto, de cujas janelas costumava o imperador nas grandes paradas apreciar o desfile das tropas. Tais exibições eram quase sempre irrisórias; parecia que macacos bem adestrados — acrescenta irônicamente aquêle aventureiro alemão — ofereciam aos olhos do rei das matas um número festivo, uma pantomima militar. Também êsse edifício é espantosamente mau e negligenciado; talvez todo o seu mobiliário não exceda de meia dúzia de cadeiras. Mas, também, seriam supérfluas, pois quem haveria de assentar-se aí?"

Em seu interessante *Brasil Pitoresco* (vol. I, tomo II), Charles Ribeyrolles, o notável proscrito francês e amigo de Vitor Hugo, e que aqui se demorou alguns anos, vindo a falecer em Niterói a 1 de junho de 1860, observou sob outro prisma o campo de Santana em 1859.

Para o escritor francês, o vasto quadrilátero comportaria dois "Squares" de Londres; "era tão desnudo de vegetação como um deserto da África".

Em 1869, a Câmara Municipal, presidida pelo Dr. Antônio Ferreira Viana, tendo recebido do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, o requerimento do súdito francês Alfred de Courson, no qual, mediante favores e condições que oferecia, se propunha a estabelecer numa parte do Campo da Aclamação um jardim zoológico e de aclimação, resolveu examinar esta e outras propostas atinentes ao ajardinamento do vasto logradouro. A 10 de março daquele ano despachava o Dr. Antônio Ferreira Viana ao vereador de praças Dr. João Batista dos Santos a petição de Courson e de outros, para definitivo julgamento do importante assunto.

A 14 de julho, enviava a Municipalidade ao Ministro do Império, conselheiro Paulino José Soares de Sousa, cópia do parecer elaborado por uma comissão julgadora e aprovado em sessão da Ilustríssima Câmara de 1 do citado mês, com as propostas de todos os pretendentes para o embelezamento do Campo.

Cinco propostas haviam sido examinadas pela comissão e foram assim discriminadas:

1) Dr. José Antônio da Fonseca Lessa, engenheiro municipal. Estabelecendo concorrência pública para as obras que deveriam ser feitas por meio de um empréstimo, custeando-as os cofres municipais.

As obras foram orçadas em 991:305$, além da importância de 126:770$ aplicada à construção de uma alameda em seguimento à rua Larga de S. Joaquim.

A essa proposta a comissão dos vereadores ofereceu duas objeções, suficientes para sua rejeição: A primeira dizia respeito a não dispor no ocasião a Ilustríssima Câmara de renda suficiente para custear o dispêndio, fazendo assim desserviço ao Município, empenhando cabedais em obras que seriam sem dúvida de utilidade e gôzo público, mas que a comissão desejaria ver satisfeitos, parecendo-lhes, entretanto, adiáveis.

A segunda objeção à proposta assinalava que as obras dessa natureza poderiam ser entregues e executadas por emprêsas particulares, sem nenhum dispêndio para os cofres públicos. As rendas dos cofres municipais provinham de impostos e contribuições dos munícipes e seria iníquo — dizia a comissão — que concorresse a Municipalidade para obras que em rigor interessavam exclusivamente a uma parte da população da Côrte.

2) Dr. Paulo José Pereira — Projetos de ajardinamento do Campo e construção, numa parte de sua área, de vários grupos alegóricos e estátuas, substituindo-se a denominação de Campo da Aclamação para a de campo de Marte ou da Vitória.

O proponente lembrava a contribuição popular para êste fim, por meio de donativos, ou, na expressão do autor — dos amigos dos heróis da guerra do Paraguai, cujos bustos deveriam compor os trabalhos de escultura.

A comissão julgou o projeto irrealizável, pela despesa que acarretava, e inexeqüível sôbre outros pontos de vista.

3) Bacharel Eduardo de Sá Pereira de Castro e F. de Macedo Campos — Pretendiam arborizar e ajardinar o Campo dentro do prazo de três anos, abrindo em sua área ruas para a passagem de carros e pedestres, e fechando-a com gradil e balaústres de ferro fundido. Pediam para isso garantia e privilégio por 36 anos, com uso e gôzo dos edifícios que construíssem e destinados a teatros, cafés, bilhares e outros divertimentos. Não concorreriam os cofres municipais com despesa alguma. Aos proponentes seria concedida gratuitamente água para chafarizes, repuxos, etc., bem como gás para iluminação.

No fim dos 36 anos pedidos por privilégio, os proponentes entregariam à Ilustríssima Câmara tôdas as benfeitorias feitas, sem direito à menor indenização.

"Esta proposta — concluía a comissão em seu parecer — se fôsse mais desenvolvida e se apresentasse base melhor para serem apreciadas as vantagens dela porventura decorrentes e um benefício público, talvez merecesse aprovação. Mas, como está conce-

bida, não oferece fundamento para deliberação da Ilustríssima Câmara Municipal. Ela pode ser boa ou má, conforme o desenvolvimento que se lhe der e o desenho que oportunamente os proponentes se comprometessem a apresentar. A comissão não pode, pois, arriscar o seu juízo."

4) ALFREDO DE COURSON — Proposta enviada à Câmara pelo Ministério da Agricultura a 8 de março de 1860: Consistia em fundar na parte do Campo, entre o Teatro Lírico Fluminense (antigo Provisório) e o quartel, por um lado, a Casa da Moeda e o Paço Municipal por outro lado, um jardim zoológico e de aclimação, dividido em jardim de plantas, pássaros e animais em geral, com um aquário para peixes, viveiro de plantas, etc.

O proponente pedia privilégio por 99 anos, com o direito de cobrar entradas aos passeantes, organizando assinaturas mensais para êsse fim, à semelhança do que se praticava em jardins estrangeiros.

Opinou a comissão que a proposta de Courson seria talvez aproveitável para outro lugar, mas não para o Campo da Aclamação, cuja área total estava destinada a fim diverso. Não podia nem devia ser aceita.

5) C. J. HARRAU — Propunha-se a aformosear e embelezar o Campo da Aclamação por si ou emprêsa que organizasse no Rio de Janeiro, na Europa ou nos Estados Unidos, sob as seguintes condições:

I) As obras compreenderiam todo o campo e ruas centrais então abertas.

II) Essas ruas seriam fechadas pelo lado externo. O Teatro Lírico Fluminense seria demolido, logo que a Ilustríssima Câmara obtivesse a devida autorização do Govêrno Imperial.

III) Seriam construídos na área do campo quiosques e edifícios destinados a botequins, jogos, espetáculos volantes e quaisquer outros divertimentos, sendo êsses edifícios diretamente explorados pela emprêsa ou por terceiros, a quem ela os arrendasse ou alugasse.

IV) A entrada no jardim seria pública e gratuita para pessoas calçadas, assim como para veículos de condução, exceptuadas as gôndolas, ônibus, carroças e outros transportes semelhantes. Não seria, porém, franca a entrada de quem quer que fôsse no lugar destinado a divertimentos, sem pagamento especial.

V) Não seria franca a entrada nos quiosques e noutros edifícios.

VI) Nesta condição do contrato a lavrar-se, determinava o proponente o prazo em que ficariam concluídas as obras, e outrossim, o tempo no qual deveria ser aberto o jardim ao uso e gôzo público (2 anos) e o prazo de 2 meses para a aprovação das plantas. Estipulava a obrigação de indenizar a Municipalidade as despesas que fizesse com as plantas, caso não fôsse aprovada a proposta.

VII) A emprêsa gozaria do jardim e das benfeitorias que nêle fizesse durante o prazo de 40 anos, contados do dia em que fôssem franqueados ao povo.

VIII) A Ilustríssima Câmara se obrigaria a solicitar ao govêrno do Império concessão gratuita de água que fôsse necessária ao jardim, repuxos, jogos, quiosques e edifícios.

IX) Obrigava-se a Ilustríssima Câmara a auxiliar a emprêsa no sentido de obter isenção de direitos alfandegários para a saída livre de tôdas as máquinas, obras de arte importados do estrangeiro e necessárias ao jardim e à construção dos edifícios, desde que tais materiais chegassem à repartição aduaneira. Não seria onerada a emprêsa com qualquer impôsto municipal, estendendo-se mesmo essa isenção às futuras construções que se levantassem. A cargo da emprêsa ficaria a despesa com a iluminação do jardim, com exceção das ruas centrais, destinadas à passagem de pedestres e veículos de passageiros.

X) Findo o prazo do contrato, seriam entregues à Municipalidade e lhe ficariam pertencendo tôdas as construções e quaisquer benfeitorias que existissem no jardim, sem que a emprêsa pudesse reclamar indenização, sob qualquer motivo ou pretexto, sendo tudo entregue no mesmo estado de conservação em que estivesse. No caso de entender a Câmara Municipal conveniente contratar a

conservação do jardim, o aluguel dos edifícios e o uso e gôzo das benfeitorias, a emprêsa teria preferência, em igualdade de condições.

XI) Surgindo dúvida entre a emprêsa e a Ilustríssima Câmara, não poderia aquela recorrer senão à justiça do país.

Os Vereadores Drs. Joaquim Antônio de Araújo Silva (posteriormente Visconde de Silva) e André Cordeiro de Araújo Lima, apresentaram a 1 de julho de 1869 o seguinte parecer acêrca da proposta de C. J. Harrah:

> "De tôdas as propostas apresentadas à Ilustríssima Câmara Municipal esta é a única que pode e no conceito da comissão deve ser aceita, por isso que, sem o menor dispêndio dos cofres públicos, realizará um melhoramento importante, há muito reclamado pela população desta Capital.
>
> São de muito valor as construções que pretende realizar o proponente, segundo se vê da resumida exposição que faz, e que melhor serão apreciadas à vista das plantas em número de três que êle promete na condição VI apresentar à escolha da Ilustríssima Câmara.
>
> Com a realização do projeto terá a Capital do Império um jardim que nada terá a invejar os melhores da Europa, pois que o proponente se compromete a visitá-los e a tomar por modêlo o que nêles houver de mais artístico e de belo, segundo declara na citada condição.
>
> Nesta mesma condição, êle marca os prazos para começo e conclusão das obras, que não são excessivos: primeiro, porque dentro dêles tem que levantar as plantas e estudar os estabelecimentos que lhe hão de servir de guia; segundo, porque são muitas e de importância as construções que têm de ser feitas e são, infelizmente, escassos os operários no nosso país.

Parece, também, à comissão não ser demasiado o prazo de 40 anos que pede o proponente na condição VII para gozar do jardim e construções, porquanto, tendo de ser avultada a despesa que êle há de fazer, é necessário que se lhe dê tempo para indenizar-se dessa despesa e tirar da emprêsa o lucro razoável.

Os favores que pede o proponente nas condições VIII e IX estão no caso de ser atendidos e concedidos e o têm sido a outras emprêsas particulares.

A demolição do Teatro Lírico Fluminense, indispensável, está prevista desde que o govêrno o deu de arrendamento.

Na opinião, pois, da comissão, a proposta está perfeitamente concebida e a comissão convencida por informações e esclarecimentos que procurou obter de pessoas competentes de que condições mais favoráveis não é possível alcançar.

Uma única objeção se poderia opor à proposta e é a ausência da planta das obras e da dos edifícios que têm de ser feitos. A comissão, porém, observa em primeiro lugar que tendo a planta de ser aprovada pela Ilustríssima Câmara, depende sòmente desta a escolha da que oferecer melhores proporções; em segundo lugar, se o proponente não exibe desde já a planta (e o mesmo se nota nas demais propostas), é pela razão muito simples e plausível de que ela custaria uma despesa que não seria pequena, com o risco de a perder se a proposta não fôsse porventura aceita. A exigência prévia seria, pois, obstáculo à apresentação de propostas para um melhoramento há muito tempo reclamado como fica dito.

A comissão assegura à Ilustríssima Câmara Municipal que êste seu parecer é fruto de estudo refletido e consciencioso e com a profunda convicção de ter bem cumprido o seu dever, o submete à ilustrada deliberação de seus co-

legas, que, animados pelos desejos patrióticos de legarem uma obra monumental aos munícipes da Capital do Império, votarão por êle.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1869."

Não concordando com os têrmos do parecer acima, o vereador Dr. João Batista dos Santos, comissário de praça e membro da mesma comissão e futuro Visconde de Ibituruna, apresentou o seguinte voto em separado:

"Discordo do parecer da maioria da comissão, porque entendo que o prazo pedido por C. J. Harrah para o gôzo da praça da Aclamação é muito longo e porque me parece que uma emprêsa da importância do que se trata, não deve ser dada a um particular sem que se chame concorrentes e se estude as diversas propostas e os diferentes planos para sua execução.

Assim pensando proponho que se anuncie pela Diretoria de Obras que essa Ilustríssima Câmara está resolvida a ajardinar o Campo da Aclamação e a fazer nessa praça tôdas as obras constantes da proposta apresentada por C. J. Harrah e as que forem lembradas por seus engenheiros e proponentes e que se fixe um prazo razoável para a apresentação de propostas, que devem ser acompanhadas dos respectivos planos e desenhos. A Câmara, então, escolherá a proposta que julgar mais conveniente e vantajosa e, sem dúvida alguma, muito lucrará porque a concorrência para tais obras é sempre de vantagem e até mesmo necessária, sendo em todo o caso prèviamente consultado o Govêrno Imperial. Sala das sessões, 1 de julho de 1869

Dr. João Batista dos Santos." (Livro n.º 6 Jardins Públicos — 1835 1905 — fls. 22 a 28 Manuscritos - Arquivo Municipal).

Não obstante o voto divergente do vereador João Batista dos Santos, a Câmara Municipal, em sessão daquela mesma data,

aprovou quase por unanimidade o parecer da maioria da Comissão, favorável à proposta de C. J. Harrah.

Este foi intimado a 26 de abril de 1870 para, no prazo de trinta dias, assinar o contrato do ajardinamento do Campo da Aclamação. Expirado o prazo da intimação, sem que o proponente atendesse à solicitação da Ilustríssima Câmara, foi feita a devida comunicação ao presidente Dr. Antônio Ferreira Viana. Em sessão de 28 do mesmo mês, por proposta do vereador Evaristo Xavier da Veiga, resolveram os vereadores considerar nulo o plano de Harrah, em vista do seu procedimento.

C. J. Harrah foi, mais tarde, cessionário do contrato celebrado com João Danigue Faro pela Câmara Municipal de 1878 a 1881, presidida pelo Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, para a construção de lavanderias públicas em terrenos do mangue da Cidade Nova — construção que se não realizou pela formal negativa do govêrno do Império a êsse respeito.

Harrah era de nacionalidade norte-americana, homem de grande iniciativa e dispunha de capitais avultados.

PLANO DEFINITIVO DO AJARDINAMENTO DO CAMPO DA ACLAMAÇÃO

Francisco José Fialho e Auguste François Marie Glaziou, êste francês e aquêle brasileiro, natural do Piauí, desde 1860 se dedicaram às obras de restauração do Passeio Público, estreitando ambos relações íntimas.

Glaziou, grande naturalista, fêz-se logo largamente relacionado, e na concorrência para a feitura do jardim da praça da Aclamação aliou-se a Francisco José Fialho, o *comendador Fialho*, estudioso de assuntos de jardinagem, apresentando ambos à Municipalidade o plano daquele importante melhoramento (1).

---

(1) Francisco José Fialho nasceu em Oeiras no Piauí, a 24 de setembro de 1817. "Quando Napoleão Bonaparte lavia a retirada de Rússia, apareci no mundo" — assim dizia êle. Segundo Paulo Pires Brandão, que escreveu curiosa biografia de Fialho, no "Jornal do Comércio", o ilustre brasileiro veio para o Rio de Janeiro muito menino. Fêz-se repórter do "Jornal do Comércio" e nessa qualidade acompanhou o Imperador Pedro II em viagem ao Sul. Deixou descendência ilustre. Por ocasião, e a seu respeito, êle e o conselheiro Ferreira Viana que o es-

Em sessão da Ilustríssima Câmara Municipal da Côrte, a 3 de junho de 1871, os vereadores Dr. Antônio Ferreira Viana, Antônio José Gonçalves Fontes, tenente-coronel Manuel de Frias Vasconcelos, Dr. André Cordeiro de Araújo Lima, Dr. Manuel Joaquim Fernandes Eiras e comendador Manuel Dias da Cruz, apresentaram a proposta redigida nestes têrmos e que foi aprovada:

> "Propomos que se aceite o plano apresentado pelos senhores Glaziou e Fialho para o embelezamento do campo da Aclamação, levantado por ordem do Govêrno Imperial, procedendo a Diretoria das Obras Públicas, desde já, o orçamento de todos os trabalhos, ficando o vereador comissário plenamente autorizado a ajustar as condições do contrato com os mesmos senhores, segundo o valor do orçamento e propondo à Ilustríssima Câmara os meios de obter os recursos necessários à execução dessa monumental obra.
>
> Paço Municipal, 3 de junho de 1871." — (Boletim da Câmara Municipal da Côrte — junho — pág. 4, vol. nº. 117 — Arquivo Municipal).

Essa resolução refletia a aspiração dos verdadeiros patriotas e, particularmente, dos filhos do Rio de Janeiro. Concorria para dotá-lo com um grande melhoramento de ordem material, de que se poderia orgulhar a metrópole brasileira.

À frente do admirável empreendimento estavam dois autorizados pioneiros do progresso da cidade, os Drs. Joaquim Antônio de Araújo Silva e Antônio Ferreira Viana. O primeiro, nascido no Rio

nhecia bem de perto e foi seu amigo e vizinho durante anos: "O Fialho era o homem de maior espírito do seu tempo." Representou a sua província natal como deputado na Câmara.

No plano para ajardinamento do campo, a seu princípio, figurou com Glaziou, mas dêle se separou, posteriormente, concorrendo o notável naturalista. Insurgiu-se igualmente perante a Câmara Municipal. Êste fato aborreceu profundamente Fialho, motivando o rompimento de relações e forte polêmica nos *Ai Pedidos* do "Jornal do Comércio". Nunca mais se falaram, mas quando Glaziou acabou de sua morte, disse-nos Pires Brandão, compungidíssimo, lacrimejando em pranto. ("Jornal do Comércio" 9-6-1935). Francisco José Fialho faleceu a 22 de dezembro de 1885 e foi sepultado no Cemitério de S. Francisco de Paula, em Catumbi.

A Ilustríssima Câmara Municipal em sessão de 24 de agôsto de 1907, em homenagem a êsse digno brasileiro deu a denominação de *Fialho* à antiga rua D. Mariana, na Glória, aberta em 1859.

de Janeiro a 25 de dezembro de 1827, possuía bens de fortuna, e à capacidade profissional de médico nos bairros do Catete e de Botafogo, aliava extremado culto às coisas artísticas. Em seu palacete, que pertenceu ao Marquês de Abrantes, eram notáveis a galeria de pintura a óleo, móveis de jacarandá, cerâmica antiga e outros objetos de arte, que, com as coleções do senador Vergueiro e seus filhos, do Conde de Carapebus e do Visconde de Bom Retiro, foram, mais tarde, vendidos pelo leiloeiro Virgílio Lopes Rodrigues, produzindo avultada soma.

O Dr. Antônio Ferreira Viana foi em todos os tempos uma expressão superior da cultura brasileira. Nascido a 13 de julho de 1832 em Pelotas, no Rio Grande do Sul, já se recomendara à estima popular por assinalados traços de administrador, tão indeléveis foram os benefícios por êle prestados à capital do Brasil, numa obra de construção, utilitária, fecunda e duradoura.

O administrador foi maior do que o político. Contrastam vitupérios e frases candentes do ardego lutador em ataque ao regime político, do qual se dizia afeiçoado, com a ação do construtor, ponderado e generoso, que deixou no govêrno do país exemplo inigualável de labor.

Jornalista, no "Diário do Rio de Janeiro", terçou as primeiras armas de combatente, como noticiarista e cronista político do jornal de José de Alencar. E, sempre brilhante, de uma ironia por vêzes contundente, manejando o ridículo e desferindo golpes tremendos no "poder pessoal" do monarca, ninguém o excedeu por aquêles dias no comentário oportuno e na louçania de frase. Político, à feição do Visconde de Jequitinhonha, de quem traçara exaltada biografia em *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sisson, subdividia-se numa atividade assombrosa em dias de escaramuças e interpelações parlamentares, ou na discussão dos orçamentos. Era nessas ocasiões o mesmo ironista da *Conferência dos Diabos* — a revidar com eloqüência a crítica dos liberais, então senhores da máquina eleitoral e do cutelo das "derrubadas".

Administrador da Municipalidade da Côrte, como seu presidente, no vigor dos 36 de idade, transmudou-se aquêle "granadeiro" alheando-se da política partidária para cuidar, com inigualável

capacidade, do govêrno local. Num esfôrço exaustivo, o presidente da edilidade esmerilhou todos os fatôres depreciativos da instituição. Estudou a organização do regime tributário e suas deficiências, rebelando-se contra a rotina acomodatícia, que se agravara à sombra do desprestígio de várias administrações. No conjunto das providências a adotar, nada escapou à perspicácia do administrador e à sua clarividência de homem de cultura. Para prosseguir na obra que encetara Haddock Lôbo, voltou suas vistas para o velho Arquivo da cidade e nomeou uma comissão de estudiosos de problemas concernentes ao patrimônio territorial. Sob a direção de Inocêncio da Rocha Maciel, procedeu-se ao arrolamento de terrenos de sesmarias, de maneira a aumentar em curto prazo a renda dos foros. A divisão das freguesias, que permanecia num labirinto de dúvidas — pouco se conhecendo da área jurisdicional de cada uma — foi objeto de demoradas investigações de Ferreira Viana. Em seu relatório de 15 de janeiro de 1873, condensou os esclarecimentos a respeito das dezenove freguesias que existiam, reconstituindo tradições de registros eclesiásticos sôbre as antigas divisas paroquiais.

Não se limitou a isto a obra inteligente e capaz do presidente da municipalidade. Fundou escolas, contratou um serviço de limpeza pública e de remoção de lixo das habitações; regularizou o tráfego de veículos, abriu ruas e praças, mandou calçar vários logradouros, estabeleceu regras severas para a venda de gêneros alimentícios e o funcionamento de mercados. Fundou o Necrotério, regulamentou a construção e reconstrução de prédios, o reparo e demolição dos que precisassem de obras ou fôssem prejudiciais à segurança pública. De algum modo o Dr. Ferreira Viana traçou os delineamentos da transformação da cidade, que muito mais tarde viriam a ser executados.

Com os estudos que coligira Inocêncio Maciel, mandou organizar a numeração dos prédios do Rio de Janeiro, publicando uma obra que se ultimou em 1878, constituindo ainda hoje a fonte mais preciosa acêrca da propriedade imóvel, trabalho êsse que, lamentàvelmente, não teve continuadores.

Na esfera administrativa do passado, Ferreira Viana simboliza o govêrno municipal. É um dos grandes nomes da cidade, rendendo-lhe a posteridade bem justo louvor.

Ministro de Estado e já deslembrado daquele espírito de combatividade, das objurgatórias contidas em discursos que proferira e em panfletos que escrevera, vimo-lo ainda, o grande amigo da terra carioca, o fundador de escolas, instituições de assistência à infância abandonada, amparado os humildes e tornando menos angustioso o infortúnio. No ocaso da existência, a disciplina das regras religiosas e a convivência claustral, mostraram-lhe as maravilhas da arte em velhas igrejas, na pompa das custódias e dos resplendores.

Do panfletista da *Conferencia dos Divinos*, restava em 10 de novembro de 1905, quando faleceu, tão sòmente o resignado franciscano, vestindo o burel com que o enterraram.

Para a execução daquele empreendimento, faltavam, no entanto, à Municipalidade os recursos necessários, sendo mistér que o govêrno do país auxiliasse o ajardinamento do campo.

A receita municipal, orçada para o exercício financeiro de 1871 em 798:870$199, produzira 802:092$822, quantia que, com o saldo de 15:958$979, se elevara a 818:051$801.

A despesa orçada em 785:827$456 e efetuada em 816:202$401 perfizera, no mesmo exercício, a cifra de 818:051$801, havendo um excesso de despesa, em confronto com o orçamento de 14:149$577.

Nessas condições não seria possível à Municipalidade incumbir-se de obra de custo superior a mil e setecentos contos.

Em seu relatório de 7 de janeiro de 1873, o Dr. Antônio Ferreira Viana expõe com clareza o projeto definitivo do ajardinamento do Campo da Aclamação, transcrevendo o parecer do Visconde de Silva, datado de 27 de abril de 1869:

> "O ajardinamento dessa praça, hoje no centro da cidade, é, sem duvida, uma das maiores aspirações de todos quantos se interessam pelas cousas públicas. Já não é só uma aspiração, é uma reclamação clamorosa dos munícipes. Será como que dar um pulmão à capital do Império.

A demora da realização dêste importante melhoramento só pode ser atribuída à falta de recursos dos nossos cofres. É uma obra monumental e artística.

Desde muitos anos a administração municipal tenta realizá-la. A administração de 1869 tomou particular empenho em resolver a dificuldade e após muitos esforços e trabalhos, o vereador comissário em 27 de abril de 1869 leu o seguinte parecer que foi aprovado:

"Em desempenho da comissão em que fui incumbido, venho trazer-vos o resultado dos meus estudos sôbre as diversas propostas para o ajardinamento e decoração da praça da Aclamação.

A Câmara sabe que diligenciei logo que entrei na comissão de praças realizar aquêle melhoramento.

Abriu-se por editais a concorrência e com prazo tão largo que os estrangeiros habilitados pudessem apresentar as suas propostas. Ninguém apareceu. Antes dêste concurso, o americano Harrah procurou-me, disposto, segundo afirmava, a fazer os necessários estudos e executar o melhoramento nas condições dos mais perfeitos jardins do mundo, comprometendo-se a empreender viagens pelas cidades mais adiantadas e a voltar com três planos, ficando ao arbítrio da Ilustríssima Câmara preferir entre êles. Tive com êste proponente várias conferências e tal era o desejo de terminar essa questão e dotar a cidade com tão reclamado, quanto necessário melhoramento, que annuí à primeira condição e à eventualidade de lhe pagar a Câmara despesas de viagens e de trabalhos gráficos, caso não fôsse aceito nenhum dos planos.

Discuti com o proponente o gôzo e usufruto, cheguei, afinal, a obter dêle a redução a quarenta anos, em vez de meio século. Desvanecí tôdas as dúvidas e removi as dificuldades que apareceram em oposição ao complemento desta grandiosa idéia e consegui, com trabalho e insistência, que o contrato condicional fôsse aprovado pelo govêrno. Restava a assinatura do proponente para que ficasse perfeito e acabado. O proponente retirou-se da cidade e não me procurou mais, até que movido pela boa vontade de dotar a cidade com êsse melhoramento e sabendo que êle voltara à Côrte, falei-lhe pessoalmente, e exigindo o complemento do compromisso que tomara, de assinar o contrato, porquanto estava tudo feito, aguardando-se apenas o seu comparecimento na repartição competente. Respondeu o proponente que iria assinar o contrato, tendo esperado em vão, tornei a êle e então declarou-me que não podia mais assinar, porque se em-

penhara na liquidação de uma casa comercial fora da Côrte e não tinha tempo disponível: os credores não o queriam dispensar desta comissão.

Essa recusa, positiva e terminante, foi feita em presença do sócio do referido proponente e em seu escritório. Pôsto assim o contrato em que assentara a Ilustríssima Câmara, fundada em meu parecer e prèviamente aprovado pelo Govêrno Imperial, entendi de tudo dar notícia à Ilustríssima Câmara, e esta, por proposta de um de seus membros, resolveu, como prova de reparo ao procedimento do proponente, que êle não fôsse mais admitido a contratar com a Ilustríssima Câmara. Havia razão para êsse rigor. Harrah no seu compromisso fêz a Câmara perder tempo e concorreu para dificultar, cada vez mais, a execução da obra. Estou convencido de que Harrah não foi arredado pelos pretextos que alegou, mas pela previsão de que os lucros ficariam muito abaixo de suas esperanças. Mais se asseguram esta convicção pela declaração que me fez o nosso colega presidente da Câmara de haver últimamente chamado a Harrah e lhe proposto esforçar-se com seus colegas para que se aceitasse, não obstante a deliberação já tomada, o seu primitivo projeto; recusando-se o dito Harrah a tudo e dizendo que não queria mais tratar de semelhante negócio.

A proposta, portanto, de Harrah não pode ser mais objeto de meu exame e de vossa deliberação.

Fialho e Glaziou há muitos anos levantaram um plano de decoração e ajardinamento da praça da Aclamação. Êste plano foi presente à Ilustríssima Câmara e mereceu preferência, no que é artístico, a todo outro qualquer.

Não tenho conhecimento de outro plano que lhe possa exceder em regularidade e beleza e nem me consta que no país haja pessoa mais habilitada para esta espécie de trabalho do que seu autor.

A prova dada no Passeio Publico, convenceu a todos os que de boa fé estudam os melhoramentos da cidade, da incomparável proficiência do Dr. Glaziou. Ainda movido por esta persuasão propus e a Câmara unânimemente aceitou a nomeação do Dr. Glaziou para inspetor de nossos jardins. O desinterêsse e economia com que tem exercido essas funções são iguais ao seu reconhecido mérito.

O ajardinamento e decoração de uma praça tão vasta como a da Aclamação, não é trabalho que se possa confiar à especulação: depende principalmente de conhecimentos especiais, raros e de gôsto apurado.

O Dr. Glaziou não veio a êste país provar a sua idoneidade; dela ficaram vestígios indeléveis na Europa. Qualquer que seja o interêsse com que outros porfiam no concurso às preferências para essa obra, estou certo que o do Dr. Glaziou é antes de tudo o da glória e amor à ciência. Reduzindo êste projeto às mais simples condições ainda

será o mais belo e grandioso e custará no mínimo mil e setecentos e cinqüenta contos (1.750:000$000).

O dr. Glaziou não veio explorar o desejo que aparece agora mais vivo e insistente do pronto ajardinamento do campo: tinha muito anteriormente pensado nesse embelezamento e levantado as respectivas plantas. Só êle oferece assim a planta geral, com todas as minuciosidades e obras anexas, ofereceu-nos o melhoramento das obras, cujos planos conheceis.

Prudêncio Augusto Brandão, em 23 de março do corrente ano, apresentou, desacompanhados de plantas, orçamentos e notícias circunstanciadas, um requerimento em forma de proposta, comprometendo-se a realizar o projeto de Glaziou, que, sem dúvida, não conhece, com todo o esmêro, solidez e elegância, pelo preço de 1.800:000$000, pagáveis em trimestres vencidos e cotas correspondentes ao preço total. Pede ainda que a Câmara lhe entregue o edifício do teatro sem indenização, que o auxilie junto ao govêrno imperial para o livre despacho dos artigos procedentes da Europa e auxílio da polícia para garantir a tranqüilidade dos operários. Propôs-se, também, à conservação do jardim, arvoredo, edifícios e tôdas as obras de arte, mediante ajuste feito seis meses antes de concluídas as obras e entregues ao uso público. Em última casa, dispõe-se a fazer naquela praça obra muito elegante e mediante o preço de mil contos, pago na forma referida, se porventura a Câmara não quiser por enquanto executar o plano Glaziou. Promete dar fiança ou garantia em valores depositados do contrato que celebrar.

Esta proposta não é atendível e, portanto, não pode ser aceita. Não é atendível, porque não é lícito que um terceiro se prevaleça de alheios planos para concorrer com o autor dêles.

Não é aceitável, porque ousa pretender por muito preço a obra por outrem projetada.

Na segunda parte da proposta que lhe é própria não apresentou orçamento nem plantas, de modo que não sei que obras quer fazer e, conseqüintemente, qual o valor delas.

Constantino do Amaral Tavares, em março do corrente ano, apresentou uma proposta também sem plantas nem orçamentos. Dispõe-se a executar os planos oferecidos por Fialho e Glaziou, ou outros que apresentará, pelo preço de 1.400:000$000, com as seguintes condições:

1.ª Privilégio por 80 anos a contar da data da entrega do jardim à concorrência pública.

2.ª Gôzo e usufruto, pelo mesmo prazo, de tôda a renda.

3.ª Receber do Município, como subvenção, para conservação do jardim e mais construções — 60:000$000 anuais, durante o prazo do privilégio.

4.ª Receber, se requerer, 150:000$000, dando fiança idônea, como avanço, antes de começar os trabalhos, deduzindo-se esta soma anualmente em parcelas de 10:000$000.

Além das razões que ofereci contra o anterior projeto e são aplicáveis a êste, acrescento que ainda executado o plano como foi projetado pelo Dr. Glaziou e a contento da Câmara, custaria ao Município mais de 8.000:000$000 — porquanto:

Sessenta contos por 50 anos	3.000:000$000
Renda dos edifícios a 100:000$ anuais . . .	5.000:000$000
	8.000:000$000

Não contemplei neste quadro o juro da quantia de 1.400:000$000, preço por que se propôs a fazer a obra projetada por Glaziou, ao juro de dez por cento, o que daria anualmente 140:000$000; porém, como já ficou demonstrado, o proponente conseguirá uma renda anual no mínimo de 160:000$000, isto é, uma diferença de 20:000$000 anuais, que no fim de 50 anos equivalerá a 1.000:000$000, correndo o juro mais alto de 4% daquele que a Câmara obteria, o que corresponde a uma diferença de 56:000$000 por ano, que no fim de 50 anos se elevaria a . . . 2.800:000$000.

E' preciso para a exatidão do cálculo lembrar duas circunstâncias — a primeira, o avanço de 150:000$000 antes de começar o trabalho, e a segunda, o pagamento em cada ano de 60:000$000, com os respectivos juros. Supondo que na conservação gastaria o proponente . . . 30:000$000, seria esta despesa largamente compensada pelo interêsse dêsse dinheiro. Os edifícios construídos, depois de 50 anos de serviço, não terão valor algum, ainda pela razão de que nesta praça se não pode fazer construções de maior solidez e antes leves e delicadas. Portanto, esta proposta, que parece mais barata pelo preço, é, em realidade, de tôdas a mais onerosa.

A proposta de Glaziou por 1.750:000$000 é preferível — não só pelos motivos já apontados, como porque a Câmara entra logo no gôzo das obras.

O melhoramento proposto é tão relevante e há de influir tão diretamente sôbre a saúde pública, que seria mal curar os interêsses do Município aliar a sua execução. Com o recurso de que dispõe a Câmara não vejo outro meio para completar esta grandiosa idéia a não ser aquêle que vos ofereço na conclusão do meu parecer.

O campo da Aclamação é um logradouro tão vasto, de que se não pode privar o povo, sem incorrer no desagrado. Um privilégio traria vexames e especulações, talvez insuportáveis, apesar da benignidade do caráter dos nossos munícipes.

Proponho, pois, que a Ilustríssima Câmara respeitosamente requeira ao Govêrno Imperial e ao poder competente que, para execução dêste grande melhoramento lhe consigne, pelo menos, 5% da renda municipal, procedente da décima urbana, até que a obra que a Ilustríssima Câmara tem de fazer, esteja concluída.

Paço Municipal, em 27 de abril de 1869.

Visconde de Silva. — (2)

Para realizar êste importante melhoramento, a Ilustríssima Camara ofereceu ao Govêrno Imperial dois projetos impressos, constantes dos anexos, e o seu presidente promoveu na Câmara dos Deputados a passagem de um outro no valor de 4.000:000$000, que ficou em segunda discussão.

A questão está resolvida em parte: a Câmara adotou o projeto do Dr. Glaziou e remeteu ao govêrno assim o parecer aprovado do vereador comissário com as plantas e orçamentos (3).

Tudo depende da decisão do Govêrno Imperial."

(Relatório Municipal apresentado a 7 de janeiro de 1873 à Câmara Municipal pelo presidente Dr. Antônio Ferreira Viana — págs. 75 a 80).

A 9 de março de 1872 figura no livro n. 11 — *Jardins Públicos 1864-1873* — fls. 89 *Manuscritos* — *Arquivo Municipal* — um orçamento mais detalhado das obras de ajardinamento do campo da Aclamação, segundo o plano Glaziou:

(2) — Êsse parecer foi reproduzido com a data de 27 de abril de 1872 no "Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal", do mesmo mês e ano, de págs. 21 a 25.

(3) — Os documentos aludidos não foram incluídos no relatório Ferreira Viana, como se vê da nota registrada à pág. V, dos apensos, por haverem sido enviados ao Ministério do Império.

Escavação, preparação e movimento de terras. .	168:000$
Baldrame para o gradil e o portão	80:000$
Gradil de ferro e sua de cantaria	287:000$
Oito portões a 8:000$ cada um,.	64:000$
Pedra para formação de leito e areia.	124:000$
Construção de lagos e canais, rochedos e cascata.	250:320$
Terra vegetal, estrume e plantação de grama. . .	47:000$
Fornecimento de vegetais de primeira escolha para plantio	210:000$
Encanamentos e drenagens.	28:000$
Construção de seis pontes.	33:000$
Lajedo no exterior do jardim	42:840$
Compra de pássaros,.	5:000$
Construção de dois prédios para morada de empregados.	30:000$
Agentes nas Províncias e despesas de locomoção	40:000$
Madeira para cêrcas	12:000$
. . . . .	. . . . .
	1.426.160$

A esta importância de 1.426:160$000 (mil quatrocentos e vinte e seis contos cento e sessenta mil réis) adicionou-se a soma de 114:092$800 — a título de eventuais, administração e lucro de 8%, ascendendo assim à soma total de 1.540:252$800 (mil quinhentos e quarenta contos duzentos e cinqüenta e dois mil e oitocentos réis).

A 25 de fevereiro de 1871 a Câmara Municipal aceitara a proposta de 14 de janeiro do mesmo ano, de Francisco José Fialho e Augusto Francisco Maria Glaziou, cidadão francês, horticultor aprovado e arquiteto de parques e jardins, *ambos reformadores e conservadores* do Passeio Público, autores de plano para um grande jardim nacional, no campo da Aclamação.

Eis as bases e cláusulas do contrato que deveria ser lavrado:

> "Fialho & Glaziou obrigam-se à execução no campo da Aclamação desta Côrte do plano do jardim que projetaram sob a denominação Parque da Aclamação e se acha em poder da Ilma. Câmara com exclusão sòmente do monumento central n. 1 e do Cassino n.º 14, do dito plano e

apenas com pequenas modificações do desenho para sua maior beleza, porém, com tôdas as outras construções e obras de arte consignadas no Elenco infra que faz parte integrante desta, tudo executado do modo e com as cláusulas seguintes:

1.ª O referido jardim ocupará uma área de cento e trinta e seis mil duzentos e quarenta e dois metros quadrados ou treze hectares e sessenta e dois ares e quarenta e dois centiares em paralelograma com três faces para os edifícios a este, ao sul e a oeste do campo e a quarta ao norte entestando com o seguimento da rua São Pedro, regularizando-se a face oeste por uma linha reta.

2.ª As quatro sobreditas faces serão fechadas por gradil de ferro de dez palmos de altura, rico desenho e sólida estrutura assentada sôbre parapeito de cantaria, constando de sapatas, forros e capeamento, em peças separadas ou inteiriço de três palmos de altura e dois de espessura e tudo sôbre alicerces adequados, com oito ricos portões do mesmo Lajedo apicoado com dez palmos de largura, perfazendo tudo a extensão de seiscentas e trinta e quatro braças correntes.

3.ª Proceder-se-á a profunda excavação em todo o terreno destinado à horticultura e nos canais e lagos superior e inferior a fim de expurgá-lo das matérias nocivas à vegetação e à solidez das obras hidráulicas.

4.ª As sete pontes de comunicação serão construídas com boa solidez para peões, com pedra, ferro e madeira de lei, tosca ou esculpida, como o demonstra o plano e mais apropriadas aos respectivos sítios, elegantes e graciosas.

5.ª As alamêdas e praças destinadas à viação pública se formarão com uma base de pedra quebrada sobreposta de areia de água doce, para facilitar-se a infiltração das águas pluviais e conservarem-se estéreis, sêcas e cômodas aos transeuntes.

6.ª Os rochedos, escolhos fictícios e as cascatas serão feitos com toda solidez empregando-se pedras apropriadas

da maior grandeza transportável pelos meios ordinários, revestindo-se as faces exteriores das cascatas com cimento e outros materiais recentemente adotados para dar-lhes o o aspecto de vetustez, sendo tudo ornado de vegetais próprios de tais sítios. Não menor solidez e perfeição haverá na gruta túnel de comunicação por sob colina (n. 35 do plano) — obra de grande dificuldade e dispêndio.

7.ª Farão os encanamentos subterrâneos de esgôto (*drainage*) das águas pluviais excedentes da capacidade dos lagos e canais e os destinados aos reservatórios da grande cascata e de irrigação e os de água potável para uso do público dentro dos limites do jardim.

8.ª Conquanto os encanamentos para a iluminação a a gás, esgôto e assoio das latrinas estejam fora da tarefa dos proponentes, cumpre, todavia, que sejam feitos nas épocas e direções por êstes indicados.

9.ª Os lagos e canais bem como os reservatórios da cascata (subterrâneo) e de irrigações serão construídos com maior solidez, revestindo-se as respectivas paredes laterais e os fundos com alvenaria e suficiente rapeamento de cimento hidráulico.

10. Todos os outros trabalhos de construção mencionados no Elenco serão executados com materiais de lei, mão-de-obra limpa e bem acabada, sólida e conscienciosamente, como praticaram os proponentes no Passeio Público, capricho na perfeição de suas obras. Os edifícios serão entregues em estado de ser imediatamente ocupados.

11. Os proponentes porão o maior empenho em coligir pelas Províncias do Império os mais preciosos de seus vegetais indígenas, preconizados nas construções civis e marítimas, na ebanisteria, tinturaria, medicinais, fabris e têxteis, com especialidade na família das palmeiras, a fim de possuir o jardim nacional a maior coleção possível de representantes da rica flora brasiliense.

12. Colecionarão também vegetais exóticos dos mais primorosos por sua beleza e utilidade com vistas de acli-

matá-los e multiplicá-los, classificando cientificamente os dêstes e daqueles que parecerem mais dignos de serem conhecidos e estudados.

13. Além da plantação geral do jardim que os proponentes calculam excederá a cinqüenta mil vegetais, criarão um modesto hôrto especial a plantas medicinais para uso dos estudantes de botânica da Escola de Medicina.

14. Coligirão mais para povoação dos lagos, pássaros aquáticos e ribeirinhos nacionais e estrangeiros, entre os quais porão doze cisnes brancos e pretos.

15. Os trabalhos de amanho dos terrenos cultiváveis serão praticados conforme os melhores preceitos da ciência, adubando-os segundo a exigência da natureza peculiar dos vegetais que tiverem de receber e nutrir.

16. Os empreiteiros terão o direito de fechar o terreno destinado a seus trabalhos, desde que êstes possam ser estorvados pelo trânsito público, impedindo seu ingresso às pessoas estranhas a êstes; podendo servir-se de todos os materiais que encontrarem ali, inclusive os do teatro lírico, cuja demolição lhes fica a cargo quando já lhes não fôr preciso para depósito provisório de materiais, utensis, etc.

17. Correrão por conta do preço do contrato não só as despesas de execução dos trabalhos consignados na presente proposta e seu Elenco, como também as de conservação dêles, à medida que se forem aprontando e até um ano, contado do dia em que tiverem sido declarados todos prontos; e mais ainda as ocasionadas por viagens dos proponentes e de agentes seus e aquisição de todos os objetos destinados a êsses trabalhos e suas decorações.

18. Não se compreende nas obrigações dos proponentes o fornecimento de candelabros para a iluminação a gás: se, porém, a Ilustríssima Câmara os quiser incumbir da compra dêles, habilitando-os com os fundos necessários, não duvidarão fazê-lo sem comissão alguma, antes empenhando sua diligência na melhor e mais econômica escolha,

justificando com documentos incontestáveis o respectivo custo, postos em seus lugares.

19. A Ilustríssima Câmara solicitará do Govêrno Imperial isenção de direitos de importação e expedição para todos os objetos destinados ao Jardim e suas pertenças importados pelos proponentes, porquanto tais direitos não foram computados em seus cálculos: e bem assim a de fretes nos transportados em estradas de ferro e navios do Estado ou em quaisquer outros veículos subvencionnados por êste, nos quais os objetos da Nação gozem de tal favor.

Também prestará o Govêrno aos proponentes todos os outros favores conducentes ao mesmo pronto expediente de sua tarefa, recomendando-os e seus agentes aos delegados do mesmo Govêrno no Império e fora dêste para que lhes prestem todo o legítimo apoio.

20. Os trabalhos contratados com os proponentes estarão concluídos dentro do prazo de cinco anos contados da data da assinatura do contrato, salvo casos de fôrça maior justificados. Se, porém, fôr possível concluí-los antes do têrmo dêsse prazo, serão logo aceitos pela Ilustríssima Câmara e levantarão os empresários a integridade do saldo do preço do contrato subsistindo para garantia do ano de conservação a que se obrigam pela cláusula acima décima sétima a que oferecem na cláusula vigésima terceira, para segurança das prestações que receberem.

21. Os empresários receberão dos cofres do Tesouro Nacional, como preço dos trabalhos contratados a quantia de dois mil cento e vinte contos de réis (2.120:000$000). Esta soma lhes será paga em prestações mensais adiantadas de trinta e cinco contos trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e três réis (35:333$333), cada uma até o terceiro dia de cada mês, a começar do dia em que encetar os trabalhos e a última na época fixada na cláusula antecedente, isto é, quando todos estiverem concluídos.

22. Excedendo a duração do presente contrato do período legal da existência da Ilustríssima Câmara contra-

tante e por isto dependendo êle da aprovação do Govêrno Imperial, êste o garantirá em tôda sua plenitude por parte da Ilustríssima Câmara Municipal atual e futura.

23. Os empresários são solidàriamente responsáveis pelas obrigações que contraírem e por sua parte garantem o cumprimento delas por suas pessoas e bens, herdeiros e sucessores e oferecem hipoteca de bens de raiz de valores suficientes para segurança das prestações que receberem adiantadas.

O falecimento ou ausência de qualquer dos empresários não rompe o contrato: o sobrevivo ou presente o executará de acôrdo com o representante do falecido ou ausente, como entre si convierem, subsistindo a garantia que oferecem até a conclusão dos trabalhos empreendidos e mais o ano de sua conservação.

24. A Ilustríssima Câmara e o Govêrno Imperial prestarão aos empresários todo o auxílio de sua polícia para manutenção da ordem e respeito, quer durante a execução dos trabalhos, quer no tempo de sua conservação e para segurança dos mesmos trabalhos e suas pertenças.

25. Logo que estiverem concluídas tôdas as obras contratadas com os proponentes e sem questão pendente, nenhuma dúvida será oposta a sua recepção. Desde o dia que fixarem para a entrega dêles ter lugar, começará a decorrer o ano de sua conservação, ainda que só posteriormente a êsse dia se faça a inauguração e franquia do jardim.

26. Se a Ilustríssima Câmara julgar conveniente contratar conjuntamente a conservação do jardim nacional por maior prazo com os proponentes, êles o farão nos têrmos por que fazem a do Passeio Público, com as alterações de preço, tempo e outros em que acordarem.

27. Os empresários se corresponderão diretamente com o Ilustríssimo Vereador que fôr designado para fiscalizar as obras contratadas e só dêste ou por seu intermédio aceitarão observações acêrca da execução delas, quando esta lhe pareça em desarmonia com o contrato: tais observações,

porém, devem ser feitas *incontinenti* a essa execução para ser imediatamente corrigida ou justificada. O silêncio do vereador fiscal importará sua aprovação e aceitação das obras feitas, pelo que não poderá ser oposta dúvida alguma à recepção das prestações nas épocas fixadas na cláusula 21, uma vez que até o último dia do mês antecedente não esteja a tesouraria, pela qual se efetuem as entregas delas, intimada para suspendê-las em virtude de questões anteriormente suscitadas e ainda pendentes. Quando infelizmente ocorrerem dúvidas em falta de acôrdo amigável entre o Ilustríssimo Vereador fiscal das obras e os empresários, se resolverão por um juízo arbitral, composto de quatro peritos nomeados, dois de cada lado, dentre homens profissionais do objeto da questão, de reconhecida honestidade e independência dos interessados; quando empatem seus laudos, elegerão os árbitros um quinto, que desempatará e da decisão final não haverá recurso algum.

Em Conclusão Os proponentes darão tôdas as outras informações de que a Ilustríssima Câmara precisar para sua maior inteligência do plano; e no seu passado julgam oferecer suficiente abono e garantia de que executarão todos os trabalhos que empreenderem com a consciência, lealdade, inteligência e honestidade, que capricharão por bem evidente em seus atos, confiando da nobreza de caráter dos ilustrados e honestos cavalheiros membros da Ilustríssima Câmara Municipal correspondente procedimento". (Livro n.º 11 — Jardins Públicos 1864-1872 — Manuscritos — fls. 66 a 71 - Arquivo Municipal)

Elenco dos principais objetos de arte figurados no plano do Grande Jardim Nacional do Campo da Aclamação que têm de ser executados pelos abaixo assinados, conforme a proposta supra:

Ns. 2 a 9 Oito ricos portões de ferro sustentados por colunas do mesmo metal, ligando entre si as diversas partes do gradil assentado em parapeito de cantaria e acompanhado de lajedo exterior (cláusula 2ª.)

Ns. 11 e 12 Dois pavilhões para venda de refresco, biscoitos, tabaco, jornais, etc.

N. 13 — Grande edifício para restaurante, bares, bilhares, etc., construído com tôda solidez e elegância, com grandes e fortes alicerces batidos pelas águas do grande lago, de quase dupla grandeza do representado no plano.

N. 15 — Tôrre para habitação de pássaros aquáticos e aéreos constituída dentro do grande lago.

N. 16 Corpo de guarda, edifício de sólida construção, com acomodação para o guarda e detenção provisória.

N. 17 — Grande chalé para o restaurador etc. — edifício de notáveis dimensões e aspecto, copiado com pequenas diferenças do existente no bosque de Boulogne, em Paris, obra bem acabada e elegante.

N. 18 Quiosque Imperial — destinado a repouso da família imperial na ilha que lhe é reservada, obra em que se empregará grande capricho, sendo convenientemente decorado.

Ns. 19 e 20 — Dois edifícios de sólida construção destinados à habitação dos principais empregados da administração do jardim e guarda dos melhores utensílios. São situados na encosta da montanha artificial.

N. 21 — Laboratório hortícola próximo ao fôsso da estrumeira: são ambos construídos sòlidamente, servindo aquêle para os trabalhos de multiplicação de plantas, preparo e composição dos adubos, etc.

N. 22 — Fôsso de estrumeira, grande tanque empedrado interiormente para depósito das varreduras, estrume, etc.

Ns. 23 a 26 Quatro latrinas da forma representada pelas duas pelos números 23 e 24: as outras estão ocultas por maciços de árvores e as visíveis no plano o serão também em sítios apropriados.

N. 27 — Grande reservatório subterrâneo (não é visível) para depósito de águas que alimentam a grande cascata. É construído com a conveniente solidez no centro da montanha a cavaleiro desta, para fazer crer que dela provém a água da cascata.

Ns. 28 a 34 Sete pontes: são feitas com tôda a segurança e perfeição, com granito lavrado e tôsco ou bruto, ferro e madeira de lei. A que dá acesso à ilha imperial é giratória ou de suspensão.

N. 35 — Gruta túnel. É obra muito importante, praticada sob a montanha para comunicação do caminho que aparece em suas extremidades. Por cima da montanha corre outro caminho que fica superior ao do túnel: sua execução é mui dispendiosa e demanda a mais inteligente prática.

Ns. 36 e 37 — Três reservatórios d'água para irrigação: são construidos com alvenaria cimentada ou forrados de cantaria.

Ns. 38 e 39 Lago superior e grande cascata; já se disse na proposta o modo de sua execução: êste lago fica superior às outras peças de água, para as quais despeja suas águas por baixo de uma ponte rústica, formando uma pequena cascata: nêle pode pôr peixes ou repôs ruibilios, cisnes ou não, visto estar parte de suas margens encostada à grande cascata e à montanha e, portanto, inacessível ao público, e a outra será por suficiente cêrca viva ou gradil.

Ns. 40 e 41 — Rochedos fictícios. Formados com grandes pedras desde o o fundo d'água, são coroados com terra para nutrir as plantas que suem viver em tais sítios.

N. 42 — Grande lago, cuja de fundo e restaurador: obra de grande custo e cuja solidez garante as propriedades.

Ns. 43 e 44 Ilhotas feitas em ponto maior do que os rochedos ou escolhos e plantados como êstes.

N. 45 — Grande Ilha Imperial.

N. 46 Ilha da Edilidade, maior do que a antecedente, na qual se acha o grande chalé.

Ns. 47 a 56 — Dez grandes estátuas de ferro fundido e seus pedestais, obra bem acabada, da fábrica de Barbezat, em Paris, ou de igual crédito pela perfeição de seus trabalhos bronzeados.

N. 57 Embarcadouro da Ilha Imperial — Haverá outros nos pontos mais convenientes.

N. 58 — Caleata e cinco escaleres menores para navegação das águas do jardim.

São êstes os objetos de arte numerados no plano, da cuja execução se incumbiram os proponentes.

Há nêle indicados sob o n°. 1 o monumento comemorativo do triunfo das armas brasileiras no Paraguai ou antes o lugar que lhe é destinado e os indicados para estátuas a homens de grandes serviços ao Brasil. Nesta praça os proponentes só farão o nivelamento do respectivo terreno. O n.° 10 indica os quatro ângulos reservados para palácios dos poderes do Estado. O n°. 14 indica o edifício projetado para o Cassino, reuniões públicas, etc., e que julgou-se conveniente não ser construído já nem naquele sítio.

Estes objetos ficam excluídos do contrato com os proponentes, os quais conservarão os sítios supra-indicados convenientemente bem tratados até seu ulterior destino.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1871. — *Francisco José Fialho. A. Glaziou.* (Livro n.º 11 — Jardins Públicos 1864 — 1872 — Manuscritos fls. 71 a 75 — Arquivo Municipal).

Organizadas as bases do contrato a ser lavrado e apresentado o "elenco" dos principais objetos artísticos que deveriam figurar no plano do grande jardim, agravaram-se as dificuldades do Erário Municipal para a realização de tão importante empreendimento.

Em 1872, o último balanço da Ilustríssima Câmara Municipal da Côrte acusou a receita de 899:959$999, incluído o saldo de 1:849$400, procedente do exercício anterior. A despesa efetuada naquele exercício atingiu à cifra de 880:687$330, passando um saldo no valor de 19:271$669 para o exercício seguinte. Na caixa de depósitos entrou a quantia de 314:303$493, dela saindo, a título de restituição, a soma de 147:043$927.

Acentuando-se as aperturas financeiras da Municipalidade naquela época, dizia em seu relatório referente ao ano de 1872 o Ministro do Império, conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira:

> "Por vêzes tem tentado a Ilustríssima Câmara Municipal, mas nunca lhe foi, nem lhe é possível levar a efeito o ajardinamento do campo da Aclamação, por não lhe permitirem os seus recursos ocorrer a tôdas as despesas para isto necessárias.
>
> O plantio de árvores e ajardinamento da grande praça que se denomina — Campo da Aclamação — situada no centro da cidade, é um dos importantes melhoramentos que esta reclama. Sendo uma, e certamente a mais ponderosa das vantagens que hão de resultar de tal melhoramento, a benéfica influência que êle deve exercer sôbre a saúde pública, especialmente com relação à parte da cidade onde a população se acha mais aglomerada, determinou o govêrno dar-lhe impulso.
>
> Neste intuito, aprovado o plano que apresentou Augusto Francisco Maria Glaziou, diretor do Jardim

> Botânico do Passeio Público, salvas as modificações que se reconhecerem convenientes, resolvi dar princípio à execução das obras por meio de empreitadas parciais e conforme os meios de que puder dispor o Ministério do Império, auxiliado pelo da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
>
> Espero que a Ilustríssima Câmara Municipal, que também aprovou o plano, concorra com algumas quantias, quando o permitir seu estado financeiro" (*Relatório citado*, pág. 2).

Orçadas as obras de ajardinamento, definitivamente, em Rs. 1.694:409$200, a 2 de janeiro de 1873 lavrou-se o respectivo contrato com o arquiteto paisagista Glaziou, sendo maior o dispêndio em cotejo com o orçamento que fôra organizado em 9 de março de 1872.

Em princípios de fevereiro de 1873 iniciaram-se as obras de aplainamento do terreno, executando-se sem demora as de jardinagem.

Em seu relatório concernente ao ano de 1874, limitou-se o conselheiro João Alfredo a dizer o seguinte em relação ao campo da Aclamação:

> "Têm prosseguido os trabalhos que por deficiência de meios da Ilustríssima Câmara Municipal resolvi realizar em melhoramentos dessa praça, como declarei no meu último relatório." (*Relatório citado*, pág. 102).

Já no ano seguinte maiores informações poderia prestar o Ministro do Império, porquanto adiantadas se achavam as obras de ajardinamento. E assim o declarou:

> "Têm prosseguido com atividade os trabalhos começados nesta vasta praça. Acha-se concluído o parapeito de cantaria que a contorna e cuja extensão é de 711 braças, e estão prontos e em grande parte colocados sôbre êles os gradis de ferro que devem fechar o jardim.

Tendo findado em 24 de abril o contrato, pelo qual o govêrno cedera a uma emprêza o gôzo do teatro que existe no terreno (4) onde se estão efetuando os trabalhos, será êle brevemente demolido para se principiar com maior desenvolvimento a plantação e o ajardinamento da mesma praça.

Para êsse fim criou-se num terreno concedido pela mordomia da Casa Imperial um viveiro de plantas indígenas, cujo número excede a 25.000, sendo em grande parte de árvores de madeira de lei e arbustos interessantes principalmente por suas aplicações industriais e medicinais.

Todos os trabalhos e obras realizados, incluído o laboratório sòlidamente construído, têm importado em 305:691$064."

Desimpedida a praça do casarão que foi o Teatro Lírico Fluminense, antigo Provisório, demolido em 1875, e sem as ruínas do Chafariz das Lavadeiras (5) que desapareceu em 1873, e das célebres barracas que por muitos anos se ergueram no campo de

(4) O Teatro Provisório, que então se chamava Lírico Fluminense, fôra inaugurado a 25 de março de 1862. Erguia-se no campo entre as ruas das Cignes (atual Constituição) e do Hospício (hoje Buenos Aires), com a frente voltada para a rua do Conde ou do Conde da Cunha (atual Frei Caneca). Construído por Vicente Rodrigues, abriu primeiramente as suas portas ao público em fevereiro de 1862 para os folguedos carnavalescos. O seu primeiro espetáculo, porém, com a ópera *Macbeth*, de Verdi, foi a 28 de março do mesmo ano, em comemoração ao aniversário da Constituição do Império. Moreira de Azevedo, no *Pequeno Panorama*, registra a sua lotação com 124 camarotes distribuídos em quatro ordens, 248 cadeiras de 1ª classe, 145 de 2ª e 147 gerais. Em 1864 foi criando de Teatro Lírico Fluminense. O êxito da primeira temporada do Provisório foi obtido pela cantora Rosina Stolz, espanhola de origem, segundo Estragnolle Dória (*Chiaro do Passado*). No *Histórico do Teatro Brasileiro*, de Lafayette Silva, pág. 44 a 46, encontram-se excelentes subsídios sôbre esse casa de espetáculos — *Teatro Provisório*, que apesar de sua denominação, durou mais de 20 anos, cerrando definitivamente as portas a 30 de abril de 1875, para ser pouco depois demolido.

(5) "Praça da Aclamação. — Essa praça, a maior da cidade, com 534 metros de comprimento e 208 de largura, tinha no meio do nível um chafariz provisório alimentado pela água do rio Comprido, que era um jirau em que se lia, em grandes letras de madeira sôbre grandes vigas: Encanados os águas do rio Maracanã e preparado um chafariz de cantaria com 22 bicas e tanques de lavagem de roupa, foi inaugurado em 24 de junho de 1818, em presença da Família real, mostrando decrúdo e sendo de muito bom gôsto. Foi demolido há seis ou oito anos". (*O Rio de Janeiro* — de Moreira de Azevedo — 2º vol., pág. 465)

"Arruinado em 1875, depois de 65 anos de bons serviços, foi demolido por estar inutilizado e ser horrenda a sua feitura arquitetônica." (*Vieux Cariocas* — *Portas e Chafarizes* — de Magalhães Corrêa, pág. 67).

Santana, que não passavam de circos eqüestres e acrobáticos — pôde o Ministério do Império prosseguir nos trabalhos que tomara sob sua alçada.

No relatório do Conselheiro Antônio da Costa Pinto Silva, em 1877, informava o Ministério do Império ao Parlamento que os serviços de jardinagem contavam com 46.000 árvores, das quais maior parte pertencia à flora fluminense. Achavam-se terminadas as casas que deveriam servir de residência aos operários e guardas. Obras hidráulicas e pontes rústicas estavam naquele ano quase concluídas. Acreditava o Ministro do Império que até o fim do ano de 1878 estivesse ultimada tôda a obra de ajardinamento, não excedendo o seu custo de 1.000:000$000. Até o fim de abril de 1877 a despesa fôra de 625:396$852.

Em outubro de 1877, ascendera êsse dispêndio a 856:451$701, e no ano seguinte, o Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho, Ministro do Império, em seu relatório apresentado em dezembro, informava que o estado financeiro do país aconselhava a redução das despesas com aquêles trabalhos, tendo nesse sentido resolvido por aviso de 20 de fevereiro de 1878 suspender as obras que não fôssem urgentes e restringir a dotação mensal destinada ao jardim a 2:000$000. A prática e a experiência, porém, o aconselharam a revogar esta ordem, voltando o auxílio a ser computado em 8:000$000.

Em tôrno do jardim, e especialmente na face da rua Visconde do Rio Branco, as águas pluviais se acumulavam com grave prejuízo para os transeuntes. Procurando corrigir êsse inconveniente, o Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, presidente da Câmara Municipal em 1879, solicitava a 12 de julho que se procedesse à construção de lajedos, por conta do Ministério do Império, e segundo o orçamento elaborado pelo engenheiro José Antonio da Fonseca Lessa.

A 7 de setembro de 1880 inaugurou-se o jardim e foi imediatamente franqueado ao público.

Até a data de sua inauguração haviam sido despendidos 1.186:723$645 — o que importa dizer menos 508:685$557 da impor-

tância orçada, na qual não se computara o valor da construção da casa destinada ao alojamento dos guardas, que atingiu a 40:000$00.

Esse serviço, por falta de recursos dos cofres municipais — reafirmava o conselheiro Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, barão Homem de Melo, em seu relatório de 1880, quando Ministro do Império — fora autorizado pelo Govêrno Imperial e executado mediante contrato com o Dr. Augusto Francisco Maria Glaziou em 2 de janeiro de 1873.

Despesa efetuada de 1873 a 1880

1873—74	235:519$916
1874—75	108:239$523
1875—76	139:862$563
1876—77	175:972$654
1877—78	163:044$515
1878—79	79:909$760
1879—80	71:993$140
Até 31 de março de 1880	972:341$751
De 1 de abril a 7 de setembro de 1880	214:381$882
	1.186:723$643

Na cláusula 3.ª do contrato estipulara-se que o Dr. Glaziou perceberia pela execução dos serviços a gratificação mensal de 600$000 e mais a quarta parte do valor das economias que conseguisse realizar, em relação à importância dos orçamentos feitos em caráter administrativo. Concluídas as obras, verificou-se que o ilustre arquiteto paisagista fizera economias na importância de 479:145$557, tendo, portanto, direito à quantia de 119:786$387 — quarta parte daquela importância. Até 1882, informava o Ministro do Império, Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas (relatório dêsse ano) não ser possível satisfazer-se esta dívida por falta de meios na lei do orçamento do exercício financeiro.

NOTÍCIA DA INAUGURAÇÃO SOLENE DO JARDIM

Desde as quatro horas da tarde de 7 de setembro de 1880, achava-se aglomerado o povo nas proximidades dos quatro portões do jardim, notando-se maior número de populares junto ao que defronta com a antiga rua do Hospício. Os edifícios públicos situados na praça — o Museu Nacional (onde hoje está instalado o Arquivo Nacional), a Câmara Municipal (em construção, no mesmo local onde existiu o Paço do Senado da Câmara, inaugurado em 1825), o Quartel General do Exército (construção de 1815), a Casa da Moeda (Levantada em 1866), o Senado do Império (residência do último vice-rei, o Conde dos Arcos) — estavam profusamente engalanados, vendo-se nas janelas inúmeros espectadores.

Pouco antes das cinco horas, chegaram os Ministros do Império (Barão Homem de Melo), da Marinha (Conselheiro José Rodrigues de Lima Duarte) e da Agricultura (Conselheiro Manuel Buarque de Macedo), que foram recebidos pelo Dr. Glaziou, a quem o Ministro do Império, depois de felicitar pelo importante melhoramento que levara a tão bom têrmo, entregou o decreto datado de 6, pelo qual fôra o notável arquiteto paisagista agraciado com o grau de Comendador da Ordem de Cristo, em atenção aos relevantes serviços prestados ao país.

Às cinco horas precisamente chegou o Imperador, acompanhado de seu camarista o Conde de Iguaçu, sendo recebido por Glaziou, a quem o monarca felicitou pela grande data. Em seguida, D. Pedro II, em companhia daqueles Ministros de Estado, de Glaziou e de grande número de convidados, percorreu o jardim. Por ordem do soberano foram abertos os portões do parque, permitindo a entrada do povo.

Conquanto o jardim do campo da Aclamação já se apresentasse atraente, as suas árvores ainda não davam impressão da grandiosidade de que se revestiram mais tarde.

Não se achando presente à solenidade da inauguração o Conselheiro João Alfredo, o Imperador, em conversa com o Ministro do Império, Barão Homem de Melo, referindo-se à grande obra, pro-

feriu as seguintes palavras: "Deve-se a João Alfredo; a êle devemos agradecer e foi preciso ter muita perseverança: êle a teve e venceu. Não está o João Alfredo? Desejava encontrá-lo por aqui."

No dia seguinte, 8 de setembro, o Barão Homem de Melo escreveu a seguinte carta ao Conselheiro João Alfredo, narrando-lhe o incidente da véspera:

> "Gabinete do Ministro do Império, 8 de setembro de 1880 — Ilustríssimo e Excelentíssimo Senador João Alfredo.
>
> Cumpre-me o grato dever de referir a V. Ex. as palavras de S. M. o Imperador, ontem, durante o ato da inauguração do jardim da praça da Aclamação:
>
> — Deve-se ao João Alfredo; a êle devemos agradecer e foi preciso ter muita perseverança: êle a teve e venceu. E logo adiante, depois de havermos percorrido pequena parte do jardim: Não está aí o Sr. João Alfredo? Desejava encontrá-lo aqui.
>
> Senti o mais vivo júbilo, testemunhando a alta demonstração de aprêço com que o Imperador tão solenemente honrou os serviços e a dedicação de V. Ex., dotando a capital do Império com tão importante melhoramento. Em ato contínuo à inauguração, tive a honra de procurar a V. Ex. em sua casa para anunciar-lhe o que se passara. Não tendo tido o prazer de encontrar a V. Ex., rogo se digne V. Ex. aceitar por êsse meio as minhas congratulações pela alta distinção que mereceu de S. M. o Imperador". (6)

(6) — Em 1857 louvava o Visconde de Condeixa os alicerces do grande empreendimento. Seu ordenamento, gostosamente, os vereadores Joaquim Antônio de Araújo Silva (Visconde de Silva) e Antônio Ferreira Viana (Presidente da Câmara Municipal, de 1860 a 1873), que, como já o dissemos, foram os mais esforçados propugnadores do ajardinamento do campo da Aclamação. Ao Conselheiro João Alfredo, Ministro do Império, coube, sem dúvida, a ventura de tornar uma realidade a ardente idéia de embelezamento, prestigiando e fornecendo os meios necessários à execução do plano de Glaziou e contando para isso com o decisivo apoio de D. Pedro II. Ao ordenar-se se estava a recolher donativos para uma subscrição destinada à ereção de um monumento sôbre a fonte do campo da Aclamação, o segundo Imperador não só opinou que fôsse aquêle logradouro exclusivamente reservado ao jardim como, ainda, em carta datada de 19 de março de 1870, dirigida ao Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, declinou da homenagem.

A inauguração do vasto parque concorreu para o ativamento de construções nas quatro faces da praça da Aclamação, nas quais possuíam imóveis, entre outros proprietários, Roberto Jorge Haddock Lôbo, o então Barão de Carapebus (Antônio Dias Coelho Neto dos Reis), o Dr. Clemente José Ferreira Braga, João Fernandes Carneiro Viana, Dr. Domingos Jaci Monteiro, Conselheiro Jerônimo José Teixeira, Dr. João Pedro de Miranda e João Martins Cornélio dos Santos.

Em 1881 o lançamento do impôsto predial acusou a coleta de 105 prédios, havendo uma diferença para mais de 10 em relação ao efetuado em 1878, no qual figuravam 95 imóveis com a seguinte descrição: de 1 sobrado — 42; de 2 sobrados — 13; de 3 sobrados — 3; e térreos — 37.

DESCRIÇÃO PAISAGÍSTICA DO JARDIM EM 1880

SEGUNDO DEPOIMENTO CONTEMPORÂNEO

O "Jornal do Comércio", em sua edição de 7 de setembro de 1880, publica na *Gazetilha* e com o subtítulo *Jardim do Campo da Aclamação*, a seguinte descrição paisagística acêrca do parque delineado e executado pelo Dr. Glaziou:

> "Este formoso jardim, o mais belo que se pode encontrar no centro de uma capital, vai ser hoje entregue para logradouro do público fluminense.
>
> Confiada ao Dr. Glaziou a execução dêsse grandioso plano, saiu-se dela com tôda a galhardia o provecto en-

Pedia que as avultadas quantias angariadas para o projetado monumento fôssem aplicadas na construção de prédios apropriados ao ensino primário. (*Rev. Inst. Hist.* tomo LII.) A ilustríssima Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Antônio Ferreira Viana, completando o seu programa de administrador, apressou-se em corresponder a tão elevado desejo do município.

Em 1873, cogitou-se, também, de erigir um monumento comemorativo da terminação da guerra da Tríplice Aliança contra o govêrno da República do Paraguai. Êste monumento, planta do engenheiro arquiteto Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá, deveria ser levantado no campo de Santana. Embora mais simples do que o do engenheiro militar Paulo José Pereira, apresentado à Câmara Municipal da Côrte em 1869 e do qual já falamos, conseguiu o projeto de Caminhoá maior aceitação pública, não se realizando a sua execução devido ao custoso preço de sua criação.

genheiro e botanista. Como obra de arte tem êsse jardim uma cascata monumental de soberbo efeito vista pelo exterior, e cheia de episódios inesperados para o visitante que se embrenhar nas grutas que tem no interior; ornadas de estalactites e estalagmites, onde o contínuo correr da água completará a perfeita ilusão. Dá acesso a essa cascata uma pinguela rústica e várias pedras como que disseminadas ao acaso nas águas do lago inferior. De noite, a cascata é iluminada por lampiões de gás-globo, artisticamente dispostos.

Todo o jardim é cortado por um extenso lago rasteiro onde a grama vai beber, ocultando graciosamente o trabalho da mão do homem. Sôbre esta longa fita de água, há diversas pontes, imitando troncos de árvores. Todo êste trabalho é feito de cimento, e tanto no desenho como na côr, imita com muita verdade o natural.

Em frente da cascata há um grande monólito esférico, sôbre o qual se ergue um grupo de proporções monumentais, apresentando um combate do tigre com o homem. As linhas do grupo são de bela composição: o desenho dos pormenores é feito com a largueza de linhas que exige êste gênero de escultura. E autor do grupo o conhecido escultor Després de Cluny.

No que diz respeito ao ajardinamento é êle feito não só por um botanista proficiente, como por um paisagista de elevado gôsto. As árvores estão dispostas com o fim de produzir determinada composição de linhas, que devem desenrolar diante dos olhos do visitante uma infinidade de quadros de paisagem.

Não foi indiferente a côr dos diversos vegetais; antes, pelo contrário, estão colocados de forma que, pela diferença dos matizes, todos êles se destaquem e produzam um efeito conjunto de grande harmonia.

Conquanto o jardim do campo da Aclamação já seja um passeio agradável, é só daqui a alguns anos que poderá ostentar todos os seus atrativos e riquezas.

As árvores estão distanciadas de maneira que, daqui a cinco anos, os frondes se unam de lado a lado, assombreando aquelas extensas ruas de modo que tornem êste local apetecido, mesmo nas horas de mais intenso sol.

Há ali exemplares das árvores mais notáveis do Brasil e de outras regiões que com o nosso clima têm semelhança. A qualidade de eucalipto que o Sr. Glaziou plantou em grande quantidade é a *robusta* e *resinífera*, que se dá perfeitamente com o nosso solo e condições climatéricas. Os gramados extensos, de onde de vez em quando se destacam alguns arbustos, produzem magnífico efeito.

Às cinco horas da tarde, S. M. o Imperador entrará no jardim pelo portão fronteiro à rua do Hospício; depois que se tenha retirado, ficará à disposição do público êste jardim, que conservará abertas as portas até as nove horas da noite. Aí fica, pois, o público do Rio de Janeiro de posse de um magnífico logradouro de que tanto carecia para seu recreio e higiene, e bom será que à vista do custo e dos sacrifícios que êste jardim impôs aos cofres da nação, o nosso público, ordeiro e bem intencionado como é, zele essa propriedade nacional como se ela pertencesse a cada um em separado."

CUSTEIO, CONSERVAÇÃO E PEQUENAS BENFEITORIAS POSTERIORES À INAUGURAÇÃO DO JARDIM

Em 1881, a administração do jardim procedeu ao nivelamento e empedramento da face do parque fronteira ao edifício do Ministério da Guerra, despendendo 13:559$874, de acôrdo com o orçamento elaborado pelo engenheiro municipal Ernesto da Cunha Araújo Viana.

Naquele ano celebraram-se no jardim grandes festas em homenagem a Luís de Camões, por ocasião do tricentenário da morte do poeta português.

Dando notícia da ultimação das obras do jardim, o relatório do Ministro do Império, Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas,

a 19 de janeiro de 1882, registra que por aviso de 15 de setembro de 1880 passara o parque à jurisdição do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (*Relatório citado* — pág. 154). Por essa época foi orçada a despesa anual com os serviços de custeio e conservação em 48:860$000.

Em 1885, o presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José da Silva Pinto, reclamava daquele Ministério, a 20 de maio, contra a estagnação das águas dos canais e lagos do parque da Aclamação, pedindo medidas urgentes em benefício da saúde pública, por terem aparecido febres de mau caráter nas circunvizinhanças. Corrigidos pela Inspetoria de Obras Públicas os defeitos que se notavam na canalização, tornou-se fácil o escoamento das águas de canais e lagos.

Para celebrar a decretação da lei de 13 de maio de 1888, foi destinado o jardim do campo da Aclamação à concentração das escolas que tomaram parte no grande desfile pelas ruas da cidade.

Alterada a denominação de praça da Aclamação para praça da República, por ato da Intendência Municipal de 21 de fevereiro de 1890, o jardim passou a chamar-se PARQUE DA PRAÇA DA REPÚBLICA. Nessa ocasião foram retiradas as coroas imperiais que ornavam as divisões dos gradis, não obstante o protesto de vários republicanos, inclusive de Lopes Trovão, um dos mais sinceros e devotados à causa republicana.

Em 1891, Morris Kohn construíra no parque dois chalés, destinados a comércio e jogos de recreio. Com a transferência da concessão à Companhia Parque da Aclamação, organizada durante o *encilhamento*, não prosseguiu o contrato acima aludido.

Em virtude do que dispôs a Lei n.º 26, de 30 de dezembro de 1891, no § 2º, n.º 19, confirmada pela Lei Orgânica do Distrito Federal, n.º 85, de 20 de setembro de 1892, os serviços dos jardins da praça da República e do Passeio Público deveriam passar ao domínio da Municipalidade, realizando-se todavia essa transferência sòmente em janeiro de 1895. Neste ano, o Dr. Fernando Ferreira da

Costa e Manuel Ismael Zevada requereram à Municipalidade concessão especial para executar melhoramentos no jardim (7).

Executaram-se em 1895 obras de reconstrução de prédios do jardim, fiscalizando-as o engenheiro Henrique Baiana. Nesse ano instalou-se, numa área de 300 metros quadrados, um local destinado à sementeira de eucalipto, e desde 20 de fevereiro se iniciou o serviço de rega do jardim por meio de mangueiras de borracha — como já se praticava nos jardins das praças Tiradentes e Duque de Caxias.

De acôrdo com o orçamento elaborado pelo engenheiro José Dias Cupertino Durão em 8 de maio, ainda de 1895, procedeu-se à pintura do gradil do parque, com a despesa de 11:291$088.

Pela Lei n.º 189, de 26 de outubro do mesmo ano, passaram os serviços então dependentes da Diretoria Geral de Obras e Viação a ser diretamente subordinados ao Prefeito.

Por essa época exercia o cargo de Inspetor de Matas, Jardins, Arborização e Caça, o Dr. Júlio Gonçalves Furtado, nomeado a 20 de setembro de 1894, em caráter interino (8); anteriormente desempenhara êsse funcionário o cargo de Inspetor escolar, no qual fôra provido a 14 de novembro de 1890.

Em outubro de 1897, realizaram-se no parque da praça da República festas comemorativas da derrota dos jagunços de Canudos, à semelhança de outras solenidades que ali se fizeram no tricentenário de Camões, no centenário da morte do Marquês de Pombal e em outras cerimônias de caráter cívico ou popular.

Na face que deitava para o velho prédio do Paço Municipal, recentemente demolido, esteve a estátua do grande ator brasileiro João Caetano dos Santos, de 1910 a 24 de maio de 1936. Inaugurada a 3 de maio de 1891, em frente à antiga sede da Escola Nacional de Belas Artes, foi dali removida para o jardim da praça da Re-

(7) — Manuel Ismael Zevada fôra o introdutor do *fôgo de fôlha*, no Jardim Zoológico, em julho de 1892.

A sua petição, também firmada pelo Dr. Ferreira da Costa, foi indeferida pelo prefeito Dr. Cândido Barata Ribeiro.

(8) — Com a aposentadoria do Dr. Augusto Francisco Maria Glaziou, foi nomeado efetivamente Inspetor de Matas e Jardins, o Dr. Júlio Furtado, a 4 de maio de 1897.

pública, e dêste ponto para a frente do teatro João Caetano (antigo São Pedro). É obra do escultor Francisco Manuel Chaves Pinheiro.

Em 1903 foi contratado com Antônio Tomé de Moura o serviço de pintura de todo o gradil que circundava o parque, a exemplo do que se fizera, em 1896, em condições precárias.

Ainda restam vivas reminiscências das batalhas de flores de 15 de agôsto de 1905, 25 de setembro de 1904 e 2 de setembro de 1906, promovidas pelo infatigável chefe do govêrno municipal de 1902–1906, Dr. Francisco Pereira Passos. Realizadas as duas primeiras batalhas no parque da praça da República e a última na avenida Beira-Mar, foram as primeiras festas dessa espécie no Rio de Janeiro, com o desfile de carruagens ornamentadas a capricho, bicicletas, automóveis, e de pessoas a pé e a cavalo. O produto dessas festividades, proveniente das entradas de pessoas a pé, a cavalo, em carros, bicicletas e automóveis, foi aplicado em benefício de várias instituições pias.

Do esplendor dêsses festivais, como o de 19 de agôsto de 1906, em homenagem aos membros do Congresso Pan-Americano que se reuniu no Rio de Janeiro (festa veneziana), a cidade guarda saudosas lembranças no relicário de suas tradições.

Sob os auspícios de um dos mais brilhantes espíritos que honraram a representação nacional no Parlamento, o senador Alfredo Ellis, cogitou-se de construir a sede do Senado Federal no interior do parque da Praça da República, em meados de julho de 1918. Combatida a idéia e achando-se à frente dos opositores ao plano daquele senador paulista o ilustre prefeito da cidade, Dr. Amaro Cavalcanti, foi pôsto à margem o infeliz projeto, apesar de o Dr. Alfredo Ellis apresentar novos argumentos aos que se opunham à destruição de parte de uma obra de arte, qual o parque da praça da República.

Por Decreto n.º 4786, de 21 de maio de 1934, o jardim da praça da República passou a denominar-se PARQUE JÚLIO FURTADO (9).

(9). O Dr. Júlio Gonçalves Furtado nasceu na Bahia a 2 de julho de 1851. Formou-se em medicina na Faculdade dêste Estado, em 1874, indo, a seguir, fixar residência em Santos, onde clinicou até 1889. Proclamada a República, transferiu-se para o Rio de Janeiro, tendo sido nomeado pelo Marechal Deodoro para um cargo público. A sua figura tornou-se popular como auxiliar da administração Passos na obra de remodelação da cidade. Faleceu a 24 de março de 1934 com a idade de 83 anos, em sua residência à praia do Flamengo, n. 32. Sepultou-se no cemitério de São João Batista.

Em maio de 1936, o vereador Tito Lívio apresentou à Câmara Municipal um projeto permitindo o tráfego de automóveis pelo interior do jardim, com o objetivo de facilitar o escoamento de veículos que, em certas horas do dia, congestionavam as principais ruas da cidade. Opondo-se a semelhante idéia, o escritor José Mariano Filho, em entrevista concedida a *O Globo*, em 20 daquele mês e ano, declarou constituir a passagem de veículos pelo interior do vasto parque medida prejudicial à conservação daquele logradouro e que concorreria talvez para destruir a obra maravilhosa de Glaziou — de que tanto e tão justamente se orgulha o Rio de Janeiro.

Reportando-se o ilustre escritor às anteriores tentativas de remodelação do jardim, acrescentou:

> "Contam-se às dezenas as tentativas contra o parque da praça da República. A mais séria ameaça ocorreu quando o arquiteto Heitor de Melo lembrou-se de localizar ali o palácio do Parlamento. O projeto chegou a ser confeccionado.
>
> Ao tempo da administração do prefeito Antônio Prado, cogitou-se de transformar o logradouro numa espécie de *Luna Park* — idéia da qual se tornou arauto o inspetor de Matas e Jardins, já ao tempo do Prefeito Pedro Ernesto."
>
> "A simples retirada do gradil do parque não poderá concorrer — dizia o noticiarista — para o descongestionamento do tráfego, a menos que se altere o traçado original do arquiteto francês Glaziou."

Na sua palestra publicada no *O Globo*, salienta José Mariano Filho as vantagens turísticas do campo, máxime numa cidade que não possuía grandes golpes de perspectivas arquitetônicas como a nossa. Em sua opinião, deveria facilitar-se aos turistas e aos habitantes o gôzo de uma das raras obras de arte de que a cidade se pode orgulhar.

> "O estrangeiro que percorre as alamêdas do campo de Santana e da Quinta da Boa Vista se esquece por um

instante que está na capital do Brasil, onde se ergue, de pedra e cal, a mais copiosa e desconcertante feira de mau gôsto de que há notícia.

Aquêles dois elementos urbanísticos pertencem a uma outra época. Significam uma cultura, cuja tradição se esboroou. Êles formam, com alguns raros edifícios privados, uma espécie de família artística em cujo *pedigree* não entra a ostentação do *nouveau riche*, nem o modernismo ridículo."

Em janeiro de 1938 foram retirados os gradis que circundavam o vasto parque, sendo que uma pequena parte dêles foi aproveitada na floresta da Tijuca, e a restante se acha recolhida a um dos depósitos da Prefeitura. Assentados sôbre parapeito de cantaria, sua construção, feita pela Companhia Barbezat, dos Hauts Fournaux, do Vale do Osne, custou 80:000$000. O parapeito de cantaria foi adquirido por cêrca de 95:000$000. As oito pilastras dos quatro portões não ultrapassaram o preço de 9:600$000 cada uma.

Êsses algarismos constam do *Relatório da Inspetoria de Matas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca*, anexo à *Mensagem do Prefeito*, de 1 de setembro de 1914 (2º vol. pág. 262).

Para o alinhamento da avenida Presidente Vargas, iniciou-se em janeiro de 1944 o corte da face do parque fronteira ao edifício do Ministério da Guerra. Derrubaram-se, por essa ocasião, sessenta árvores frondosas, que se elevavam na área de 1782 metros quadrados.

O aplainamento do terreno absorvido com a abertura do novo logradouro principiou a 1 de fevereiro daquele ano.

A superfície total do parque, antes de se proceder ao cordeamento da avenida Presidente Vargas, era de 146.421,00 metros quadrados (mais de quartoze hectares). O seu perímetro era de 1.545,25 metros; a superfície plantada, de 86.587,95; os lagos e rios artificiais estendiam-se por 17.962,95; as ruas e construções diversas compreendiam 42.421,00.

Tinha o parque a forma de um vasto pentágono.

O vastíssimo parque oferece a todos que o visitam aspecto imponente e poético. Largas alamêdas e inúmeras árvores reunidas

em bosques, lagos, fontes, cascatas e grutas encontram-se espalhados artisticamente por todos os seus recantos.

A cascata monumental contém grutas em várias direções, imitando com a maior perfeição a natureza. Ela alimenta os lagos do parque com o volume de 120.000 litros de água, diàriamente.

Um rio, com um metro de profundidade, forma lagos em seus pontos mais longos. Serpenteia entre bosques e gramados, banhando ilhotas pitorescas. Vadeiam-no pontes que fingem madeira rústica ou pedras de penhasco, que se unem para facilitar a passagem dos transeuntes.

Além de árvores florestais exóticas, possui o jardim preciosos espécimes de vegetais indígenas, distintos por sua beleza, corpulência e qualidade da madeira. Nos bosques e grupos que se destacam dos gramados, há cêrca de sessenta e seis mil vegetais. Entre as palmeiras e cicádeas que aí se encontram em pleno desenvolvimento, há muitas espécies raras: *arenga saccarifera, ataleia, speciosa, cariota cumbia, javanica, chamoorops elegans, glasier martiana, glaciova insignis*, etc., e grandes mirtáceas, como *mimosaceas caesal, sapotáceas, artocarpes* e outras espécies preciosas, pertencentes a diversas famílias.

No interior do parque elevam-se coretos e caramanchões destinados à música e aos visitantes, assim como bancos, quatro prédios, um dêles ocupado pela Secretaria da repartição diretora do parque e outro, quase em frente à rua Moncorvo Filho (antiga do Areal), construído pelo arquiteto Léon Gaubert, em estilo Luiz XV, tendo custado cêrca de 58:000$000. Além disso, foi edificado um prédio de feitio especial para jardim de infância, em substituição do que existiu no ângulo do parque que defta para a rua Visconde do Rio Branco.

Em 1909, foi instalado um pavilhão de madeira no bosque Flora Indiana, e que figurou na Exposição Nacional de 1908, contendo espécimes da flora e fauna do Distrito Federal. Êsse pavilhão é muito visitado nos domingos e feriados. Neste local se têm realizado exposições de flores e de canários.

Entre as obras de arte existentes no parque registramos:

Estátuas (duas) de mármore, representando a Primavera e o Outono — *Grupo do Índio lutando com a Onça* do escultor Després de Cluny — adquirido por 2:500$000.

Baixo relêvo em bronze — oferecido pela Bélgica à Municipalidade do Distrito Federal, por ocasião do centenário da Independência Nacional. Representa o "Trabalho de Aço", e é obra do escultor Jules Lagal, tendo sido inaugurado a 28 de julho de 1923 pelo prefeito Dr. Alaor Prata Soares.

Possui o parque oito fontes, das quais quatro próximas aos portões, e as demais ao centro do ajardinamento, sendo idéia do Dr. Glaziou fazer convergir para ali a água e levantar um chafariz monumental com figuras simbólicas dos grandes rios do Brasil. Não conseguindo realizar êste plano, cogitou-se da ereção de uma coluna comemorativa das vitórias brasileiras no Paraguai (projeto de Caminhoá, a que já nos referimos), não tendo tampouco logrado êxito essa idéia. Mais tarde, decidiu-se levantar no local uma estátua eqüestre ao Marechal Deodoro da Fonseca, para assinalar a proclamação da República no antigo campo de Santana. Neste sentido, lançou-se a 15 de novembro de 1913 a pedra fundamental do monumento.

Ainda desta vez não se pôde executar o novo plano. A estátua do bravo Marechal foi levantada em outro ponto da cidade.

O vasto e imponente parque é sem dúvida um dos mais belos do mundo, podendo rivalizar com os grandes logradouros do estrangeiro.

APÊNDICE

TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE AUGUSTE FRANÇOIS MARIE GLAZIOU

Auguste François Marie Glaziou nasceu na Bretanha (França), a 30 de agôsto de 1833. Na metade do século XIX, em companhia de Francisco José Fialho, que se demorara algum tempo na Europa, veio Glaziou para o Rio de Janeiro, incumbindo-se dos trabalhos de remodelação do Passeio Público. De 1860 a 1865, o ilustre arquiteto paisagista projetou e planejou o parque da Boa Vista, residência imperial, conforme vontade e gôsto de D. Pedro II. A execução dêsse parque demonstrou a alta competência do artista francês, que teve a preocupação de representar todos os espécimes da flora brasileira, agrupando-os de acôrdo com a zona climática a que pertenciam e de forma a constituir verdadeiro mostruário da botânica nacional. Em frente ao palácio imperial de São Cristóvão existia uma depressão de terreno com descida para diversos pontos, pois o solo era montanhoso, como ainda hoje se observa. Só em 1876 foram concluídas em parte as obras do parque, confiadas desde aquele ano, de novo, a Glaziou.

Aproveitando o portão principal da Quinta, por ordem do Imperador, traçou êle em linha reta uma grande alamêda marginada de frondosas sapucaias, e construiu nos terrenos laterais, depois de aterrado um grande fôsso ali existente, lagos e cascatas do mais belo efeito.

"A Imperial Quinta — diz-nos Magalhães Correia — surpreendia pelo seu aspecto geral, acidentes do terreno, agrupamento de árvores, alamêdas de bambus, lagos, rios, cascatas, blocos pé-

treos, grutas, oferecendo pespectivas extraordinárias em sua paisagem, não só lençóis de verde gramado, únicos no gênero, como as alamedas das palmeiras e das sapucaias, estas de tons variados, do verde claro ao escuro, ao azul violeta e grená. A alamêda das tamarineiras, bosques com palmeiras, grupos de chichais, capões, enfim, tôda a nossa vegetação tropical estava ali representada.

O parque ressurgia com vegetação hidrófila, litófila, umbrófila, com seus efeitos extraordinários, obra completa de Glaziou."

O provecto artista francês modificou o plano dos naturalistas europeus, inclusive o botânico Riedel. Êste último exerceu por muitos anos o cargo de administrador da Quinta, em lugar do paleontologista dinamarquês Pedro Guilherme Lund, que não pudera aceitar o cargo, pois trouxera de seu país outra incumbência.

Em 1868, foi nomeado Glaziou diretor privativo dos jardins imperiais da Quinta da Boa Vista e de Petrópolis.

Em 1875, o Ministro do Império, como já assinalamos na *Memória acêrca do jardim da Praça da República*, aceitou o seu plano, que a princípio fôra submetido à Câmara Municipal, para o ajardinamento da praça da Aclamação.

Desejando conhecer os vários aspectos da natureza brasileira, Glaziou, em dias de folga, notadamente aos domingos e feriados, empreendeu por essa época excursões às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, recolhendo espécimes da flora dessas regiões, que enviou para os jardins europeus.

Homem de ação e cioso de seus conhecimentos científicos, teve por vêzes de se opor à interferência de estranhos em atribuições que lhe haviam sido concedidas. É dêste feitio a extensa carta que em 13 de novembro de 1871 dirigiu ao Dr. Antônio Ferreira Viana, presidente da Câmara Municipal, acêrca de um ofício que lhe dirigia a 11 de novembro do mesmo ano o secretário da Ilustríssima Câmara.

Reproduzimos os têrmos daquela missiva, que consta de um dos códigos do Arquivo Municipal:

"Como o ofício datado de 11 do corrente refira-se a V. Exª. eu me apresso em obedecer às suas ordens. As ár-

vores ou os seus ramos referidos no edital da Câmara já foram suprimidas, conforme as minhas indicações. Quanto aos seus despojos, está claro que se lhes dê o conveniente destino.

Não duvido que a pessoa que se deu ao trabalho de removê-las não se tenha colocado à disposição do reclamante.

Estando eu encarregado dos *squares* do Rio de Janeiro, procuro ser de maior utilidade, apesar dos sarcasmos das maitacas. É possível que tais casos se repitam. Nestas condições, tenci o cuidado de prevenir os agentes da Ilustríssima Câmara sôbre os locais em que forem depositados os resíduos vegetais.

Por diferentes vêzes os subordinados da Edilidade me têm dirigido admoestações em matéria de botânica privada. A êles apenas tenho respondido com um silêncio indulgente: peço, entretanto, a V. Ex.ª, segundo a hierarquia da Ilustríssima Câmara, que me não coloque entre os seus assalariados, permitindo-me a graça de mandar dizer aos senhores engenheiros que estou em serviço voluntário dos jardins da cidade, que me acolhe com tanta benevolência.

E assim vivamente compenetrado da deferência que V. Ex.ª me concede, rogo pessoalmente a V. Ex.ª de aceitar as homenagens da minha mais sincera dedicação.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Antônio Ferreira Viana, Digníssimo Presidente da Ilustríssima Câmara Municipal da Côrte.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1871.

Glaziou"

A respeito dessa carta exarou o presidente da Câmara Municipal o seguinte despacho:

"Responda-se que a presidência fica ciente dos têrmos da communicação e continua a depositar inalterável confiança no zêlo e saber do Dr. Glaziou — a quem respeita e muito preza por seu provado desinterêsse.

Quanto aos jardins a seu cargo faça o Dr. Glaziou o que lhe parecer melhor, sem se importunar com a crítica ou reclamação seja de quem fôr.

13 de novembro de 1871 — *Ferreira Viana.*" (*Jardins Públicos* — 1865–1909 — *Manuscritos* — fls. 9 — Livro 13 — Arquivo Municipal)

Consultado em 1872, sôbre um jardim que se projetava fazer na praia de Botafogo, a pedido do vereador Visconde de Silva, elaborou o seguinte parecer:

"O projeto de jardim que V. Exª. mandou-me está cheio de fantasias e completamente falto de regras sistemáticas. A vista de tal lacuna, acompanha êste parecer um esbôço reduzido, que julgo suficiente para interpretação do que acabo de dizer.

Deus guarde a V. Exª. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1872 *Glaziou.*" (*Jardins Públicos* —1865–1908 *Manuscritos* fls. 32 Livro n. 10 - Arquivo Municipal)

Por proposta dos vereadores Visconde de Silva, Dr. Manuel Tomás Coelho, Dr. Adolfo Bezerra de Meneses, Dr. André Cordeiro de Araújo Lima, tenente-coronel João Crisóstomo Monteiro, comendador Manuel Dias da Cruz e Dr. João Fortunato Saldanha da Gama, em sessão da Ilustríssima Câmara de 22 de fevereiro de 1873, foi arbitrada a gratificação mensal de 100$000 para o Dr. Glaziou, "atendendo ao zêlo e à proficiência com que tem desempenhado o cargo de inspetor geral dos jardins e parques municipais, "sem vencimento algum". Solicitada a devida autorização ao govêrno, foi, por portaria do Ministério do Império de 19 de março daquele ano aprovado o ato da Câmara.

Em 1875 encarregava-se o Dr. Glaziou do ajardinamento da praça D. Pedro II (atual 15 de Novembro), apresentando a 3 de julho minuciosos estudos a respeito.

As grandes obras procedidas no jardim do campo da Aclamação absorveram, inteiramente a atividade do ilustre arquiteto paisagista, apesar de continuar a superintender os serviços de conservação dos jardins municipais.

Com a reforma dos serviços municipais em virtude da criação do Distrito Federal, foi designado pelo prefeito, coronel Henrique Valadares, para exercer as funções de diretor dos jardins públicos, arborização e florestas da cidade do Rio de Janeiro, funções que foram confirmadas a 1 de dezembro de 1893. De sua passagem como chefe dêsse serviço, encontramos um relatório em que se acham discriminadas as espécies vegetais de maior utilidade nos jardins da cidade (*Relatório de 15 de janeiro de 1894* — anexo a documentos sôbre arborização e relativos aos anos de 1893, 1894, 1898, 1900 e 1909).

Nomeado botânico da Comissão de Estudos do Planalto Central do Brasil, deixou temporàriamente o cargo de diretor dos jardins municipais. Em carta datada de 25 de novembro de 1895 e dirigida ao Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, prefeito do Distrito Federal, comunicava achar-se ocupado em redigir o relatório a respeito daquela comissão, tencionando depois ir à Europa, onde se demoraria seis ou oito meses.

Eis o teor da carta de Glaziou:

> "Afim de terminar quanto antes o trabalho do relatório que me compete fazer como botânico da Comissão de Estudos da nova capital da União, de que é chefe o Sr. Dr. Luís Cruls, tomo a liberdade de participar a V. Exª. que, contando com a sua benevolente adesão, tenciono ir à Europa passar uns seis ou oito meses — tempo máximo que me será necessário para acabar condignamente esta obra científica relativa à flora do Planalto Central do Brasil. Voltando, logo me apresentarei a V. Exª., para continuar, se Deus quiser e permitir, o honroso cargo de diretor dos

jardins públicos e arborização da cidade, conservação das florestas para o qual fui nomeado por ato prefeitural de 1 de dezembro de 1893." (*Jardins Públicos* — 1865-1909 — *Manuscritos* fls. 83 - Livro 13 — Arquivo Municipal).

Por Decreto n. 402, de 7 de maio de 1897, foi aposentado o Dr. Glaziou no cargo de diretor dos jardins.

"Foi uma justa e devida recompensa ao ilustre botânico que tantos serviços prestou ao Brasil, concorrendo para o embelezamento de sua capital e principalmente para tornar conhecidas no estrangeiro as riquezas de sua imensa flora." assim o disse o prefeito Dr. Furquim Werneck em sua *Mensagem* enviada ao Conselho Municipal a 1 de setembro de 1897.

Retirou-se para a França após a aposentadoria, fixando residência em Bouscal, perto da cidade de Bordéus.

Em carta que dirigiu, então, ao Dr. Werneck, agradeceu o favor da aposentadoria que lhe fôra concedida, prometendo continuar a trabalhar em prol do Brasil, que muito estimava, coordenando preciosas coleções de vegetais e organizando herbários, dos quais reservava grande parte para a Municipalidade do Rio de Janeiro.

A 30 de outubro de 1897 remetia ao prefeito uma caixa com plantas sêcas do Brasil Central, da classe das *Chaalumiflorae*, para o herbário da Prefeitura. Prometia, ainda, continuar a coligir e classificar outras plantas, "julgando-se feliz por poder prestar alguns serviços ao país amado e que sempre pensa a êle retornar."

Novas remessas de plantas sêcas fêz Glaziou para as coleções da Inspetoria de Jardins da Cidade, inclusive a de 12 de dezembro de 1900, endereçada ao prefeito Dr. João Filipe Pereira, e na qual rogava ao chefe do govêrno municipal do Rio de Janeiro ser o intermediário na oferta destinada à Escola de Farmácia de Ouro Prêto.

A 30 de abril de 1906 falecia na cidade de Bordéus, aos 73 anos de idade, o ilustre arquiteto paisagista Auguste François Marie Glaziou — grande amigo da nossa terra e a quem, em particular,

deve a cidade do Rio de Janeiro admiráveis obras que integram o seu patrimônio artístico.

Entre os trabalhos publicados por Glaziou, citemos o livro *Algae Brasilienseis Circa Rio de Janeiro* (1871) de colaboração com o Dr. A. Fé, *Moléstias dos Cafèzais*, obra que é citada por Warming em seu livro *Burmanniacées Recueillies au Brésil par le Dr. A. Glaziou.*

O nome do grande botânico francês foi dado a uma classe de palmáceas, originária do Brasil — Conhecida por *glazióvia* — e a uma das espécies das euforbiáceas.

Recordando a sua memória, encontra-se no parque da Boa Vista, na alamêda que vai ter à Avenida Pedro II, próximo à cascata, o busto de Glaziou, esculpido em mármore, sôbre pedestal de granito. É obra da escultora Nicolina Vaz de Assis e foi inaugurado a 12 de outubro de 1910, por ocasião da abertura do lindo parque de S. Cristóvão ao gôzo público.

Outra homenagem prestada ao insigne naturalista é a que consta do Decreto Municipal n. 1.165, de 31 de outubro de 1917, reconhecendo como logradouro público da cidade, com a nominação *Glaziou*, à rua que fôra aberta naquele ano no subúrbio da Piedade, próximo da Avenida Suburbana, principiando na Avenida João Ribeiro e terminando cinqüenta metros depois da rua Moreira.

Noronha Santos

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Anotações Históricas — de Noronha Santos — Fichário — Manuscritos.

Arborização da cidade — Vários documentos — Manuscritos avulsos — Arquivo Municipal.

Atas de sessões da Hma. Câmara Municipal da Côrte — Manuscritos — Arquivo Municipal.

Anuário de Estatística Municipal — 1912-1916 — Vol. III — Issc. 4: Monumentos em logradouros públicos.

Biografia de Francisco José Fialho — Paulo José Pires Brandão — Jornal do Comércio, 9 de junho de 1935.

Boletim da Hma. Câmara Municipal da Côrte — Mês de junho de 1871, pág. 22.

Boletins da Hma. Câmara Municipal da Côrte — Vários anos.

Boletins da Prefeitura do Distrito Federal — Vários anos.

Brasil Pitoresco — Charles Ribeyrolles — —Edição da Livraria Martins, S. Paulo.

Campo da Aclamação — *Revista Ilustrada*, 18 de setembro de 1880.

Campo de Santana e sua história (O) — Gercio Júnior — *Revista Sul-América* — n. 74 - abril, maio e junho de 1968.

Cidade (A) — N.º de 23 de outubro de 1920.

Consolidação de Leis e Posturas Municipais — Aluzaulcino Freire de Amaral e Hermeto dos Santos Silva.

Coisas do Passado - Escragnolle Dória — Separata da parte II, do tomo LXXXII da *Rev. do Inst. Hist.*

Dez Anos no Brasil — Carl Seidler — Edição da Livraria Martins, de S. Paulo

Explorações Científicas — Rodolfo Garcia: *Dicionário Geográfico, Histórico e Etnográfico do Brasil* (Edição do Inst. Hist. – Provel.)

Glórias — Crônica de Escragnolle Dória na *Revista da Semana* de 11 de maio de 1940.

História do Teatro Brasileiro — Lafayett Silva: Edição do Ministério da Educação e Saúde.

Índices e Extratos de Alinhamentos — Restier Gonçalves.

Jardim da Praça da República — Antiguidades e Memórias do Rio de Janeiro — Vieira Fazenda: Rev. do Inst. Hist. — tomo 86.

Jardins Públicos — 1853-1903 — Livro V Manuscritos — Arquivo Municipal.

Jardins Públicos — 1863-1909 - Livro X Manuscritos — Arquivo Municipal.

Jardins Públicos — 1864-1872 — Livro XI — Manuscritos — Arquivo Municipal

Jardins Públicos — 1865-1909 — Livro XIII — Manuscritos — Arquivo Municipal

Jornal do Comércio — N.os de 7 e 8 de setembro de 1880.

Memórias para servir à História do Reino do Brasil — Luís Gonçalves dos Santos — Edição da Livraria Zélio Valverde, Rio de Janeiro.

Mensagens do Prefeito do Distrito Federal ao Conselho Municipal — Vários anos.

Notas de viagem ao Rio de Janeiro — Ernesto Quesada — 1887.

Parque da Aclamação — Ernesto Sena — Rascunhos e Perfis — Notas de um repórter.

Parque Júlio Furtado — Engenheiro José da Silva Azevedo Neto: *Revista Municipal de Engenharia* — vol. IX - N.º 4 - Julho de 1942.

Pequeno Panorama — Moreira de Azevedo.

Praça da aclamação — Moreira de Azevedo: *Rio de Janeiro* — 2.º vol. (1878).

Prof. da Cidade (Rio) — Pedro Barreto Galvão: *Jornal do Comércio*, de 29 de agôsto de 1904.

Quinta da Boa Vista - *Monumento Nacional* - - Magalhães Corrêa — *Correio da Manhã*, 6 de outubro de 1935.

Receita e Despesa da Ilma. Câmara Municipal da Côrte — 1870-1877 — Manuscritos —Arquivo Municipal.

Relatório de Glaziou, de 15 de janeiro de 1894 (Relação de vegetais)—Anexo a documentos manuscritos sôbre arborização — Arquivo Municipal.

Relatório do Ministro do Império Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira — relativo ao ano de 1872.

Relatório do Ministro do Império Conselheiro João Correia Alfredo de Oliveira — relativo ao ano de 1874.

Relatório do Ministro do Império Conselheiro Antônio da Costa Pinto da Silva — relativo ao ano de 1876.

Relatório do Ministro do Império Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho — dezembro de 1877.

Relatório do Ministro do Império Barão Homem de Melo (Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo) — relativo ao ano de 1880.

Relatório do Ministro do Império Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas — relativo ao ano de 1882.

Relatório do Presidente da Ilma. Câmara Municipal da Côrte — Dr. Antônio Ferreira Viana — apresentado aos vereadores a 7 de janeiro de 1872.

Relatórios da Inspetoria de Matas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca — anexos às *Mensagens do Prefeito*, notadamente o de 2 de setembro de 1914 (2.º vol., pág. 262).

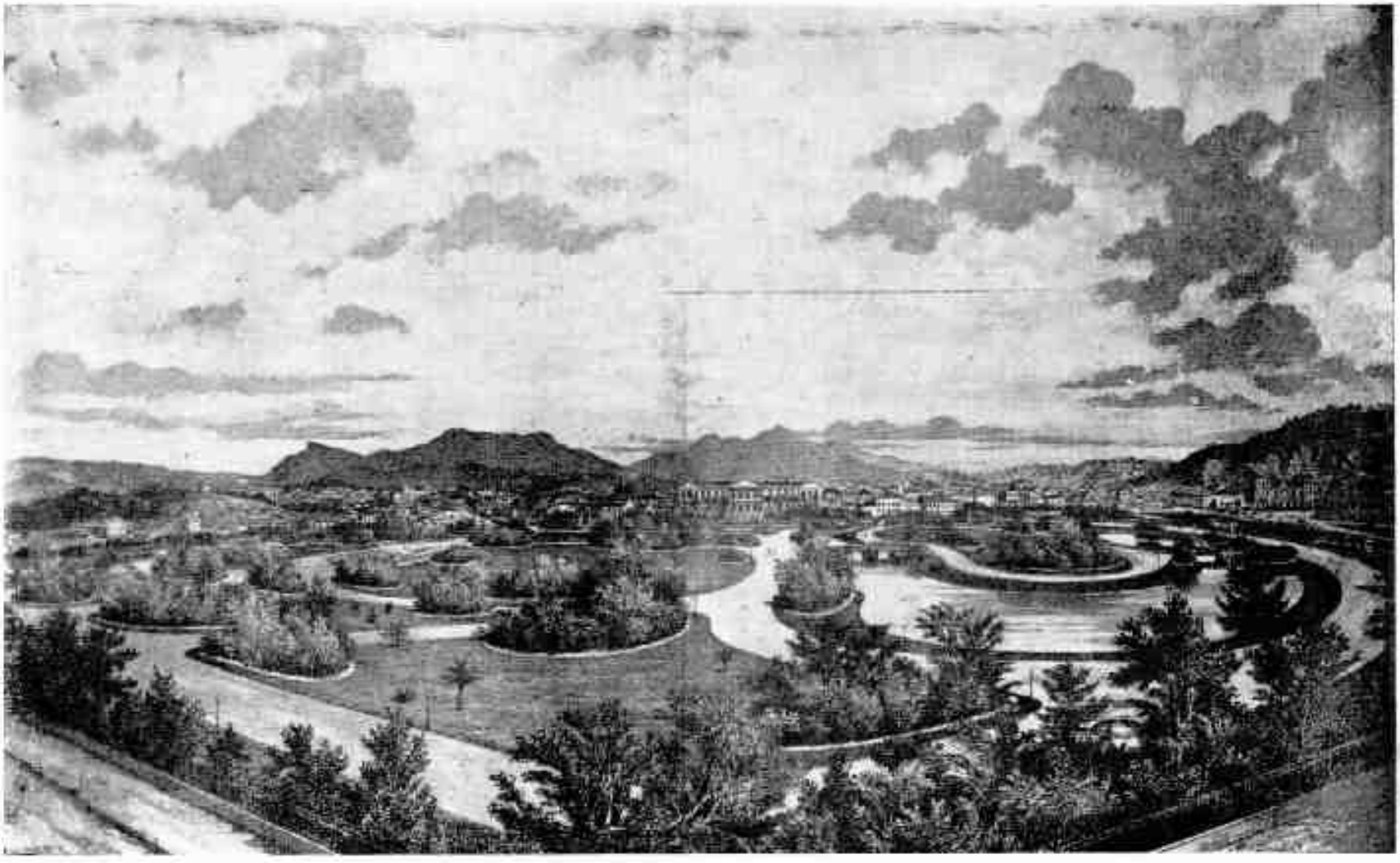
Rio de Janeiro — *Notícia histórica e descritiva da Capital do Brasil* Ferreira da Rosa — Edição de 1922.

Rio de Janeiro e arredores — Guia do Viajante (Annas Verões do Brasil) 1930

Semana Ilustrada N.os de 1860.

Silvicultura Notas sôbre o clima do Rio de Janeiro — Antônio Cândido do Amaral.

Varia Curiosa Fontes e Chafarizes Magalhães Correia — Separata da *Rev. do Inst. Hist.*



O Parque da Praça da República, segundo uma gravura antiga



Fachada principal da casa de fazenda, Santo Antônio em Itaipava, Estado do Rio

A FAZENDA DE SANTO ANTÔNIO EM PETRÓPOLIS

(SEU HISTÓRICO E SUAS ORIGENS)

Constitui a *fazenda de Santo Antônio* a sesmaria que anteriormente fôra concedida a Antônio da Silveira Golarte (1), em data de 18 de janeiro de 1760. Em 1787 foi ela adquirida pela viúva de Manuel Correia da Silva, D. Brites Maria de Assunção, que, na escritura de compra, figura como "Compradora Brites Maria da Assunção (sic) Coloa, viúva do falecido Manuel Correia" (2). Seu imenso território compreendia as terras que depois se desdobrariam nas fazendas de *Arca* e *Santo Antônio*.

Nascera Brites Maria da Assunção, na fazenda vizinha, do Rio da Cidade, filha de Manuel Antunes Goulão e Ana do Amor de Deus. Desposou ela Manuel Correia da Silva, natural do Reino, filho de Antônio Correia e Maria Marques da Silva, vindo a constituir o *Casal Português*, como pitorescamente ficaram conhecidos nas tradições de família (3). Era Manuel Correia proprietário de terras nas vizinhanças, pertencendo-lhe a sesmaria doada anteriormente (a

---

1) — Na Carta de concessão de Sesmaria a Manuel Antunes Goulão, aparece êsse nome como *Antônio da Silveira Golarte*, na "Relação" publicada pelo Instituto Histórico vê-se a forma *Antonio da Silveira Golante*. Em outros documentos ainda vê-se a forma *Golarte*.

2) — Documento no Arquivo da Fazenda de Santo Antônio — Foram vendedores "Bonaventura da Cruz Alz.z e seu mar e outros erdeyros do falecido Antº da Silvª Golarte".

3) — Ana *Andrade* em *Apontamentos* consultados pelo Dr. Horácio Moreira Guimarães descendente de Manuel Correia, assim se lê: "O tronco da família no Brasil foi o chamado *casal português* constituído pelo Sr. Manuel Correia da Silva e sua mulher D. Brites Maria da Assunção Gonçalo, que aqui chegaram em 1714... etc." Esta data como muito bem observou Antônio Machado, não pode ser verdadeira, pois se nesse ano já eram casados, como explicar o nascimento do primogênito em 1760, isto é, mais de 46 anos depois do casamento?... No seu erudito trabalho — "Correias, Resenha de suas Origens e de sua Evolução" in *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão* — vol. IV, pág. 42), historia êste autor haver Manuel Correia "chegado ao Brasil em 1750".

6 de julho de 1741) ao Capitão Francisco Muniz de Albuquerque (4), cujo limite se fazia "pela banda de baixo, com o rio chamado Piabanha e com a roça chamada Paciência e Rio da Cidade". Eram, portanto, vizinhos o sogro e o genro. Constituíam as terras de Manuel Correia o *sítio da Ponte*, segundo informa Antônio Machado, onde hoje se assenta o povoado de Nogueira. Possuía essa propriedade grande e sólida casa de moradia, localizada em uma pequena elevação.

Por volta de 1760 requer o velho Coulão a El-Rei umas terras que sabia existirem vizinhas às suas, do outro lado do Piabanha, recebendo-as efetivamente pela Carta de Sesmaria datada de 12 de novembro daquele ano. A doação confirmada a 22 de setembro de 1763, segundo informa Antônio Machado, pelo Senhor Dom José I por Graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em Africa, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, da India, etc. ... é do teor seguinte (5):

> "Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela, Comendador da Ordem de Cristo e do Conselho de Sua Majestade, Mestre de Campo, General de seus exércitos, Governador e Capitão General das Capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, Presidente do Tribunal de Relação da mesma Cidade, Principal Comissário e Plenipotenciário do mesmo Senhor para divisão dos limites da América Meridional: *Faço saber* aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que atendendo a me representar por sua petição *Manuel Antunes Coulão*, morador na Freguesia de Inhomirim, caminho das Minas, que achando-se com escravos com que possa trabalhar, o fazio por mercê em terras alheias, por não as ter próprias: e porque tinha notícia de que nas cabeceiras da Fazenda chamada Rio da Cidade,

4) — No foral de doação de sesmaria de Antônio da Silveira Galarte, lê-se que sua data fazia rumo "com as terras de Manuel Correia da Silva ou o rio chamado o Piabanha, que foram de defunto Capitão Francisco Muniz de Albuquerque".

5) — Do foral de doação existia uma cópia em poder do Sr. Joaquim Zeferino de Sousa, antigo proprietário da casa da fazenda dos Correias, cópia essa já publicada por Antônio Machado, e que vai aqui transcrita. Em qualquer dos Arquivos Públicos do Rio de Janeiro, entretanto, pôde ser encontrado o original.

para a parte do Nascente, se achavam uns sobejos de terras devolutas e sem dono, que confrontavam, da parte Sul, com a data que foi de Manuel Ferreira de Abreu e era hoje do Pedro Domingos Barbosa e da outra banda com as terras que foram dadas ao Capitão Francisco Muniz de Albuquerque e Antônio da Silveira Golarte (6); e sendo visto o seu requerimento em que foi ouvido o Senado da Câmara desta Cidade, a quem se não ofereceu dúvida, bem ao Provedor da Fazenda Real e Procurador da Coroa e Fazenda a quem se deu vista:

HEI por bem dar de Sesmaria, em nome de Sua Majestade, em virtude da autorização do dito Senhor de 15 de junho de 1711, ao dito Manuel Antunes Goulão, meia légua de terras em quadra por sobejos na parte acima declarada e com as frontações acima referidas, sem prejuízo do direito que alguma pessoa tenha a elas, com a declaração de que as cultivará e mandará confirmar esta minha Carta por Sua Majestade dentro de 2 anos, e não o fazendo se lhe designará mais tempo; e antes de tomar posse delas as fará demarcar judicialmente, sendo para efeito notificadas as pessoas com quem confrontarem: e será obrigado a fazer os caminhos de sua testada com pontes e estivas aonde necessário fôr; e nestas terras não poderão em tempo algum suceder pessoas eclesiásticas, Igrejas ou Religiões e sucedendo, será com o encargo de pagar dízimos ou outro qualquer que S. Majestade lhe impuser de novo, como também sendo o mesmo Senhor servido mandar fundar no distrito destas terras alguma vila, o poderá fazer, ficando as mesmas livres e sem encargo algum ou pensão para o sesmeiro. E não compreenderá esta data veeiros ou minas de qualquer gênero de metal que nêle se descobrir, reservan-

6) — Antônio Machado, no citado trabalho, (pg. 41) atualiza êsses limites. "Desta fonte para o rio Piabanha, margem direita. Pelos flancos confinava com a fazenda de Sesmaria e com o sítio da Ponte, um pouco abaixo da Várzea do Urubu, local em que se acha instalada a Estação de Nogueira. Onde estava calificado o *Dicky Paraphilema* Jacinto divisava à fazenda, de um lado do Piabanha, Correias e Sesmaria; de outro lado, a Engenhoca e Olaria."

do-se também os paus reais: e faltando a qualquer das ditas cláusulas, por serem conformes às ordens de S. Majestade e às que dispõem a Lei e o Foral das Sesmarias, ficará privado desta. Pelo que mando ao Ministro ou Oficial de Justiça, a quem o conhecimento dela pertencer, dê posse ao dito Manuel Antunes Goulão das respectivas terras. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas, que se cumprirá como nela se contém. Dada nesta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1760. João de Sousa e Melo, Oficial da Secretaria do Govêrno, a fiz e a subscrevi por impedimento de moléstia do Secretário.

Conde de Bobadela.

A data e o foral de doação deitam por terra a versão divulgada por Raffard e segundo a qual "a fazenda do Padre Correia foi constituída com terrenos concedidos a Manuel da Silva Correia e D. Maria da Conceição Correia por Carta de Sesmaria de 5 de janeiro de 1720, ficando os proprietários obrigados a construir uma capela onde se diria missa aos domingos e dias santificados, assim como a dar hospedagem aos governadores e vice-reis, aos generais e outros oficiais em serviço do Rei, que por lá viessem a passar." Aliás, como êle próprio anota, cita esta versão apenas "para não perdê-la de vista."

Não se pode afirmar haver Goulão residido nas novas terras. Além do foral, apenas a "Relação das Sesmarias do Rio de Janeiro" (7) informa ter sido êle senhor dessa porção de território. O documento aliás, é uma confirmação do foral e nêle se lê: "Manuel Antunes Goulão 1.500 braças em quadra nas cabeceiras da fazenda chamada Rio da Cidade, caminho de Minas, freguesia de Inhomirim, em 11 de novembro de 1760" (8).

---

7) — Monsenhor Pizarro, S. J. - Revista do I.H.G.B., vol. LXIII, parte I, pg. 93
8) — O foral traz a data de 12 de novembro.

O mesmo não se pode dizer de seu genro e herdeiro, cujo nome ficou ligado a essas terras, figurando no mapa como denominação oficial. Batizou-as Goulão como fazenda da *Posse*, nome que, pouco a pouco, entrou em esquecimento, substituído em breve por *Sítio de Manuel Correia*, ou simplesmente *Manuel Correia*. Como se pode verificar, na "Carta Geográfica da Capitania do Rio de Janeiro" (9) está, na confluência dos rios Piabanha e Morto, o nome de *Manuel Correia*. Ainda em 1836, Cunha Matos, ao falar do nome dessa propriedade que "nos mapas anda com o nome de Manuel Correia", informa ser "antigamente conhecida pelo da Posse". Esse sistema de dar-se à terra o nome do proprietário ou mesmo do morador, não constituía novidade na nomenclatura brasileira. Monsenhor Pizarro, em sua monumental obra (*Memórias Históricas da Capitania do Rio de Janeiro*) informa ainda ser conhecida a fazenda como *Santo Antônio do Rio Morto*. Talvez se tratasse de denominação oficial, não conhecida do povo e perdida, portanto, pela tradição.

Por volta de 1802, com o falecimento de Brites Maria da Assunção Goulão, ocorrido em 1800 (já viúva de Manuel Correia da Silva), partilha-se a imensa propriedade (10). Constituíram-na a grande fazenda do *Rio da Cidade*, as terras da Sesmaria, antiga *Posse* e então *Manuel Correia*, separadas uma da outra pelo Piabanha, o sítio da *Ponte* (11), incorporado agora àqueles latifúndios e mais as fazendas adquiridas por compra: no extremo sul a de *Samambaia* e no norte as de *Arca* e *Santo Antônio* esta última constituindo a antiga data de Antônio da Serveira Golarte.

Quando foi feita a partilha dos bens deixados pelos velhos Correias, coube ao filho Agostinho a propriedade compreendida no extremo norte dos latifúndios paternos, a qual denominou Engenho de *Nossa Senhora da Soledade*. Com o correr do tempo tomou o nome,

9) — "Carta Geográfica da Capitania do Rio de Janeiro, elevada pelo Sargento-Mor Manuel Vieira Leão — e novamente copiada e accrescentada no anno de 1801. Offerecida reverentemente ao M. R. Snr. D. Antônio Rio de Aguiar". Reproduzida por Moacir Silva na sua obra "O quilômetro Zero" pg. 256 — 257.

10) Exposição do Cônego Luís Correia em 1851, a respeito de uma questão de limites. Apud Antônio Machado, *Op. cit.* pg. 44.

11) A antiga sesmaria de Manuel Correia.

até hoje conservado, de *Fazenda de Santo Antônio*, por serem suas terras cortadas pelo rio dêsse nome. O acesso até aí era feito pelo "caminho que partia de Manga-Larga, no vale da Piabanha e subia à freguesia de Santo Antônio do Paquequer, na serra dos Orgãos" (12).

Em lugar aprazível e bem escolhido foi construída a casa de moradia — grande casa patriarcal — e ainda, felizmente, conservada pelos sucessivos proprietários (13). A cavaleiro da construção foi levantado pequeno oratório, abrindo-se para espaçosa varanda, dedicado a Nossa Senhora da Soledade, cuja imagem ainda pode ser admirada (14). Teve êsse oratório, em remotos tempos, privilégios de prover ao culto público, com o uso do sacrário e da pia batismal.

Em lugar distante da casa, mas visível desta — sôbre o chapadão de um morro, foi reservado amplo espaço para o cemitério da fazenda, área cercada de sólido muro de pedra e dominada por pequena capela provida de varanda (15).

A respeito dessa fazenda escreveu Antônio Machado (16): "O irmão do padre Correia (17) se constituíra lavrador de largo descortino: e sua propriedade veio a ter organização das mais completas no seu tempo". "Os cereais, o café, a cana de açúcar, tiveram ali cultivo desenvolvido: a exportação foi considerável e proporcionou recompensa valiosa. Fêz-se muito rico o fazendeiro-doutor". Ainda até bem pouco tempo, viam-se, nos fundos da secular moradia, os

---

12) *Antônio Machado, Op. cit.*, pg. 67.

13) A respeito das características arquitetônicas da casa de Santo Antônio, pode-se observar bastante semelhança com as sobras de Correias (vide Lourenço Luís Lacombe "A mais velha casa de Correias" in "Revista do S.P.H.A.N." nº 2, pg. 93) e Santanésia, sendo de notar, principalmente, certos detalhes verdadeiramente idênticos entre os prédios de Santo Antônio e Santanésia.

14) Atualmente, não está no nicho principal do altar a velha imagem de N. Sra. da Soledade. Um dos proprietários que se seguiu ao Dr. Agostinho, colocou-a em uma das paredes laterais, entronizando em seu lugar uma imagem, em ponto maior, de N.ª S.ª da Conceição, que lá está.

15) — Está hoje o velho cemitério completamente abandonado, mal se distinguindo as suas campas. A ação do tempo (?) aliada sobrevêio grande queimada na mata próxima, desaparecendo no incêndio a cerca histórica. Dela só restam os singelares degraus de pedra, a atestar o local da primitiva porta.

16) — *Op. cit.*, pgs. 66 e 67.

17) — A respeito do célebre Padre Correia, tão citado pelos viajantes estrangeiros que lhe percorreram a propriedade, vide o já mencionado trabalho do Ac. no nº 2 desta "Revista".



Fachada lateral da casa de fazenda Santo Antônio, em Itaipava, Estado do Rio

182

escombros do grande engenho, havia muito abandonado, mas ostentando ainda os restos de colossais alambiques, deixando ver o que teriam sido as imensas instalações daquela propriedade (18).

Estudara o fazendeiro em Coimbra, em cuja Universidade se doutorou em Leis, no ano de 1786 (19). De volta à pátria "dedicou-se ao magistério, à política e à agricultura: e em todos os misteres viveu cercado de simpatia, provocada por sua índole tolerante, e sua inteligência e cultura. Prestou serviços à causa nacional, trabalhando no sentido de ver realizada a Independência" (20). No Rio de Janeiro dedicou-se ao professorado, exercendo o cargo de lente de filosofia, em cujo exercício se encontrava em 1792 e 94, com residência "aos quartéis da Armada", como provam os *Almanaques da Cidade do Rio de Janeiro* para aquêles citados anos (21).

Realizando-se as eleições para a Assembléia Constituinte do novo Império, foi o seu nome sufragado pelo povo fluminense para ocupar uma cadeira naquele conclave, cargo êsse logo renunciado, sendo indicado para substituí-lo o suplente Martim Francisco Ribeiro de Andrada (22).

No trabalho de Monsenhor Pizarro figura seu nome encimando a "Lista Geral das pessoas que têm honrado com a sua subscrição

18) — "Queira dizer-me uma afetuosa lembrança ao Sr. Dr. Agostinho, que faça bom açúcar que agora há de ter bom preço". Trecho da carta do futuro Visconde de Congonhas ao padre Correia, datada do Rio 1 de setembro de 1815, transcrita no "Correio Paulistano", S. Paulo, 19-XI-1899 e comentada por *Fecmo* (Martim Francisco III).

19) Manuscrito existente na Biblioteca Nacional, contendo a relação dos Brasileiros diplomados em Coimbra. De fato, nesse mesmo ano de 1786, foi êle padrinho de um batizado havido na capela da casa paterna, em Correias, conforme escreveu Frei Estanislau Schaette, em artigo na "Pequena Ilustração" de 12-XI-1939: "Breves Notícias à Margem da História de Petrópolis". Entretanto, já em 1781, aparecem vestígios da estada do Dr. Agostinho no Brasil, a despeito de sua formatura só se ter realizado cinco anos depois. Estaria em gôzo de férias? . Trata-se de uma procuração assinada por seu irmão Luís Joaquim, constituindo-o seu representante no batizado de um sobrinho (documento em poder da família Medeiros Guimarães).

20) — Antônio Machado, *Op. cit.* pg. 616.

21) — "Anais da Biblioteca Nacional", vol. LIX, págs. 270 e 541, onde respectivamente se lê, sob a rubrica *Anos Régios — Medicos de Filosofia*: "O Bacharel Agostinho Correia Gallão da Silva (sic) — Aos Quartéis da Armada". "O Bacharel Agostinho Correia da Silva Gallão (sic) — Aos Quartéis" — Onde fôsse êste bom de sua residência, explica Rodolfo Garcia, nos comentários aos citados Almanaques: "Quartéis de Bragança era a rua que principiava na rua Direita e terminava no da Quitanda. O beco dos Quartéis estava nas vizinhanças. Em S. Cristóvão ficava a rua dos Quartéis, depois chamada Bela de S. João" *loc. cit.*, pg. 220.

22) "Livro do Centenário da Câmara dos Deputados", v. II, pg. 594.

as Memórias Históricas do Rio de Janeiro", ao lado de Lucas Antônio Monteiro de Barros e muitos outros.

Grande amigo do padre José Maurício, o insigne artista brasileiro, foi-lhe por êste oferecido o original autógrafo de uma Missa de Réquiem, da lavra do compositor, e a êle dedicada; por muito tempo estêve êste precioso manuscrito conservado na fazenda de *Santo Antônio* (23).

Viveu muito o Dr. Agostinho, passando dos 90 anos (24): nunca se quis, porém, prender ao matrimônio. Antônio Machado, focalizando a personalidade do lendário fazendeiro, escreveu: "Anos antes da hora que pode tardar mas nunca falha, enquanto não era satisfeita a vontade do Senhor, já êle cuidava calmamente dos aprestos da última viagem: mandara fabricar o próprio caixão funerário de madeira de ébano embutida, guardando-o atrás do pequeno altar da ermida do cemitério (25). Aos domingos, ouvida a missa por todos os escravos, com o nonagenário à frente, tomado o santo sacramento da comunhão, o candidato ao outro mundo mandava retirar o caixão do esconderijo e êle mesmo se empenhava na tarefa de arejar e espanar o derradeiro leito" (26). Comenta Martim Francisco (27), com variantes, essa esquisitice do velho fazendeiro, dizendo: "Aos 30 anos mandou construir o caixão no qual desejava ser enterrado. Conservava-o no seu gabinete de estudo. Três vêzes, porém, teve de o reformar pela guerra que as traças e o tempo a êle declaravam."

E na madrugada de 10 de novembro de 1847 entregou a alma ao Criador. Falecendo em idade tão avançada sobreviven a todos os irmãos, deixando aos sobrinhos uma propriedade de imenso valor e fama.

23) — Antônio Machado, *Op. cit.*, pgs. 69 e 70.

24) — Nos comentários da cópia feita do desembargador Lucas Antônio Monteiro de Barros ao Padre Correia, escreve Martim Francisco haver o Dr. Agostinho falecido "com 103 anos de idade, ainda por uma morte originalíssima"

25) — Engano de Machado. O caixão era conservado, segundo tradição ainda corrente na fazenda, na sacristia, junto ao cemitério da fazenda.

26) — Antônio Machado, *Op. cit.*, pg. 68.

27) — Martim Francisco, Comentários à carta referida. *Loc. cit.*

Sôbre seus funerais, quem, de longa data, preparara já o caixão mortuário tudo deixou previsto e determinado. Assim, no processo do seu inventário (28), encontra-se o seu testamento, no qual se lê esta cláusula: "se morrer na Fazenda de minha residência, quero que o meu corpo seja enterrado com o hábito de minha Ordem Terceira acima declarado (29) na ermida ou capela que para êsse fim mandei edificar;" e adiante: "os mesmos sacerdotes (que acompanharem o entêrro) dirão missas de corpo presente por minha alma, no dia do meu entêrro, se puderem e quiserem, na dita ermida ou no oratório de minha casa." Tôdas essas e outras disposições de vontade foram rigorosamente observadas, como prova o seguinte certificado: "Certifico, debaixo de juramento de meu cargo, que o Sr. Agostinho Correia da Silva Goulão, falecido de madrugada, foi amortalhado com o hábito da Ordem Terceira, pôsto em caixão por êle mesmo preparado anos antes para êste fim: foram ditas neste mesmo dia e no dia seguinte duas missas de corpo presente... que seu funeral foi feito com observância espiritual como permitia o lugar e sem pompa, e que foi encomendado por mim no seu oratório da sua fazenda, onde estava depositado... e pôsto em caixão maior e depositado na sepultura que êle tinha mandado fazer em sua varanda da Ermida, pondo-se por cima uma grande tampa de pedra, preparada anteriormente já há muito tempo..." (30). Quem assina esta declaração é o Cônego Luís Gonçalves Dias Correia (seu sobrinho), o 1º vigário de Petrópolis.

Sua numerosa escravaria acompanhou-lhe o entêrro, derramando sentidas lágrimas por quem, em vida, não fôra apenas um senhor mas um verdadeiro pai. Na laje de pedra colocada sôbre o sepulcro foi cravado um argolão de ferro e gravada uma inscrição (31). O tempo e o abandono fizeram desaparecer ambos. Resta,

---

28) — Arquivado no Cartório do Tabelião Agenor, em Magé (Informação prestada ao A. por Frei Estanislau Schaette, O.F.M.

29) — Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, da qual era irmão professo.

30) — Comunicação feita ao A. por Frei Estanislau Schaette, O.F.M.

31) — Hoje, completamente abandonado; nem mais sinal de inscrição é encontrado no pedral do sepulcro. Aliás, em recentes pesquisas feitas no local do cemitério, quando se identificou aquela sepultura histórica — com o auxílio da tradição conservada por velhos moradores — conservou-se cuidadosamente aberta e revolvida a terra da cova onde fôra depositado o Dr. Agostinho. Os mesmos informantes declararam então que, ao ser vendido a fazenda, levaram os parentes do velho fazendeiro seu corpo para o jazigo de família, num cemitério carioca.

apenas, na velha sepultura, o lugar onde estave enterrado aquêle atributo que lhe lembrava o nome: Goulão.

No dia seguinte ao da sua morte, e com as formalidades de estilo, foi aberto o seu testamento, em presença do Juiz de Paz, cidadão Tomás Gonçalves Dias Goulão (também seu sobrinho e irmão do pároco) e várias testemunhas. O documento, datado de 1844, fôra escrito em sua fazenda, aí denominada *Santo Antônio da Soledade*. Nas suas disposições testamentárias, entre vários donativos e legados, determina libertar todos seus escravos, deliberação que vinha confirmar um documento escrito anteriormente, minucioso e preciso (32):

> "Digo eu, Agostinho Correia da Silva Goulão (33) que sendo senhor e possuidor de fazendas de cultura (34) em que tenho empregado grande número de escravos: que atendendo aos bons serviços que êstes me têm prestado, com diligência, amor e fidelidade, e achando-me no estado de solteiro, sem herdeiros alguns necessários que me hajam de suceder em minha herança (35), e por isso, desejando exercitar o espírito de benevolência e de gratidão para os referidos escravos, tenho deliberado, muito de minha vontade, conferir-lhes, do dia de minha morte em diante uma plena liberdade, e, por isso, pelo presente meu escrito, por mim feito e assinado, declaro, muito positivamente, que todos os meus escravos de qualquer

---

32) — Comunicação feita ao A. por Frei Estanislau Schaette, O.F.M.

33) — A respeito da grafia do nome do Dr. Agostinho, nota-se a forma *Correia* com que o assinava.

34) — Esta afirmação — *fazendas de cultura* — vem lançar dúvida sôbre um ponto já pacífico a respeito do proprietário: de fato, que outras *fazendas* pertenceriam ao Dr. Agostinho?

35) Tal declaração, — conforme, aliás, às expressões testamentárias: "nunca tive descendentes" — fica em desacôrdo com o trecho de Antônio Machado (*op. cit.*): "legou terras da Tapera a uma escrava de nome Isabel e um sítio batizado pelo Chrego de Carvão a uma outra de nome Júlia; feitânulas essas que em absoluto não figuram no testamento) e a propriedade da fazenda a um certo Gregório José Teixeira, *pardavelmente seu filho natural*" (pg. 69). Êste cidadão aparece de fato, como proprietário de *Santo Antônio*, mas alguns anos após a morte do Dr. Agostinho, de cujos herdeiros comprara a fazenda; aliás, encontra-se, provàvelmente, um vestígio de sua passagem, no nome da estrada que liga a União e Indústria a Santo Antônio, "que há uns 30 anos ainda se chamava o *Caminho do Gregório*". *Apud* Antônio Machado, *Op. cit.* pg. 67.

idade, sexo ou condição que forem e que existirem ao tempo de meu falecimento, ou em minha companhia ou dispersos por fora, prestando serviço ao meu contento ou beneplácito, ou aprendendo ofícios em casa de mestres, serão todos libertos, e, como tais, passarão a gozar de sua liberdade sem que nela possam ser perturbados por meus herdeiros, testamenteiros ou procuradores, aos quais todos, muito positivamente, se conceda tôda a proteção para manutenção da liberdade por mim conferida: e esta minha benedicência de liberdade ou manumissão *causa-mortis*, pretendo ratificar em meu testamento e quando acontecer não oferecer (o que não espero) é minha vontade que êste escrito de minha letra e sinal tenha todo o vigor e hei por supridas tôdas as cláusulas em Direito necessários para a sua validade. E para evitar dúvidas sôbre o número e identidade das pessoas dos escravos referidos, declaro os seus nomes e epítetos, e numa lista por mim feita e assinada nesta mesma data e que fará parte dêste escrito, sem prejuízo de algum dos escravos que, por esquecimento, olvidação ou equivocação não fôr nela contemplado.

Engenho de Nossa Senhora da Soledade de Serra Acima, Freguesia de S. José do Rio Prêto, aos 15 dias do mês de abril de 1828.

(a) *Agostinho Correia da Silva Coutão.*"

Seguem-se as assinaturas das testemunhas, tôdas com a data.

Tendo sobrevivido a todos os irmãos, herdaram-lhe as terras os seus sobrinhos que, em 1851, as venderam a Gregório José Teixeira. Por pouco tempo, porém, esteve Santo Antônio em suas mãos. Três anos depois vendia-a com tôdas as benfeitorias a Irineu Evangelista de Sousa, pela quantia de trinta contos de réis. Na escritura desta última transação figura a propriedade como "fazenda de cultura e Engenho, denominada *Soledade de Santo Antônio,*" medindo "três mil braças de terra aos fundos da fazenda Correia" (36). Foi

36) — Informação colhida no cartório Penafiel (antigo Fialho) pelo Dr. Cláudio Ganns e gentilmente prestada ao A.

então arrendada ao comendador Francisco José Fialho, o qual, em 1878, sobrevindo a falência do Visconde de Mauá, comprou-a ao Banco do Brasil liquidatário do titular – pelo preço de 16:000$000 (37).

O novo proprietário aí residiu por muitos anos, tendo o velho solar sofrido grandes reformas e alterações. Com a sua morte, foi novamente abandonado, juntamente com a fazenda histórica. A velha casa muito sofreu então, ficando completamente danificada.

Por volta de 1930 comprou-a, bem como as terras ainda férteis, aos herdeiros do Dr. Fialho, o Sr. Argemiro Hungria Machado, seu proprietário atual. Em suas mãos tem florescido novamente a fazenda, correspondendo ao dinamismo do novo dono. A casa foi remoçada e reformada — restaurada em vários pequenos pormenores que haviam sido mutilados pelos antecessores.

E a propriedade tôda, florescente e bela, constitui hoje um dos mais pitorescos recantos de Petrópolis.

Lourenço Luís Lacombe

37) — Antônio Machado, *Op. cit.*, pg. 69.

ALDEIA DOS REIS MAGOS

1 — Residência dos Reis Magos e Igreja de N. Senhora de Índios Tupiniquins; 2 — Reduções de Índios Aimorés; 3 — Entradas aos Índios Paranaubis (Mares Verdes) do Alto Rio Doce (Minas Gerais); 4 — Os Índios Potanis; 5 — Período de prosperidade e milagres ao norte da Capitania.

1. — A Aldeia dos Reis Magos ou de Santo Inácio no Espírito Santo, fundada no século XVI, teve o seu apogeu na primeira metade do século XVII com a obtenção de uma grande sesmaria para os Índios, inauguração de edifícios, que a tornam hoje notável, e como centro de catequese e entradas aos Índios Aimorés e aos Paranaubis (Mares Verdes) no atual Estado de Minas Gerais.

Com o P. Domingos Garcia, cuja atividade se une aos primeiros tempos da Aldeia, aparece, no Catálogo de 1598, o Ir. João Martins Carro, que aprendia a língua brasílica, e que consagrou grande parte da sua vida a esta Aldeia, da qual, depois de ordenado sacerdote, foi superior quase 20 anos, talvez o período mais brilhante dela.

A 6 de novembro de 1610 o P. João Martins alcançou para os Índios da Aldeia uma sesmaria, isenta "de fôro ou tributo algum, no sítio de *Japara*, a qual, do Japara para todos os rumos, tivesse seis léguas; e para o mar o que se achasse". Eram terras devolutas. Até aí cultivavam os Índios outras, que as formigas invadiram e devastaram (1).

1- César Marques, *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo* (Rio 1879) 7; Basílio Carvalho Daemon, *Província do Espírito Santo* (Vitória 1879) 105-107, que diz ser assinada esta Sesmaria de "Iapara" pelos padres João Martins, Jerônimo Rodrigues) e Índio Gregório, principal da Aldeia. Depois da saída dos Jesuítas, concedeu-se aos Índios, em agôsto de 1760, um território de 6 léguas de terra (Daemon, *Província do Espírito Santo*, 169), "Cababa" (também se pode pronunciar "Capaba") do lado do sul, até Combeia do lado do norte, Augusto de Saint-Hilaire, *Segunda Viagem ao Interior do Brasil — Espírito Santo*, tr. de Carlos Madeira (S. Paulo, 1936) 132

A Aldeia tornou-se populosa. Em 1615 concluiu-se e inaugurou-se a Igreja de S. Inácio dos Reis Magos (Santo Inácio, mártir, festa a 1 de fevereiro). Manuel Sanches, Mestre de primeira, no Colégio da Baía, conta como se inaugurou: Primeira missa, cantos, prègação, procissão do Santíssimo, e danças dos índios, com que depois dela, em manifestações de alegria, encheram o vasto terreiro da Igreja e Residência. Eram Índios na maior parte descidos recentemente das selvas. Com ser festa cristã, a ela se misturou uma sobrevivência gentílica, a "sandação lacrimosa", que os Jesuítas não repeliam, tratando apenas de canalizar sem violência. Concluídas as festas religiosas e de regozijo, recolheram-se os Índios a suas casas e em tôda a Aldeia se ouviu pranto geral. Admirados de tão súbita mudança, entre a alegria, manifestada antes, e a dor profunda de agora, inquirida a causa, responderam os Índios que choravam por não terem os seus antepassados visto o que os seus olhos viam, tão grandes festas e tão grande igreja.

Os Índios dos Reis Magos deram logo notáveis provas de amor à religião e piedade cristã (2).

Com o P. João Martins, superior, estavam então na Aldeia o P. Jerônimo Rodrigues, autor da *Relação dos Carijós* (3) e dois Irmãos coadjutores, Gabriel Lopes e Ascânio Bonajuto (4), êste alfaiate, para vestir o pessoal, aquêle encarregado dos ofícios da administração interna da casa. Depois das suas entradas ao sertão de Minas, que veremos, João Martins Carro faleceu no Colégio do Rio. Refere-o a *Ânua* de 1641-1644, sem indicação de ano e dia (5).

2. *Carta Ânua de 1625*, escrita por Manuel Sanches, Archivum S. I. Romanum. *Brasilia 8*, 149v. "Grande igreja de pedra", Maximiliano, Príncipe de Wied Neuwied, *Viagem ao Brasil* (1815 1817), trad. de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo e anot. por por Oliveiro Pinto (S. Paulo 1940) 146.

3. Cf. S. L., *Nossos Cartas Jesuíticas* (S. Paulo 1940) 196-246.

4. *Brasília 5*, 111v.

5. *Bras. 8* 354; Roma, Bibl. Vitt. Em., *I. gese.*, 5492/1363, sem o dia 30 de maio de 1647. Dois anos antes vivia ainda na Aldeia dos Reis Magos, e o Catálogo de 1641 diz que era de Alfe, diocese do Draga, com 69 anos, boa saúde, fêz os estudos apenas indispensáveis para se ordenar. O seu talento consistia em "converter e governar Índios". Superior da Aldeia de S. Inácio (êles de 39 anos, foi ao sertão três ou quatro vêzes, *Bras.* 5, 165, 162. A sua naturalidade vem expressa em diferentes documentos: Galeira, Alfe, Vila de Viana (*lugar, freguesia, bispo.*)

A Aldeia dos Reis Magos, mudada da *Aldeia Velha*, para o sítio em que se construiu a igreja atual, fica na embocadura do Rio dos Reis Magos (o *Nhunpanguá*, dos Índios) (7), numa colina, cujo alto é uma plataforma com grande vista para o mar. Ao norte de um terreiro de cêrca de 140 x 260 pés, ergue-se a Igreja e a Residência, que ocupa um lado dêsse terreno ou praça. Entremeavam-se com a casa, a distâncias regulares, os Passos da Via Sacra, cada qual em seu pequeno nicho (8).

2. — Os Aimorés da Serra vinham com freqüência a Reis Magos. Mas a certa altura puseram-se em pé de guerra, cortaram os caminhos da Aldeia, e, também, da povoação dos brancos e suas fazendas.

Domingos Monteiro, antigo missionário desta Aldeia, e que nesse tempo estudara a Língua Aimoré, tendo vindo à Capitania do Espírito Santo, pôs-se à fala com êles e conseguiu reduzir uma partida dêsses Índios e os afeiçoou de forma que o Capitão-mor e outros portuguêses também se avistaram com êles fazendo as pazes (9).

O próprio agenciador delas, P. Domingos Monteiro, conta ao seu Padre Provincial, numa carta de caráter íntimo de confiança e quase humorística, o fato:

"Esta escrevo para que Vossa Reverência saiba como se fizeram estas tão desejadas pazes dos *Gaimorés*, nesta Capitania do Espírito Santo, e me ajude a dar graças a Deus. E já que tem visto as causas que houve para se quebrarem da parte dos Tapuias, ouvirá o modo que tive para entrar com êles.

Véspera de S. Filipe e S. Tiago, veio a esta portaria um moço às sete horas da manhã, e me disse:

— *Chamam-te os Tapuias; ei-los, alí estão.*

Salto fora com uma pressa extraordinária, que causou espanto nos companheiros. Estava eu, com o chapéu e bordão no terreiro da Aldeia, bem leve do estômago, animoso, porque acabava de dizer

7. "Reis Magos, por hum Rio q. está na Capitania do Spirito Sancto — *Nhupâgoa*" — Leonardo do Vale. *Vocabulário na Língua Brasílica* (S. Paulo, 1938:370, publicado por Plínio Airosa.

8. Auguste de Saint-Hilaire, *op. cit.*, 137, que ainda viu êstes Passos.

9. Carta Sinza de 1617-1619, *Bras. 8*, 240.

missa. Pego companheiro, o Ir. Antônio Ferraz, que muito se alegrou, quando o avisaram para tal caminho. Parto-me para o mato. E ia dizendo comigo *si manserdit in me et verba mea in vobis manserint: quodcumque petieritis fiet vobis*. Esta foi a primeira vez, a cabo de cinco meses, que havia estava esperando esta hora. Os Portuguêses, que estavam na Aldeia, que de contínuo aqui residem, todos me seguiram, tirando um; os Índios, porque os não tivessem por covardes, foram atrás de mim para verem o fim do negócio. Eu andava mais que êles. Meia légua tinha andado pelos matos, quando achei lugares frescos aonde tinham estado. E o fogo, que tinham feito, e um bugio de *moquém*, com outra carne espetada no caminho, que de indústria me tinham deixado. Começo de alevantar a voz e prègar no desérto: os ecos eram grandes por aquêles vales sombrios. Não cesso de chamar como perdigão, que chama as perdizes, sem nenhum acudir. E alguns me estavam ouvindo, como depois soube, quando me arremedavam, repetindo as palavras que eu dizia então.

Torno-me com os despojos, a saber paus tostados, mantéus ou tipóias, com que trazem os filhos atados, que me largaram no caminho. Chego à Aldeia mais têso do que quando parti. A caridade do P. Jerônimo Rodrigues topei no caminho, e, depois de chegar a casa a reparti pelos companheiros, que, antes de comer, nos fomos todos, diante de Santo Inácio, com os despojos sobreditos dos *Guaimorés*, e lhos ofereceemos, como se foram de muito preço; e estimamos quem foi tão diboso que ouviu a divina resposta: nunca perder a esperança. Ao outro dia estavam esperando por mim no mesmo lugar, e subiam-se em árvores para verem a um companheiro de Jesus, como aquêle bom Zaqueu, desejoso de ver a Jesus, se subiu na árvore de sicómoro. Isto viu um Principal, e logo me veio avisar. Avisei eu ao Superior desta Aldeia, que então era, mas respondeu-me que não era ainda chegada sua hora, fazendo pouco caso disso, e que quando eu tivesse a faca e o queijo então cortaria por êle, e que então se fariam as pazes.

Vê V. R. o cavalo brioso que está quebrando a peia, com que está préso, ouvindo o tambor, trombeta e som de guerra, ou falcão da Noruega, faminto, na comprida noite, vendo de madrugada a

grande prêsa: assim, nem mais nem menos, estava eu Monteiro (9a), desejoso de saltar na caça, volvendo os olhos a uma e outra parte, sem haver quem me largasse.

Neste comenos traz Deus Nosso Senhor o muito desejado navio. Vem recado como Vossa Reverência nos vinha visitar a esta Aldeia. Já me a mim parecia que tinha concluído com as pazes. Com a boa estréia de Vossa Reverência determino de as fazer, estando Vossa Reverência presente, mas *dis aliter visum est*. Vem recado segundo: que nós fôssemos à Vila, a ver a Vossa Reverência e aos mais companheiros. A 2.ª oitava do Espírito Santo, às nove horas, nos pusemos ao caminho os quatro companheiros. Ao outro dia chegamos à casa da Vila, a tempo que ainda eu pude dizer missa; e disse-a pela conversão dos *Gaimarés*, diante do sepulcro do santo Padre Joseph, meu amigo antigo, que me tinha recebido na Companhia. Não duvido que fui ouvido no céu desta vez. E pôsto que minha oração não foi tão fervorosa como a de Ana, mãe de Samuel, todavia nalguma coisa me pareceu com ela, scilicet, na aflição do espírito e amargura do coração, pelos chistes e vaivéns dos êmulos imitadores de Fenena, que assim a afligiam, a Ana. Mas *vultus illius non sunt amplius in diversa mutari*.

A 5.ª feira me entregou Vossa Reverência esta Aldeia dos Reis Magos, para ter cuidado dela, e pôsto que o meu coração estava nessa Baía, como Vossa Reverência muito bem sabe, abaixei a cabeça. O aplauso que houve em todos os da Vila com esta nova, deixo eu para outros. Sòmente direi que no mesmo ponto e hora em que Vossa Reverência me entregou a Aldeia, nesse mesmo se me entregaram os *Gaimarés* por ordem do céu, aprovando Deus Nosso Senhor a eleição que Vossa Reverência fêz. E não quis o Senhor que se fizessem as pazes nesta Capitania, se não pelo Superior desta Aldeia. Para que saibamos quão bem lhes paga algum trabalho que toma por seu amor, e para que vejamos quão mimosos e privados são de Deus. E àquêles que não têm partes para alguma cousa, os faz idôneos para tudo, escolhendo-os. Nem Saul prestara para nada, se não fôra ungido e escolhido do Senhor.

9a. Alusão ao próprio apelido.

A 6.ª feira nos partimos da Vila, por mandado de Vossa Reverência, à vista de tantos irmãos, aos quais eu ainda não tinha falado, e tirando por aí, e os índios da Aldeia, que ficavam sós por outra parte. *Positus in medio quo me verlam nescio*, já ficava em casa por alguns dias para descansar do trabalho do caminho. Não sei que me aguilhoava. Vou-me diante do Santíssimo Sacramento, alevanto-me resoluto de me partir logo pela manhã da sexta feira, às nove horas do dia, *Quatuor Tempora*, acompanhado de Vossa Reverência e dos mais Padres e Irmãos, que até o pôrto me levaram. Com suma alegria, me fui pelo rio abaixo, arrebatado como outro Filipe, Diácono, *qui investus est in Azoto*.

Quando foi a meia-noite da sexta-feira tinha andado doze léguas, e já os *Gaimorés* assomavam, amigos, na varanda desta Aldeia, scilicet, quatro, que me estavam esperando (eram cinco, mas um se recolheu logo, tanto que viu que eu estava ausente da Aldeia). Os índios todos medrosos com tais hóspedes em casa mandam por mim avisar-me ao caminho que acudisse. Enfim, que os recebi em casa, os quatro, como embaixadores das quatro partes do mundo, véspera da Santíssima Trindade, em que isto sucedeu. E lhos ofereci e dei a sua divina Majestade como primícias desta nova Cristandade. Ao outro dia, os mandei chamar por êstes quatro depois de os agasalhar com muito amor e repartir com êles do resgate que achei, de que eu bem falto estava. Vieram então seis ou sete, mas não trouxeram as mulheres nem os filhos. Todos êstes eram homens de guerra apostados a qualquer efeito, com seus arcos e frechas, como soldados que entram no arraial inimigo. Véspera de Corpus Christi entraram na Aldeia e trouxeram as mulheres e filhos. Estes trazem elas atadas as mãozinhas aos pescoços seis meses avezando-os a segurar-se desta maneira, de modo que sendo-lhes a elas necessário correr pelos matos, os filhinhos as não largam. Desta feição entraram. E logo apresentaram seus presentes: ceras, almécegas, e uma casta de verniz, que mui estimam os índios a que chamam os naturais *itacic*, bugios, aos quais as mulheres dão de mamar e criam ao peito, igualmente com os próprios filhos, dos quais ficam sendo colaços.

Neste dia se apontaram sessenta por todos. Folgaram muito de ver a procissão, que se fêz dos índios, dia de Corpus Christi, danças

e bailos, e assim se puseram logo em ordem como os outros. E logo comecei-lhes de pregar e passar o Catecismo, que eu ainda tinha, e folgaram muito de o ouvir, e muito mais por saberem que eu o tinha aprendido de um seu parente bem ladino, mui cristão, de Gaspar Curado, que em minha companhia estêve algum tempo; e desta maneira tirava da antiga memória algumas palavras, e eu me espanto algumas vêzes de me lembrarem ainda, pois há quatorze anos, que os larguei, por obediência não de todo, porque sempre lhes tive afeição e êles a mim. E me persuadi que Deus mos tinha entregues desde o dia que fiz as pazes nos Ilhéus; e não se espante Vossa Reverência de me lembrarem ainda algumas palavras, porque já ouvira dizer que algumas mulheres, tomaram tanta afeição a crianças enjeitadas, que lhes nasceu o leite com que lhes deram de mamar, sem nunca dantes o terem nem haverem gerado; da mesma maneira, que me sucedeu a mim com êstes filhos enjeitados. A Deus sejam imensas graças e louvores, que tornou a dar os perdigotos e filhinhos a sua própria mãe que os gerou com tanto trabalho, e os tirou àquela que não era sua mãe.

Entre os presentes, que essa gente me trouxe, um foi duas crianças inocentes, que as batizasse. Assim o fiz. Ao outro dia morreram ambas, e na mesma hora e dia foram enterradas com solenidade. A uma se pôs nome Maria e a outra *Domingos*, pois que o Senhor o escolheu para si e eram do Senhor (9b) estas duas almas que mandamos ao céu. Estas manda esta nova Igreja a seu espôso Cristo Jesus. Estes dois cordeirinhos apartamos para oferecer e consagrar ao Senhor que nos meteu de posse da terra da promissão. Êstes serão o par *turturum aut duos pullos columbarum*, que oferecemos a Deus como pobres, não tendo oferta de ricos.

A esta Aldeia concorreram logo muitos Brancos a ver os *Gaimorés*, como gente que não podia acabar de crer tal cousa. Parecia-lhe visão, e assim a vinham ver. De uma vez vieram até vinte pessoas, uns idos e outros vindos, até o Capitão Manuel Maciel Aranha os quis vir ver e mostrar sua liberalidade, ajudado da Caixa da Imposição, com dinheiro da Vila, trazendo-lhe algum resgate. E se

9b. O Padre dá aqui a etimologia da palavra Domingos. (*Dominus* = Senhor; *Dominicus* = *que é do Senhor*), que era na realidade o seu próprio nome.

despediu, fazendo fala aos *Tupinanquis*, exortando-os às pazes, ameaçando os quebrantadores delas, dando-lhes a entender quanto desgôsto deram com as quebrarem os anos passados, e quanta razão tiveram os *Gaimorés* de se alevantarem. Por derradeiro, em sinal das pazes estarem firmes, lhes dão todos e cada um em particular sua frecha. Concluiu o língua dos *Gaimorés*, intérprete, fazendo também sua fala, e estando todos presentes, contentes do resgate que se lhes repartiu, dão, também, suas frechas ao Capitão em sinal de amor e paz. Depois se partem a buscar frutas do mato *quitis* e castanhas de *jaçapucaia*, que traziam em abundância.

A cabo de cinco dias, que na Aldeia estêve o Capitão, se tornou para a Vila, cheio de presentes, que êle muito estimou, e muito mais do recebimento que os índios lhe fizeram e os domésticos *Gaimorés*, indo todos em ficira, a modo de guerra, com seu tambor, arcos e frechas, e frautas, que sobretudo se ouviam. Pareciam os nossos índios, junto dos *Gaimorés*, meninos muito pequenos, e contudo hoje em dia verá V.ª R.ª um principal dos tapuias Capitanazo, um gigante Golias, ir-se assentar entre os meninos na Igreja, como se fôra um cordeirinho, desarmado, aquêle que trazia assombrado a êstes pobres índios e a tôda esta Capitania. Tudo isto são efeitos das orações dos meus Reverendos Padres e Irmãos dêsse santo Colégio e dos santos sacrifícios de Vossa Reverência. E de todos muito no Senhor me encomendo. Desta Aldeia de Santo Inácio e dos Reis Magos, 26 de julho 1619. De vossa Reverência filho indigno em o Senhor. Acabo esta estando de caminho para ir fazer as pazes à Aldeia de S. João dos Tomiminós *Domingos Monteiro*" (10).

10. "Ao R.do P. Symão Pinheiro da Companhia de IESU. Provincial do Brasil. Em ausência do R.do P. Manoel Fernandes no Colégio de Ilhéos — Da Capp.ª do Spirito Sancto", *Bras.* 8, 268-269v, 512; Júlio César Cordara, *Hist. Societatis Jesu*, VI, 2.ª (Roma, 1859), 224. O P. Domingos Monteiro, da ridade de Lisboa, viria ainda em 1657 na Aldeia da Assunção (Cumanau), (*Bras.* 3, 130). Andaria nos 60 anos de idade. Já não consta do catálogo de 1641. Professo, de bom exemplo, e "sêlo do convertido da gentio" (*Bras.* 8, 59). O duplo título de *Aldeia de S. Inácio* e dos *Reis Magos*, indica os oragos da *Aldeia Velha* e desta *nova*, conservados ambos nesta depois da mudança citada. A mudança supõe a transferência dos objetos do culto. E com êles o célebre quadro da *Adoração dos Reis Magos*, se o exame técnico demonstrar que é de feitura anterior a 1615. E se porventura êsse exame provasse que é madeira brasileira a tábua em que está pintada, teria que se pronunciar o nome do 1.º pintor Belchior Paulo, cuja presença se assinala no Brasil nesse período, e nomeadamente no Espírito Santo.

Para assegurar a catequese dos Aimorés assumira o govêrno da Aldeia o mesmo P. Domingos Monteiro, como vimos. Era difícil, porque na primeira doença que sobrevéio, todos queriam fugir para os matos, retomando assim a vida selvagem anterior. No entanto, contiveram-se, baptizando-se os meninos e os adultos *in extremis* (11); e por outro lado os *Aimorés* da Serra, não reduzidos ainda, continuavam a infestar os arredores da Aldeia, recrudescendo a guerra cruel que moviam aos índios cristãos (12). E parece que a própria grandeza dos edifícios desta Aldeia tem um sentido de fortaleza, fronteira contra os Aimorés bravios. Em caso de necessidade servia de refúgio a mulheres e crianças.

3 — Entretanto, ficando livre do govêrno da Aldeia, o P. João Martins, êle com outro grande sertanista João Fernandes Gato tentaram, em 1621, a emprêsa dos *Paranaubis* ou *Mares Verdes*, índios do alto Rio Doce, no atual território de Minas Gerais. Desta primeira entrada, voltaram os Padres sem resultados apreciáveis. Morreu depois o P. João Fernandes e dois anos mais tarde tornou aos Mares Verdes, João Martins com um Irmão e 50 índios frecheiros e 3 Aimorés. Andaram 200 léguas, e trouxeram consigo 7 índios *Paranaubis* (13.)

A terceira entrada aos *Paranaubis* fê-la o mesmo P. João Martins, que levou o P. Antônio Bellavia, e os índios que tinham baixado. Saíram da Aldeia dos Reis Magos a 5 de junho de 1624 e alguns meses depois, no dia 14 de Setembro, estavam de volta, na Aldeia, com cêrca de 450 índios. Dos feitos desta entrada, e trabalhos que passaram, conhece-se a narrativa literária feita pelo P. Antônio Vieira, Resumo em que se não fala do Rio Doce (14). Conserva-se, porém, a fonte, a *Relação*, escrita pelos próprios missionários, cujo teor contém maior soma de pormenores de carácter etnográfico, e também, local, e até pungente, pelo terror das doenças endémicas

11 *Bras. 8*, 229.

12. *Bras. 3* 330v.

13. Carta do P. Antônio Bellavia, do Ibiticibo, 5 de dezembro de 1623. *Bras. 8*, 340; Ordem *Hist. Soc., VI*. 2.ª, 472-473.

14. *Cartas do Padre António Vieira*, coord. e anot. por Lúcio de Azevedo, I (Coimbra, 1925) 63-64.

que se declararam, superado pelo ânimo heróico que se não abate diante da adversidade:

"Já finalmente os *Mares verdes*, depois de serem por tantos anos buscados assim de brancos como de nossos Padres, chegada já a sua hora, desceram para a Igreja. Gente belicosa, valente, bem disposta e assombrada, de muito bom entendimento. São em número perto a 450 os quais todos com saúde e alegria chegaram a esta Aldeia dos Reis Magos aos 14 de setembro no ano de 1624. O modo que tivemos para os descer foi êste. Em espaço de um mês chegamos à sua Aldeia. Fomos recebidos com universal alegria de todos, os quais pontualmente observando a palavra, que tinham dado ao Padre, quando os achou a primeira vez, nos estavam esperando. Não estavam todos na Aldeia quando nós chegamos. Muita parte dêles eram à caça, e entre êstes o principal. Foi logo o recado da nossa vinda. O qual ouvido, vieram depressa, certificados já que éramos Padres, mostrando conosco e com tôda a gente que conosco trazíamos, muitos sinais de amor, chegando-se a nós sem arco e frecha, ainda que viram os nossos mui bem armados delas e de espingardas, antes começaram a cantar e bailar juntamente com os nossos, naquela noite e por todo o tempo que com êles estivemos tratando-nos do melhor modo que puderam em nos agasalhar e prover de todo o necessário, com muita caridade e amor, de que ficamos mui maravilhados por ver tanta humanidade e cortesia em gente selvagem e bárbara, cuja glória tôda está posta em matar e comer seus inimigos, uns dos quais eram os nossos Índios, o que acrescentou mais a maravilha.

Depois de têrmos estado três dias na Aldeia, vindo ora uns, ora outros do mato, chegou finalmente, o principal. Festejou muito a nossa vinda. Disse-lhe então o Padre que descansasse por aquêle dia, que o dia seguinte falariam mais devagar do que haviam de tratar. O dia seguinte, acabado de dizer missa, o Padre o mandou chamar e fêz juntamente congregar os principais dêles e dos nossos, com os quais vieram também muitos outros a ouvir o que se havia de fazer e determinar. Depois de se ajuntarem todos, lhes explicou então o Padre o fim da sua vinda, e que viera mais depressa do que lhes tinha dito a primeira vez, por se arrecear dos

brancos que queriam buscá-los para os cativarem; propôs-lhe então o Padre ao principal se lembrasse da palavra que lhe tinham dado de entregar a Aldeia se viesse êle a buscá-los e não mandasse brancos. Depois de ter dito isto e outras coisas semelhantes para mais fàcilmente os abalar, falaram também cinco Indios os mais principais dos que vieram conosco, com tanto espírito e eficácia de palavras, que bem parecia serem êles movidos interiormente de Deus, o qual queria mover e notificar os corações daqueles gentios para livrá-los do cativeiro do diabo e tomá-los por seus filhos verdadeiros.

No fim da prática disse o principal que estava aparelhado com tôda sua gente para vir com o Padre. O mesmo disseram os outros principaletes, sem se achar nem um só que mostrasse um mínimo sinal em contrário, antes com tôda a alegria possível ficaram mui alegres e contentes. Do que deu um sinal mui grande o principal, e foi que, estando êle cingido de uma faixa bem larga, da qual pendiam muitos fios de continhas pretas, no remate das quais estavam pendurados todos os dentes de Tapuias, que êle tinha morto, esta apresentou ao Padre com a melhor peça que tinha, dizendo:

Esta me ordenou que eu fizesse, "Araribá" (que é um dos feiticeiros que êles reverenciam quase como seu Deus) *para que eu matasse muitos Tapuias. Dez tenho morto até agora, e dez nomes alcançado dêles.*

Outro principalete trouxe uma *acanjetara*, grande como um escudo, laborada de várias penas, qual êles trazem de trás das costas e formosa e juntamente espantosa à vista. *Esta*, disse então o Indio, *quis que eu fizesse um dos nossos pajés, chamado "Ndiaçu", para que os nossos filhos tivessem saúde, e já depois que eu a fiz nunca mais me adoeceram.*

Outra semelhante peça a esta trouxe outro Indio, a qual fêz, diz êle por mandado de *Guaçucangoeraé* (é êste outro feiticeiro) para que alcançássemos vitória dos nossos inimigos.

Outro dia também o principal apresentou ao Padre a corda com a qual êles amarram os Tapuias, quando os matam, de modo que a nós nos parecia que o bom velho renunciava pouco a pouco *omnibus pompis diaboli*, de que ficávamos mui consolados.

No cabo da consulta, vestiu o Padre o principal e deu outros vestidos a alguns, os mais velhos dêles, com que se fêz na Aldeia universal festa. Começaram a arrancar as roças ainda novas para fazerem o mantimento necessário para o caminho e os legumes que tinham plantados, quebrando os potes, cabaços e coisas semelhantes, com que mostravam evidentemente a boa vontade que tinham de deixar as suas terras e vir comosco para Igreja. Em todo o tempo que na sua Aldeia estivemos, que foi espaço de um mês, nos consolaram em grande maneira, não se apartando nunca de nós, vindo ora uns, ora outros, a visitar-nos pela manhã mui cedo, dando-nos os bons dias e as boas noites pela tarde, estando falando conosco e com os nossos Indios com muita consolação, convidando-se uns aos outros, pregando de noite e de dia êles aos nossos e os nossos, a êles, de várias coisas de Deus, não se ouvindo palavras de discórdia nem dissensões algumas, mostrando sempre inclinação grande e vontade de serem filhos de Deus, e de estarem debaixo das nossas mãos, pois diziam por vêzes, que confiavam muito em nós, reconhecendo-nos por seus livradores, e que éramos homens santos e verdadeiros filhos de Deus, que da nossa vinda tiveram muitos sonhos. Coisas semelhantes contavam com que nos animavam grandemente e tiravam o mêdo que tinhamos não fugissem pelo caminho, como tem acontecido a muitos em semelhantes casos. E bem se deixou ver a grande festa e contentamento, que tiveram em sinal do júbilo e alegria que em seu coração ardia, por ver se chegava já a hora e tempo de sua feliz dita e nova vida, na muita reverência que nos tinham universalmente todos, porque muitas vêzes quando passávamos, rezando no terreiro, vinham alguns a varrer onde caminhávamos e tirar os paus e pedras, que nos podiam fazer prejuízo. Um Indio de respeito se achou entre êles, o qual, vendo que nós fazíamos muito caso que não entrasse ninguém na nossa ermida onde dizíamos missa todos os dias, para que não a sujasse, logo foi de moto-próprio a buscar paus com os quais fêz uma como grade com a qual cercou muito bem a igrejinha a fim que nela não entrasse coisa nehuma que à reverência do lugar em alguma maneira prejudicasse, coisa da qual ficamos mui consolados e edificados. Também alguns dos velhos nos perguntavam, depois que dizíamos

missa, o que Deus nos tinha dado a sentir nela acêrca da partida, o que tudo atribuíamos à grande vontade que tinham de servir e ao grande conceito que de nós tinham, julgando-nos homens que muito familiarmente tratávamos com Deus.

Era também de espantar o quão sóbrios eram no beber, porque nunca, enquanto com êles conversamos, sentimos bebedices, coisa notável por serem nesta miséria excessivos, mas antes alguns quando queriam beber nos vinham pedir licença, como que se êles fôssem Índios criados debaixo do nosso bafo. Entre os mais sinais de amor com que os nossos Índios mostraram, um foi, que querendo o Padre mandar os nossos Índios fazer as canoas, que eram necessárias para a viagem, não no consentiram por então, dizendo que esperassem outro dia, porque lhes queriam fazer algum mimo. Foram logo às suas roças com muita pressa, donde trouxeram legumes em tanta abundância, que os nossos Índios não os puderam levar todos, fazendo a matalotagem para irem fazer as canoas 6 léguas longe da Aldeia. Quando cantavam e bailavam ao modo dos seus antepassados, diziam a nós e aos nossos Índios, que não estranhássemos aquilo, nem julgássemos que êles fôssem por isso mudados do seu parecer, mas que estavam fortes e constantes na palavra, que nos tinham dado, de se vir conosco; e que o mudar-se do primeiro parecer era próprio de Tapúias, e não de homens como êles eram. E bem o mostrou o principal, porque, quando êle se partiu da Aldeia, o que fêz, dois dias antes que nós partissemos, com outros velhos e velhas pela dificuldade que haveria em não poderem seguir-nos, foi primeiro por tôdas as casas exortando os seus que se abalassem e viessem com o Padre, pois êle já se partia diante de todos. Como se dissera: se eu já me parto com tão boa vontade, bem é que vós todos me sigais. Assim o fêz. E no meio do caminho foi esperar-nos, onde nos preparou uma casinha, para nos agasalharmos nela, e em nós chegando nos presenteou, com outros, também alguma caça, que para êste fim tinham prestes, o que nos pareceu muito em Índios, os quais nunca conversaram com gente branca donde aprendessem tais têrmos de humanidade. Dois dias depois dêle se partir da Aldeia, que foi a oitava do nosso Santo Padre Inácio, partiu o Padre com a mais gente que ficava, depois de ter pôsto fogo às casas a fim dêles nunca mais

se lembrarem delas, no que não mostraram nenhum sinal de tristeza, nem lágrimas, o que nos espantou por serem as casas novas e mui formosas. Caminharam seis dias por terra, levando às costas seus filhos, a farinha e todo o seu fato, dizendo que já se tinham esquecido da sua pátria, e que não tinham mais vontade de tornar para trás, antes que lhe tinham ódio, pois livrando-se dela se livravam das mãos do diabo, o qual os perseguia, e que as muitas doenças que lhe deram na Aldeia quando nós chegamos foi por ódio do mesmo, o qual não queria que partissem de lá. Estas coisas diziam êles, e bem diziam a verdade, pois o inimigo infernal lhes pôs muitos impedimentos diante dos olhos, para que não deixassem as suas terras, porque alguns arreceavam não fôsse algum branco o companheiro do padre, por não ser o mesmo que foi a primeira vez; outros arreceavam os perigos das cachoeiras, por se ver em elas manifesto perigo da vida; outros tinham grandíssimo mêdo por verem ser as canoas, em que êles haviam de ir, de casca, a qual tanto que dá em alguma pedra deita a perder quantos em ela estão; outros duvidavam se os havíamos de repartir aos brancos dos quais êles têm mêdo extraordinário por se lembrarem que antigamente cativaram alguns dos seus antepassados; outros arreceavam o apartar-se das suas mulheres, entendendo que, conforme a lei de Deus, uma era a verdadeira mulher; outros, finalmente, cuidavam que os havíamos de apartar uns dos outros e mandá-los para outras Aldeias. Estas e semelhantes imaginações lhes trazia o diabo, mas Deus, que os queria para sua Igreja, tôdas estas sombras lhes tirava, aquietando-se êles fàcilmente com as nossas razões, e repetindo muitas vêzes que confiavam muito em nós, pois por amor dêles tínhamos padecido tantos trabalhos, e tantas vêzes, só por livrá-los das mãos dos seus inimigos. Ficavam consoladíssimos das nossas palavras e muitas vêzes êles mesmos nos incitavam para que cêdo partíssemos das suas terras. Incrível era neste tempo a nossa consolação por vermos que tínhamos já tirado a prêsa das mãos do inimigo infernal e que tornávamos com a vitória, e com o triunfo, tendo nas mãos as almas remidas com o precioso sangue de Cristo Nosso Senhor.

Mas bem é agora que neste restante da carta eu conte a Vossa Reverência os cálices amargos que bebemos com tantas alegrias mis-

turados, pois foram tantas as tribulações e impedimentos, que se atravessaram para se desfazer esta missão, que o que as permitiu sòmente foi poderoso para nos livrar delas e mostrar como tudo o que tínhamos alcançado era obra de sua misericórdia e bondade.

Primeiramente os de Pôrto Seguro quiseram tentar esta missão, depois que souberam que os Padres tinham já achados os *Mares Verdes*, os quais êles nunca puderam descobrir. Mas antes que êles fôssem se adiantou o Padre dando pressa o mais que pôde; e havendo de ir no ano de 1625, foi no de 1624, e assim êles não puderam efetuar a sua determinação. A esta se ajuntou a segunda, que foi do Governador da Vila, o qual ouvindo novas de guerra e que os Flamengos corriam o mar, quis que o Padre não fôsse por então por ter necessidade dos Índios se alguma ocasião se oferecesse de pelejar por defender a vila, mas quis Deus que o negócio se concertasse de tal maneira, que o Governador não impedisse nem disturbasse a missão, deixando-lhe o Padre na Aldeia Índios bastantes para isso. A outra foi, que no tempo no qual o Padre estava para partir deram as bexigas na Aldeia, por mais que procurou de ir antes delas darem, estando a Aldeia neste estado, julgou o Padre e todos os Índios que já não era tempo de se fazer a missão por estar em risco de se perder de todo ponto, por êste ano, arreceando com muito fundamento não dessem as bexigas pelo caminho, com tudo isto o Padre a parecer de todos os Padres, que então estavam na Vila, se partiu para missão, escolhendo Índios, que tinham já tido bexigas doutra vez, com ânimo porém, que se dessem pelo caminho de se tornar para trás, no que vieram tudos. Eis que partido e estando nas entranhas do sertão deram as bexigas a um Índio o qual por o grande desejo que tinha de ir ao Sertão encobriu isto ao Padre, dizendo-lhe que já antigamente as tivera. Ficamo-nos então atalhados e traspassados de dor. Fizemos consulta de tornar para trás, pois tínhamos conosco seis Índios novos dos *Mares Verdes*, os quais nunca souberam de tal peste aos quais quem duvidava não houvessem de dar com muita maior razão do que deram aos outros, e assim levávamos a peste ao sertão, com perigo de matar a gente nas suas terras e nós morrermos de fomes se houvéssemos de esperar até que sarassem, e ao fim não trazer ninguém. Tudo isto nos persuadia claramente que tornássemos para

trás, mas Deus, o qual na maior fôrça da tribulação ordinàriamente se acha presente para acudir, nos inspirou que fôssemos por diante até vermos em que parava o mal. Fêz então o Padre buscar os que ainda não tinham tido bexigas, acharam-se outros dois, mandou então que se fôssem outra vez para Aldeia, e nós seguimos a nossa viagem, mas bem sobressaltados cada hora e cada momento se dessem em alguns dos novos. Enfim, quis Deus que chegássemos e entrássemos com saúde na *Aldeia dos Marco Verdes*, mas em nós chegando deu nela uma doença geral de barriga, de maneira que as criancinhas e meninos pareciam como mortos nos braços das mães, não falando nem mamando. Vinham as mães como espantadas diante de nós por não ter nunca experimentado tal doença nas suas terras, nos mostravam os filhinhos, julgando que nós pudéssemos dar-lhes saúde; julgamos nós no princípio que eram as bexigas, o que nos cortou o coração e alma, mas quis Deus que êsse mal logo abrandasse, sucedendo-lhe imediatamente outro mal geral de catarro tão vemente, que nem nós nem êles podíamos descansar nem de noite, nem de dia, e durou-lhes obra de um mês e meio; a êste mal se ajuntou, também, em muitos doença dos olhos e dos ouvidos; cuidamos nós então que fôsse algum ramo de peste que traziamos conosco, enfim quis Deus por sua bondade livrar-nos de todos êstes males e restituir-lhes a primeira saúde.

Botaram êles êstes males à boa parte, dizendo: vamo-nos para o mar já que esta nossa terra é tão doentia, não dizendo nem suspeitando que nós por ventura traziamos conosco aquêles males, o que era mais provável. Grande misericórdia foi esta de Deus em nos livrar destas doenças, de modo que não impedisse a sua vinda, mas esta que agora direi a Vossa Reverência mostra em grande maneira a divina misericórdia conosco, e parece que em um modo milagroso quis que esta missão se fizesse e chegasse ao cabo; porque outros Indios estavam conosco dêstes *Tupinaquins da Aldeia dos Reis Magos*, os quais não se descobriram, quando o Padre no meio do Sertão fêz inquisição dêste ponto acêrca dos que tiveram as bexigas ou não; a êstes não deu o mal enquanto andamos no sertão senão depois que tornamos, um dos quais nesta Aldeia morreu de pele de lixa; assim o permitia Deus para que não tornássemos para trás, pois se os outros

se descobriram ficávamos com falta de gente, sem a qual não podíamos fazer a missão, sem grande incômodo em tôdas as coisas; e se então tornávamos para trás corria risco de se nunca mais poder fazer esta missão até o dia de hoje, por amor das guerras e outros achaques dos quais não faltaram desde então até agora.

Eis que livrados já das bexigas, ficava-nos o trabalho e aflição grandíssima em passar tantas cachoeiras e tão perigosas, as quais arrecávamos cada passo quebrassem algumas canoas nas pedras do *Rio Doce*, com manifesto perigo da vida de algumas pessoas, que nelas iam. E em verdade tais eram elas, que com grandíssimo fundamento se podia isto arrecear, sendo tão grande o ímpeto das águas que por mais que puxassem os Índios com duas e três cordas, com tudo isto não podiam vencer o ímpeto dela, de maneira que escaparam das mãos algumas canoas, as quais se fizeram em pedaços por aquelas cachoeiras. Outras vêzes se mergulharam alguns Índios nelas, mas sem perigo da vida, porque a nado se livraram. Uma vez deu em uma pedra a canoa, em que ia o Padre e muita gente. Virou-se. Perderam-se muitas alfaias, mas por mercê de Deus nem o Padre nem pessoa alguma perigou, livrados, mais milagrosamente que por indústria dos pilotos, os quais nestas cachoeiras têm grandíssimo mêdo, por não verem as pedras que debaixo das águas estão, correndo as canoas não com menor velocidade do que correm as frechas pelo ar. Nem menor foi o favor e mercê de Deus em livrar os nossos Índios para que não se perdesse algum dêles na barra do *Rio Doce*, porque depois de se terem mergulhado por vêzes, não podendo vencer as furiosas e encapeladas ondas, a nado escaparam, perdendo o fato que nas canoas traziam, indo, entretanto, a mais gente pela praia. Com êstes trabalhos e aflições quis Deus que alcançássemos as almas dos nossos próximos que tanto desejávamos.

O que nestes 3 meses e meio nós padecemos, a saber, falta do necessário para sustentação do corpo, chuvas, cansaços extraordinários por caminhos dificilíssimos não julgo ser necessário referi-los nem exagerá-los por serem ordinários a estas missões. Tocarei sòmente alguma coisa em breve dos muitos trabalhos dêstes Índios, que em nossa companhia foram, e nos ajudaram com seus suores de noite e de dia, os quais pareciam ser sôbre as suas fôrças. Porque

puxaram as canoas pelas cachoeiras, carregando e descarregando muitas vêzes todo o fato, levando-o às costas por terra até que passaram os perigos, e isto assim à ida como à vinda. E, também, noutra paragem, não podendo ir o fato por mar, o levaram às costas, caminhando 5 dias por praias mui difíceis e trabalhosas, no qual tempo carregaram também às costas as velhas e doentes dos *Mares Verdes* com muita caridade. Quando partimos da Aldeia abriram caminho novo pelo mato para facilitarem a passagem aos velhos e velhas e meninos, que entre êles havia muitos, no que gastaram alguns dias. Ajudaram a levar às costas tôda a farinha dos *Mares Verdes*, e todo o seu fatinho, tão grande era o desejo que tinham de trazê-los para Igreja. Fizeram mais 40 canoas, além das que quebraram no que cansaram muito, porque era necessário buscar o pau dentro do mato e abrir caminho para êle para não quebrar a canoa, sendo de casca. Outra vez, por espaço de um têrço de légua, puxaram tôdas estas 40 canoas por terra, não podendo passar pelo rio, por amor de uma perigosíssima cachoeira que nêle havia, e todo o fato levaram às costas, e isto assim na ida como à vinda. Deixo de dizer como muitas vêzes não achavam o necessário para sua sustentação, sendo mui estéreis aquêles matos, e o rio acima mui falto de peixe. Enfim, quase nenhum dia tiveram para descansar, fazendo tudo com muito fervor, sabendo que era negócio de muito serviço de Deus, e nunca se ouviu algum que se queixasse no meio de tantos trabalhos, coisa que em Índios era rara e mui digna de notar. Verdade é que nós não deixávamos de os animar com as nossas práticas no tempo das missas, as quais dizíamos cada dia, com que êles e nós ficávamos consolados, e tomávamos alento para os trabalhos, e necessidades, em que estávamos postos todos os dias. Alguns dêles se confessavam em alguns dias de festa, do que ficávamos mui edificados. Desta maneira quis Deus Nosso Senhor ajudar-nos em esta missão, e nos trouxe com saúde, até chegarmos a esta Aldeia dos Reis Magos, na qual entramos aos 14 de setembro, tendo partido dela aos 5 de junho, mas mui diferentemente do que cuidávamos, por acharmos nela as bexigas, o que tanto arreceávamos, de modo que tôda alegria se converteu em tristeza.

Começaram êstes *Mares Verdes* a adoecer delas, pouco a pouco, dos quais muitos morreram, mas batizados e instruídos na Fé. To-

maram alguns com grande desejo o santo batismo, dizendo muitas vêzes que queriam ser filhos de Deus, e que aborreciam as leis e os costumes dos seus antepassados e os nomes que tinham no sertão.

Conta a *Relação* alguns casos edificantes dêstes Índios durante a doença. E conclui que Deus, para não deixar desconsolados os Padres, pelo desgôsto desta epidemia, "nos deparou outra casta de gente quase milagrosamente, porque indo os Índios ao mato, a fazer canoas de novo, porque as que fizeram a primeira vez logo apodreceram, deram com rasto de gente, que dizem ser *Tupinaquis*, que é a mesma língua, do que estamos bem certificados por encontrar os nossos Índios êstes rastos duas e três vêzes na mesma paragem; esta outra gente, que é certa casta de Tapuias, dizem ser infinita, boa gente, roçadora, que tem suas Aldeias, e que fàcilmente se entregarão à Igreja por parecerem domésticos.

Já, entre êstes *Mares Verdes*, estão alguns na nossa Aldeia, os quais foram seus escravos e sabem muito bem a língua dêles, que poderão servir de intérpretes, quando Deus fôr servido. O que vendo o Padre João Martins está muj animado a que, sendo o Senhor servido e Vossa Reverência nisto o ocupe, de ir a esta missão com tôdas as vontades. Os Índios, também, que foram em sua companhia a esta missão dos *Mares Verdes*, por três vêzes, estão também animados, não reparando a trabalhos nem a gasto dos seus mantimentos, e que assim como até agora têm gastado com os *Mares Verdes*, indo três vêzes em busca dêles, duzentos mil réis ou mais ainda, em fazer canoas, em sustentá-los dois anos com seus mantimentos, assim da mesma maneira querem agora ir e gastar outro tanto e mais ainda, se fôr necessário, e isto em particular agora, por entenderem que os que vão buscar são *Tupinaquis* e seus parentes. Queira Deus ajudar-nos para que possamos em tudo fazer o que fôr para sua maior glória e honra" (15).

---

15. *Aldeia dos Reis Magos que fez o Padre João Martins e por seu companheiro o Padre Antônio Bellavia por ordem do Padre Henrique Henriques, provincial, no ano de 1624* (Bras. 8, 360-365). A narrativa não é tão assinada, por ser coletiva e elaborada por ambos os missionários. Conserva-se com letra do P. Bellavia, em português, mas com vestígios, na ortografia original, da marca italiana do secretário, vistve., sobretudo, na duplicação dos tt: mattto, mattem, prettos, tutto ... Sôbre o término da expedição, voltaremos a falar no capítulo consagrado a Minas Gerais.

O perigo holandês, aludido na carta dos missionários, manifestou-se logo com violência, interrompendo a obra da penetração e cultura do interior, para acudir aos que resistiam à invasão da costa, na Bahia e Pernambuco e outras terras. Bellavia ia dar o seu próprio sangue na defesa do Arraial do Bom Jesus de Pernambuco. Só depois da expulsão do invasor se retomou, na paz que se seguiu, a obra construtiva. Este mal causado pelos Holandeses é geralmente calado pelos que exaltam o pouco que êles fizeram, em comparação do muito que destruíram e do bem que impediram, em 30 anos de perturbações, extorsões e desordens.

4. De vez em quando os Padres punham-se à fala com Indios de diversas procedências ou êles mesmos vinham ter às cercanias da Aldeia, como em 1693, perto de 800 Indios "Patanoses" de "lábios furados" e "corpo pintado de várias côres", que tão depressa apareciam como igualmente se ausentavam.

"Tratamos dêles e temos tido com êles muito trabalho, dizem os Padres, sem fruto, por serem em extremo rudes e silvestres, e porque nem nós sabíamos a sua língua, nem êles a nossa (a nossa isto é, a língua brasílica, a tupi ou geral, e infira-se daqui a importância da sua generalização cultivada pelos Jesuítas como instrumento de contato). Nem êles se querem sujeitar a cultivar a terra para se alimentar, nem viver vida social em Aldeias. Como aves de arribação de repente levantam vôo para onde lhes parece. A consolação dos Padres, e talvez maior merecimento dos que trabalham com êles, é que até quando semeiam em areia estéril, o fazem por motivo de caridade ou obediência" (17).

5. — A Aldeia dos Reis Magos, trabalhosa e isolada, teve vida próspera. Os seus Indios, quase todos Tupinanquins tinham fama de

17 *Hons.* 9, 307. Conservamos a grafia do original: "Patanoses". Os pelos tratariam logo de colhêr as palavras mais comuns da sua língua, como invariàvelmente faziam, e consignou mais tarde Martius nos seus *Glossários*. E confirma as informações dos Jesuítas o que mais tarde observou o Príncipe Maximiliano, dos "Patachós", que achou situados ao norte do Rio Pardo, cuias cinco línguas descobertas no seu livro, são o que há de mais radicalmente e precário, como elemento de estabilidade e de fixação ao solo (*Viagem ao Brasil*, 202/205.) Não credita, porém, a deformação de Maximiliano, ao menos nos poucos que viu, "nem desfigurados nem pintados", com a descrição dos 800 "Patanoses", vistos e cultivados pelos Jesuítas 123 anos antes, na Capitania do Espírito Santo, de *lábios furados* e *corpo pintado*.

serem pios e bem inclinados. Só uma vez deram desgôsto aos Padres, alvoroçando-se nos meados do século XVIII, apaziguando-os a brandura do P. Domingos da Silva, que lhes facilitou quanto era necessário para viverem desafogadamente (18).

A Aldeia, além de ser grande centro de catequeses, prestou os serviços de caráter público de tôdas as Aldeias da jurisdição real, acorrendo à defesa da vila de Vitória, na ocasião de rebates de inimigos ou estando prestes a dar a sua contribuição em entradas e descobrimentos de Minas.

Era, também, uma das casas preferidas para a aprendizagem da língua brasílica. Os Catálogos vão dando, aqui e além, a presença de Irmãos estudantes, com a menção de "aprende a língua".

Em 1689, os Índios eram 764 (19). Meio século depois, em 1759, subiam a 2030 (20), população que se manteve até o fim, com ligeiras oscilações, contando 2.000, quando a deixaram os Jesuítas em dezembro de 1759 (21). Recebeu a 15 de julho de 1760 o nome de *Nova Almeida* (22).

E os Índios entraram no novo regime do *Diretório*, que incluía obrigações de *trabalhos forçados*, agrícolas, a que se juntaram depois o das milícias e outros. Todos os meses se tiravam, dentre êles alguns, casados e solteiros, para as obras do Caminho de Minas, Hospital de Vitória, Milícias, por muito tempo sem remuneração, depois com o salário de dois vinténs, que se pagava mal. Saint-Hilaire ainda assistiu (e já no século XIX, melhorada a situação dos Índios) a um revezamento dêstes soldados de milícias. Mandavam-se buscar, pelos seus sítios, 20 homens. Em chegando, metiam-se na cadeia para não fugirem, e depois de juntos, lá iam para a Vila de Viana ou Santo Agostinho, ficando, entretanto, as suas casas e plantações ao desbarato (25).

Reis Magos, tinha sido no período jesuítico anterior o primeiro centro de civilização ao norte da Capitania, e é comum achar-se na

19. *Bras. 10(2)*, 493.
20. *Bras. 5(2)*, 270v.
21. *Hist. 6*, 280v.
21. *Narrativa* do P. Francisco da Silveira, cód. 156 da Universidade Gregoriana, f. 260.
22. Oliveira, *Província do Espírito Santo*, 169.
25. Augusto de Saint-Hilaire, *op. cit.*, 125, 226.

origem de diferentes vilas e cidades dessa região, como Santa Cruz e S. Mateus, Conceição da Serra, uma *Aldeia Velha*, ou uma *Aldeia Nova*. A tôdas estas povoações iam os Padres em missões periódicas, e às vêzes por terra a pé, como o P. Estanislau de Campos, indo do Espírito Santo para a Bahia, por terra em 1713, que ao passar o Rio de S. Mateus, perto da foz, foi arrebatado pela correnteza para o mar, escapando a custo de morrer afogado (24); e como o fizeram dois, com incríveis trabalhos, desde o Espírito Santo a Pôrto Seguro (25). Outras vêzes iam por mar. Vinham dar missão a S. Mateus os Padres Luís Álvares e João Vieira, naufragando no perigoso mar das Caravelas. Pereceram o P. João Vieira e dois remeiros, a 20 de setembro de 1754.

Com ser centro local, a Aldeia dos Reis Magos foi, também, a janela aonde do coração de Minas Gerais (antes das Minas...), trazidos pelos Jesuítas, os Índios daquele sertão retraído vieram assomar e ver os alvores da civilização cristã, desde a primeira célebre missão do P. Domingos Garcia em 1595 (27).

Ainda existe a Igreja, com o seu famoso quadro dos Reis Magos, e a Residência anexa, "bem composto conjunto" arquitetônico, diz Lúcio Costa (28).

(Capítulo inédito do Tômo VI da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, a sair.)

Serafim Leite, S. I.

---

24. Cf. Jerônimo Monis, *Vita P. Stanislai de Campos*, 30.

26. *Bens*, 1002), 416. Contam-se os fatos sucedidos entre 1715 e 1715.

26. João Vieira era escocês (John Mile?) e chegara ao Brasil numa armada enviada pelo rei da Inglaterra Jorge II contra a América Espanhola. No Rio de Janeiro, João, que era protestante, converteu-se por intermédio do P. Roberto de Cardes, também da Escócia, e do Ir. teólogo Manuel Correia, entrando depois na Companhia de Jesus, a 25 de junho de 1741. *Bens*, 4, 546v; Dibl. Vitt. Emm., f. gess. 3492/1505, nº 6.

27. Cf. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I, 251, 243-247. Aí deixamos as primeiras notícias desta povoação no século XVI e a gravura (240-241) da Aldeia indígena, tal como se vê na "Razão do Estado do Brasil", códice *ms.* da Bibl. Públ. de Pôrto.

28. Lúcio Costa, *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*, na *Revista do SPHAN*, v. 24. Em 1944 o *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* tomou a iniciativa de restaurar êsse monumento histórico.

NOTAS SOBRE A ARQUITETURA RURAL PAULISTA DO SEGUNDO SÉCULO

Desde o início de suas atividades no Estado de São Paulo, tem o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encontrado, entre as peças recenseadas no planalto, um tipo de residência rural que várias razões induzem a considerar como solução arquitetônica típica para os fazendeiros mais abastados do século XVII, naquela região. De fato, a experiência de vários anos de pesquisas, além de acusar para os exemplares dêsse tipo de construção uma identidade de época, técnica e funcionamento, não ofereceu base para qualquer argumento razoável, contrário a esta hipótese, cujo acêrto se firmará em razões mais explícitas, expostas adiante.

Os exemplares a que nos referimos, doze ao todo, foram encontrados no município de São Paulo, nos municípios vizinhos e nos de São Roque e Sorocaba (v. fig.). A saber:

Município de São Paulo: sedes das antigas fazendas localizadas nos bairros de Santana, Tatuapé, Jabaquara e Caxingui, e nas proximidades do distrito de Santo Amaro.

Município de Itapecerica: casa-grande do sítio do Calu.

Município de Cutia: casas-grandes dos sítios Padre Inácio e Mandu.

Município de São Roque: casas-grandes dos sítios de Santo Antônio, Querubim e São Romão.

Município de Sorocaba: antiga casa de fazenda, nas imediações da cidade.

Outro documento que parece interessar ao estudo dessas residências rurais é constituído pelas ruínas de antiga sede de engenho de açúcar, situado no município de São Roque, em lugar onde se

supõe ter existido a fazenda do famoso capitão Guilherme Pompeu de Almeida.

Algumas trazem a data de construção no portal de entrada: a do bairro de Santana, atualmente sede da chácara dos frades beneditinos, é de 1702; a da chácara Ressaca, no Jabaquara, e a de Santo Amaro são respectivamente de 1719 e 25 de novembro de 1725. O portal da casa-grande do sítio São Romão, entre várias inscrições latinas, tem a data de construção: 1688. Quanto à sede do atual sítio de Santo Antônio, embora não apresente inscrição que indique a data do seu levantamento, sabe-se datar de meados do segundo século, pois Fernão Pais de Barros, seu dono e fundador, em 1681 pedia licença para construir a capela que ainda existe a poucos metros de distância da residência, esclarecendo ser pequena a capela interna da casa. A residência é, portanto, bem anterior a essa capela de 1681. A casa-grande existente nos arredores de Sorocaba vem de 1743.

A casa-grande do Caxingui é coberta com telhas que trazem a data de 1843; a construção, entretanto, revela-se bem anterior a essa época. Não obstante achar-se hoje inteiramente desfigurada, com telhado, portas e divisões de época bem recente, é ainda possível identificar determinados elementos que a aproximam de exemplares mais antigos, de meados do segundo século. De resto, é interessante notar desde logo que, via de regra, as construções datadas são de uma época posterior à daquelas que não apresentam inscrição alguma. Parece-nos mesmo que, do fim do segundo século em diante, se estabelecem o hábito de fixar nos portais a data da construção. Em São Paulo, só os edifícios religiosos, como a capela de São Miguel (1622) têm inscrição. Note-se, a êsse respeito, que a casa de Fernão Pais de Barros é certamente anterior ao período em que as inscrições se tornaram costume corrente, e não apresenta inscrição alguma. Na verdade, pois, os doze exemplares que vamos estudar se repartem em duas épocas distintas: uns mais puros como solução arquitetônica do problema da residência, sem data inscrita, mais ortodoxos do ponto de vista de planejamento e de execução técnica, vêm de meados do segundo século; outros, menos seguros no tocante à solução construtiva e ao funcionamento, datam do fim do século XVII ou do século seguinte. Interessa-nos sobretudo estudar os exemplares

nitidamente seiscentistas, porém os restantes servirão de maneira positiva no estudo das constantes de planejamento, técnica e funcionamento, que sobreviveram às modificações sociais, à mudança de condições de época. Neste particular, um estudo mais completo deveria contar com a análise dos exemplares de arquitetura residencial de épocas mais avançadas, e, também, de outros da arquitetura residencial paulista, encontrados em Minas Gerais e em outras regiões por onde passaram os bandeirantes, no fim do século XVII e no século XVIII.

Uma constante verificada em exemplares de ambas as épocas é a maneira de escolher o local onde se assentava a residência, e o próprio modo de agenciá-la num determinado terreno. Em primeiro lugar, sempre se dava preferência a um ponto situado a meia altura da paisagem. Em certos casos, como ocorreu no sítio Santo Antônio, a escolha recaia sôbre um local situado em pequeno vale, ou então a cavaleiro de vastas extensões (casa do bairro Santana). Duas exceções apenas, num total de doze casos. Mas estas exceções devem ser consideradas especialmente, pois tanto num como noutro caso razões alheias à generalidade das condições vieram, certamente, interferir na escolha. Com efeito, deve-se conjeturar que o construtor da sede da fazenda de Fernão Pais de Barros preferiu o pequeno vale porque aí se beneficiava de facilidades excepcionais: aguada próxima, proteção contra os ventos, etc. Quanto à casa-grande de Santana, posta a cavaleiro do vale do Tietê e de Tamanduateí, batida na face principal pelo terrível vento sul, talvez tenha influído na sua escolha uma razão de ordem psicológica: compreende-se, realmente, como pareceria estranho que esta residência voltasse as costas para a "porta e chave do sertão". De qualquer modo, parece que a necessidade de protegê-la dos ventos é que pôs de permeio uma vegetação vasta. Porque, na generalidade dos casos, a fachada principal está sempre voltada para o norte ou noroeste.

Uma segunda constante é que todos os exemplares estão assentados sôbre plataformas; mesmo quando as condições da topografia não favorecem a libertação do edifício com relação aos acidentes do terreno, nessa última hipótese, estabeleciam-se plataformas artificiais, às vêzes de pedra, como no caso do sítio de Santo Antônio. Esta

constante era obedecida à risca, não apenas como processo preferido, mas, sobretudo, porque a solução arquitetônica estava inicialmente comprometida com a plataforma plana. Nessa etapa, o fazendeiro já conhecia a planta da residência e já se comprometera com a técnica de construí-la: a planta é sempre desenvolvida num retângulo, e obedece a um esquema fechado e rígido, tanto do ponto de vista da construção como no que se refere à definição arquitetônica, plástica e funcional, do edifício. Se se observa uma certa maleabilidade, é no tratamento interno das divisões, isto mesmo dependendo estritamente do porte da construção. E' o que fica evidenciado pela análise das construções de porte menor (Calu, Mandu, Caxinguí), onde as dimensões reduzidas do edifício esclarecem a aplicação restrita do esquema. Em construções mais vastas, não sòmente a área maior vem permitir subdivisões, como também o pé-direito, aumentado de muito pela declividade do telhado, dá lugar a compartimentos assobradados.

O esquema da planta define claramente uma faixa fronteira, tomada pelo alpendre central, tendo aos lados a capela e o quarto de hóspedes; atrás desta faixa, e conservando de certo modo as mesmas divisões da fachada, distribuem-se lateralmente os quartos de dormir e, na parte central, uma sala terminada por um alpendre ou por pequenos compartimentos de uso secundário.

Cumpre ter em vista que a análise dêste tipo de residência não se deve prender ùnicamente à planta; para considerar mais completamente o funcionamento, a importância especial e mesmo a concepção do conjunto, torna-se preciso estudar a aplicação dêsse esquema em três dimensões. Realmente, é a faixa fronteira a que se apresenta com constância; mesmo quando o porte da construção permite assobradar êste espaço, como no exemplo da casa do Padre Inácio, tal possibilidade é abandonada em benefício, digamos, da integridade funcional exclusivista da faixa, que define a projeção social da residência. Quando se trata da parte reservada à família, surgem variantes, porém na zona da construção destinada ao intercâmbio com o mundo, — o lugar de receber e de hospedar — ou no espaço reservado aos ofícios religiosos, a obediência à finalidade programada é mais rígida. E' verdade que no exemplo da casa-grande

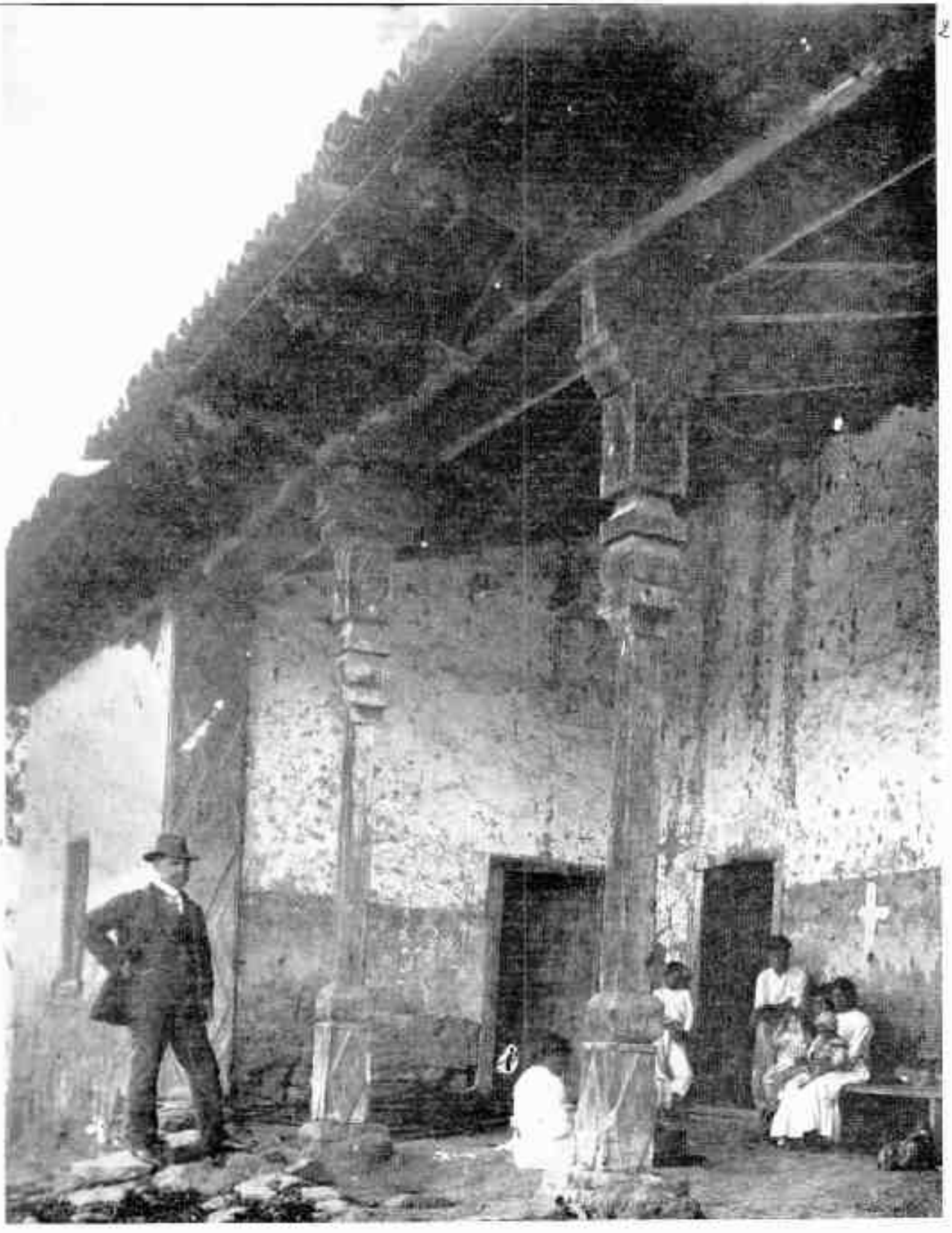
de Sorocaba a própria capela já mudou de posição (v. fig.), porém já estamos em pleno século XVIII e, sobretudo, numa região de intensa mobilidade demográfica. Também em outro exemplar a capela foi deslocada, chegando mesmo a desprender-se do alpendre fronteiro (casa do Tatuapé). De acôrdo com as informações da atual proprietária, a capela desta casa estaria localizada ao lado da residência, e possuía a fachada vazada. Os vestígios de uma parede confirmam a informação. A sacristia estaria localizada atrás da capela, comunicando-se por uma porta com a sala da casa. Pelas indicações obtidas, poder-se-ia concluir que a capela, abandonando o alpendre para onde devia abrir-se, a fim de abrigar os fiéis que não tinham acesso livre, foi aninhar-se em lugar onde novo alpendre viria não só justificar o fato de a fachada ser aberta, como também o funcionamento normal dos alpendres, como peça também da capela, no tipo comum destas residências. Repetir-se-ia aqui, em certo sentido, a mesma solução adotada pelo arquiteto que projetou a capela mandada construir por Fernão Paes de Barros na sua fazenda de Santo Antônio. Notam-se pelo menos três elementos de identidade: situação ao lado da casa, face fronteira vazada, e alpendre.

Outro caso especial é o da casa do sítio São Romão. Mas aqui não houve pròpriamente deslocamento da capela; apenas, o autor da residência mandou fechar o alpendre. Individualisticamente, aliás, da mesma forma que mandou espalhar nas portas profusas inscrições latinas. É fácil verificar que tôdas as variantes surgidas na faixa, digamos, social, dêste tipo de casa-grande dizem respeito ao agenciamento da capela; fato êsse mais significativo se considerarmos o caso da sede da chácara Ressaca. (Parque Jabaquara): aí a capela permaneceu no seu lugar de costume, enquanto o quarto de hóspedes e a parte pròpriamente da residência, que lhe corresponde, não foram construídos.

De qualquer modo, porém, e mesmo nos exemplos mais tardios, permanece inalterado o traço predominante do funcionamento da faixa fronteira: é a zona da construção destinada a estabelecer contato com o mundo exterior e separá-lo, por assim dizer, da família. Esta ficaria com o seu espaço reservado na parte que se segue imediatamente à faixa fronteira. Aí se distribuem a sala e os quartos,

os depósitos, e, às vêzes, um alpendre, situado na face posterior da residência (Mandu, Caxinguí). E' aí que se poderá perceber maior maleabilidade no tratamento da planta e do corte; por mais importantes que sejam as variações encontradas nos diversos exemplares recenseados, pode-se, contudo, verificar que a solução do programa da residência obedeceu sempre ao mesmo esquema, cuja aplicação resumida é encontrada nos exemplos dos sítios Mandu, Calu e na casa-grande de Sorocaba. Atrás do conjunto capela-alpendre-quarto de hóspedes, localiza-se a sala, ao centro, e os quartos, em ambos os lados. A sala central comunica-se com o alpendre e abre-se para os quartos. Nas construções maiores, ela se subdivide (Querubim, São Romão, Santo Antônio), porém raramente, como no caso único da casa do sítio Querubim, se contenta com um pé-direito discreto para dar lugar a compartimentos de depósito acima do fôrro; em geral prefere tôda a altura, e apresenta telha vã, sem fôrro. Isto mesmo no caso de uma construção de porte considerável, como é o caso da casa-grande do sítio do Padre Inácio. Nesta residência, um grande salão em forma de U, em sobrado, abraça a sala central e termina ao atingir a faixa fronteira. O pé direito da sala atinge assim a mais de 6 metros. O acesso a êste salão faz-se por meio da escada existente num compartimento agenciado na parte posterior da sala térrea, de maneira a atingir o salão no ponto médio da base do U. O caixão desta escada é aproveitado para armário. Na verdade, êste salão é o único que podemos, talvez, considerar destinado a uso diferente do de simples depósito, como era o caso corrente. O exíguo pé-direito dos compartimentos assobradados, existentes nos outros exemplares, bem como as escadas de acesso, de banzos quase verticais, situadas quer nos quartos laterais, quer em peça da parte posterior (Querubim), indicam que tais assobradados seriam depósitos criados pelo aproveitamento do espaço ganho com o forramento dos quartos de dormir. Vale mesmo notar que esta solução foi sistematizada, — forrar sempre os quartos de dormir e aproveitar o sótão como depósito. Apenas o espaço correspondente à capela e ao quarto de hóspedes não era aproveitado para depósito.

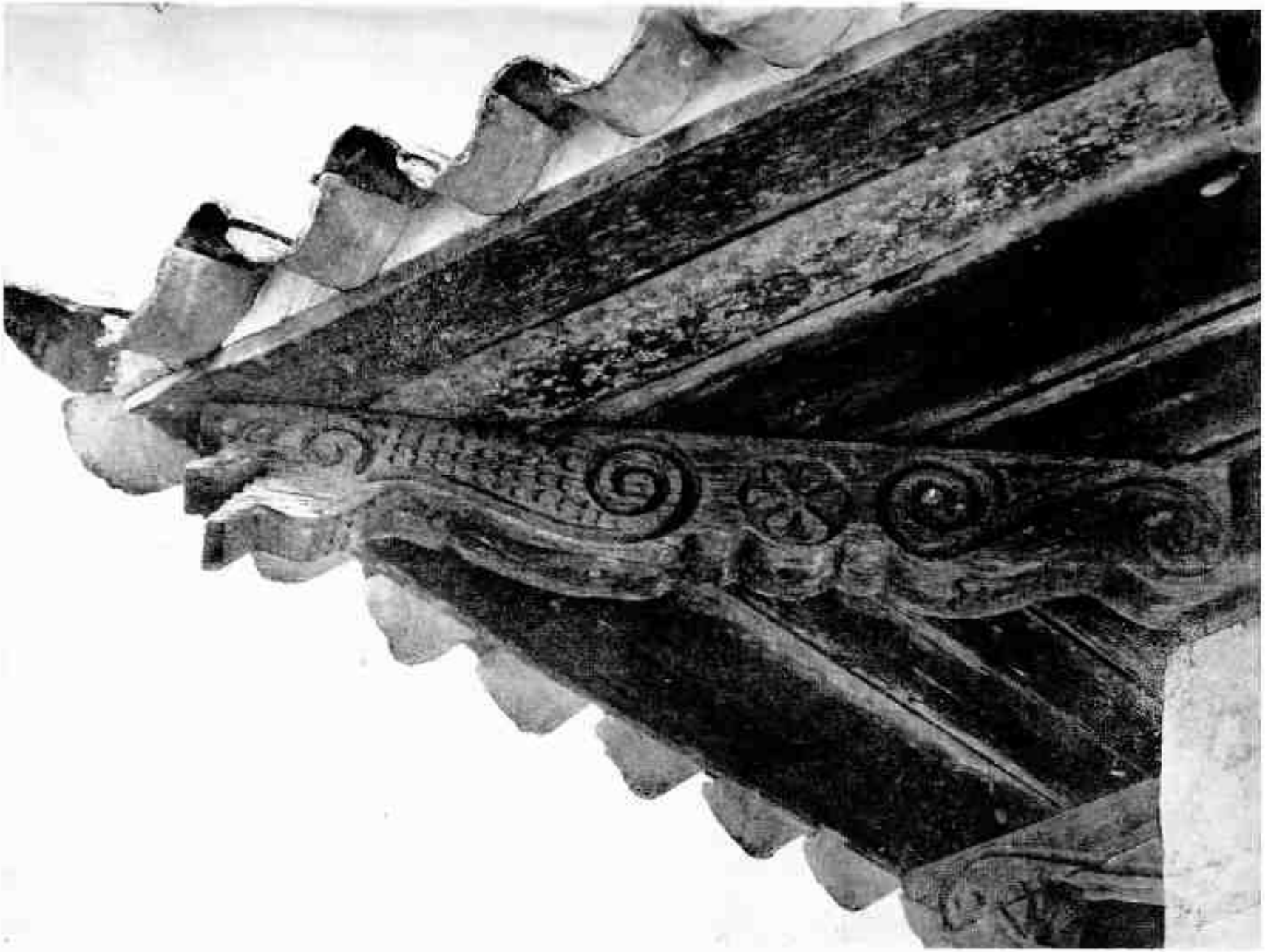
Entre os doze exemplares recenseados, dois pedem uma análise especial, justamente porque parecem afastar-se bastante das caracte-



Fotografia antiga da varanda da casa de fazenda de Pedro Ivo, em Cotia. Estrada de S. Paulo. (De arquivo de Sr. Washington Pereira de Sousa)



Pormenor de cachorrada em Cornija do corpo da torre da Igreja do Padre Inácio, em Cotia, Estado de S. Paulo



Cachorro de quina do beiral da mesma casa de fazenda do Padre Inácio



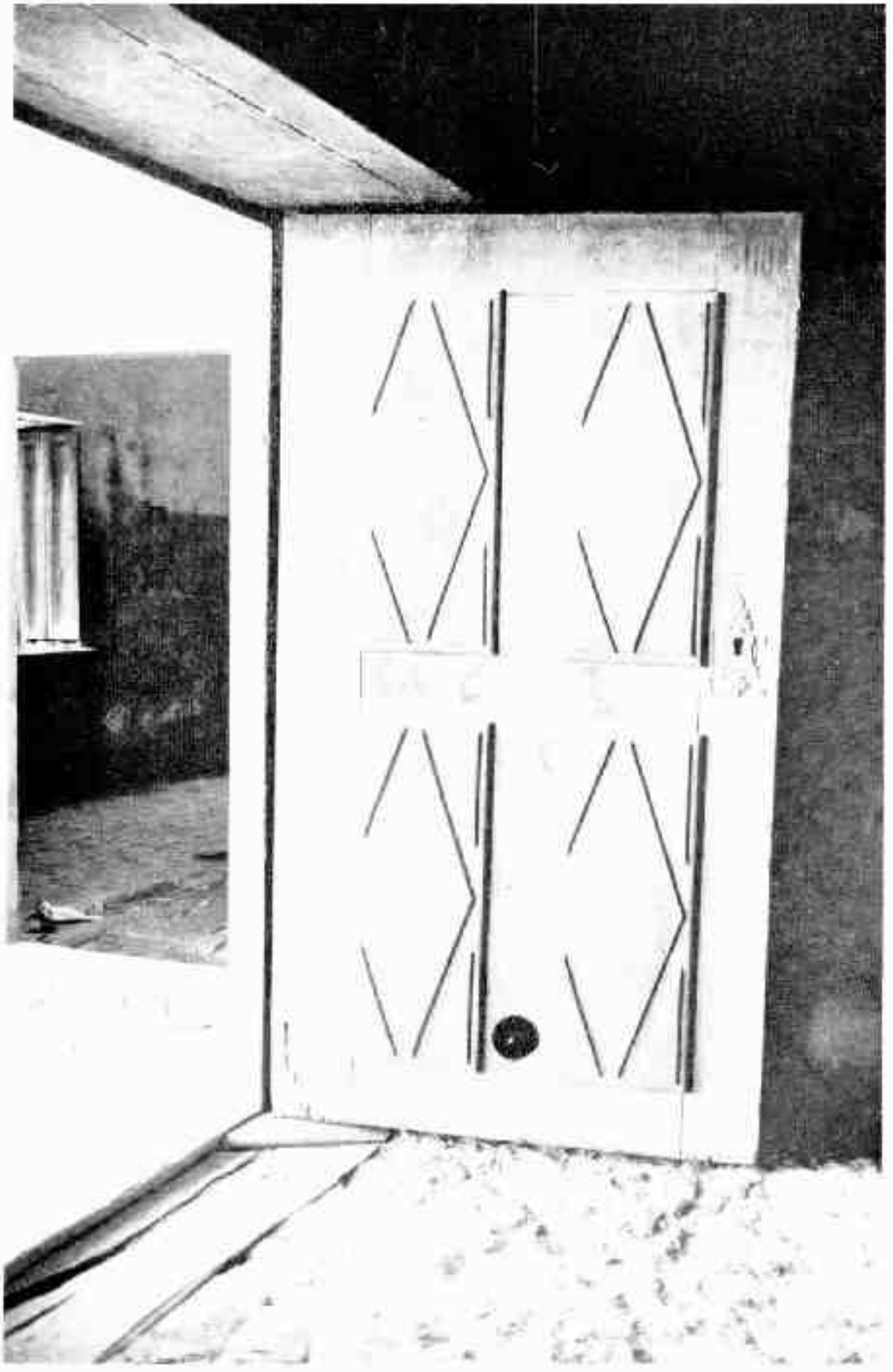
Fotografia antiga da casa de fazenda do Padre Inácio, em Cotia, Estado de S. Paulo



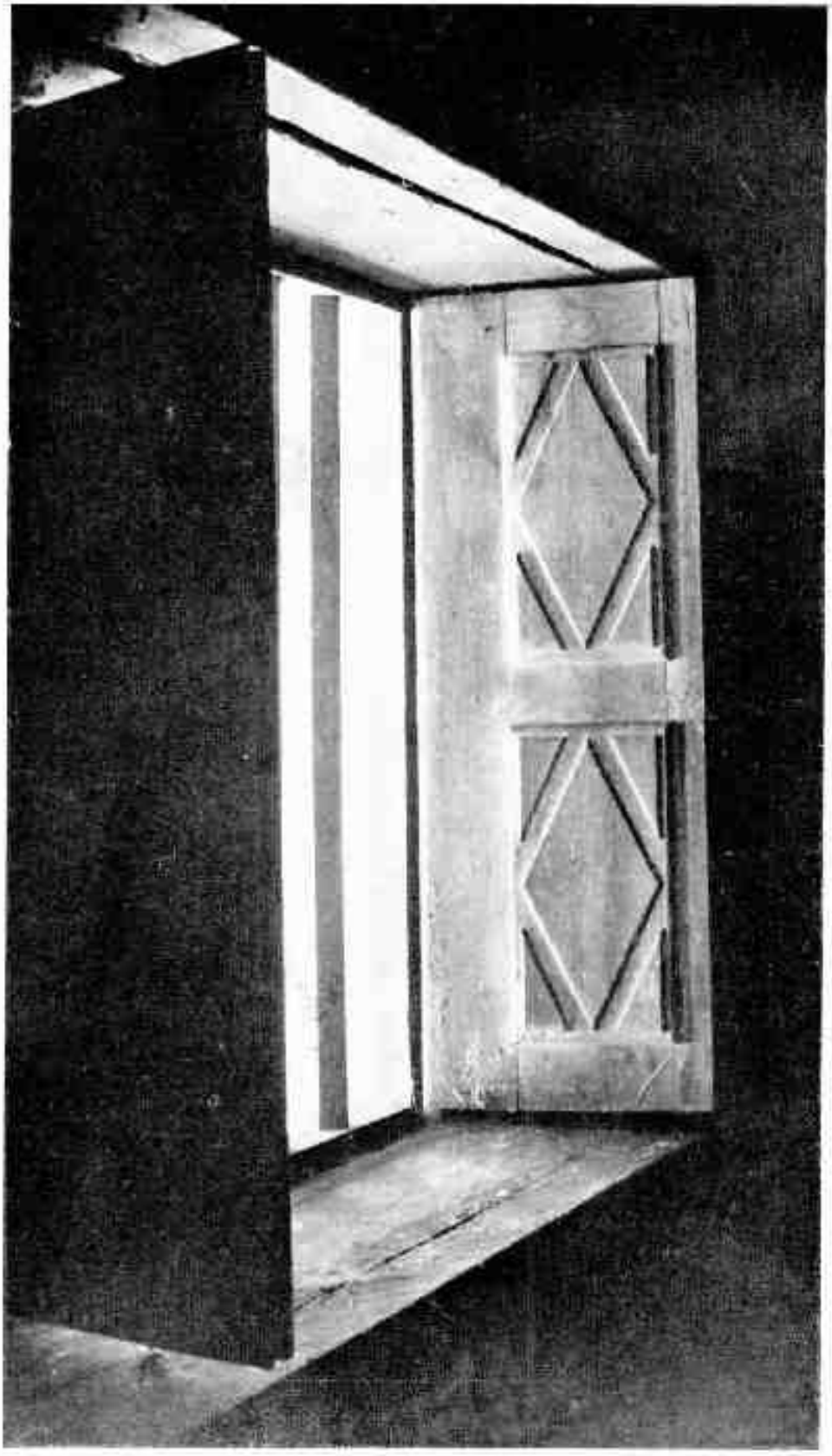
Aspecto interior da mesma casa da fazenda do Padre Inácio



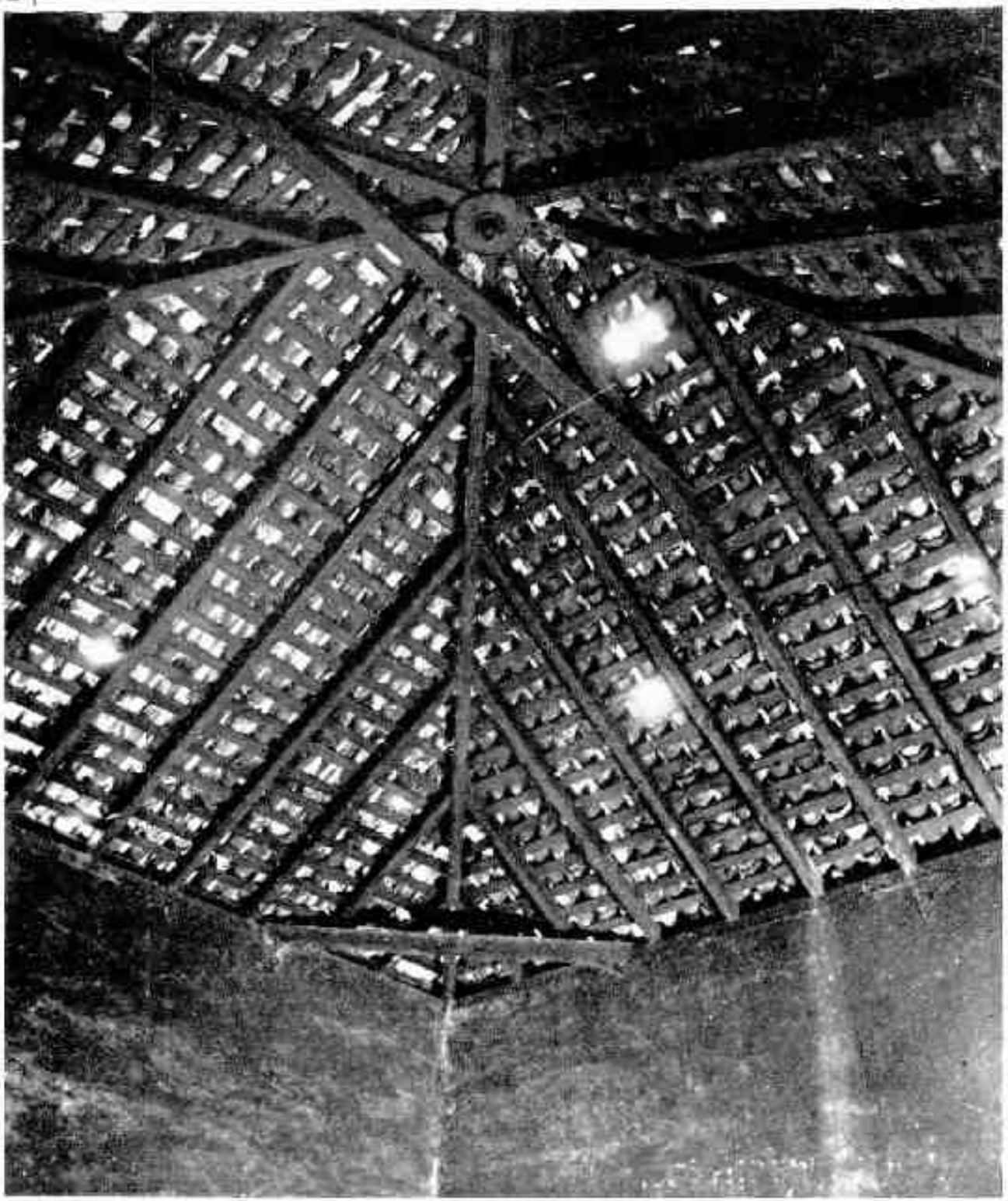
Angulo posterior da casa da fazenda do Padre Inacio, em Cotia, Estado de S. Paulo



Porta principal de casa de taipa do Padre Inácio, em Cotia, Estado de S. Paulo



Janela da mesma casa de Azenha, em Porto Alegre



Madeiramento da nav. de fazenda do Poder Unico, em Cotia, Estado de S. Paulo

rísticas gerais: a casa-grande do bairro do Tatuapé, e as ruínas da casa-grande de Santo Amaro. A casa-grande do Tatuapé apresenta variações consideráveis quanto ao esquema geralmente aplicado: não só a capela se afasta da sua posição habitual, preferindo antes ser um apêndice da residência, embora se conserve dentro das normas de funcionamento e de agenciamento observados na generalidade das residências rurais da época, mas também, a sala de distribuição se desloca para dar lugar a uma peça de trabalho. Que a sala contígua ao alpendre servia como lugar de trabalho, eis o que se pode concluir pela interpretação de uma espécie de tensor, que a atravessa no seu ponto médio, à altura do pé-direito. Êste tensor apresenta na região central uma seção aumentada, e um orifício, provàvelmente para encaixe de um eixo. Quer se tratasse de um moinho de mandioca, tal como reza a tradição, quer estivesse aí istalada uma outra máquina qualquer, o certo é que aí estaria uma instalação de beneficiamento. Tal destinação não é apenas indicada pela razão já exposta; o agenciamento dos compartimentos onde se achavam normalmente a capela e a peça de dormir apresenta dispositivos que indicam tratar-se antes de peças de receber e de distribuir (v. fig.). Por outro lado, esta casa, tal como a do Parque Jabaquara, optou pelo telhado de duas águas, o que permitiu o aproveitamento dos compartimentos assobradados, como dormitórios. Com esta opção também teria muito que ver o deslocamento da capela; baste tentar estabelecer como se distribuiriam os panos do telhado para perceber a influência que esta mudança ocasionou na construção e no aspecto final. E' verdade que também a casa do Parque Jabaquara possuiu sempre telhado de duas épocas, mas aí o porte discreto do edifício não permitiu mudanças tão consideráveis na aplicação do esquema da planta e no esquema construtivo. Há ainda a observar que a casa de Tatuapé parece datar de período mais antigo, enquanto que a sua parceira na solução do telhado é de 1719. A primeira é visìvelmente mais rica, maior, tem portas de almofada de desusado tamanho e valor (v. fig.), ao passo que a casa à século XVIII é apoucada de tamanho e pobre de fatura.

Por tôdas estas razões, pareceu-nos que a casa-grande do bairro do Tatuapé deve ser considerada, também, como aplicação da so-

lução geral, porém com vastos traços de individualismo, tal como a do sítio São Romão. Esses traços teriam influído na escolha de dispositivos, mas sem, entretanto, fazê-la perder a fisionomia característica do segundo século. De fato, mesmo admitindo-se que a sala principal haja sido convertida em local de trabalho, é forçoso reconhecer que a sala contígua assumiu o papel de centralizadora da vida familiar.

A casa-grande das proximidades de Santo Amaro, infelizmente só foi conhecida após a demolição, através de elementos esparsos. Entretanto, pela análise das peças de madeira e pelas marcas de paredes, foi possível estabelecer de modo aproximado a sua forma primitiva. Ao contrário de tôdas as demais, tinha paredes de pau-a-pique sôbre alicerce de taipa. O plano geral mantinha-se idêntico ao observado anteriormente nos outros exemplares. A imprecisão de funcionamento das diversas peças, o uso de pau-a-pique, a quantidade de subdivisões, etc., autorizam-nos talvez a interpretar esta construção como legítimo caso de aplicação decadentista da solução arquitetônica que estamos procurando estudar.

Resta ainda analisar as peças dispostas na parte posterior de tais residências. Quando nesta parte da construção também há alpendre (exemplos, os sítios Mandu e Caxingui) dois compartimentos se dispõem lateralmente, com acesso pelo alpendre. Às vêzes a sala central atinge a parede posterior, como no caso da chácara do Calu. Mais geralmente se encontram compartimentos de permeio entre a sala e a face posterior da residência; estas peças têm sempre acesso pela sala principal. Em dois casos, daí partem as escadas de acesso para o pavimento assoalhado (Quembim e Padre Inácio).

Num caso único (além do já citado, a capela da casa do bairro do Tatuapé), o retângulo recebe um acréscimo: é o da casa do sítio do Calu (v. fig.).- A parede encontrada, a porta de acesso e os vestígios existentes na armadura do telhado (v. fig.) demonstram que a peça é contemporânea da construção primitiva. Entre todos é êste o único caso onde vemos surgir um compartimento que pode ser interpretado como cozinha. De fato, parece estranho que construções com o porte e a riqueza da casa de Fernão Pais

de Barros ou da casa grande do sítio do Padre Inácio não apresentem sequer vestígios de cozinha. É verdade que os alpendres posteriores, existentes em dois exemplares destas residências rurais devem ser interpretadas como alpendres de serviço. Duvidamos que se possa afirmar, como explicação da ausência de uma peça especial destinada a cozinha, que os colonos transplantassem para esta região o velho costume europeu de cozinhar na própria sala. O fato de preferirem sempre para esta a cobertura de telha vã, que permitiria o escoamento da fumaça, não nos parece suficiente para justificar tal hipótese, sobretudo quando se considera que não restou nenhum indício de lareira ou qualquer tipo de fogão, em qualquer destas salas. E a riqueza da residência de um Fernão Pais de Barros justificaria largamente uma tal solução. Por outro lado, aparecem duas pistas promissoras para a solução do problema. Uma é a existência de rebaixos em peças do alpendre posterior da casa-grande do sítio Mandu. Esses rebaixos serviriam certamente para agenciar qualquer dispositivo de vêdo ou prateleira; vêdo necessário em certas épocas, se o alpendre funcionasse como cozinha. Por outro lado, é comum encontrar em documentos do segundo século referências a tripeças para cozinhar. Parece aceitável a hipótese de que tais alpendres fôssem usados para os serviços de cozinha. Mas são justamente os exemplares pobres de residência rural que apresentam o alpendre posterior; as construções mais ricas, ao contrário, não fornecem o menor indício da maneira habitual de resolver êste problema. Sentimo-nos inclinados a formular uma hipótese talvez audaciosa, admitindo uma influência marcada dos costumes indígenas na maneira de cozinhar dos colonos. Que houve influência dessa natureza na elaboração do cardápio seiscentista da região, não resta dúvida; que os indígenas e sobretudo as mulheres, tivessem influenciado os colonos quanto à maneira de preparar os alimentos, parece-nos inteiramente plausível, não sòmente à vista da quantidade de escravos nativos que povoavam as fazendas de então (entre os quais seriam escolhidos alguns para o serviço doméstico) mas também por paralelismo com as influências de outros costumes, língua, técnica de caçar e andar no mato, de tratar da lavoura (coivara), etc. Entre as mulheres da terra certamente seriam escolhidas cozinheiras,

muito mais afeitas a cozinhar fora em tripeça, do que em fogões fixos casa a dentro.

Assim como a solução da planta, o esquema construtivo se apresenta de tal modo que as variantes servirão para comprovar a aplicação sistemática de uma idéia preliminar — o agrupamento orgânico de três dados: planta desenvolvida em retângulo, paredes de taipa, e telhado de quatro águas. As pequenas variantes de programa e, conseqüentemente, as diferenças de ordem construtiva não foram de molde a romper a integridade desta aliança; os exemplos que mais discrepam servem ainda para indicar com maior precisão qual seria o esquema construtivo puro dêsse tipo de residência.

Sôbre uma plataforma natural ou estabelecida especialmente e montadas em alicerces cuja profundidade média é 50 cm, sobem as paredes de taipa de pilão, com espessura variando entre 40 e 60 cm. Os alicerces são sempre de taipa, e apresentam indícios de ter sido objeto do mesmo cuidado de fatura que se dispensava às paredes. Não há dúvida que seriam executados em taipais, tal como as paredes, pois como estas apresentam faces perfeitamente delimitadas, e até marcas das diversas camadas de terra socada. Em certas paredes da casa grande de Santo Antônio, a profundidade do alicerce atinge quase um metro. Em obras de consolidação e restauração empreendidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em edifícios de taipa, do segundo e terceiro séculos, foi possível verificar que a profundidade dos alicerces era muito maior nas construções mais antigas. No edifício da Residência e Igreja dos Jesuítas, em Embu, as partes mais antigas apresentavam alicerces profundos, enquanto as mais recentes eram descuidadas neste particular; o corpo mais novo da construção possuía alicerces de taipas de 20 cm apenas. Era esta a parte mais arruinada da construção. É verdade que em nenhum exemplar destas residências, mesmo nos de idade mais nova ou de técnica de pau-a-pique (casa grande de Santo Amaro), se pode observar alicerce de pedra para parede. O alicerce de pedra vem criar um processo de infiltração de umidade — foi pelo menos o que pudemos observar numa casa em demolição na cidade de Parnaíba, onde as paredes estavam completamente embebidas — o que não acontece nas paredes com

alicerces de taipa. Com êste último, talvez pela continuidade do material e pela ventilação folgada não há pràticamente umedecimento das paredes. Só um fato como êste que acabamos de citar é bastante para mostrar como importa na técnica da taipa a aplicação integral do processo tradicional. Como o processo construtivo não estaria certamente estudado em bases científicas, não seria possível estabelecer com segurança quais as características técnicas indispensáveis à obtenção de uma boa parede de taipa. Daí a importância dos "taipeiros", perfeitos conhecedores do processo tradicional, e daí, também, a precária resistência das paredes de taipa construídas na época em que a região já apresentava sinais de decadência. No estado de São Paulo, isto pode ser observado quando se estuda a imigração interna e a decadência econômica de certas regiões, cujos habitantes especialistas em construção de taipa, se bandeavam para zonas mais florescentes. No vale do Paraíba, pudemos anotar construções de pau-a-pique, com armadura de telhado absolutamente idêntica às encontradas nas construções anteriores, mais ricas e fortes, de taipa. Certamente, os taipeiros teriam acompanhado a abastança financeira de regiões mais novas, que se abriam com as plantações de café.

O mesmo cuidado que logramos observar nos alicerces das construções mais antigas, se verifica também nas paredes, sobretudo em residências como a do sítio Santo Antônio, a do Padre Inácio, etc. A primeira diferença que distingue das posteriores as paredes de taipa mais antigas, nesta ou em outras zonas do Estado de São Paulo é a existência sistemática, nas construções mais velhas, de peças de madeira, situadas no interior das paredes, em sentido longitudinal, a intervalos que variam de 60 cm a 1 metro. Trata-se, por assim dizer, de uma verdadeira terra armada, onde eram previstas determinadas solicitações e executados os travamentos correspondentes. A peça transversal de madeira que se encontra em qualquer parede de taipa, dessa ou de outra época, tem funcionamento diverso, e origina-se da necessidade de escorar as tábuas dos taipais durante o enchimento e sovamento da terra. Uma vez terminada a parede, esta peça funciona apenas como enchimento (nas paredes velhas e arruinadas, geralmente a travessa é retirada para dar

lugar a um orifício a que se dá o nome de cabodá). A peça longitudinal, ao contrário, não é uma imposição da maneira de executar a parede, e só pode ser interpretada como peça de travamento. Por outro lado, ela era aproveitada para fixar, nos vãos das portas e janelas, as tábuas que completavam a espessura das paredes, em seguida aos batentes. Em épocas posteriores, quando desapareceu o costume de travar longitudinalmente as paredes de taipa, as tábuas passaram a ser fixadas em uma armação especialmente prêsa na envazadura (v. fig.).

Além dêsse, outros cuidados distinguem das posteriores as paredes de taipa do segundo século: em primeiro lugar, a excelência do barro escolhido e o seu preparo. A êsse propósito, é notável a resistência de certas ruínas, mesmo quando completamente expostas ao tempo. Em paredes de antiga capela existente no bairro do Morumbi, nas vizinhaças de São Paulo, o revestimento desaparecido mostra a parede nua, executada com barro do próprio morro, argamassado de tal modo que se assemelha, em dureza e compacidade, ao tijolo queimado. Quando o barro não era excelente, juntava-se-lhe capim ou crina de animal. Em parede de épocas posterior, nem sempre se observa o mesmo cuidado. Outro dado que diferencia as paredes antigas das mais recentes é a atenção que na fatura das primeiras se dispensava à escolha do tipo de revestimento. Aproveitando sempre o estrume de gado como elemento de ligação, os construtores eram mais cuidadosos na escolha do barro. Na restauração da casa-grande de Fernão Pais de Barros, verificou-se o uso, no revestimento das paredes internas, de uma argila plástica recolhida às margens do riacho próximo. As faces externas dessas paredes apresentavam, entretanto, um outro tipo de barro. Todos podem observar como o abandono dêstes cuidados resultou numa degradação total dos processos tradicionais de construção (taipa, adôbe, pau-a-pique). O revestimento hoje utilizado pelo caipira não dura senão alguns anos.

Além do fato de ser criteriosa a fatura pròpriamente dita das paredes de taipa, deve ser registrada a obediência mais estrita ao que se poderia chamar de adequação técnica dêsse tipo de parede. De fato, os projetos mais antigos atendem mais claramente à neces-

sidade de beirais protetores, não contra o sol, como se supõe inadvertidamente, mas contra a ação das águas pluviais (v. fig.). A necessidade de um vasto balanço nos beirais, para proteger a base das paredes contra a ação das chuvas, fica evidenciada quando se observa que as construções de pé-direito mais elto foram as mais prejudicadas, ao passo que os edifícios mais baixos, como a casa de Fernão Pais de Barros, quase não sofreram danos dessa ordem, pois aí a proteção era mais completa. Outro pormenor da maior importância está no processo de amarração das paredes: nas residências mais antigas, verifica-se que, além da amarração proveniente das peças longitudinais internas das paredes e mesmo das peças externas (frechais, tensores), houve cuidados especiais na disposição das paredes internas, de modo a fazer com que os esforços ficassem efetivamente contrabalançados uns pelos outros. Aliás, o próprio esquema geral dêste tipo de residência, resolvido num retângulo, já trás o problema relativamente resolvido. Em certo sentido pode-se mesmo dizer que o único problema que os arquitetos seiscentistas não puderam resolver satisfatòriamente foi o do pilar, sobretudo porque só dispunham de uma determinada amarração para êle: o frechal. Daí, talvez, o desaparecimento de quase todos os alpendres, mesmo os que possuíam pilares de pedra argamassada com barro. Na capela que Fernão Pais de Barros mandou edificar em sua fazenda de Santo Antônio, os pilares eram seguramente dessa última categoria (processo utilizado nas paredes da tôrre). No estudo para a restauração dêsse detalhe arquitetônico, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional só pôde contar com restos reduzidíssimos de um dos pilares e com alguns outros dados obtidos no madeiramento da fachada. Mesmo no litoral, onde se encontram construções de pedra mais resistentes, os pilares — como na capela do forte da Barra Grande — não resistiram. De alpendres dos primeiros séculos, serra acima, os únicos pilares que se furtaram à ação do tempo foram os da capela de São Miguel, executados com tijolos.

A taipa das construções dos séculos seguintes não só não apresenta os mesmos cuidados, como, pelo contrário, indica descuido na fatura pròpriamente dita e ainda no uso adequado dêsse processo de edificar. Deve-se, realmente, supor que as condições desfavoráveis

de economia e mobilidade demográfica, que afligiram os séculos XVIII e XIX, vieram criar circunstâncias prejudiciais ao aprendizado das técnicas correntes. Isto se torna ainda mais sensível quando se considera que não foi apenas o processo de construir com paredes de taipa, o único atingido por essa dificuldade. De fato, certas construções de pau-a-pique, ainda hoje existentes, atestam que êste último processo era também qualificado para construções importantes, tais como a atual sede da Fazenda Pau d'Alho e as sedes das Fazendas Engenho d'Água e São Matias. Nestas edificações, a técnica de pau-a-pique foi observada tão atentamente que elas resistiram até hoje. Quando se considera que datam do século XVIII, e que atualmente os fazedores de paredes de pau-a-pique não conseguem senão levantar construções que durem alguns anos, fica evidente que alguns pormenores de fatura dêste processo tradicional se perderam com o correr dos tempos. Quer seja desleixo na escolha da madeira e de outros materiais, quer seja esquecimento da maneira de tratar o material utilizado, o certo é que as atuais construções de pau-a-pique não conseguem igualar a excelência das construções antigas. Além disto, é alarmante e significativa a diversidade de terminologia encontrada em diversas regiões, para os mesmos detalhes. Significativa, sobretudo, porque indica que o processo foi transmitido "de ouvido".

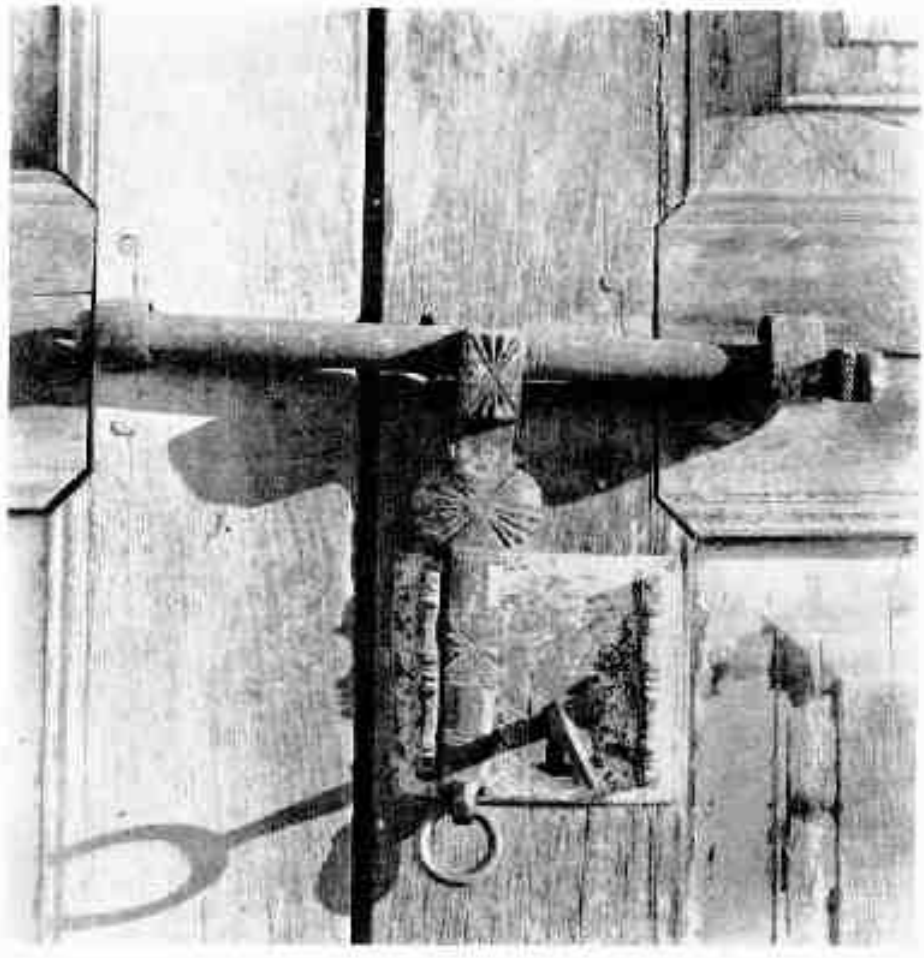
E' realmente digno de nota que uma residência como a encontrada em Santo Amaro, construída em 1725, se haja mantido, até poucos anos atrás perfeitamente resistente. Seus restos, que pudemos estudar, demonstram, pela conservação quase completa de peças de madeira, a eficiência da proteção que era possível conseguir com a técnica de pau-a-pique. Torna-se ainda interessante observar como o telhado obedecia a um plano idêntico ao das outras residências no início do século XVIII. A única diferença está em que, ao invés de dois frechais, apresentava um só; naturalmente, num novo compromisso determinado pela espessura das paredes. Para ancorar os cachorros, adotou-se no edifício um processo que se encontra correntemente em épocas posteriores. Quanto ao sistema da armadura, porém, era mesmo então corrente. Nos edifícios de taipa, em geral, dois frechais se apóiam sôbre as paredes externas, enquanto sôbre as



Casa de fazenda Santo Antônio, no município de S. Roque, Estrada de S. Paulo



Capella da antiga fazenda Santo Antônio, no municipio de S. Roque, Estado de S. Paulo



Ferragem da porta da capella da antiga fazenda Santo Antônio, no municipio de S. Roque, Estado de S. Paulo



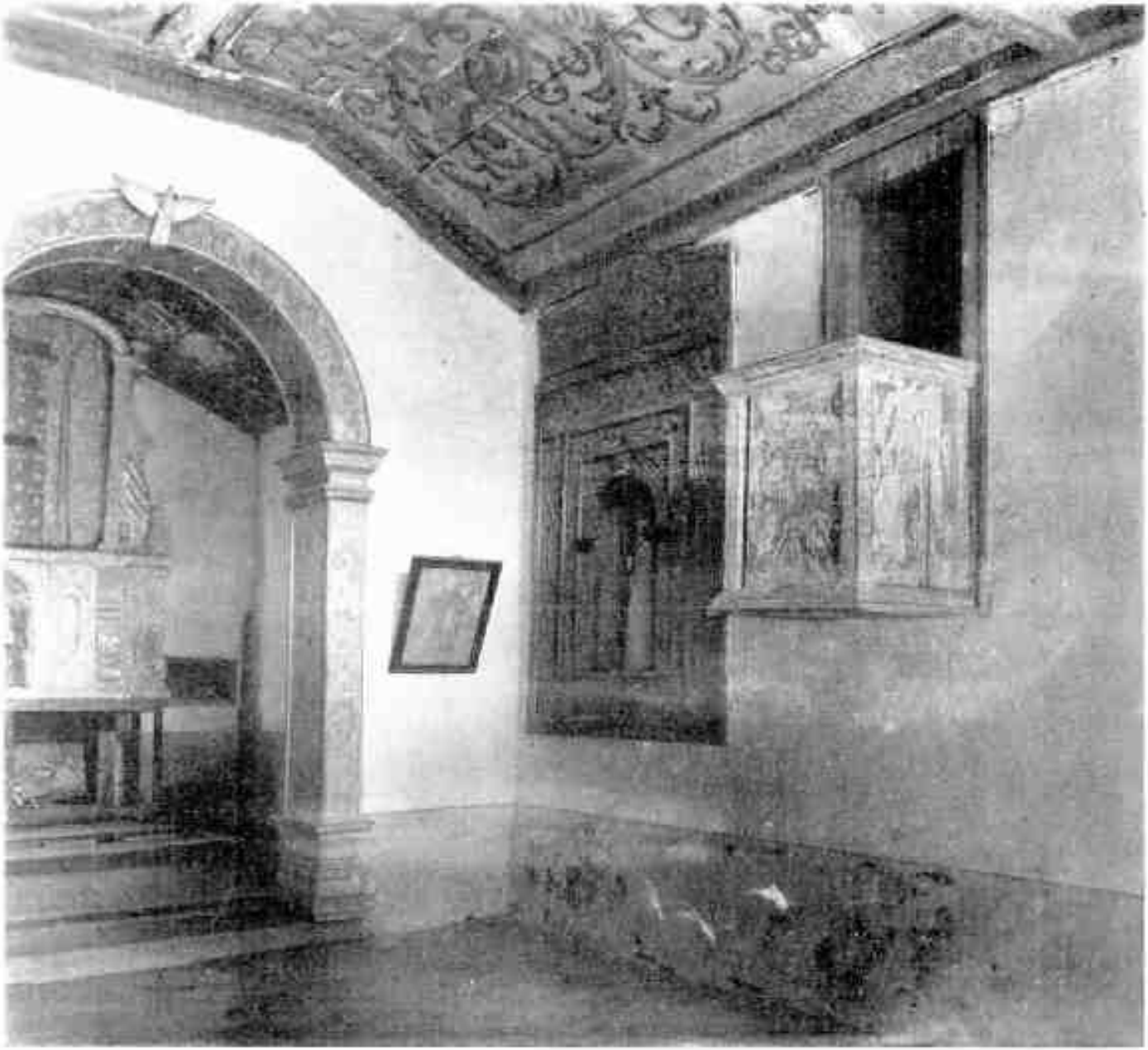
Frontispicio (fundado de corte) da casa de Gonçalo Santos Andrade, na antiga Villa de S. Roque, Estado de S. Paulo.



Portada de ferragem da casa de fazenda Santo Antônio, no município de S. Roque, Estado de S. Paulo



Interior da capela da fazenda Santo Antônio, em município de São Roque. Vista tomada em direção aos pontos cães



paredes internas apenas um, era bastante para distribuir entre estas os esforços que porventura viessem incidir sôbre determinado ponto. Nestes frechais se ancoravam os espigões, caibros e cachorros (v. fig.). Em nenhuma residência dêsse tipo foi encontrado o uso da tesoura na sua forma clássica. Examinando-se as ruínas de antigo engenho no município de São Roque, e que se supõe sejam restos do engenho do capitão Guilherme Pompeu de Almeida (os pormenores de construção permitem concluir, sem grande probabilidade de êrro, que se trata de um edifício seiscentista) observa-se que, para cobrir um enorme vão de 10 m o construtor apelou para a tesoura. Enorme, aliás, com um tensor de seção maior que 0,06 m. q. E' verdade que nunca um problema de vão livre dêsse porte surgiu aos construtores das residências que estudamos; pelo menos com esta forma, pois na casa-grande do sítio do Padre Inácio, por exemplo, a sala apresenta uma distância de mais de 8 m entre as paredes confinantes. Em tais circunstâncias, apelavam êles, como era normal, para uma travessa disposta em ponto convenientemente escolhido. Mesmo quando sentiam a necessidade de amarrar as paredes com tensores, nunca chegaram a optar pela tesoura. Mesmo porque o esquema desta não atende à necessidade de cobrir um vão com possibilidade de apoios intermediários, como é o caso geral dos edifícios que estudamos. Isto é bem sensível no exemplo do telhado da casa-grande do Padre Inácio e na do sítio Mandu (v. fig.). Nestes telhados, fica bem claro não só o uso de um tensor, independente da concepção da tesoura, mas, também, o processo de travar as peças do telhado submetidas a esforços ou tração. Quando os edifícios ganhavam um comprimento considerável em relação à profundidade, fazia-se uso de cumieira, apoiada sempre sôbre as paredes transversais internas. Nos edifícios de duas águas, apenas se acentua esta solução, apoiando-se a cumieira e as têrças sôbre as paredes transversais. Na casa-grande do sítio do Calu, uma têrça existente na área da sala central não está apoiada sôbre a parede, mas deve-se considerar aí a modificação importante, proveniente não só da assimetria criada com o prolongamento da sala até a parede do fundo, como, também, da necessidade de apoiar a peça do rincão e a cumieira do telhado da provável cozinha, acrescida ao retângulo. Interessa notar ainda, nesta armadura, a ausência de

cumieira no seu fechamento superior, e o funcionamento de tensor dado às travessas que travam a meia altura dos caibros. Êste detalhe aumenta de interêsse ao considerarmos que o compartimento da cozinha possuía cumieira (v. fig.) ao passo que o telhado de retângulo foi resolvido sem esta peça. Numa só construção surgem os dois sistemas utilizados na generalidade das residências.

Enquanto as peças utilizadas para frechais, cumieiras, etc. eram em geral apenas lavradas, cuidados especiais se dispensavam à madeira dos caibros, cachorros, batentes, balaústres e fôlhas de portas e janelas; esta, depois do trabalho de trançamento, era beneficiada com ferramentas (formão, cepilhos, goivas, etc.), a que se referem amiúde os testamentos e inventários da época. E', também, notável o acêrto da escolha da qualidade de madeira mais empregada nestas construções: a canela preta (também chamada em São Paulo lombo de porco) foi, de um modo absoluto, preferida para a generalidade dos trabalhos de madeira. Em construções mais recentes (séculos XVIII e XIX), num tempo em que já devia escassear a canela preta nessa região, o uso do angico, da peroba, etc., se fêz com bastante assiduidade, com prejuízo evidente para a resistência e a durabilidade das construções, como fica provado pelo estado de ruínas em que se encontram as mesmas atualmente. Sendo relativamente muito mais novas do que outras em que se utilizou a canela preta, apresentam-se, no entanto, em estado de maior desgaste. No sítio de Santo Antônio, pode-se verificar isso pela comparação das peças da casa grande (canela preta) com algumas outras da capela: o madeiramento da casa acha-se ainda em estado relativamente bom, enquanto peças de peroba e cabreúva da capela foram encontradas em estado precaríssimo. Aliás, mesmo as peças de canela preta existentes na capela mostram êste contraste, pela sua melhor conservação. E' claro que, na época da construção da capela, já escasseariam na região boas toras de canela preta, e houve que apelar para diferentes espécies de madeira. De qualquer modo, é nítida a preferência que se dava à canela preta para as construções, o que fica documentado pela presença sistemática desta espécie nas construções mais antigas. Apenas nos altares se utilizava o cedro, talvez mais por causa da tradição européia; uma vez ou outra se encontra a canela preta em peças de

mobiliário ou altar (bancos, altar da casa-grande do sítio Mandu, armários embutidos, etc.).

Passando em revista as peças de madeira, vale notar os cuidados especiais que recebiam os cachorros. Um exemplo bem claro está nos cachorros da casa-grande do sítio do Padre Inácio, que pelo sabor oriental faz relembrar certos detalhes de pintura religiosa, vistos em Embu e Sabará, sabor êsse que, também, vamos encontrar na forma do telhado, com jeito de pagode.

Cachorros de fatura semelhante foram encontradas numa residência urbana de Parnaíba (v. fig.). Esta última construção, aliás por êstes e outros detalhes, parece datar do século XVII. De fato, não apenas o seu plano pode ser interpretado como representando o resto de um edifício mais completo e de planta muito sugestiva, pela semelhança que apresenta com a das casas-grandes rurais daquele século, mas, também, o tratamento e os detalhes de esquadrias, fôrro, taipa, etc., sugerem uma longevidade só comparável à dos edifícios que estamos estudando. Mau grado pesquisas já realizadas em documentos que pudessem revelar os primitivos proprietários do local, nada foi possível conseguir no sentido de estabelecer precisamente a data da construção. Só uma investigação mais minuciosa poderia fornecer os elementos necessários para qualificar o edifício como seiscentista. Estaríamos em face do único exemplar de residência urbana do segundo século na região de São Paulo.

Na verdade, porém, as semelhanças encontradas nos detalhes referidos são bastante significativas, já que as residências em estudo apresentam nestas partes uma série de dados através dos quais podemos estudar certos tipos de solução que, embora não exclusivos desta época, são, entretanto, os preferidos.

As portas mais ricas (Sítio Padre Inácio, Tatuapé) têm almofadas e se localizam sempre na parte da residência que se volta para o alpendre. Mesmo nos exemplares de casas a que nos referimos, as outras portas são mais discretas como fatura (v. fig.). Êste conceito de fachada não deve ser, entretanto, confundido com o corrente hoje e que é conseqüência de um ensino acadêmico de arquitetura, nem sempre defensável; compreendia parte da residência com que o visitante poderia entrar em contato, e não só a face onde se situava

a entrada principal. Essa noção de perspectiva incluía o tratamento especial das partes das faces laterais do edifício que pudessem ser apanhadas no golpe de vista de um observador colocado em ângulo com a mesma. Os cachorros da casa-grande do sítio do Padre Inácio demonstram isso de um modo cabal; a capela do sítio Santo Antônio repete a mesma concepção em função da perspectiva.

Como já observamos em outro ponto dêste estudo, as residências do fim do século XVII e do século XVIII adotaram o costume de inscrever a data de construção na verga da porta principal. Fora êste detalhe, só alguns barros (v. fig.) e cabides completavam o alpendre de entrada. Nos sítios do Padre Inácio, Querubim e Tatuapé, foram encontrados alguns exemplares interessantes dêsse tipo de mobiliário.

Outro costume generalizado nos exemplares destas construções como em edifícios religiosos dessa e da época mais avançada, nos arredores de São Paulo, foi o de gradear as envazaduras das janelas com balaustres de seção retangular, colocados lisangularmente. Solução, aliás, repetida com grande efeito na fachada de madeira da capela de Fernão Pais de Barros.

Se êste último detalhe não é específico de construções residênciais seiscentistas e setecentistas, pois também se utilizava largamente nos edifícios de arquitetura religiosa, vale, entretanto, como indício seguro de longevidade da peça. O mesmo se poderá dizer da solução dada ao problema de completar a espessura das paredes, em seguida aos batentes de portas e janelas. Já neste último detalhe os tipos de arquitetura residencial da primeira época (até fins do século XVII) apresentam uma peculiaridade que os distingue dos mais novos: é o fato de aproveitarem as peças longitudinais de madeira, que as taipas mais antigas apresentam, para nelas ligar as tábuas necessárias a êsse acabamento. Embora êsse tipo de acabamento não se mostre generalizado, pois algumas casas apresentam nestes pontos, ao invés de tábuas, um revestimento comum, quando êle surge nas residências mais novas é resolvido sempre pela fixação das tábuas numa armadura especialmente construída (v. fig.).

Também o problema de fixação das portas e janelas apresenta dois tipos de solução: uma, por meio de gonzos, e outra, de ferragens (v. fig.). Mas os tipos de ferragens fornecem alguns elementos adequados para fixar a época de construções dêsse período. Neste sentido deve-se notar especialmente a riqueza de certos espelhos de fechadura e de certos fechos (v. fig.). Em todos êstes detalhes de construção, a casa urbana de Parnaíba concorda com as residências seiscentistas que estudamos, o que nos leva a acreditar que date do século XVII.

Se bem que os fazendeiros da região aceitassem normalmente o teto de telha vã, sempre preferiam os quartos de dormir forrados. O fôrro era sempre constituído por tábuas colocadas sôbre vigoteamento, e servia, na sua parte superior, como assoalho de depósito ou de compartimento. Nas capelas e nos quartos de hóspedes, o tipo de fôrro se mostrava, no entanto, mais cuidado, já porque não fôsse aproveitado para assoalho, já porque êsses compartimentos merecessem atenção especial pela sua finalidade social, quer fôssem de saia-e-camisa (Santo Antônio, Querubim), quer fôssem lisos, os tetos de capela eram sempre pintados. Às vêzes, com bastante riqueza, como demonstra o da casa do sítio Querubim (v. fig.), outras vêzes indicando apenas a preferência do proprietário por uma determinada Ordem Religiosa.

Graças à espessura das paredes, foi fácil a prática do costume, de situar nas salas, e às vêzes, mesmo nos quartos, armários embutidos. Êste detalhe, entretanto, não constitui característica de época, pois é comum a quase tôdas as construções de taipa, dêsse e de outros períodos da arquitetura paulista.

Se é possível verificar a conceituação da fachada que praticavam os arquitetos da época através de um tratamento especial dado aos cachorros e às portas principais, a observação pode ser fàcilmente comprovada com a análise das colunas dos alpendres. Sempre de madeira, às vêzes recebiam um tratamento plástico esmerado, e mesmo rico (casa do sítio do Padre Inácio). De qualquer modo, era um tratamento melhor do que o sempre dispensado às peças dos alpendres de serviço, como é possível verificar na da casa do sítio Mandu. Quando êstes alpendres possuiam guarda-corpo

era sistemático o uso de balaústres de seção retangular, dispostos losangularmente. Repete-se, portanto, a solução adotada nas janelas em dispositivos de arquitetura religiosa (Embu, São Miguel). No alpendre da casa do sítio do Padre Inácio, encontrado pelo Serviço do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional com três pilares de tijolos, as pesquisas no local indicaram apenas as marcas de duas primitivas colunas de madeira. Mais tarde, não foi apenas possível encontrar as bases dessas duas colunas, mas, também, se descobrin uma fotografia onde tais colunas estão perfeitamente visíveis, assim como dois pranchões que rematavam os limites laterais do alpendre (v. fig.). Esta fotografia permite ainda verificar que o alpendre não possuía balaustrada. Ainda em relação ao tratatamento especial dado ao alpendre, cumpre fazer referência especial à porta da capela: como se pode observar pela planta, a fachada do compartimento da capela sempre foi vazada: informes colhidos entre antigos moradores da região indicam a ocorrência de duas grandes fôlhas de portas, assim como a existência na capela de um altar fixo. Ao elaborarmos êste estudo, estão sendo feitos trabalhos para identificar não só fôlhas de portas que parecem as retiradas do edifício, como, também, restos do altar da mesma peça.

Em relação ao altar da capela, as pesquisas realizadas já permitiram o levantamento de um *croquis* por antigo morador da região (v. fig.). Atualmente se fazem pesquisas para descobrir algumas partes da peça.

O altar da capela do sítio do Mandu foi encontrado completamente desfigurado e com data errada (v. fig.). A verificação de medidas comprovou, no entanto, tratar-se da peça existente na antiga capela da residência (v. fig).

Enquanto as plataformas fronteiras às residências em estudo apresentam sistemàticamente o piso ou mesmo apenas uma sapata de pedra, tanto o piso do alpendre como os da sala e os de serviço são de terra socada. Os quartos porém, são assoalhados, o mesmo se dando com a capela e com quarto de hóspedes. Assoalhamento, aliás, nem sempre adequado, pois era feito de tábuas apenas fixadas em vigotas colocadas sôbre o chão de terra, o que veio ocasionar o apodrecimento mais rápido das tábuas e o amolhamento preferido

dos ratos. Muito mais preservados estariam, em certo sentido, os pisos de terra batida, pois aí se encontra sempre uma razoável camada de argila bem socada, talvez com mistura de sangue, como foi processo tradicional, segundo nos informaram diversos moradores velhos da região. Apesar das pesquisas feitas para confirmar o uso dêste processo tradicional não foi possível determinar com certeza a sua aplicação nestas residências. Que a técnica era conhecida pelos antigos habitantes da região, não há dúvida, pois os informantes de que nos servimos foram em número bastante razoável e de lugares diferentes (Carapicuíba, Embu, Cutia, São Roque, Itaquaquecetuba, etc.) Vale notar, entretanto, que tal uso seria corrente entre certas tribos africanas, e que a tradição encontrada pode datar da vinda dos escravos negros.

Quanto à pintura, bem poucos são os elementos merecedores de crédito com que podemos contar. O largo tempo que nos separa da construção foi mais do que suficiente para estabelecer uma série de transformações difíceis de controlar. Na capela de Santo Antônio, encontrou-se nas paredes da nave e da capela-mor uma escaiola, provàvelmente datando do século XVIII. Pelo menos foi possível determinar sua época exata; a probabilidade indicada surge, sobretudo, do fato de se saber que no século XVIII o processo foi aplicado com relativa regularidade.

O que é lícito estabelecer com bastante segurança é que as paredes, quer internas quer externas, recebiam sempre um pintura branca, de cal ou de tabatinga. É muito raro que apareça, como na capela que Fernão Pais de Barros mandou edificar em 1861, uma barra de côr mais escura. Mas esta capela, como já notamos linhas atrás, recebera, também, uma escaiola, cuja época não se sabe ao certo, de modo que não nos é lícito afirmar que tenha sido costume corrente pintar barras na base das paredes.

Se em relação à pintura das paredes a documentação escasseia, o mesmo não acontece com a pintura das partes de madeira. A êsse propósito, devemos não apenas considerar a notável riqueza de côres na pintura da capela de Fernão Pais de Barros, como também ficar de sobreaviso em relação a qualquer preconceito quanto a preferências, tidas como absolutas, em matéria de pintura tradi-

cional de residências. De fato, não foi exclusivo o uso de azul. Mesmo na arquitetura do comêço de século XVII, encontra-se em São Paulo o uso do verde, que depois se chamou Paris (aceto-arseniato de cobre), como prova o exemplo da capela de São Miguel (1622). Os azuis claros, laranja, verde e o amarelo encontrados na fachada da capela já referida demonstram cabalmente que o preconceito de entristecer qualquer construção com a discrição exagerada na escolha das côres deve ser de tradição relativamente recente. Isto pode de certo modo ser comprovado pela tradição mais legítima, guardada pelos caipiras da região, que utilizam indistintamente na pintura das suas casas qualquer côr que achem bonita. Julgamos que, pelo menos na região de São Paulo, as côres discretas são devidas à influência de imigrantes europeus, aqui chegados a partir do século XIX.

Quanto à pintura mais pròpriamente decorativa, ficou especialmente reservada às capelas, sobretudo aos seus forros. Notáveis neste sentido, são as pinturas encontradas nos forros das capelas dos sítios Querubim, Mandu e Santo Antônio (v. fig.). Em matéria de pintura mural, a única que se encontrou figurava em uma parede da residência de Fernão Pais de Barros (v. fig). Trata-se, porém, de trabalho executado por um mestiço Belisário, agregado do Barão de Piratininga, que foi dono da propriedade no século passado e a quem se deve também a construção de outra residência, cujas ruínas se acham ao lado da casa primitiva. Este titular, segundo nos informou sua antiga escrava, aproveitou as habilidades do seu agregado para mandar pintar cenas de caçadas, no interior da sua residência. Esta informação é confirmada por vestígios ainda encontrados nas ruínas.

Este personagem se torna aliás bastante interessante, como ponto de referência para o estudo do funcionamento da arquitetura que pretendemos analisar neste artigo. Com efeito, que é que levaria o Barão a mandar edificar na fazenda de Santo Antônio uma residência para seu uso, quando alí estava, muito maior, a do antigo aristocrata rural do segundo século? E em razoável estado de conservação, a julgar pela parte que foi encontrada. A demolição parcial realizada neste século se fêz para uso da madeira numa residência urbana do então proprietário.

O principal fato que diferencia as duas residências pode ser focalizado na planta. A casa do Barão de Piratininga já é burguesa (notável, entretanto, o pormenor de não apresentar cozinha), de uma primaridade de "morar" que contrasta sensivelmente com a de seu antecessor Fernão Pais de Barros. Nesta, a complexidade ressalta em primeiro lugar da definição nítida de uma faixa social na parte fronteira, e confirma-se com a clareza do funcionamento que se pode atribuir ao centro familiar, situado na sala para a qual se abriam os compartimentos de dormir. Com efeito, há uma diferença bem considerável entre o tipo de vida dêstes dois donos da fazenda de São Roque: enquanto o Barão, figura política, dado a festas, caçadas, literatura (elementos que facilitam de certo modo a definição de um homem perfeitamente identificado com a sua época), preferia uma planta quase urbana para sua residência rural, incluindo aí conceitos de coisas peculiares à sua vida de nobre viajado do século XIX, o programa do agenciador de bandeiras estaria bem mais comprometido com certas exigências específicas de colonizador ligado a uma vida estritamente rural. Percebe-se o colono seiscentista não apenas mais identificado com a estabilidade da solução rural, como também consciente da premência muito mais decisiva dos fatôres que poderiam determinar os elementos do seu programa de residência. A casa de Fernão Pais de Barros é mais "máquina de morar", porém, máquina essencial, exclusiva, definitiva. É a máquina completa, que prevê a religião para a família e para os escravos, prevê hóspedes, e a separação entre a família e tudo que seja adventício. E também é apenas suficiente, pois, quando chega a velhice, a fazenda aumenta e os achaques lhe impedem as idas para São Roque, êle deve solicitar autorização para construir nova capela, mais conformada às novas necessidades. Tudo aí indica que a resolução de habitar definitivamente na sua fazenda não sofresse o menor abalo.

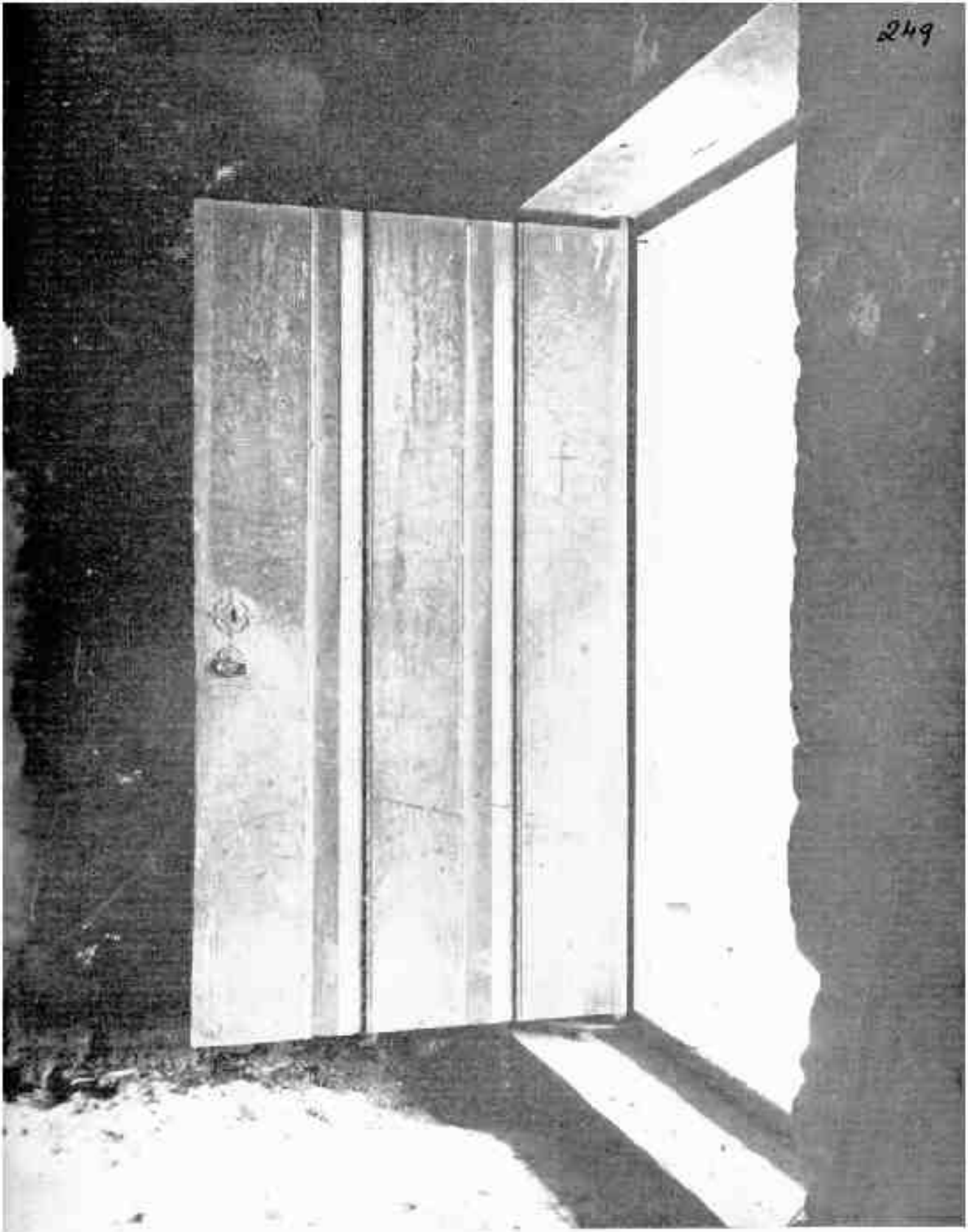
Ao contrário, o plano da casa do Barão tanto pode servir ao dono para passar ali uns tempos como para receber amigos em férias ou travar conversações políticas e promover caçadas. Aliás, o próprio luxo que se permitiu de mandar edificar um residência especial para si, indica a diferença de programa. A casa que ser-

vira ao potentado seiscentista não satisfazia mais o titular do século XIX.

De fato, um elemento que qualifica a importância dêste tipo de residência rural é o seu condicionamento preciso ao tipo de vida dos fazendeiros abastados do segundo século. A êsse respeito, os exemplares arrolados fornecem não só os dados concernentes à residência em si, mas também à região em que está situada, e à época da construção.

As pesquisas realizadas com o objetivo de descobrir os primitivos proprietários destas fazendas se não lograram êxito absoluto, pelo menos vieram fornecer uma série de razões que permitem estabelecer, com relativa segurança, a época de construção dos exemplares não datados, e explicar melhormente os que trazem data.

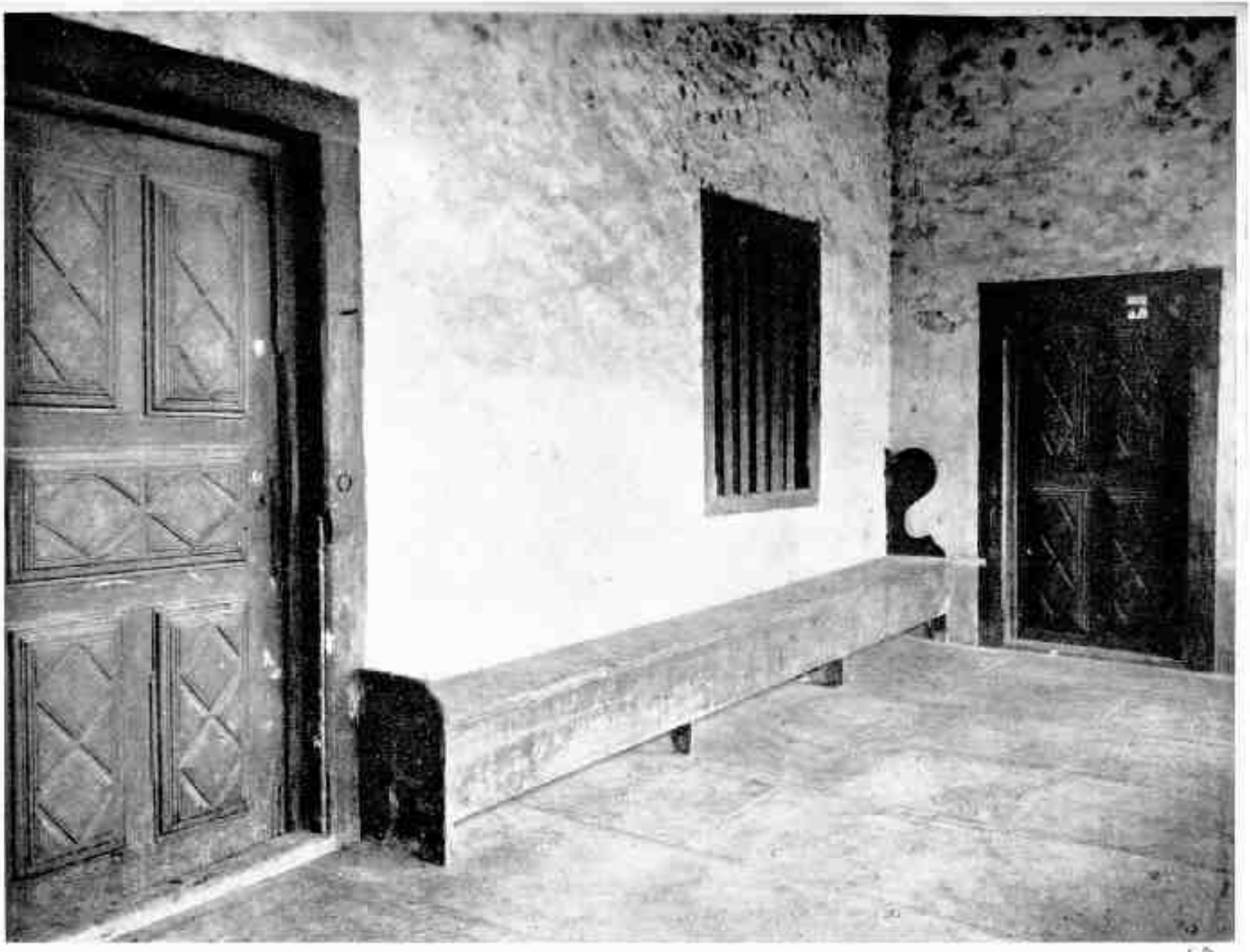
Essa época se iniciaria pràticamente com a derrota definitiva dos indígenas que atacaram a aldeia de Pinheiros, em fins do primeiro século. Até então, as entradas pelo sertão tinham caráter exclusivamente guerreiro, e a penetração conseguida não apresentava a estabilidade necessária para o estabelecimento de núcleos de colonização que independessem dos ataques indígenas. Necessária, também, para explicar núcleos de colonos estáveis que justificassem as construções que nos interessa estudar. Com a vitória dos colonos piratininganos sôbre os indígenas atacantes, o estado de inquietação existente nas cercanias da vila se modificou bastante alargando-se de várias léguas o círculo dentro do qual os primeiros se poderiam instalar sem medo dos índios bravos. De um modo geral, o ataque dos aborígines funciona como marco divisório entre duas fases da colonização paulista: até então a resistência dos colonos era feita, em última análise, dentro dos muros de Piratininga; depois, vê-se pelos pedidos de terra que os colonos já se interessam por terras situadas dentro de um raio mais largo, avançando pelo sertão. Pedem-nas no Jeribatuba, Parnaíba, Juqueri, Itaquaquecetuba, São Miguel. Já bem entrado o século XVII, mas ainda na sua primeira metade, pedem terras em Jundiaí, Mogi Mirim, Mogi das Cruzes, Sorocaba. Não se trata aqui, evidentemente, de um ou outro colono mais afoito, como um Afonso Sardinha, porém de gente menos aventurosa, que só pediria terras em lugares já livres de



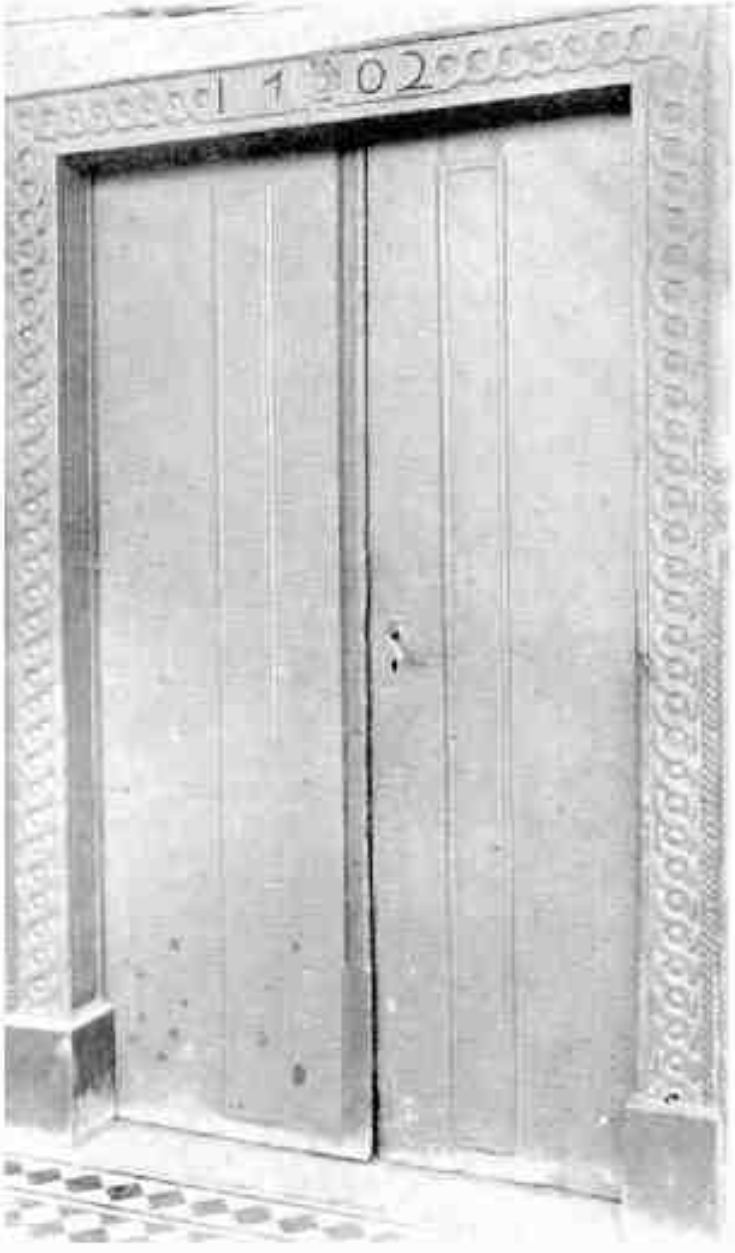
Porta principal da casa de caseira de Embu



Pormenor de ferragem da porta principal da casa de lavoura de Emília



Pormenor da antiga casa de fazenda de Tatuapé, na cidade de S. Paulo



Porta principal de casa de fazenda dos padres beneditinos de S. Paulo



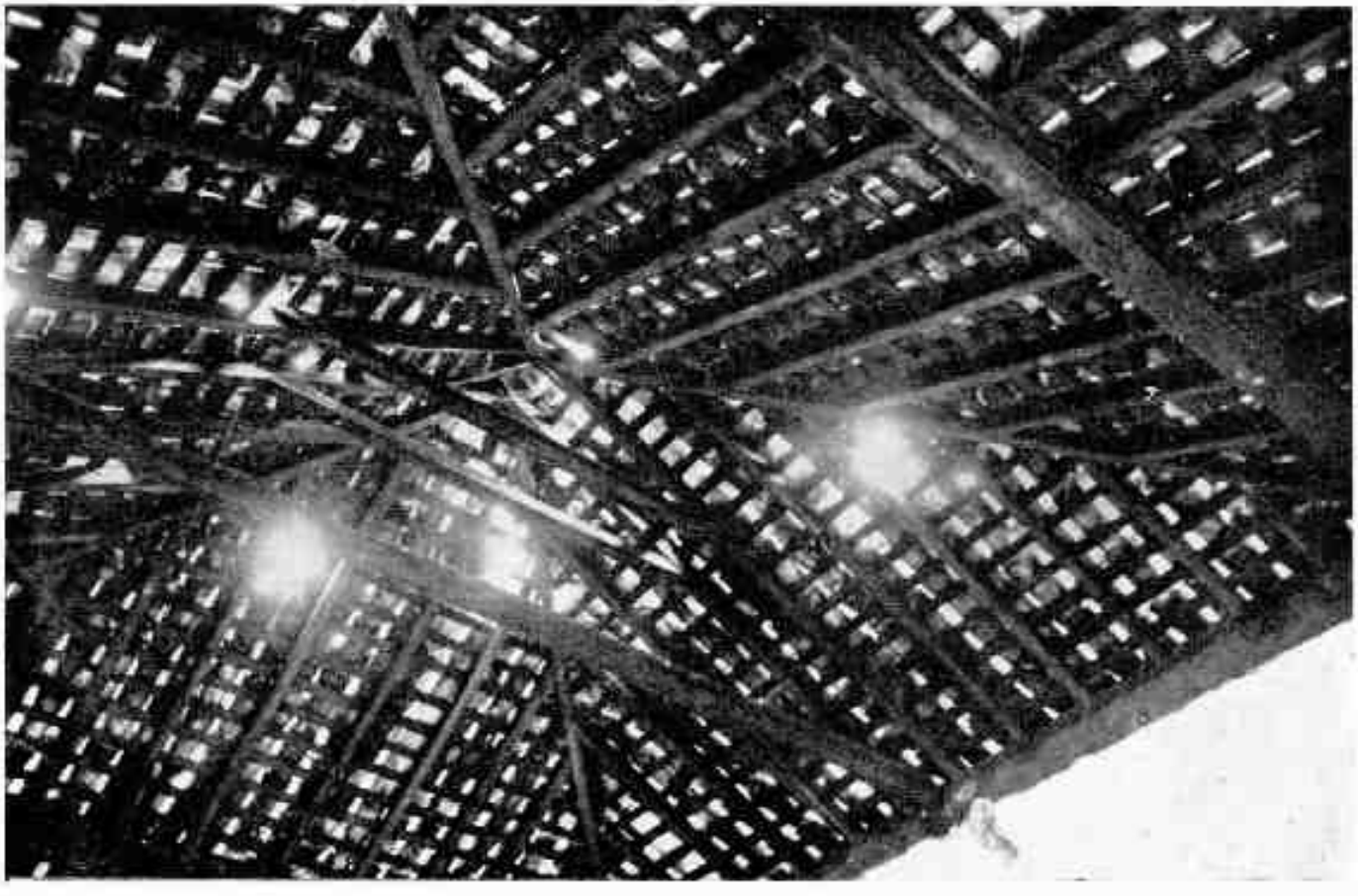
Pormenor do interior de uma casa urbana de Pirenópolis



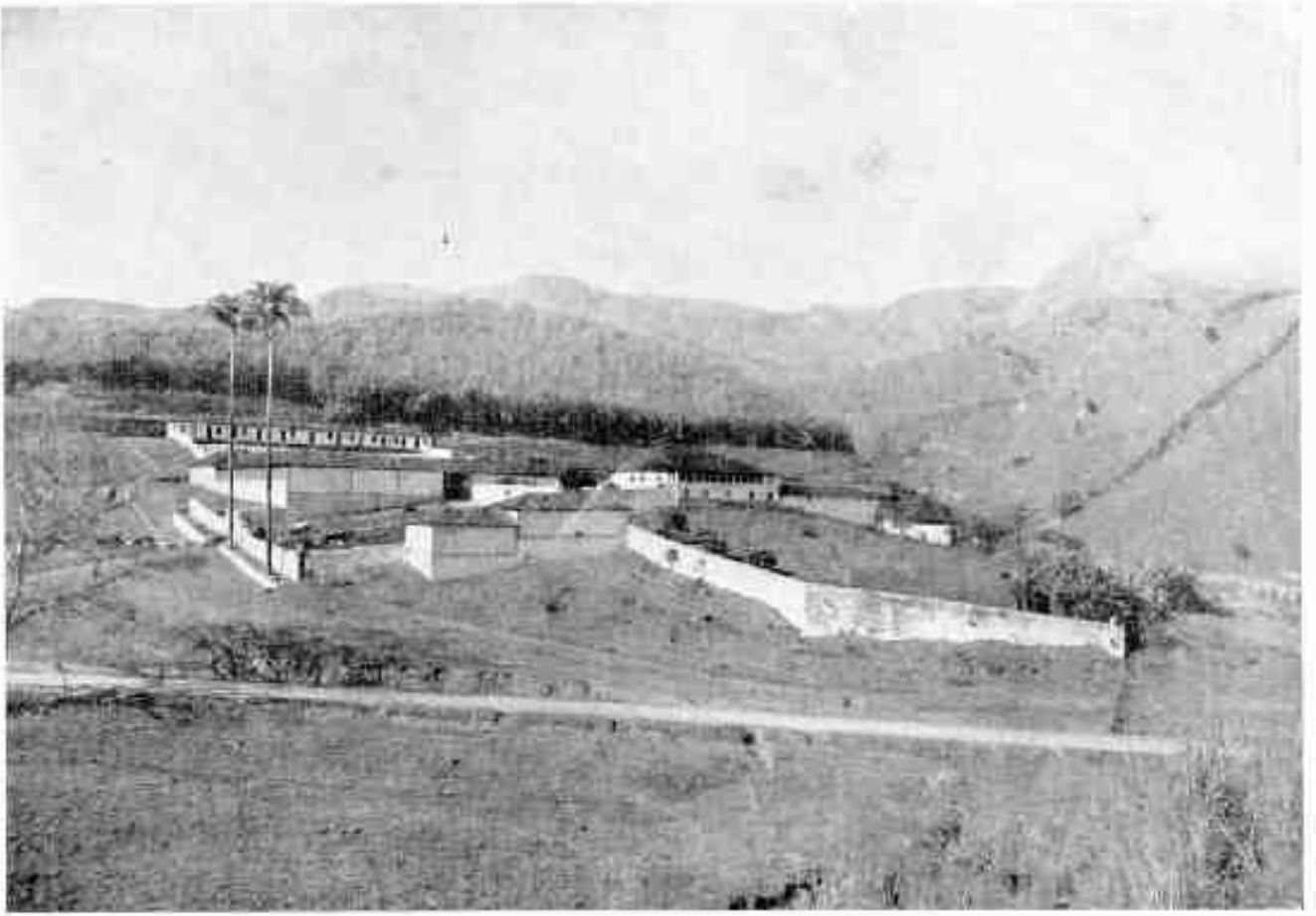
Capilla de la casa de Loreto la seiscentista de Arancegui



Casa antiga de fazenda, em Cotia, Estado de S. Paulo, evidenciando como sítio do Mandu



Madeiramento do telhado da casa de fazenda de Cotia, no Estado de S. Paulo, considerado como único do Mundo



Vista de conjunto da sede da fazenda Pau d'Alho, em Barreiro, Estado de S. Paulo

maiores perigos. Com efeito, a presença de um Sardinha em determinado lugar do sertão não é suficiente para indicar que êsse lugar já estivesse livre de grandes perigos e fôsse portanto, região boa para nela se estabelecer em fazendas estáveis, como as que seria necessário imaginar para justificar a arquitetura de que tratamos. O movimento dos colonos avançando pelo sertão, à medida que êste vinha sendo libertado dos perigos do ataque, é acompanhado pelos jesuítas, que também foram alargando aos poucos o raio em que situavam as suas aldeias. Sob muitos aspectos, os aldeamentos de índios também funcionavam como verdadeiras fazendas. E muito dêles, como Carapicuíba, Escada, Itaquaquecetuba, antes de ser aldeamentos, foram fazendas. A primeira, de Afonso Sardinha, e as outras duas, dos irmãos Cardoso, que as doaram aos jesuítas. O que se pode inferir de uma análise dos documentos sôbre doações de terras na Capitania de São Vicente é que, enquanto no litoral os pedidos de terra mantêm um ritmo mais ou menos inalterado até o fim do século XVIII, o interêsse dos colonos pelas terras serra acima se verifica sempre a partir de Piratininga, e indica uma preferência que depende diretamente da possibilidade de estabilização definitiva, isto é, manifestada na razão inversa dos perigos de ataques indígenas. Se, na primeira metade do século XVII, as terras onde hoje se encontram as residências que estudamos eram francamente as preferidas, pois eram as pedidas pelos colonos, podemos concluir que nelas as condições de confiança e estabilidade já estariam assentadas; e que, portanto, daí por diante a sua exploração foi intensa, e o nucleamento bastante seguro. Fora dêsse círculo limitado se levantariam ainda os impedimentos já apontados, sustando o interêsse dos colonos. Em conseqüência, podemos concluir sem desacêrto que o século XVII, sobretudo na segunda metade, foi um período de exploração intensiva das terras fechadas por uma linha que atingira os limites mais distantes dos atuais municípios de São Roque, Araçariguama, Guarulhos, Itapecerica, Cotia, Mogi das Cruzes (v. fig.). Justamente a região onde foram encontradas as residências que estamos estudando. Deve-se aliar a esta circunstância o fato já anotado por Alcântara Machado, no seu livro *Vida e Morte do Bandeirante*: entre quatrocentos inven-

tários seiscentistas, apenas vinte indicam uma abastança que julgamos necessária para explicar o porte de algumas construções, tais como as do Sítio Santo Antônio, Querubim, Padre Inácio. Aliás, um dos potentados estudados por Alcântara Machado era justamente irmão do dono da fazenda Santo Antônio. Sabe-se por outro lado, que vários outros ricaços de então se instalaram nas imediações de São Roque. A fazenda de um dêles, Pedro Vaz Guaçu, tornou-se depois a atual cidade de São Roque. Na verdade, apesar do volumoso acervo de documentos publicados, muita coisa desta época ainda resta por estudar, e não será de todo impossível que entre os inéditos se descenave o nome do proprietário de alguma dessas residências. Enquanto pesquisas mais minuciosas não completarem o levantamento, as indicações que conseguimos são, entretanto, de molde a estabelecer a probabilidade de se terem instalado nessas casas-grandes os fazendeiros mais abastados do século XVII.

Realmente, só no fim do século XVII e no começo do século XVIII é que surgem, em número expressivo de uma orientação normal, os pedidos de terras em regiões mais distantes, de Sorocaba até o Paraná, de Taubaté até os limites do Estado do Rio, de Jundiaí até os campos do interior do Estado. Embora estas novas paragens não tenham sido ainda submetidas a uma pesquisa acurada, as indicações que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional conseguiu arrolar até o momento acusam nelas a ocorrência de uma arquitetura de tipo diferente. Devemos notar, em aditamento ao já informado, a existência de uma residência dêste tipo, datando de meados do século XVIII, nas imediações de Sorocaba. As diferenças assinaláveis nesta última construção, além da importante mudança da capela (ver planta), consistem nas colunas do alpendre, trabalhadas com seção circular, detalhe êsse jamais encontrado nos exemplares anteriores, e, sobretudo, no acabamento mais elegante das peças de madeira, indicando que já então se estava em pleno século XVIII.

Além dêsse exemplar, que ainda conserva da arquitetura residencial seiscentista elementos suficientes para ser considerado como uma prova da evolução dêsse tipo, as residências rurais arroladas no

Estado de São Paulo apresentam características, não só de planta como também de técnica e acabamento, que devem ser ligadas a outras circunstâncias sociais e econômicas. Em geral, o partido adotado nas outras construções de residências rurais do século XVIII e XIX se prende a razões diversas das que justificam e explicam as residências seiscentistas.

Para pôr em evidência esta observação, basta comparar as edificações dos fazendeiros piratininganos com alguns exemplares encontrados no litoral (três fazendas setecentistas de São Sebastião) e uma do século XIX no vale do Paraíba (Barreiros).

Já na localização encontramos um elemento diferenciador. Enquanto os fazendeiros seiscentistas de Piratininga preferem para residência locais situados a meia altura da paisagem, e em pontos internos de uma região já livre do perigo dos ataques de índios, os pontos escolhidos pelos fazendeiros do litoral estão próximos do mar, que seria o caminho natural, tanto para o transporte de mercadorias como para o de possíveis índios bravos. Além da situação das fazendas do litoral se achar evidentemente determinada, primeiro pela necessidade de transporte marítimo da mercadoria que produzem, a sua disposição está em seguida agenciada pelo tipo de trabalho que lhe é peculiar. Esta razão levou o arquiteto a preferir os pontos topogràficamente adequados à obtenção de água para mover o engenho, por meio de aqueduto. Êste último condicionamento foi resolvido dentro de um partido muito claro e bem escolhido, com consequências importantes para o lado pròpriamente familiar da residência (v. fig.). Percebe-se aí como os acidentes topográficos foram utilizados em benefício de uma distribuição criteriosa das diversas partes da construção, do ponto de vista do funcionamento.

O programa destas sedes de fazenda talvez pudesse ser assim resumido: 1.º — trabalho do engenho movido por intermédio de roda d'água; 2.º — trabalho de beneficiamento (forno, alambique, etc.) e depósito; 3.º — residência. Observe-se como a residência se acomodou de tal modo que daí pudessem ser fiscalizados os trabalhos, tanto da moenda como do beneficiamento. Neste particular, é sobremodo significativa a presença de uma janela voltada para o pátio posterior, e de outra, mais engenhosa ainda, para a área reservada ao beneficia-

mento (Engenho d'Água). Na fazenda São Matias, um dispositivo diverso, mas de idêntica finalidade, vem confirmar que o tipo de agenciamento corresponderia a detalhe requerido pelo programa. O partido adotado para resolver êste problema pressupunha grande liberdade, não apenas no que se referia à maleabilidade do esquema, mas, também em relação às possibilidades de construção. De fato, nestas edificações foi utilizada a alvenaria de pedra (socada em taipais) pau a pique (paredes internas e mesmo externas) e paredes de tijolo em armadura de madeira (paredes externas do Engenho d'Água).

E' notável, neste esquema, como o problema da circulação ganhou preponderância especial, quer com o agenciamento residência-trabalho, quer com a relação depósito-transporte. E, sobretudo, como o arquiteto soube entrosar os dados topográficos com a solução pròpriamente técnica da construção, adotando paredes de pedra para as partes das plataformas mais baixas, e paredes mais leves de pau a pique ou tijolo na parte superior. Aliás, é sensível a clareza com que o esquema construtivo se conserva até nos mínimos detalhes dêstes esplêndidos exemplares de arquitetura, digamos, "funcional".

Na Fazenda Pau d'Alho, os problemas se relacionam com outros dados, porém o tipo de solução é o mesmo: aproveitamento dos acidentes do terreno para dispositivos arquitetônicos de funcionamento específico (aqui também a residência se liga com a parte destinada ao trabalho, de um modo quase direto: residência-terreiro de café). As cocheiras, depósitos, casas dos escravos, etc., se dispõem de maneira que a condição topográfica prevaleça seguramente. Notem-se, a êsse respeito, as relações residência-senzala e senzala-trabalho. O esquema construtivo também apresenta aquela maleabilidade já acentuada quanto às residências rurais do litoral: parte de pedra, parte de taipa e parte de pau a pique. Tudo isto resolvido de modo particularmente feliz, resultando invulgar beleza de conjunto, quase cubista. Ainda que esta sede muito provàvelmente date do século XIX, interessa confrontá-la com as que estudamos, à vista das diferenças de programa que apresentam. Na verdade, no estudo dêstes tipos de habitação, o que importa não é pròpriamente a data exata da construção, mas, sim, a correspondência que deve ser procurada entre a habitação e o habitante.

E' sobretudo neste sentido que vale comparar as sedes de fazendas dos séculos XVIII e XIX com as seiscentistas. Do ponto de vista arquitetônico, ambos os tipos se equivalem, inclusive no que podem contar a respeito de seus fundadores. E o que as casas-grandes seiscentistas contam dos seus fazendeiros é que seriam outros os seus problemas, e outras as condições em que foram edificadas as suas residências. Já no tipo de localização elas se apresentam com bases diferentes. Um dado importante para o fazendeiro piratininganо, além daquele já apontado, do perigo dos índios, consiste em evitar aquêles locais "alguns, expostos aos ventos, e de acesso difícil", outros "muito baixos, que costumam ser enfermiços", segundo o conselho das Leis das Índias que mandavam escolher "os do norte e meio-dia".

A importância que se dava ao "ar" é fàcilmente aquilatável quando se considera a quantidade de obras referentes à medicina do Brasil antigo, que tratam do assunto com grande atenção. Lembremos em particular, pois data de 1648, *De Medicina Brasiliensi*, de G. Piso. Todo um capítulo desta obra é dedicado ao assunto. Além dêste, outros autores antigos tratam da matéria: Morato Roma, em 1726, na *Luz da Medicina;* Antônio Ribeiro Sanches, em 1756, no *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos;* Luís Gomes Ferreira, em 1735, no *Erário Mineral;* Francisco da Fonseca Henriques, em 1731, na *Medicina Lusitana;* José Rodrigues de Abreu, em 1733, na *Histologia Médica*, etc. Ainda confirmando esta importância, existe o fato histórico já registrado por Alcântara Machado: por ocasião da partida de uma bandeira, os seus componentes preferiam aos possíveis médicos e sangradores, a simples benzedura do ar.

Sob certos aspectos, a importância dêste detalhe é equiparável à dos fatôres modernos de iluminação, ventilação, etc., de uma residência. E que o fazendeiro piratininganо pensaria nêle, parece-nos não haver dúvida, à vista da sua obediência sistemática de sua pretensão de localizar convenientemente sua residência. Nos casos em que aparentemente êsse objetivo não foi considerado (Santo Antônio e chácara dos beneditinos em Santana), razões assaz relevantes justificam o seu abandono.

O mesmo não se verifica em relação às fazendas do litoral, nas quais, naturalmente, preponderou a necessidade de obedecer às con-

tingências de transporte e de trabalho. Ainda que na Fazenda Pau d'Alho a obediência àquele critério de boa orientação possa ser dada como existente.

Quanto ao programa, a diferença mais importantee está em que as habitações rurais litorâneas e as do vale do Paraíba estabelecem uma ligação indisfarçável entre o trabalho e a residência, não separando muçulmanamente a família do resto dos habitantes. Nas casas seiscentistas, ao contrário, o programa da habitação segrega a família do resto da fazenda, fazendo com que o trabalho não participe da residência. Talvez se preferissem mesmo para o local de trabalho, nesta região, pontos distantes da residência, a julgar pelo edifício do Engenho encontrado no município de São Roque, e que se presume haja pertencido ao capitão Guilherme Pompeu de Almeida.

E' tão nítida a segregação da família nas casas seiscentistas, que existe uma faixa de permeio entre aquela e o mundo. Nesta faixa se situa tôda a atividade social que possa estabelecer uma ligação entre a família e os estranhos ou escravos.

De um modo geral, assim se poderia resumir o programa tipo da residência dos fazendeiros seiscentistas: 1) Inteira separação da família e trabalho; 2) criação de uma faixa composta de alpendre-capela-quarto de hóspedes; 3) residência familiar. Em conseqüência do partido adotado, surge o esquema construtivo:

a) escolha ou criação de uma plataforma plana;

b) desenvolvimento da planta dentro de um retângulo;

c) paredes de taipa constituindo ao mesmo tempo vedação e estrutura;

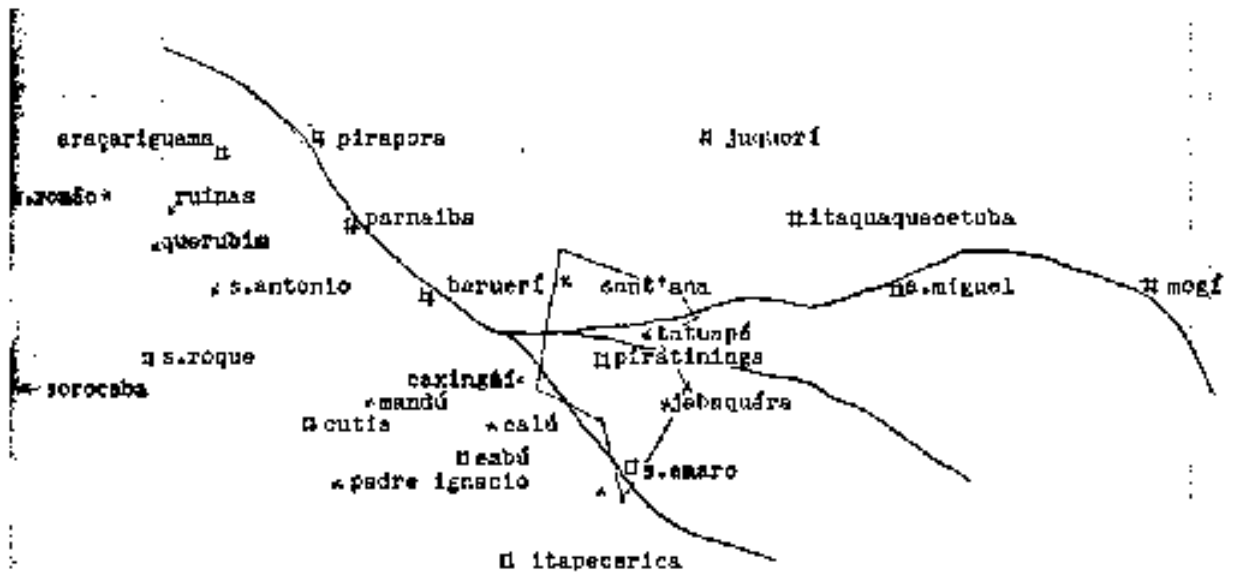
d) aproveitamento dos forros de quartos para compartimentos de uso variável;

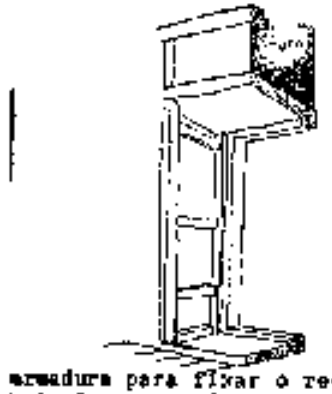
e) telhado de quatro águas com cobertura de telhas de canal;

f) separação entre família e fazenda, por intermédio de uma faixa onde ficam situadas a capela, o quarto de hóspedes e o alpendre;

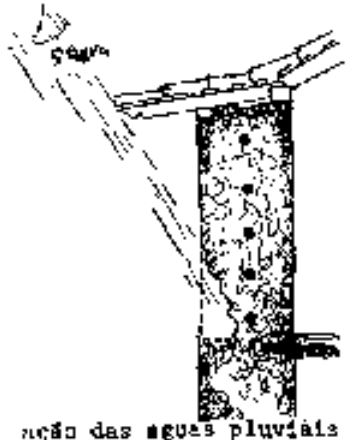
g) desenvolvimento da parte da família em tôrno de uma sala.

Solução rígida, pois os elementos se encontram de tal forma comprometidos que qualquer modificação importaria não só em complicações de ordem técnica, mas, também, implicaria para o proprietário no abandono do que deveria constituir a orientação. Desde logo

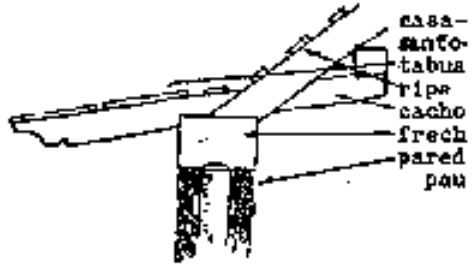


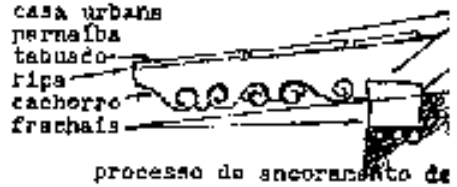


armadura para fixar o remate das envasaduras



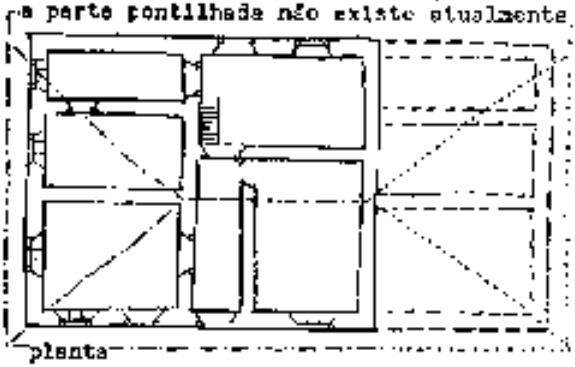
ação das aguas pluviais nas paredes de taipa

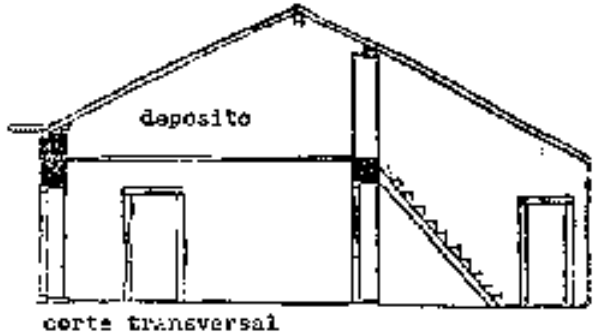




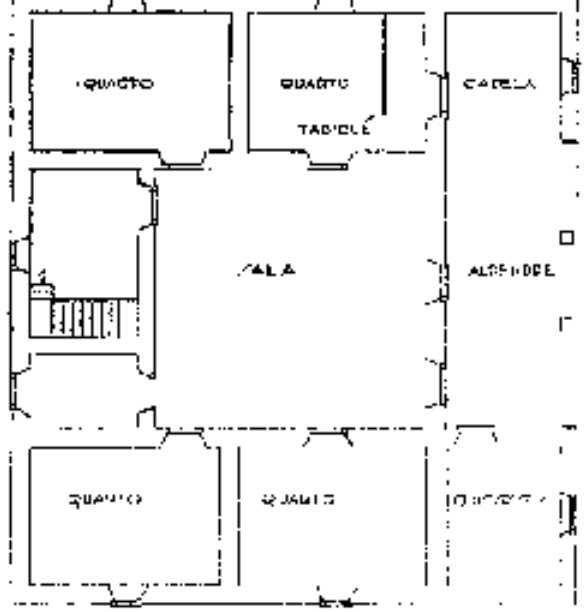
processo de ancoramento de

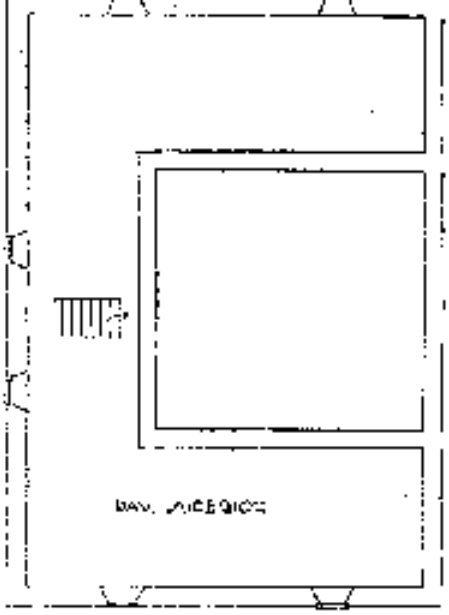
RESIDENCIA URBANA---PARNAIBA



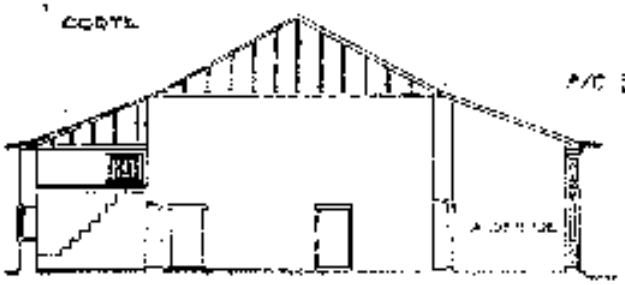


264





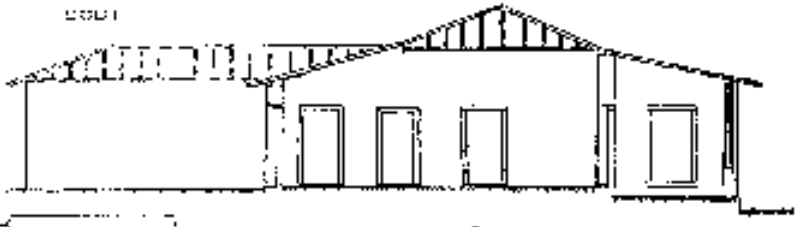
CORTE

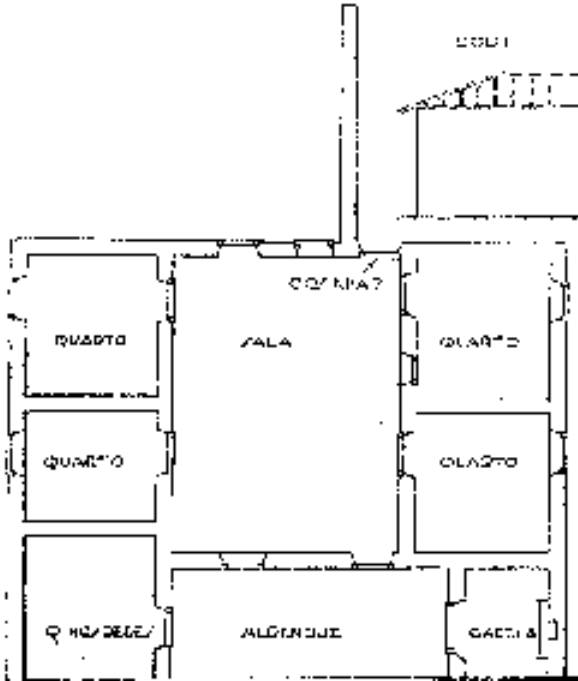


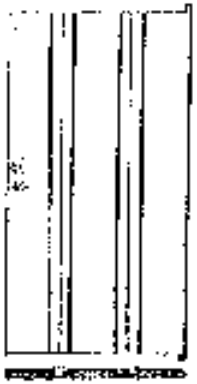
FACHADA



CASA do SÍTIO do PADRE IGNACIO

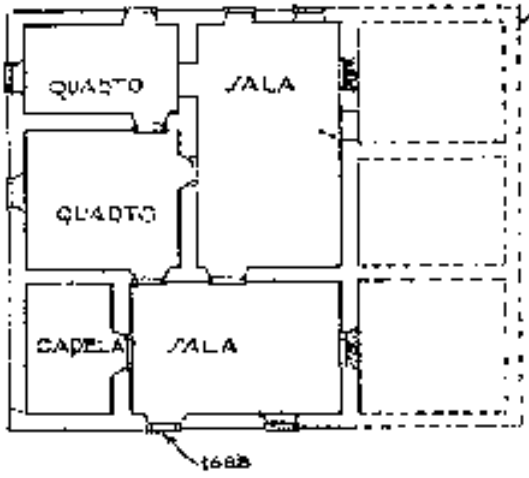


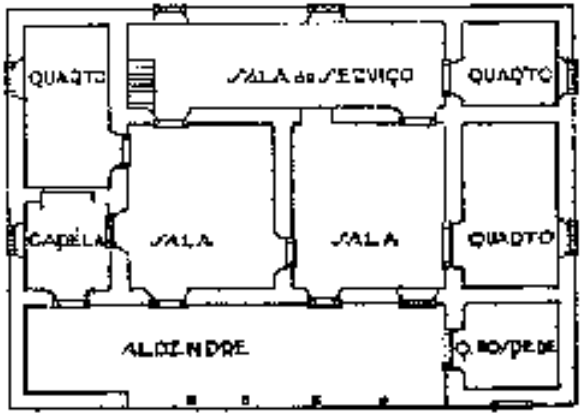




CASA do SÍTIO do CALÚ

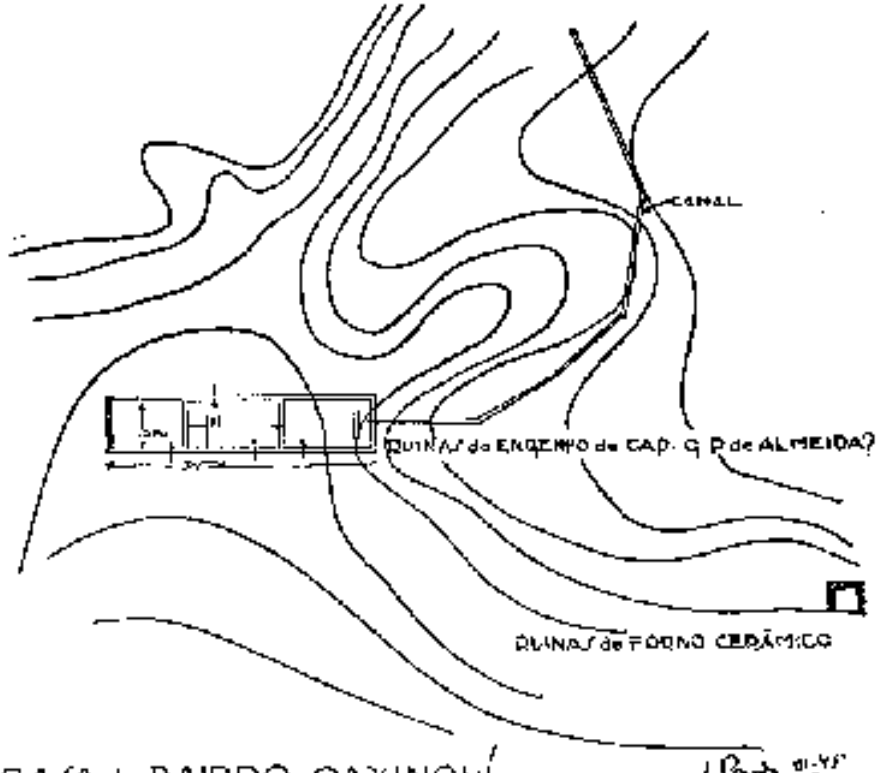
CASA de FAZ. S. DOMÃO

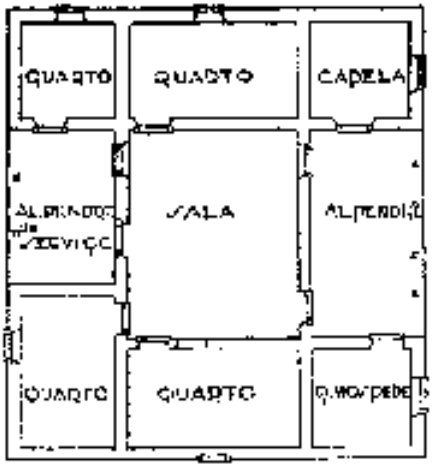




SITIO QUEDUBIM

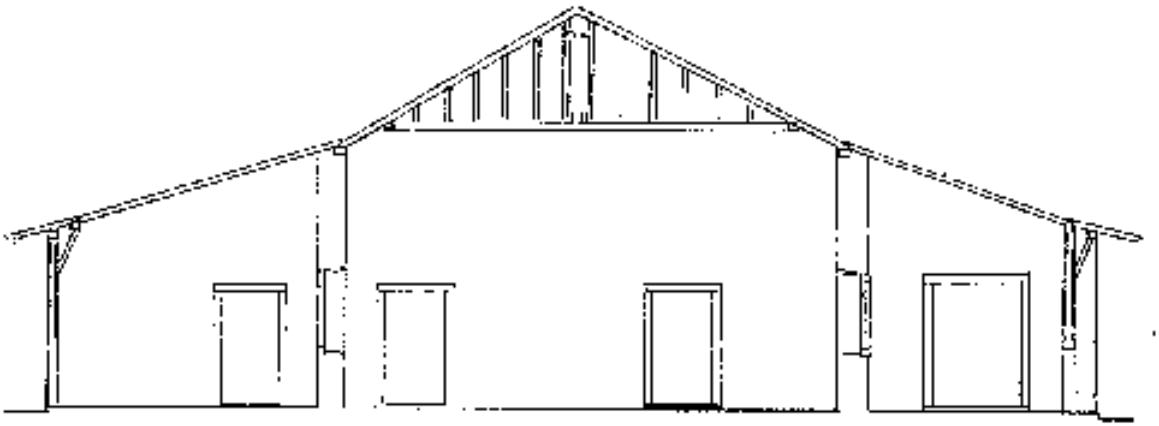






CASA do BAIRRO CAXINGUÍ

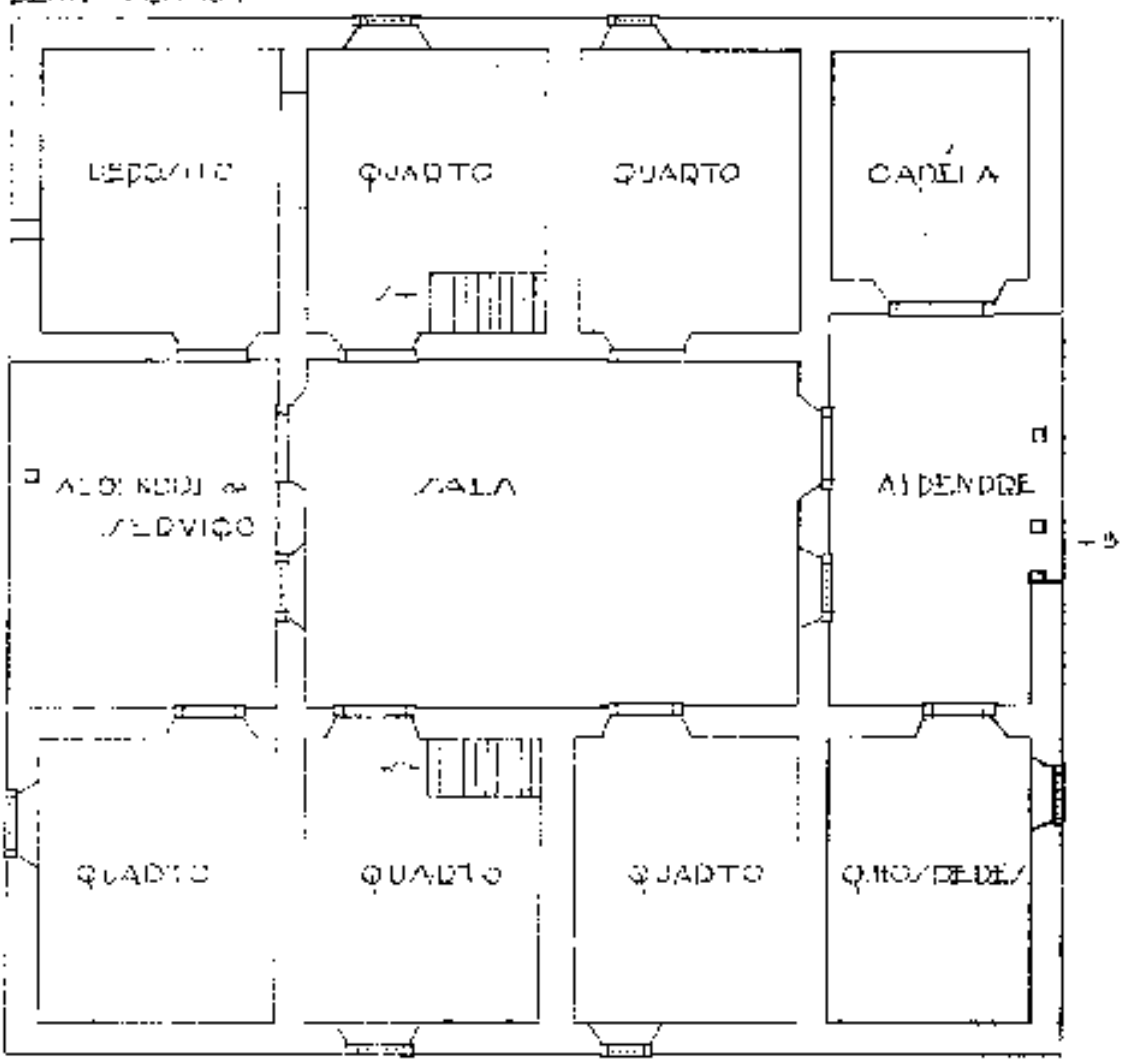
SEDE do SITIO do MANDÚ



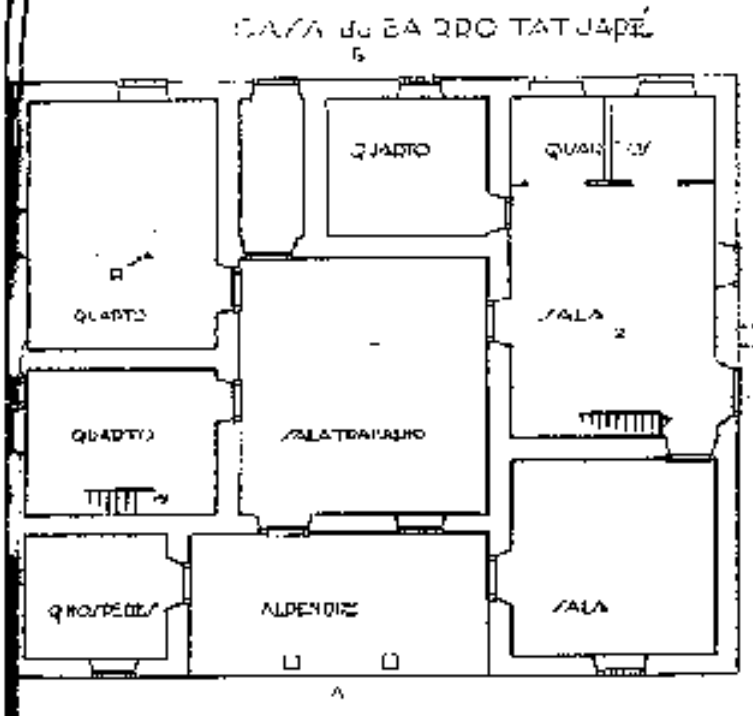
CORTE A-B

ESC 0 1 2 3 4 5m

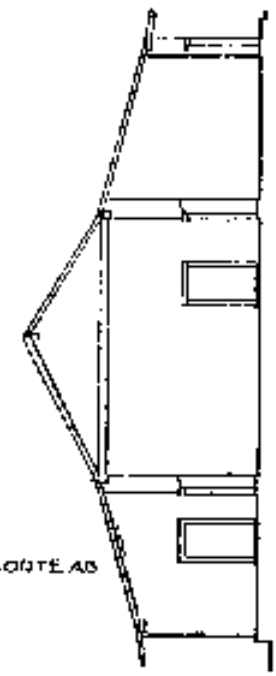
PLANTA BAIXA



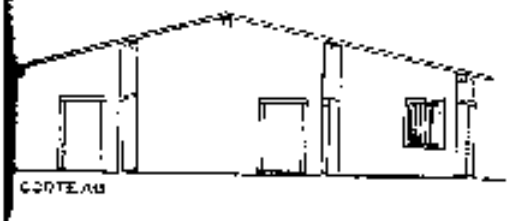
CASA do BARRO TATUAPÉ

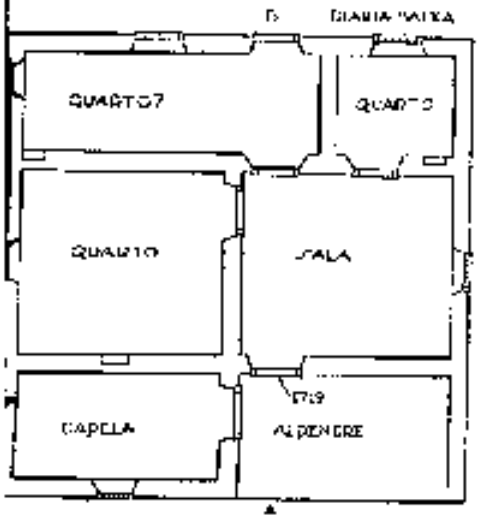


A CASA FOI TRANSFERIDA PARA PRESERVAÇÃO DE TRABALHO A SALA 3 TOMOU O LUGAR DA ESCADA DE DISTRIBUIR QUARTO E ALPENDRE A ARMAÇÃO DE UM PAVIMENTO SUPERIOR

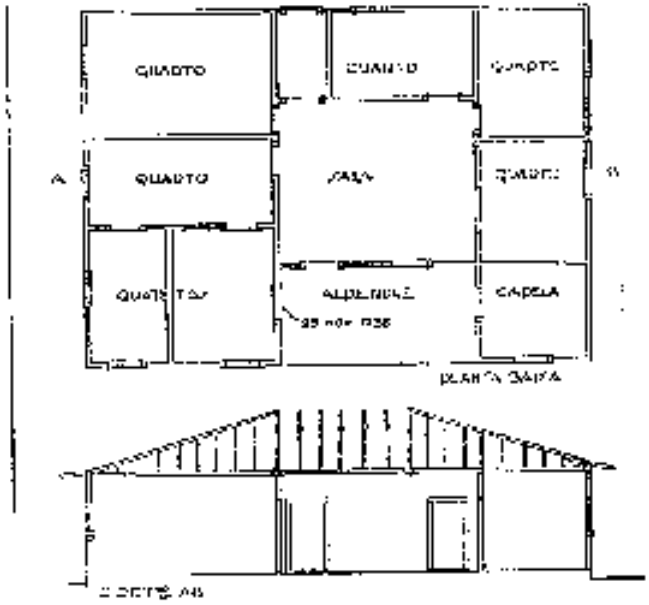


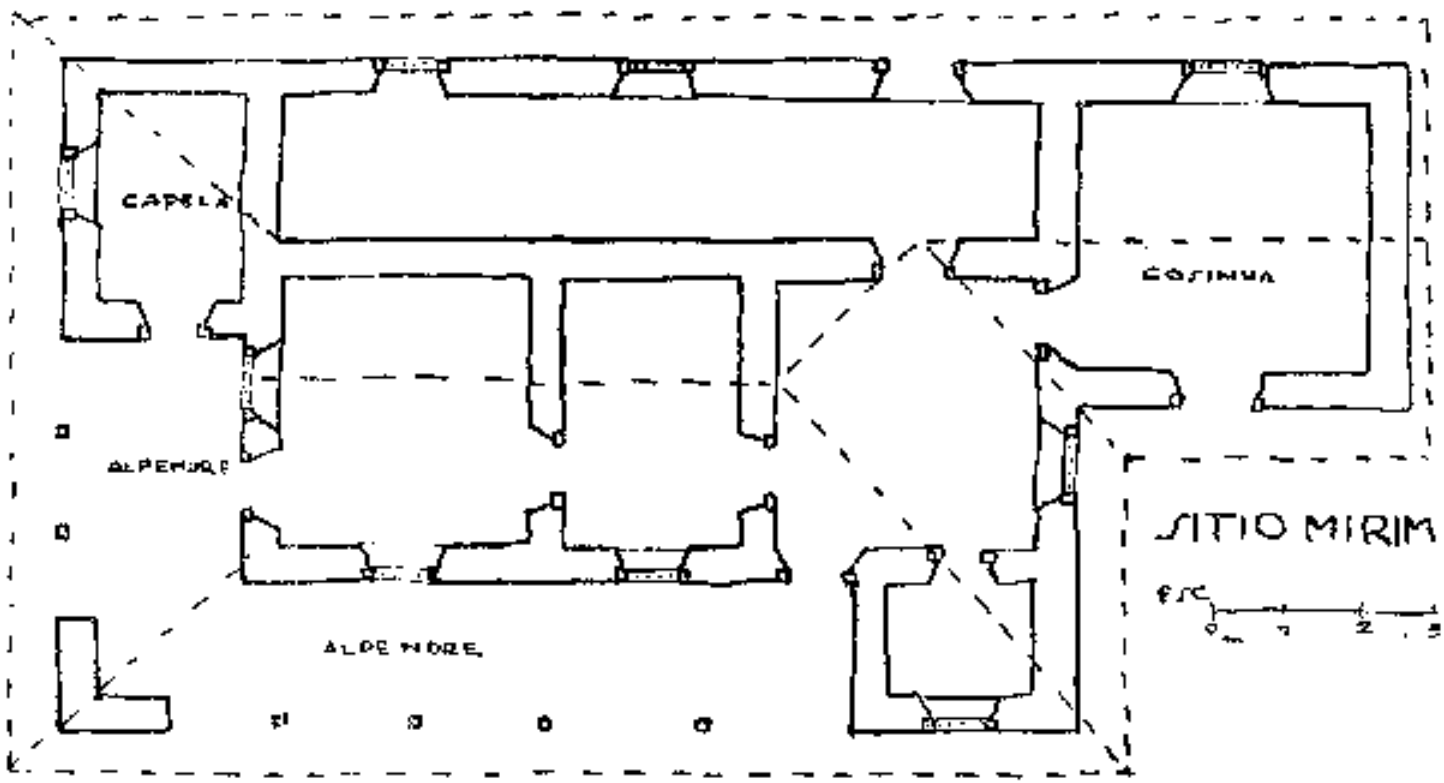
CASA do BARQUE JARAGUARA



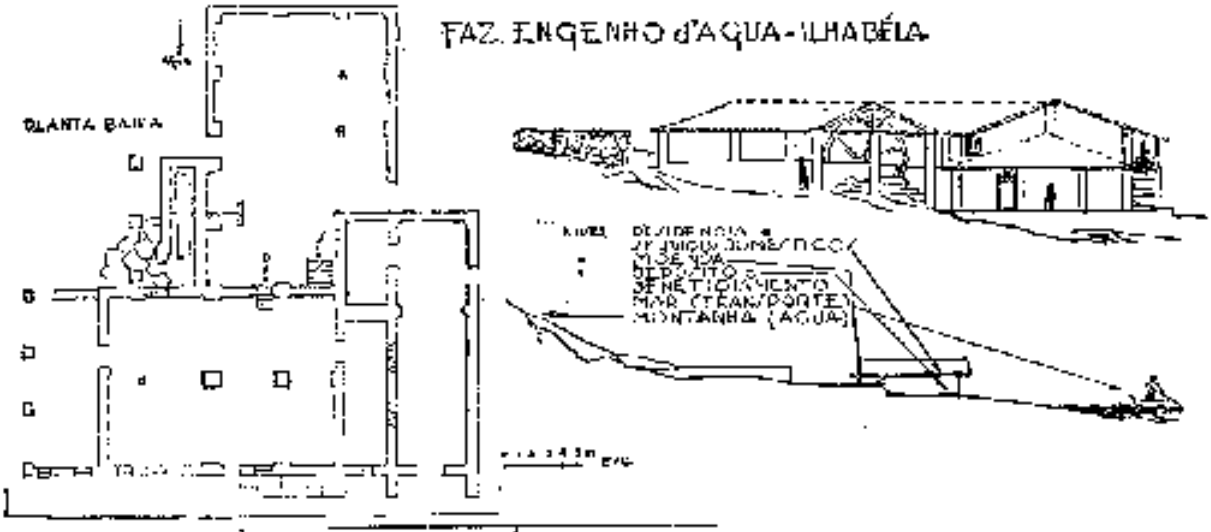


CASA de SANTO AMARO

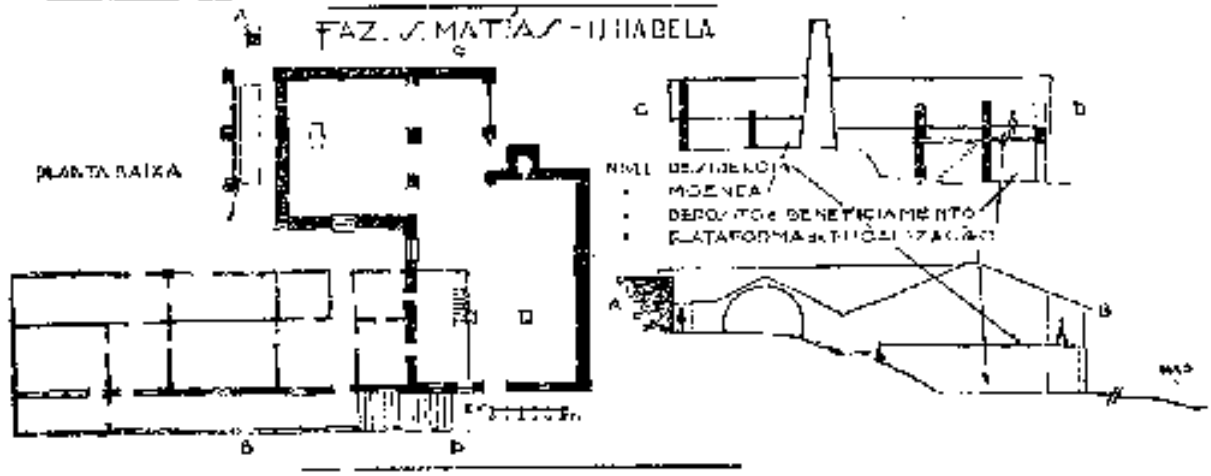



CAPELA
COZINHA
ALPENDRE
ALPENDRE
SITIO MIRIM
ESC.
0
1
2
3

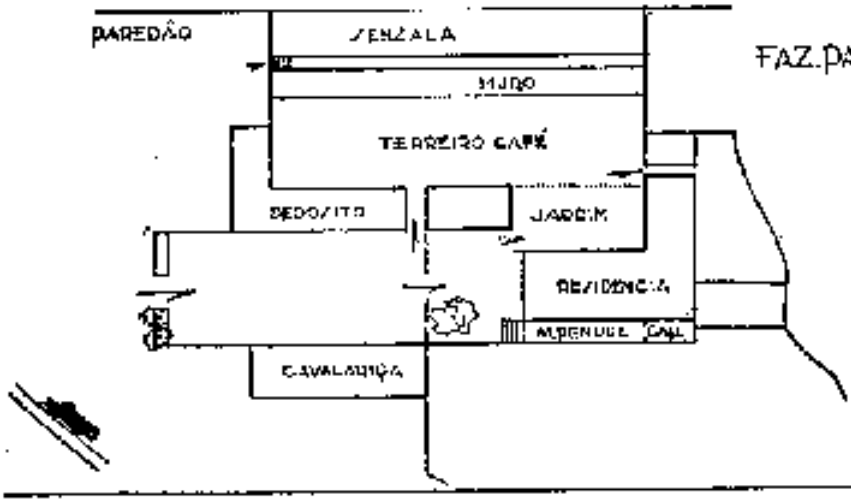
FAZ. ENGENHO d'AQUA - ILHABELA



FAZ. S. MATIAS - ILHABELA



FAZ. PAU-d'ALHO - BARREIROS



DEPOSITO
ENGENHO
DEPOSITO
CAIA DO ENGENHO
SITIO DIRAQUARA
0 1 2 5

se percebe porque êsse tipo de arquitetura solicitou imediatamente a libertação das contingências dos acidentes topográficos; sem o que não poderia manter a solução de planta nem repetir as mesmas soluções técnicas. Aconteceria o que verificamos para as casas do litoral: a maleabilidade muito acentuada, tanto no concernente à planta como em relação ao tipo de paredes, telhado, etc.

Liberta das contingências do terreno, pois desde logo se instalava numa plataforma plana; liberta da proximidade da zona de trabalho, que não só lhe tiraria o sossêgo familiar como, também, a exporia a acréscimos e modificações, roubando-lhe, certamente, aquela riqueza preliminar de forma simples, a habitação do fazendeiro seiscentista afastado e autárquico pôde refletir a psicologia do seu dono, não apenas quanto à forma, mas, também, quanto à construção pròpriamente dita. De fato, a taipa impõe uma solução firme e definitiva à planta da construção, não permitindo liberdades de acréscimo ou modificações. As partes se impõem desde a planta, com segurança e naturalidade, coisa que não acontece geralmente com sistemas construtivos baseados em esqueletos. Nestes, a própria natureza da distribuição dos esforços permite, a qualquer momento, o aparecimento de novas peças fàcilmente ligáveis às já existentes, o que geralmente se dá com evidente quebra da unidade anterior.

A êsse respeito, é digno de registro o fato de estas casas-grandes terem podido manter, mesmo quando parcialmente mutiladas (sítio Santo Antônio, fazenda São Romão) a mesma clareza do plano primitivo. Basta notar a simplicidade da solução da armadura do telhado para compreender o "clássico" desta solução arquitetônica. Qualquer modificação que pretenda introduzir, como acontece com uma parede na casa do sítio do Mandu (v. fig.), provoca falta de precisão técnica e desorienta o arquiteto.

E', sobretudo, na aliança das paredes de taipa com o telhado de quatro águas que reside a característica mais firme desta arquitetura. Aliança que se manteve rígida enquanto durou o prestígio daquêle tipo de colono. E se esfacelou quando a descoberta do ouro veio destruir o prestígio dos paulistas. Mais tarde, mesmo rico e poderoso, nunca mais pôde o fazendeiro restabelecer o mesmo esquema social, onde a sua figura se desenhava centralizando o poder, a justiça e até

a religião. Terá usado, também, a construção de taipa, mas não era mais aquêle verdadeiro barro armado que encontramos nas construções do segundo século; terá usado, na fazenda ou na cidade, a casa com telhado de quatro águas, mas sem aquela limpeza construtiva do século XVII. Em geral, se perde em acréscimos, telhados suplementares, puxados, etc., expressivos da sua psicologia já aburguesada. A êsse respeito, note-se como as casas urbana sburguesas, sobretudo as da pequena burguesia, se desmancham num sem-número de pequenos telhados uns ligados aos outros, nas formas mais variadas. E também nas formas mais significativas dada a diversidade de acomodações e influências recebidas. Quem observe hoje alguma destas construções do segundo século, sobretudo uma como a do sítio do Padre Inácio, que conservou integralmente as soluções plásticas e técnicas, compreende melhor a psicologia do fazendeiro daquele tempo, senhor absoluto do sertão desbravado, dono das terras, da família e da escravaria, distribuidor de justiça e de religião, com os traços autárquicos da sua vida refletidos claramente na construção quadrangular, acachapada, definida e segura.

Debaixo do telhado de quatro águas, a vida do fazendeiro também se desenha com a mesma nitidez. Os compartimentos da fachada separam a família do mundo exterior, constituindo o cordão umbilical que marca as suas relações com a sociedade: o alpendre para receber, o quarto de hóspedes e a capela. Atrás dessa faixa, e segregada da sociedade, viveria a família em tôrno de uma sala para onde convergia tôda a sua atividade. O gênero de vida dessa família seria o mais estrito possível no concernente à arquitetura interna da casa, a julgar pelo que se encontra nos testamentos e inventários da época: caixas, bufetes, catres, rêdes, tamboretes, cadeiras de estado, mesa, catre de mão, além da vestimenta, toalhas e ferramenta. O que aparece em quantidade é prata e metais. E não se deve pensar que os inventários anotavam minuciosamente os metais porque êles tivessem mais valor. A minúcia dos inventários e testamentos é levada a tudo, desde a descrição dos defeitos de escravos até a enumeração da peça mais pobre da casa. Aliás, esta pobreza de móveis pode ser encontrada no próprio agenciamento interno da residência, onde raramente se vê um armário embutido, um cabide fixo, ou um tratamento mais rico nos

detalhes. E quando se encontra alguma coisa bem tratada, é certamente na faixa fronteira. E' na capela, no alpendre e no quarto de hóspedes que o fazendeiro foge um pouco a essa linha *franciscana* de vida. Aí as fechaduras recebem espelhos tratados com especial lavor (v. fig.), as colunas são decorativas, às vêzes até ricas, e, sobretudo aparecem a talha e as pinturas na capela.

O quarto de hóspedes, se não apresenta a riqueza por vêzes encontrada nas capelas, sempre acusa o cuidado de um fôrro e de cabides. Não tem nunca ligação direta com a residência, e corresponde exatamente àquilo que o padre Manuel da Fonseca disse dos fazendeiros contemporâneos do padre Belchior de Pontes ao contar pitorescamente como êsse religioso se levantava para rezar. "Nem hera isto difficil em S. Paulo, onde costumam os seus moradores fabricar nas suas fazendas recamaras para os hospedes de tal sorte unidas ás casas, que, ficando da parte de fora, se possam servir sem detrimento, e independentes da mais familia". (pág. 59). Costume, aliás, até hoje encontrado em certos pontos culturalmente mais resistentes da região, como por exemplo a aldeia de Carapicuíba.

Mas é no agenciamento da capela-alpendre que podemos encontrar dados mais precisos sôbre o funcionamento social desta parte da residência rural seiscentista de São Paulo. Não só pelo funcionamento conjugado das duas peças, como também pelo que representariam elas individualmente.

O caráter de "peça de receber", do alpendre, fica determinado não apenas pela sua posição em face da parte restante da residência, mas, também, pelo seu "mobiliário": cabides e bancos. Aquêles, sempre fixos, e êstes, às vêzes sim (Casa do bairro Tatuapé), às vêzes não. Aliás, não é apenas nessa época que o alpendre surge com êsse funcionamento; a sua presença na arquitetura rural paulista pode ser acompanhada a partir do segundo século até os tempos de hoje. Até o começo do século XIX estêve sempre ligado à capela, o que tira um pouco a clareza do objetivo que lhe fôsse específico. Somava às suas atividades precípuas as atividades de continuação daquela peça, como se pode verificar pelos exemplares arrolados tanto no litoral como em outras regiões (vale do Paraíba, região do interior). Já em meados do século passado a capela desaparece como agenci-

amento arquitetônico do corpo da residência, instalando-se nas imediações desta ou se restringindo a um oratório. Em tais circunstâncias, o alpendre passa a funcionar apenas como peça de receber, ou mais particularmente como lugar onde o fazendeiro pode fiscalizar os trabalhos do terreiro, como acontece com algumas sedes de fazendas da região de Amparo ou São Carlos. Então, está sempre ligado a compartimentos internos da residência sem acesso pelo exterior, e, sobretudo, sempre situado em ponto estratégico, que abarque todo o pátio de trabalho.

Que também funcionasse normalmente com o objetivo de separação de classes, não há dúvida, pois o uso de receber empregados nesta peça sobreviveu na residência urbana, não só no interior do Estado, mas também na própria cidade de São Paulo. Existem nesta última cidade inúmeras residências de fazendeiros de café, nas quais o alpendre, apesar de receber um recobrimento plástico proveniente de influências eruditas e circunstâncias urbanas, se apresenta com um caráter muito parecido com o dos alpendres de residências rurais.

Mas, onde se pode estudar com maior segurança a separação de classes é no funcionamento da capela. Nas casas rurais seiscentistas, a capela está sempre ageminada com o alpendre, o que lhe permitiria uma lotação maior durante os ofícios religiosos. De fato, abertas as portas da capela, uma pessoa instalada no alpendre pode assistir perfeitamente aos ofícios religiosos. Às vêzes até, esta porta, ao abrir-se, liberta todo o vão tomado pela largura da capela, como acontecia na casa-grande do sítio do Padre Inácio, segundo informações colhidas. Os exemplos encontrados na casa do bairro Tatuapé e na capela da fazenda Fernão Pais de Barros permitem-nos ajuizar de como seriam utilizados êsses alpendres, e sobretudo em que sentido podem êles ser encarados como uma contingência normal da época. Também na propriedade do filho do capitão Guilherme Pompeu de Almeida, em Vuturuna, município de Paranaíba, foi encontrado idêntico dispositivo em face à capela. Por outro lado, tanto no litoral de São Paulo (capela do forte da Barra Grande, em Santos), como em outras regiões do Brasil, não é raro encontrar-se capela com alpendre, o que seria já um costume europeu transplantado para o

Brasil. Costume, aliás, tanto na Europa como aqui, diretamente ligado ao problema da separação de classes.

Como oficiavam os padres, quando hospedados nas fazendas seiscentistas, esclarece-nos o padre Manuel da Fonseca na *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*. Especialmente sôbre o modo como a família assistia aos ofícios religiosos, dá-nos o A. informações, ao ensejo da passagem daquele pregador jesuíta pela fazenda de Amador Bueno (pág. 111). A família assistia a êsses ofícios da parte interna da residência, sem mesmo entrar na capela. Como sugerem os restos de tabique gradeado que se encontraram na casa do sítio do Padre Inácio (fig.) Esta mesma solução foi sistematizada mais tarde, a julgar por alguns exemplares de arquitetura de fazenda, onde numa das faces laterais da capela, voltada para a residência, se abriu uma janela. Esta é de tal modo agenciada, pela altura e posição, que permite a uma pessoa situada na parte interna da casa assistir a tudo o que se passe na capela, cuja frente está voltada para o alpendre (fazenda São Matias, no litoral, e fazenda Jaborandi, na região de Ribeirão Prêto).

A ocorrência sistemática de capela e alpendre nas habitações de que tratamos seria portanto um fenômeno peculiar da vida rural. Nas cidades, tal dispositivo deixaria de apresentar a mesma funcionalidade lógica, pois aí não só a comunidade já não apresentaria os mesmos caracteristicos, mas também haveria que ter em vista a igreja pública, que predominaria sôbre qualquer prestígio particular. Neste sentido, ainda encontramos um argumento em favor da hipótese já aventada, de ser a residência urbana de Parnaíba um edifício do segundo século. E' verdade que em cidades do século XVIII encontramos residências com capelas, como por exemplo a que existe em Sabará, no Estado de Minas Gerais, onde a capela está voltada para a rua. Aliás, nas proximidades desta construção encontramos outra com a mesma peça abrindo para a sala central, situada em sobrado. Um e outro exemplar devem ser considerados, entretanto, como fenômeno a ser estudado, pelo menos diante do que fica evidenciado através da farta documentação paulista referente ao segundo século.

Luís Saia.

A CASA DE SÃO FRANCISCO EM MARIANA

(Documentos)

Diogo de Vasconcelos, na *História Antiga das Minas Geraes*, pretendeu identificar com a Casa de São Francisco o Palácio da Vila do Carmo, em que residiram o Conde de Assumar e seus antecessores (*).

Como em outros passos do seu formoso livro, aqui também se enganou o eminente escritor.

Eis o texto do preclaro mestre (*História Antiga* — 401-2):

> *"O Palácio da Villa do Carmo*
>
> "Nenhum monumento dos primeiros tempos se conservou intacto, como até o presente se acha o Palacio da Villa do Carmo em que morou o Conde de Assumar. As proprias Igrejas e Capellas, umas já não existem, outras foram reformadas; e só aquelle Palacio resistiu á foice dos seculos, graças ás peripecias do seu destino.
>
> "Em vista do officio de 24 de Maio de 1714, em que D. Braz Baltazar pedia que se comprasse a casa de Manuel Antunes de Lemos, conclue-se que o Palacio começou a ser construido de 1715 em diante; e como nelle veiu o Conde residir em fins de 1717, pelo menos já neste anno estava em ponto de ser habitado.

(*) Cf. Carta de Gomes Freire a *Compadade das Bocas da Capitania*, pag. 216 adiante.

"Segundo se lê no *Triumpho Eucharistico* (1733) os governadores até esta epocha habitavam ora em Villa Rica, ora no Carmo, e ainda em 1734, os cavallos da Fazenda Real permaneciam no campo da Villa do Carmo, e bem assim os quarteis.

"Em 1744, por carta de 7 de Junho, foi que El-Rei por estarem os Governadores de morada fixa em Villa Rica mandou restituir á Camara do Carmo o Palacio que a esta pertencia. Recebendo-o, a Camara mandou concertal-o em ordem a hospedar o primeiro Bispo, quando chegasse a tomar posse; e assim temos no Arquivo da Camara Municipal um registro de contracto para taes obras, pelo qual se vê que, salvo a pequena modificação de uma janella, convertida em porta nas lojas, o predio se mostra inteiramente na forma e disposição, por que foi construido.

"Em 1748 o Bispo D. Manuel da Cruz, vindo installar o Bispado, entrou a residir nelle até 1756, quando se mudou para a Chacara da Olaria, doada ao Seminario por João de Torres Quintanilha, a qual se converteu em Palacio Episcopal, e começou a ser chamada Palacio novo.

"O Palacio Velho passou em 1758 a pertencer á Ordem Terceira da Penitencia, destinado a Consistório, e a domicilio dos Reverendos Comissarios como até hoje.

"E assim o scenario de tantas lutas convertido ao serviço da Religião, poude salvar-se, unico monumento que resta inalteravel dos primitivos tempos das Minas (*)".

Pode resumir-se o trecho transcrito nas seguintes afirmações:

1. O palácio da Vila do Carmo, isto é, a Casa de São Francisco (cf. abaixo o n.º 7), é o único monumento dos tempos primitivos das Minas que até o presente se conserva intato, salvo a pequena modificação de uma janela nas lojas convertida em porta.

(*) O texto supra, que constitui o cap. XVI da *História Antiga*, foi reproduzido *ipsis litteris* nas págs. 129 e 130 da *História do Bispado de Mariana*, livro póstumo do mesmo Diogo de Vasconcelos, editado em 1935.

Também o reproduzia em parte e com emendas de datas o Dr. Salomão de Vasconcelos em suas *Perolas Históricas*, editadas em 1930, pág. 95.

2. Em vista do ofício de 24 de maio de 1714, em que Dom Brás Baltasar pediu que se comprasse a casa de Manuel Antunes de Lemos, concluí-se que o Palácio começou a ser construído de 1715 em diante; e como nêle veio o conde residir em fins de 1717, pelo menos já neste ano estava em ponto de ser habitado.

3. Até 1753, segundo se lê no *Triumpho Eucharistico*, os governadores habitavam ora em Vila Rica, ora no Carmo.

4. O palácio era propriedade da Câmara. Em 1744, estando já os governadores de residência fixa em Vila Rica, El Rei, por carta de 7 de junho, mandou ao Capitão General que o restituísse à sua proprietária.

5. Recebendo-o, a Câmara consertou-o (e se conservou intato) para hospedar o primeiro bispo "quando chegasse a tomar posse".

6. Em 1748 o Bispo Dom Frei Manuel da Cruz entrou a residir nêle e aí estêve até 1756, quando se mudou para a Chácara da Olaria, doada ao Seminário por João de Torres Quintanilha e chamada desde então Palácio Novo.

7. O Palácio Velho passou em 1758 a pertencer à Ordem Terceira da Penitência (Ordem dos Terceiros Franciscanos), destinado a Consistório e a domicílio dos Reverendos Comissários, como até hoje (em 1904, ano em que saíu do prelo a *História Antiga*).

Analisemos, uma por uma, as afirmações do acatado autor da *História Antiga;* confrontemo-las com documentos que escaparam às pesquisas do venerando mestre e chegaremos por certo à conclusão de que, a bem da verdade histórica, não pode subsistir a identificação que êle estabelece, num só e mesmo edifício, de dois prédios absolutamente distintos, o Palácio da Vila do Carmo e a Casa da Ordem Terceira da Penitência.

I

Diz o Dr. Diogo na sua primeira afirmação:

O Palácio da Vila do Carmo é o único monumento dos primeiros tempos que até o presente se conservou intato, salvo a leve modificação de uma janela nas lojas convertida em porta.

Desautorizam tal afirmação numerosos passos dos *livros* da igreja de São Francisco e de uns *autos* que tenho à vista. Estes trouxeram até nós a história deplorável de um pleito sensacional a que foi arrastado perante a justiça civil de Mariana o egrégio Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo fundador da diocese Marianense.

O prédio a que a *História Antiga* chama Palácio da Vila do Carmo — eis o objeto do litígio.

E' interessante a história dêsse processo. Por isto, e porque os respectivos *Autos* serão aqui freqüentemente consultados, iremos traçá-la, resumidamente, servindo-nos das mesmas palavras que, respeito ao assunto, escrevemos em outra oportunidade.

Ao tempo em que se criou o bispado de Mariana, havia já alguns anos que na Vila do Carmo assistia, como capelão-cura do arraial da Vargem (*), o padre Francisco Ribeiro da Silva, pouco tempo adiante cônego da nova Sé, sujeito ardentemente ambicioso de mando e indecorosamente cobiçoso de dinheiro. Foi por um e outro dêsses seus atributos o motor de tôdas as lutas que amargaram o episcopado, em Mariana, a Dom Frei Manuel da Cruz. Êsse clérigo inaugurou na Catedral de Mariana uma campanha de inveja e despeito que certa fação capitular moveu por seguidos anos ao bispo diocesano e da qual demos notícia mais desenvolvida em *Arquidiocese de Mariana*.

(*) Berço natal do Inconfidente Cláudio Manuel da Costa.

Era vigário da Vila o padre José Simões, de que nos ocuparemos mais de espaço. Retirando-se êste em 1741 para Portugal outorgou-lhe poderes de procurador.

O Padre Simões era senhor de uma boa residência na Vila e era credor de algumas irmandades e de um bom número de paroquianos.

Quando começou a soar na cidade episcopal que para ela jornadeava já pelos sertões do *Gurguéia* e do *São Francisco* o bispo eleito, transferido do Maranhão, o padre Ribeiro teve uma idéia, e, para realizá-la, despachou ao encontro do prelado dois mensageiros (*), um dos quais o clérigo *in minoribus* Alexandre Ribeiro do Couto. Era em fevereiro de 1748.

Há de parecer tal gesto uma extrema gentileza do modesto capelão da Vargem, um rasgo de fino cavalheirismo para com a pessoa de seu superior hierárquico. Dom Frei Manuel da Cruz encontrava-se em Canavieira do Piauí, cêrca de quatrocentas léguas de Mariana!

Nem é tudo. Corrido algum tempo, em agôsto, parte êle, em pessoa, levando sessenta mulas, a fim de facilitar ao prelado a etapa final da mortificante jornada de quatorze meses e para *amenizá-la com a sua companhia*.

Descomunal consideração! — terão avaliado. Calculada e desmedida ambição, acudimos nós e vamos dizer por quê.

O aluguer dessas mulas e, de certo, a companhia do Padre, tudo pagou a bom preço Dom Frei Manuel da Cruz. Aquêles mensageiros não foram portadores de protestos de vassalagem e obediência, como terão conjeturado; conduziram tão sòmente cartas de negócio em que, mentindo ao prelado, lhe propunha o padre Ribeiro sem disfarce, impudentemente, o aluguer da casa do padre Simões, único prédio, na afirmação dolosa do solerte proponente, em condições de servir em Mariana de palácio episcopal. "As casas de mais capacidade, que havião nesta cidade, estavam sob sua administração", certificava êle ao bispo itinerante (Autos, fl. 7).

Essas *casas*, temo-lo dito, eram a residência do padre José Simões.

Aceitou o bispo as propostas apresentadas com a condição de que se lhe desse o prédio inteiramente adaptado para palácio episcopal.

(*) Um dêles desapareceu, não chegando ao destino nem regressando a Mariana.

As obras de reforma foram iniciadas em abril de 1748 e prosseguiram, ainda depois de instalado o bispo, até março de 1751, quando por "justos motivos" se retirou do palácio o padre Ribeiro — *já* agora cônego — e rompeu com o seu prelado.

Esses *justos motivos* podem ver-se em *Arquidiocese de Mariana* (*) II 604.

O Padroado consignava ao bispo de Mariana uma quantia bastante módica para aluguer da residência episcopal. Enquanto de paz com o seu bispo, recebia o procurador do Pe. Simões aluguéis sem a mínima observação; pôsto de mal com o prelado, logo, mal sabendo com quem se havia, resolve cobrar o arrendamento, ainda o vencido e *já* satisfeito, a um conto de réis por ano.

Dom Frei Manuel, prevenido da atitude de seu senhorio, sem pôr tempo em meio, abandona a casa, à qual deixou o nome de Palácio Velho, e se transfere para a Chácara da Olaria, Palácio Novo, a 21 de maio de 1753.

Foi o pretexto para a guerra, e a causa próxima da ação judicial.

A 11 de outubro do ano que se acaba de mencionar, o padre Ribeiro, mal agradecido a seu pastor que o havia constituído ecônomo da Mesa Episcopal e cônego de seu Cabido, dá início ao mais indecoroso processo que já se julgou em Minas, com uma petição ao juiz de fora de Mariana, intimando a contas o seu bispo e benfeitor.

Começava assim sua petição inicial: "*Diz o Dr.* (**) *Francisco Ribeiro da Silva, Cônego Prebendado na Catedral desta Cidade de Ma-*

(*) Havia anos que êsse padre era testamenteiro de um certo Antônio Camelo Neto, famoso agiota, falecido na Vila do Carmo imensamente rico. Não obtivera o juízo eclesiástico, por onde corria o feito, que o padre, vencidos prazos vários vêzes prorrogados, prestasse contas da pingue testamentaria, de pasto de sessenta contos. Um Vigário Geral, conivente com o testamenteiro infiel, teve de exonerar-se. Dom Frei Manuel da Cruz *in limine litis*, forçou o *testamenteiro que se fazia devedor* a dar essas contas. Orçou por cinqüenta contos o desfalque nos bens do testamento.

Esta a verdadeira *causa belli*, os tais *justos motivos* por que se afastou do palácio o sacerdote sacrílego. Êsse Camelo Neto, em descarga *conscientiae*, legou certa verba para que se fizesse um retábulo, hoje Sé, o altar de Santo Antônio (Cf. cód. n.º 129 da seção *Testamentos* do Arquivo da Cúria Marianense).

(**) Nunca provado que êle não tinha direito a êsse "doutor".

riana, que êle quer fazer citar ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo dêste Bispado, para a primeira audiência dêste juízo falar a um Libelo cível, no qual lhe quer pedir as benfeitorias e importe de umas obras que por ordem sua fêz o suplicante...

O que pretendia haver de Dom Frei Manuel era, em resumo, o seguinte:

1. custo dos consertos e do acrescentamento de uma casa que lhe servira de paço episcopal;

2. preço de umas casas e chãos vizinhos ao mesmo paço;

3. preço de um altar liso e de outro de meia talha dourada;

4. riscos, custas e juros resultantes de dívidas que contraíra, a fim de poder realizar as obras de reforma e acrescentamento, as quais se elevaram à soma de cinco-mil oitocentos e setenta e quatro oitavas, um quarto e quatro vinténs de ouro, de 1$500 a oitava;

5. seiscentos mil réis que lhe "rebateram" no pagamento da Chácara do Secretário, que Dom Frei Manuel dêle adquirira para ali instalar o Seminário;

6. o preço, ou a restituição de meia dúzia de cadeiras;

7. dezesseis oitavas de ouro em que ficou prejudicado no negócio de uma liteira encomendada e não aceita pelo bispo;

8. finalmente, que se não atendesse a uma crédito de 600$000, que o prelado queria cobrar-lhe, "*pela razão de o ter passado sòmente na lembrança de dinheiro que tinha recebido a conta de maior quantia.*"

O pleito se arrastou por dezessete anos, dez meses e seis dias. Eram já decorridos oito anos e três meses de falecido o bispo diocesano, a quem Deus poupou a mágoa que por certo lhe daria a sentença de Domingos Dias Velho, juiz de fora de sua cidade episcopal. Foi ela inteiramente desfavorável ao testamenteiro do bispo, seu sobrinho, padre José Pereira da Costa (*). Ao cônego, condenou-o

(*) Irmão do Padre Luciano Pereira da Costa, primeiro comissário da Ordem Terceira de São Francisco.

apenas a dar ao espólio as escrituras das casas e chãos vizinhos ao paço, propriedades que, a êsse tempo, estavam já sob o domínio do Seminário. Tal sentença foi proferida a 2 de julho de 1766.

O Dr. João de Sousa Barradas, advogado do réu, apela a 4 de agôsto para o Ouvidor de Vila Rica José da Costa da Fonseca — que, no ano seguinte a 27 de fevereiro, pronuncia sua sentença, absolvendo o réu de pagar os consertos e o acrescentamento do prédio, assim como os 600$000 de abatimento no preço da chácara do Seminário. Condena-o, porém, a pagar as casinhas e chãos, as obras do quintal — tanque, ruas de canteiro, muros *"por serem obras de recreio do Exmo. Bispo"*, as dezesseis oitavas da liteira e às cadeiras. Quanto aos alugueres, manda que se compensem pelo que o cônego havia recebido a mais.

Embarga o autor e, em conseqüência, sai a segunda sentença do Ouvidor, a qual, por muito curta, vamos transcrever: *"Sem embargo dos embargos, que não recebemos, se cumpra a sentença embargada. Vila Rica, 30 de junho de 1767. Costa Fonseca"*.

Apela o cônego para a Relação do Rio de Janeiro, cuja sentença confirma a do Ouvidor, menos quanto ao preço do segundo altar. Foi datada a 24 de outubro de 1769 e estava assim assinada: *"Doutor Veiga, Ribeiro, Sá, Sousa, Brandão, Soulo. Contulimus circa jus reservatum (*)"*.

José Pereira Pimentel, procurador do cônego Ribeiro, agrava para a Casa de Suplicação. Esta lavra a inapelável sentença do teor seguinte: *"Acordam os do Desembargo etc. Não foi agravado o agravante pelos desembargadores do Rio de Janeiro em absolverem o agravado do pedido no libelo. Portanto, confirmam em tudo sua sentença por seus fundamentos e o mais que dos autos consta, de que o agravante pagará as custas. Lisboa, 17 de agôsto de 1771. Maldonado, Lemos, Silva Lôbo, Cunha, Doutor Silva"*.

(*) Atendendo a que o clero gozava do privilégio de foro, manifestou escrúpulos de julgar esta causa o Ouvidor de Vila Rica. É claro, no entanto, que tal efeito não podia ocorrer pelo juízo eclesiástico em que o último juiz *ad quem* era o próprio bispo e os outros juízes — delegados seus.

Aí está, a largos traços, a história do infame pleito, uma de cujas piores conseqüências foi deixar para sempre denegrida a memória de um sacerdote do qual quiséramos poder falar bem. (*).

Essa história consta, pormenorizada, dos autos a que nos temos referido e dos quais não teve notícia o autor da *História Antiga* (**), aliás não teria afirmado o insigne mestre que a Casa da Ordem Terceira da Penitência fôra o único monumento dos primeiros tempos que se conservou intato até o presente.

Folheemos ditos autos e veremos como foi inúmeras vêzes *tocada*, como foi inteiramente reconstruída, renovada desde os fundamentos, a casa do Padre Simões — Palácio da Vila do Carmo, segundo afirma a *História Antiga*.

Lê-se na fl. 9: "Provará que para o Rdo. Autor fazer a dita obra de acrescentamento que lhe recomendara o Exmo. Sr. Bispo, rogou ao Rdo. Domingos José Coelho e Sampaio despejasse as ditas casas para nelas entrar a dita obra e de fato saiu delas e começou o Rdo. Autor a mandar a fazer o dito acrescentamento em abril de 1748, fazendo eleição para dirigir a obra, rogar oficiais, juntá-los e governá-los, e, também, para ajustar as madeiras necessárias e mais materiais, na pessoa de Agostinho de Sá e Costa, oficial de carpinteiro, morador nesta cidade, dos mais peritos e pessoa de boa fama..."

"Provará que os oficiais de carpinteiro foram Agostinho de Sá e Costa e seus aprendizes Bento Gonçalves Côrtes Antônio Fernandes — João Lopes Romeiro — Antônio Nogueira Antônio Pe-

(*) O Cônego Ribeiro custeou a publicação do *Auto Trino*. Foi, sem dúvida, censurável a intenção com que se constituiu Mecenas do precioso opúsculo; temos de reconhecer, no entanto, que êle prestou assinalado benefício à história religiosa de Minas.

(**) Quando se referiu pela 1ª vez ao Cônego Salvador Pedro Cota, saudoso mestre do tempo de nosso estudantado no velho Seminário de Mariana, recomendei-o à Diretoria do Noviciado Carmelita, a cuja Congregação doara a casa que possuiu e que sempre habitou em Mariana, que nos entregasse o seu pequeno arquivo, ainda aí conservado numa velha arca. Entre os papéis do venerando sacerdote, quase todos de natureza íntima — cartas de parentes e amigos — chamaram-me a atenção um alentado códice, cujo valor não me foi possível apreciar logo, não só pelas avantajadas proporções do volume, como pelo emaranhado da escrita — das de mão pessoa interessada que temos encontrado. Reza na *notícia* do frontispício processo. Pesquisámo-nos valeram-lhes para a *Arquidiocese de Mariana*, cujo primeiro volume se encontrava já em provas de página.

Era do mesmo arquivo essa magnífica oração fúnebre, único trabalho que se salvou do Inconfidente Cônego Luís Vieira, o mais notável sacerdote da *Conjuração Mineira*, que se pode ler no 3º vol. de *Almanaque*. Dos dois documentos fizemos doação ao Arquivo da Cúria Metropolitana.

reira — Manuel da Silva — Benevenuto Paulo da Costa — Bartolomeu da Silva — Manuel Pinto Mendes — José de Siqueira Vedra — Domingos Nogueira — Marcelino de Miranda e Filipe da Mota".

Na fl. 10: "Provará que na mesma obra trabalharam os oficiais seguintes, pedreiros — Manuel João, nos telhados e reboques; Manuel da Cunha — João de Oliveira — Manuel Rodrigues — Domingos Afonso — Matias Soares da Costa, José Moreira e seu irmão; de deitarem tabuados na dita obra — José Machado Monteiro — Manuel de Sousa Lima — Manuel Pereira Lôbo — José Gonçalves Coelho — Anacleto Correia Freire — Francisco de Brito — João da Silva (da Barra de Antônio Dias) — Custódio Francisco (do Morro do Ouro Fino) — Alexandre Viveiros e Domingos de Oliveira".

Com êstes oficiais prosseguiu o cônego na obra de consertos e acrescentamento até outubro de 1748, quando chegou o Sr. Bispo. E continuou-a sem interrupção até março de 1751, tempo em que se retirou de palácio e de "ir à presença do Exmo. Réu".

Consta ainda dos mesmos autos, na fl. 19: "Provará que o Rdo. Autor foi executado pela quantia de 224$577 que devia ao serralheiro Antônio Coelho, morador em Vila Rica, procedidos de ferragens para as obras do dito acrescentamento".

Na fl. 11: "Provará que também o Exmo. Réu mandou fazer pela sua eleição, depois da sua chegada, a obra do quintal que consta de ser tapado de pedra até fora da terra e daí para cima de adôbes dobrados, coberto de telha, rebocado e caiado, dividido em canteiros".

Fl. 111: " .. tinha (o Sr. Bispo) determinado fazerem-se janelas de sacadas com portas à romana, deu ordem ao Rdo. Autor que assim o executasse e êste mandou cortar pedras para as sacadas e canela parda para as portas se fazerem rasgadas à romana e se chegaram a lavrar algumas pedras que ainda existem ao pé da dita obra, e outras as mandou o Exmo. Réu gastar *em um tanque que mandou fazer no quintal* e se fizeram algumas portas que se acham em uma lógea das ditas casas".

Havendo Dom Frei Manuel da Cruz proposto a El-Rei a aquisição, para palácio episcopal, da casa, reformada e acrescentada,

"veio ordem ao Sr. General Gomes Freire de Andrade para fazer a dita compra e passando-se êste para êsse fim a esta cidade fêz ir o Rdo. Autor a sua presença e entrando a capitular com êle o preço das ditas casas, pelas mesmas lhe pediu o Rdo. Autor trinta mil cruzados, afirmando que pedia a dita quantia respeitando *a grande despesa que se tinha feito com as obras do acrescentamento e melhoramento das ditas casas*... (fl. 88)."

Abramos, em continuação, o livro de têrmos do arquivo da igreja de São Francisco e anotemos o de 2 de fevereiro de 1766: "... se determinou que *na parede que se há de fazer para segurança destas casas*, na frente da rua, façam *as portas* que se carecem *com portais e vêrgas de pedra* e em número segundo a prudente direção do nosso Procurador".

No têrmo de 3 de dezembro de 1780: "era muito conveniente o consertarem-se as casas próximas à capela desta venerável Ordem, porque, quanto mais se demorarem o seu consêrto, tanto mais se iam danificando, além da utilidade que a mesma Ordem podia perceber estando as mesmas em têrmos de se poderem alugar (*), não obstante o inconveniente da mesma Ordem ter nelas o seu Consistório e Santuário... e porque esta venerável Ordem não podia contribuir com a despesa necessária pelo necessidade de continuar a fatura da capela, que se mandasse chamar o referido Irmão José Pereira Arouca, o qual vindo e sendo presente disse que não tinha dúvida a consertar as referidas casas e dividi-las em duas moradas, assistindo com todo o necessário para o consêrto e divisão das mesmas, contanto que se lhe consignasse para pagamento da despesa o rendimento das mesmas casas, ficando a *divisão destas e seus repartimentos* à sua direção e que sòmente finda a obra daria a sua conta de jornais, *madeiras, preços, pedra* e *cal* e tôda a mais despesa, e, outrossim, declarou também que não tinha dúvida a *mudar o Santuário e fazer duas portas*, uma que entra da sacristia para o quarto do Santuário, outra que entra debaixo do trono para o consistório, que não tinha

(*) Cessam êsses registros na igreja que na sua casa residiram em 1805, o Dr. Antônio Ramos da Silva Nogueira; em 1810, o Dr. Antônio José Duarte de Araújo Gondim; de 1816 até 1851, quando faleceu a 20 de junho, o Chantre Dr. Francisco Pereira de Santa Apolônia, êste último, político de grande projeção na antiga província de Minas.

dúvida fazer tudo para se pagar pelo rendimento das mesmas casas, e atendendo a necessidade que há de *casa* para se guardarem os andores e mais trastes pertencentes a esta venerável Ordem, também se obrigou o sobredito Mestre a preparar a loja ou *casa* por baixo das mesmas, assoalhando-a e fazendo-lhe a mais obra necessária..."

O que consta do têrmo se executou exatamente. Quem traça êstes apontamentos habitou essa casa por quatro anos. Na parte dividida residia pelo mesmo tempo o prêto Manuel Rita com sua família. O Santuário, até nossa retirada, lá estava no sítio indicado. Aí se reunia a Conferência de São Vicente de Paulo (de São Francisco) e ainda aí funcionou por alguns meses a Cúria Metropolitana, enquanto passava por ligeira limpeza a Casa Capitular (ou Cúria Metropolitana) em 1943-44. Tudo isto sem o mínimo incômodo para nós que residíamos na parte principal do antigo palácio episcopal (*).

Em Mesa de 17 de janeiro de 1782: "foi proposto que parecia devia-se mandar *fazer a escada* para serventia das casas de baixo por fora e não por dentro em razões de ficar mais cômodo às mesmas casas; outrossim, que as janelas de tôda a galeria da frente da rua deviam ser de sacada, foi determinado que se fizesse a escada sobredita pela parte de fora com guarda-mão de pedra, se fizessem *as janelas acima referidas de sacada com soleiras de pedra* e que se estreitasse a porta grande que fica por debaixo das casas e que *uma das janelas que existem na mesma casa de baixo* se mudasse para cima, pondo-se no lugar em que se havia de pôr uma das portas, ou onde mais cômodo parecer ao Mestre".

No têrmo de 9 de outubro de 1782: "foi assentado que a *escada* que, no têrmo de fls. se determinou fôsse por fora, *se fizesse por dentro*, pelo insanável defeito que ficam as casas com escada por fora".

Em 12 de março de 1801, cêrca de vinte anos depois dos trabalhos de Arouca, mandou a Mesa reedificar a casa, por estar muito deteriorada a não valer consêrto.

(*) Durante alguns anos, e ainda a nosso tempo, com os demais habitantes mencionados, tinha aí o seu cartório, de todo independente, o ex-escrivão, Capitão António Ferreira de Morais.

Passemos agora ao livro de receita e despesa do mesmo arquivo de São Francisco:

Fl. 12 Pagamento a Manuel Domingos Castro "de consêrto nesta casa".

Fl. 29 Pagamento a José Pereira Arouca, de cal e rebôco.

Fl. 29 — Pagamento a João Carneiro "da fatura da escada que desce para o pátio das ditas casas".

Fl. 30 — Pagamento a José Pereira Arouca "das ombreiras das janelas da casa da Ordem".

Pagamento a Francisco Alves Quinta do telhado da casa, em 1788-89.

Em 1800–1801 trabalharam na casa: (fls. 71 a 74) Antônio Pereira da Costa, carpinteiro, 164 dias; Manuel de Jesus Henriques, carpinteiro, 131 dias; 12 dias de um oficial dêste; Joaquim Rodrigues, carpinteiro, 21 dias; Manuel Lopes de Jesus, 111 dias; Francisco Machado da Luz, 26 dias; Felisberto Francisco, 101 dias; José Martins Gomes, "mestre das esteiras", 41 dias; Evaristo Teixeira, pedreiro, um pagamento de 146 dias, outro de 104; Bernardo Pereira Arouca, 56 dias; um escravo de Domingos Ribeiro Bastos recebeu 29 oitavas. Todos claramente especificados de serviços "na casa da Ordem".

Material de construção: madeira, 227 oitavas de um pagamento e 95 de outro: 20 carros de lajes; 2000 telhas de um fornecimento, 1600 de outro; 182 carros de pedra; 180 alqueires de cal preta; 200 pregos e 2 dúzias de *tabuados*.

Pintura 71 oitavas.

Concluiu já o leitor, sem a mais pequenina dúvida, que é inadmissível a afirmação de que o chamado Palácio da Vila do Carmo (na *História Antiga*), na realidade *Casa de São Francisco*, seja o único monumento dos primeiros tempos que se conservou intato até o presente (1904).

> "Salvo a pequena modificação de uma janela convertida em porta".

Mais adiante chamaremos a atenção do leitor para esta afirmação.

II

Reza assim a segunda afirmação do Dr. Diogo. Transcrevamo-la *ipsis verbis*:

> 2 - - Em vista do ofício de 24 de maio de 1714, em que Dom Brás Baltasar pediu que se comprasse a casa de Manuel Antunes de Lemos, *concluí-se* que o Palácio começou a ser construido de 1715 em diante; e como nêle veio o conde residir em fins de 1717, pelo menos já neste ano estava em ponto de ser habitado.

O autor, note-se, *concluí*, mas, sem documento, sem premissas legìtimamente assentadas.

A Câmara, efetivamente, comprou êsse prédio em que já residia D. Brás Baltasar da Silveira.

Eis aqui o teor da respectiva escritura:

"Escritura de venda que faz o Capitão Manuel Antunes de Lemos à Câmara desta Vila de uma casa de morada em que assiste o Governador e Capitão General destas Minas Dom Brás Baltasar da Silveira, e plenária quitação da parte que se embolsa o dito vendedor, e hipoteca que também faz do recebido.

"Saibam quantos êste público instrumento de escritura de venda, hipoteca e plenária quitação virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e quinze anos, aos vinte dois do mês de dezembro do dito ano, nesta Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo, em pousadas do Juiz Ordinário, o Coronel Rafael da Silva e Sousa, donde eu Tabelião ao diante nomeado fui chamado e sendo aí apareceu presente o Capitão Manuel Antunes de Lemos, morador desta Vila e bem assim o Juiz Ordinário, o Coronel Salvador Fernandes Furtado, e o procurador da Câmara o Capitão Manuel Rodrigues de Sousa e os Vereadores, o Sargento Mor Manuel da Cruz de Vasconcelos e o Sargento Mor Manuel da Silva Ferreira, o capitão Torcato Teixeira de Carvalho, tôdas pessoas de mim reconhecidas pelos mesmos aqui nomeados. E logo pelo dito Capitão Manuel Antunes de Lemos foi dito perante as testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que êle entre os mais bens de raiz que possui nesta Vila era senhor e possuidor de uma morada de casas co-

bertas de telha, feita de taipa de pilão, assobradadas em que ora assiste e mora o Governador e Capitão General destas Minas Dom Brás Baltasar da Silveira, cujas casas mandou fazer e beneficiar, que partem de uma banda com casas de telha que foram de José Pinto de

e da outra com as casas do Capitão José Correia, as quais disse vendia, como com efeito vende por êste público instrumento ao Senado da Câmara desta Vila pelo preço e quantia de três mil e quatrocentas oitavas de ouro em pó com a condição de que as dará livres e desembargadas com tôdas as benfeitorias e casas que nelas se acharem da cêrca para dentro, como é um rancho de telha que fica dentro da dita cêrca para dentro e um bofete torneado de pau de jacarandá, dois bancos de encôsto e que outrossim se obriga a entregar as ditas casas mencionadas com tudo mais que se declara desimpedidas a êles ditos oficiais da Câmara ou aos que em seus lugares sucederem até os fins do mês de março próximo que vem, do ano de mil setecentos e dezesseis para que êles ditos oficiais da Câmara possam fazer as obras necessárias para a casa do Conselho e Cadeia na forma que tinham ajustado com os Cons. da Governação no livro que serve a seus acórdãos a folhas oitenta e um verso, em que também tinha convindo a maior parte do preço e que êles ditos oficiais da Câmara pagariam a êle dito Capitão Manuel Antunes de Lemos pelas rendas e bens da dita Câmara a sobredita quantia de seis mil e quatrocentas oitavas de ouro na forma que se no sobredito acórdão e como nêle se declara, a saber, de lhe darem e pagarem de presente o ouro que tivessem livre dos gastos pertencentes à dita Câmara e que o que faltasse para a cabal satisfação da dita quantia lhe iriam pagando nos anos vindouros pelos rendimentos que livres das despesas ficarem à dita Câmara até real satisfação da dita quantia, assim por êles ditos oficiais da Câmara como por seus sucessores e que será êle dito Capitão Manuel Antunes de Lemos obrigado a correr o risco das ditas casas até a real entrega delas e que sem embargo de que as ditas casas com os seus pertences acima declarados se haviam avaliado na forma em que se tinha ajustado pelo sobredito têrmo em o Cons. da Governação e os oficiais da Câmara em sete mil e quatrocentos e cinqüenta e duas oitavas de ouro que êle dito Capitão Manuel Antunes de Lemos renunciara aquela condição pelo parte que lhe tocava e as

largava e vendia de hoje para todo sempre à dita Câmara pelo dito preço de seis mil e quatrocentos oitavas de ouro pela repugnância que os ditos oficiais da Câmara fizeram em comprar as ditas casas pela dita avaliação a cujo pagamento recebera logo três mil e trezentas e trinta e cinco oitavas de ouro, a saber, em uma morada de casas de telha que de presente serve de cadeia que foram de José Alberto, quatrocentas e setenta e seis oitavas de ouro e da mão do procurador da Câmara o Capitão Manuel Rodrigues de Sousa mil cento e dezesseis e da mão de Hierônimo da Fonseca Gomes mil setecentas e quarenta e três que tudo faz a sobredita quantia de três mil trezentas e trinta e cinco oitavas de ouro das quais dava por êste público instrumento plenária e geral quitação de hoje para todo o sempre aos ditos oficiais da Câmara por haver recebido a dita importância na forma declarada. E outrossim foi mais dito e declarado por êle dito Capitão Manuel Antunes de Lemos que em caso que por alguma ocasião ou acidente não tenha entregue a êles ditos oficiais da Câmara ou a seus sucessores as ditas casas despejadas no tempo de sua obrigação será obrigado a repor à dita Câmara a quantia que até êsse tempo tiver recebido, para cujo efeito, disse, hipotecava a dita quantia recebida e o que mais receber, um engenho de fazer aguardente e melados que tem na paragem chamada Morro de Domingos Velho Cabral, bem assim os escravos seguintes, a saber, por nomes Antônio Mina, José Mina, Domingos Mina, [illegible] Mina pagão, João Mina, Francisco Mina, Domingos Benguela, João Benguela, João Congo, Salvador Crioulo, Manuel Crioulo, Pedro Crioulo, Pedro Benguela, Pedro Angola, Luís Benguela, Garcia Crioulo, Tetumbi Mina e assim mais todos os seus bens móveis e de raiz havidos e por haver, presentes e futuros, contanto que esta especial hipoteca não derrogue a geral dos mais bens, nem pelo contrário [illegible] as condições declaradas pelo vendedor foi por êles dito perante as mesmas testemunhas adiante nomeadas e assinadas que as aceitavam e prometiam cumprir, não faltando às suas cláusulas em todo nem em parte, assim por si como por seus sucessores e pelos Cons. da dita Câmara e que sendo cumpridas as ditas condições do dito vendedor haviam as ditas casas por compradas e nesta forma me pediram lhe fizesse esta escritura nesta nota que todos aceitaram e eu Tabelião

aceito como pessoa pública estipulante e aceitante em nome de quem tocar ausente o direito dela e assinaram com as testemunhas presentes o Escrivão da Câmara André Francisco Tôrres, Manuel Pinto Pereira e Manuel Mendes de Almeida pessoas reconhecidas de mim Tabelião Garcia Gomes Pilo que o escrevi. Salvador Fernandes Furtado — Manuel Antunes de Lemos — Rafael da Silva e Sousa — Manuel da Cruz de Vasconcelos — Manuel da Silva Ferreira — Manuel Pinto Pereira — André Francisco Tôrres — Manuel Mendes de Almeida (Lº de notas... fl. 285).

Esse prédio, comprado a Manuel Antunes de Lemos, a Câmara o oferece a El-Rei *para residência dos governadores* por carta de 17 de junho de 1719 (*Livro de registro da Câmara a fls. 177 v e 178*). El-Rei o aceita para o mencionado fim em carta de 9 de novembro do referido ano. E' longa essa carta-régia, em que são ventilados negócios que não vêm ao ponto. Passarei para aqui os lances que interessam ao assunto e são:

"Dom João por graça de Deus etc. Faço saber a vós, oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo, que se viu o que respondestes, em carta de 17 de junho dêste presente ano, à Ordem que tivestes em que vos declarava se não continuasse mais com a imposição das meias patacas lançadas em cada barril de melado do Brasil e aguardente da mesma terra, o que assim tinheis executado como constava da certidão que me remetestes, representando-me que o que tinheis arbitrado aos aferidores dos balanços era le.....(*) meia, de revista três quartos, era mesma ....(*) que é da medida de dois vinténs até medida inteira uma oitava, por revista destas meia oitava, por uma vara de medir, ou côvado um quarto, o carcereiro por carcerage de cada prêso duas oitavas, e de sustento de cada um negro, de cada dia, quatro vinténs, cujos lugares tinha essa Câmara determinado arrematarem-se todos os anos em praça a quem por êles mais desse, que a cadeia êste presente ano fôra em setecentas e trinta e seis oitavas, as aferições das balanças e pesos em quinhentos e quarenta oitavas, a das medidas, vara e côvado, quinhentos e cinco oi-

(*) Ilegível.

tavas, cada arrematante dêstes lucra em cada uma das rendas cento e cinqüenta ou duzentos oitavas, e se vos oferecia dizer-me que as ditas arrematações e rendas há de ser sua aplicação para as festas reais do Corpo de Deus, como para outras ocasiões do meu real serviço e para os gastos dos caminhos e estradas que precisamente são necessárias fazerem-se a custa da Câmara por serem intratáveis os morros e rochas e essa Câmara se acha com grande empenho, *porque os anos passados se compraram umas casas por três mil e quatrocentas oitavas de ouro* para estas servirem de cadeia e casa do conselho, e *estas se determinaram o serem para morada dos governadores*, que vão governar essas Minas por serem as mais capazes e suficientes e *delas me fazeis oferecimento para morada dos governadores* e por ser indecência o fazerem-se vereações e audiências em casas particulares, vos resolvíeis êste presente ano comprar outras para o tal efeito por três mil e oitocentas oitavas a pagamentos de mil e duzentas oitavas por ano, destinando para a dita compra as sobreditas rendas, quartando os mais gastos na melhor forma que for possível...".

Continuando, diz el-rei: "... e quanto a oferta que fazeis *das casas que comprastes* vos louvo muito e agradeço outrossim êsse serviço... El Rei nosso Senhor o mandou por João Teles da Silva e Antônio Rodrigues da Costa, conselheiros do seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Miguel de Macedo Ribeiro a fêz em Lisboa a nove de novembro de mil setecentos e dezenove. O secretário Antônio Lopes de Lavre a fêz escrever. João Teles da Silva — Antônio Rodrigues da Costa (*Livro de registros da Câmara, fls. 215 v. e segs.*) (*)

O que lògicamente se conclui dos dois documentos procedentes é que *o paldcio, em que residiram os governadores*, foi a casa:

a) que Manuel Antunes de Lemos vendeu à Câmara;

b) que a câmara ofereceu a El-Rei para residência dos governadores;

c) que o El-Rei aceitou para o mencionado destino;

d) que, estando os governadores de residência fixa em Vila Rica e tornando-se por isto desnecessária a El-Rei, êste mandou devolver à Câmara em 1744. Isto o afirmam o Governador Gomes Freire de

(*) Êsse livro pertence à Ouro Preto. A cópia me foi fornecida pelo Cap.º Antônio Ferreira de Morais.

Andrade, o *Compêndio das Épocas da Capitania*, o Cônego Anchieta (*) e o Dr. Diogo de Vasconcelos na afirmação que passamos a examinar (IV).

III

A afirmação contida no trecho que resumimos sob o nº. 3 não visa o alvo que trazemos em mira neste trabalho.

IV

Passemos ao n.º 4:

> O palácio era propriedade da Câmara. Em 1744, estando já os governadores de residência fixa em Vila Rica, el Rei por carta de 7 de junho (emitida em virtude de consulta do Conselho Ultramarino de 2 de maio do mesmo ano), manda que o restituam à Câmara.

Nesta passagem, sobretudo, é que se põe de manifesto o equívoco do eminente escritor. Os dois edifícios que êle funde num só, fazendo da Casa de São Francisco o Palácio da Vila do Carmo, aí estão em 1744 — quase à vista um do outro, coexistindo visivelmente, distintamente, contemporâneamente: um que servira efetivamente de residência aos governadores e que, agora, desnecessário ao govêrno, manda El-Rei que se devolva à Câmara, por Ordem do Conselho Ultramarino de 2 de maio e Carta-Régia de 7 de junho, tudo de 1744; outro que estava, precisamente nesse ano de 1744, ocupado pelo padre Domingos José Coelho e Sampaio, a quem, com procuração do seu proprietário — Padre José Simões — o arrendara o Padre Francisco Ribeiro da Silva.

(*) O Cônego Anchieta (João Carlódio Coelho Pinto de Anchieta) foi um grande entusiasta para dizer, um exagerado amigo da sua terra natal. Viveu a robustecer e a divulgar voltos e fatos marianenses, que de algum modo pudessem realçar a história da velha cidade. Era Terceiro de São Francisco, cuja igreja preferiu para o seu sepultura, não obstante ter direito, como capitular, a honrosa túmulo ao pé do venerando Sé. Escreveu inúmeros folhetos e avulsos que distribuiu largamente.

Pois bem, êste homem vem afirmar que a Casa de São Francisco, a ôsea, de sua *igreja*, houvesse algum dia hospedado os governadores, e tê-lo-ia feito, fôsse verdade, o Terceiro Franciscano, o ardente, o inundado de Mariana. Não o fêz, e disse aliás, antes de aparecer (n) da *História Antiga das Minas Gerais*.

Aos dois prédios se referem os documentos que passamos a trasladar.

Referem-se ao *Palácio dos Governadores*:

1 — Carta de Gomes Freire aos Camaristas de Mariana —

"Não tenho dado execução à Ordem do Conselho Ultramarino de dois de maio de mil setecentos e quarenta e quatro, que determina mande entregar a V. Mercês *as casas que serviram de residência dos Governadores, meus antecessores* (*), por haver recebido uma carta por cima, em que o mesmo Senhor me ordenava mandasse tirar planta dessa Cidade e *das ditas casas* para se averiguar se tinham capacidade de servir de Palácio ao novo Bispo; pelo que não posso obrar nesta matéria cousa alguma até nova determinação do mesmo Senhor, que a espero na futura frota. Deus guarde a V. Mercês. Vila Rica, 10 de fevereiro de 1746 — *Gomes Freire de Andrade*. — Sr. Dr. Juiz de fora, Vereadores e mais oficiais da Câmara da Cidade de Mariana".

2 — Do *Compêndio das Epocas da Capitania* de Minas Gerais, desde o ano de 1694 até o de 1780, consta êste trecho:

"Aos 7 de junho de 1744 El-Rei mandou restituir à Câmara as *casas que serviram de residência dos governadores*, não só por ter cessado a necessidade, mas ainda porque tinham sido feitas (**) a custa dela".

3 — No *livro de arrematações da Câmara* a fls. 30 verso e 31, têrmo de 2 de janeiro de 1749, lê-se: "Far-se-á um paredão ao livel da *rua*, principiando do quintal das *casas que serviram de paláclo* até as casas de Antônia Ferreira de Azevedo. Far-se-á outro paredão principiando das casas de Manuel Carvalho Silva e acabando na calçada do *beco que sai para a praia*. Far-se-á a calçada da *mesma rua direita*, principiando do canto das ditas casas, na calçada já feita até a parte das casas de Manuel Carvalho Silva, na entrada da rua que vai para os quartéis".

Com a demolição recente de duas ou três casas da rua direita pôs-se a descoberto um trecho dêsse paredão, feito para arrimar e

(*) Notar esta circunstância — *governadores, meus antecessores*.

(**) Adaptações, como consta de um documento citado pelo Dr. Salomão de Vasconcelos em *Verdades Históricas*, pág. 117-118.

livelar o piso da referida rua, a qual, como é patente, se rasgou em terreno inclinado.

Um dos raros edifícios da rua direita que escaparam à inundação de 1745 foi êsse palácio. Daquela antiga rua direita a extremidade, que terminava na matriz, *deve ter sido* aproveitada para a nova rua direita.

4 — No mesmo livro de arrematações, têrmo de 21 de junho de 1749, fl. 60: "Auto de arrematação do consêrto da cadeia, entrando na mesma arrematação uma parede do quintal das *casas que serviram de residência dos governadores destas Minas na fronteira da rua direita*, que pertencem ao Senado, que rematou Francisco Teixeira Braga por cem oitavas de ouro".

5 — Ainda no mesmo têrmo de 10 de abril de 1750, fl. 89: "Em arrematação o consêrto de um lanço de parede das *casas que serviram de palácio* — Condições — Em palácio se há de fazer uma parede de pedra e cal, na frontaria, botando-se fora a que está feita de taipa arruinada, terá a dita parede de alto doze palmos com o seu alicerce ... e se fechará (*) uma janela, também de pedra e cal, que fica da outra parte da entrada da porta do dito palácio por ficar a obra com mais segurança."

6 — Registro a fls. 115, em data de 17 de fevereiro de 1751, do citado livro:

"Auto de arrematação das *casas que serviram de palácio*, que arrematou Lourenço Ribeiro de Andrade, fiadas por dois anos, em dois pagamentos, por quatrocentos e cinqüenta mil réis — Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinqüenta e um anos, aos dezessete dias do mês de fevereiro do dito ano, nesta Leal Cidade de Mariana e casas da Câmara dela, estando presentes em ato de vereação o Dr. Francisco Ângelo Leitão, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Juiz de fora, com alçada em esta dita Cidade e seu têrmo e Presidente do Senado da Câmara dela e o Guarda Mor José da Silva Pontes, o Alferes Francisco da Mota de La Roy, vereadores atuais e o Procurador da mesma Câmara Manuel Alves da Neiva e sendo aí presente o Porteiro do Auditório José Luís,

(*) Alusão à janela, que se suprime.

para procederem a arrematação das *casas que serviram de Palácio* que tinham andado em praça muitos mais dias que os da lei, e depois de outros lanços que nelas houve, lançou últimamente nelas Lourenço Ribeiro de Andrade em preço e quantia de quatrocentos e cinqüenta mil réis fiadas por dois anos, em dois pagamentos iguais, a metade da referida quantia que são duzentos e vinte e cinco mil réis para os pagar em dezessete de fevereiro do ano próximo que vem, de mil setecentos e cinqüenta e dois, e o resto, que são outros duzentos e vinte e cinco mil réis, para os pagar em dezessete de fevereiro de mil setecentos e cinqüenta e três anos, com o qual lanço e preço andou o dito Porteiro passeando pela dita praça de baixo para cima e de uma banda para a outra, dizendo em voz alta, clara e inteligível, que todos muito bem entendiam quatrocentos e cinqüenta mil réis dão pelas *casas de Palácio*, fiados por dois anos, em dois pagamentos iguais um a um ano, e o resto no fim de dois anos que se hão de arrematar a quem por elas mais der, se havia quem nelas mais lançar quisesse, se chegasse a êle, receberia seu lanço, e repetindo o dito Porteiro uma e muitas vêzes pela dita praça o dito lanço, e por dar sua *fé* e não haver quem nelas mais lançar quisesse, o que visto pelo Doutor Presidente e mais oficiais da Câmara mandaram ao dito Porteiro que afrontasse e arrematasse e desse o ramo, e logo o dito Porteiro, em observância do dito mandato, andou pela dita praça, passeando de baixo para cima, e de uma banda para outra, afrontando a todos os lançadores que na dita praça estavam, dizendo quatrocentos e cinqüenta mil réis dão pelas *casas que foram de Palácio*, fiados por dois anos, em dois pagamentos iguais e em voz alta dizia — afronta faço que mais não acho, se mais achara mais tomara, dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três; há quem mais dê, senão arremato; afronta faço que mais não acho, se mais achara mais tomara; afronta faço que mais não acho, se mais achara mais tomara, dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três; há quem mais dê, senão arremato; afronta faço que mais não acho, se mais achara mais tomara, dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três; há quem mais dê, senão arremato, dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, e disse, metendo espaço de tempo em meio, e dou-lhe uma, digo, e dou-lhe outra mais pequenina, e metendo um ramo verde na mão do lançador, que na sua trazia para o

dito efeito, lhe disse pois que mais lhe não davam, faça-lhe muito bom proveito pelo dito lanço atrás declarado, com o que lhe houve o dito Doutor Presidente e mais oficiais da Câmara as ditas casas de Palácio por arrematadas na sobredita quantia de quatrocentos e cinqüenta mil réis ao dito rematante Lourenço Ribeiro de Andrade, o qual se obrigou, como com efeito se obriga, por sua pessoa e bens presentes e futuros a fazer os pagamentos na forma acima declarada, a metade da referida quantia de hoje a um ano e o resto de hoje a dois anos e para mais segurança disse dava, como com efeito deu, por seu fiador e principal pagador o Capitão Domingos Fernandes de Oliveira, morador nesta cidade, o qual, sendo presente e reconhecido de mim Escrivão pelo próprio por que se nomeia, e aprovado pelo Procurador do Senado, por êle me foi dito, em presença das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas, que êle muito de sua livre vontade e sem fôrça nem constrangimento de pessoa alguma se obrigava, como com efeito se obriga, como fiador e principal pagador do dito rematante Lourenço Ribeiro de Andrade, aos pagamentos atrás declarados para cuja satisfação disse obrigava sua pessoa e bens presentes e futuros em o mais bem parado dêles e de como assim o disse e se obrigou, mandou o Doutor Presidente e mais oficiais da Câmara fazer êste auto de arrematação que assinaram com o dito rematante, fiador e Porteiro, sendo testemunhas presentes José de Almeida e Barreto, porteiro e contínuo do Senado e o Alcaide desta Cidade Francisco Manuel Antunes que todos aqui assinaram, e eu João da Costa Azevedo, Escrivão da Câmara que o escrevi, Leitão, Pontes, Moreira, Neiva, Francisco Manuel, Antunes, José de Almeida Barreto, Lourenço Ribeiro de Andrade, Domingos Fernandes de Oliveira, José Luís.

Ao tempo em que o govêrno da metrópole mandava restituir à Câmara, sua proprietária, as *casas* em que residiram *os governadores* (sempre se diz — governadores — sem exceção); que a Câmara punha essas mesmas casas em arrematação para consertos e para renda, e as consertava e vendia de fato, as *casas* do Padre Simões eram alugadas ao Pe. Domingos José Coelho e Sampaio; eram a seu turno consertadas e acrescentadas; eram arrendadas ao primeiro bispo e finalmente seriam transferidas ao domínio da Ordem Terceira da Penitência.

Leiamos os documentos que comprovam tôdas estas afirmações.

Documentos relativos à Casa de São Francisco:

1.º — Dos *autos* (de Ação de cobrança movida contra Dom Frei Manuel da Cruz), fl. 7 verso: "Provará que o dito Pe. Alexandre Ribeiro do Couto (*) com efeito fez viagem pelo sertão e Rio de São Francisco a encontrar o Exmo. e Rvmo. Sr. Bispo na fazenda da Conaviera, sita no sertão e capitania do Piauí, e lhe entregou uma carta do Rvdo. Autor, e outra que levava para o Rvdo. Pe. Manuel Pinto Ribeiro: na sua ausência a abriu o Exmo. Sr. Bispo. Nela dizia o Rvdo. Autor que as casas de *mais capacidade* que havia nesta cidade (**) *estavam debaixo da administração do Rdo. Autor* ..."

2.º — Dos citados Autos, fl. 9: "Provará que as *ditas casas sempre* foram do Rdo. José Simões, Vigário Colado da Matriz desta Cidade antes de ser criada em Catedral de quem o Rdo. Autor era procurador bastante."

Repare o leitor que a Casa de São Francisco *sempre* foi do Padre José Simões.

Mais documentos, referentes à Casa de São Francisco, iremos encontrando nas páginas que se seguem.

V

> Recebendo-o, a Câmara mandou consertá-la para hospedar o primeiro bispo, "quando chegasse a tomar posse".

É patente a improcedência do que nesse lance se afirma tão categòricamente.

Os consertos do prédio e o seu acrescentamento, vimos já que os realizou — especialmente com o fito de adaptá-lo para palácio episcopal e arrendá-lo ao Bispo — o padre Francisco Ribeiro da Silva.

Contemporâneamente a Câmara reavia do govêrno as suas *casas que serviam de residência aos governadores*, submetia-as a reparos e as vendia, finalmente, a Lourenço Ribeiro de Andrade.

(*) Mensageiro do Cônego Francisco Ribeiro, O "Rdo. Autor" nos Autos.

(**) "De mais capacidade" não era verdade, como veremos adiante.

Deve o leitor possuir-se da convicção em que estava o Dr. Diogo de que a atual casa de São Francisco fôra:

1) Palácio da Vila do Carmo,
2) propriedade da Câmara,
3) residência do Conde de Assumar,
4) restituída à Câmara, depois de haver servido por anos aos Governadores,
5) consertada pela Câmara para hospedar o Bispo, e,
6) finalmente, vendida à ordem Terceira da Penitência. Aqui percebe-se que o ilustre escritor não preenche uma solução de continuidade na história do palácio, a saber: a passagem dêle de propriedade da Câmara para propriedade da Ordem Terceira. Há aqui um salto de um para outro prédio. Não temos dúvida de que o ilustre mestre o deu de boa fé, desprecebidamente, levado pela expressão *Paláccio Velho*, equivocamente interpretada.

É fora de dúvida, no entanto, que na mente do Dr. Diogo havia um prédio que foi simultâneamente da Câmara e do P^e^. Simões; que foi Palácio da Vila do Carmo e se tornou propriedade da Ordem Terceira.

Não se faça dizer ao eminente autor da *História Antiga* mais do que êle realmente afirmou.

VI

Passemos adiante. Afirma a *História Antiga*:

> Em 1748 o Bispo Dom Frei Manuel da Cruz entrou a residir nêle e aí estêve até 1756, quando se mudou para a Chácara da Olaria, doada ao Seminário, por *João* de Tôrres Quintanilha e chamada desde então *Palácio Novo*.

Retifiquemos de início dois equívocos que ocorrem neste passo da *História Antiga*.

1) Dom Frei Manuel da Cruz abandonou *as casas do Padre Simões* em 1753 e não 1756. Abramos o *Copiador* de D. Frei Manuel



Casa de São Francisco (fortaleza ao fundo), vista do morro do Cruzeiro



Casa de São Francisco em Mariana (Primitivamente casa do Padre José Simões. Em 1748-1752 Palácio Episcopal. Vista do arco dos vestígios de São Francisco)

a fls. 162 verso e lemos a carta seguinte: "Para o Sr. Governador desta Capitania das Minas Gerais 1753 - Foi S. Majestade servido, por representação que lhe fiz, mandar-me pagar os aluguéis das casas em que residisse até se me fazer Palácio, e querendo V. Senhoria ajustar o aluguel das casas em que eu residia, não quis o dono delas ajustar-se por menos de um conto de réis por ano, e parecendo a V. S. e tambem a mim exorbitante êste aluguel, me mandou oferecer quatrocentos mil réis para aluguel das casas que escolhesse por ano, o que assim fiz, procurando casas em que tenho as comodidades suficientes para mim e minha família, que estão por minha conta *desde vinte-e-um de maio dêste presente ano, no qual dia já tinha despejado as casas antigas e sai delas*; peço a V.S. seja servido mandar fazer nos livros da Provedoria da Fazenda Real desta Capitania declaração disto ... Deus guarde a V.S. muitos anos etc."

2) Acudia ao nome de *José* de Tôrres Quintanilha o doador da *Chácara de Olaria*. Consta de inúmeros documentos, entre os quais: "Em nome de Deus. Amen. Saibam quantos êste publico instrumento de escritura de doação entre vivos, ou como em Direito melhor haja lugar e mais válido seja, virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e quarenta-e-nove anos aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do dito ano, nesta Leal Cidade de Mariana e Palácio Episcopal, aonde eu Tabelião ao diante nomeado fui vindo; e sendo aí apareceram presentes e outorgantes, como doador *José de Tôrres Quintanilha* e de outra o Reverendo Cônego Francisco Gomes de Sousa, como Tesoureiro eleito das obras do novo Seminário se há de fazer nesta dita cidade, e pessoas reconhecidas de mim Tabelião pelas próprias de que dou fé. E logo por êle dito doador *José de Tôrres Quintanilha* foi dito" ... (Arquivo do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte Mariana).

Como se sabe, Dom Frei Manuel entrou, a 15 de outubro de 1748, a residir, não no Palácio da Vila do Carmo, mas na casa do Pe. Simões. Mudando-se para a Olaria, ficou aquela a chamar-se *Palácio Velho*, o que está em perfeita correlação com o *Palácio Novo* da afirmação supra do Dr. Diogo.

Observações.

A casa do Padre Simões não era "a de mais capacidade" que havia na cidade.

Afirmam que era casa de somenos importância os tópicos seguintes dos *Autos*: "Também não ilide a obrigação de pagar as obras o dizer que o dono da casa tem obrigação de fazer as obras necessárias para a habitação do morador, porque, suposto isto seja disposição certa, entende-se a qualidade das casas e *não para mudar de natureza de casa ordinária para palácio* (Loc. cit. fl. 175). "Mudar de natureza de casa ordinária para palácio", por quê, se já era palácio? Não sabiam aquêles magistrados, cento e cinqüenta e seis anos antes do Dr. Diogo, não sabiam êles que fôra aquela casa o *Palácio da Vila do Carmo*, que aquela fôra a *Casa do Conde de Assumar?*

A que vem, pois, êsse *mudar de natureza*, êsse *mudar em palácio* o que palácio já era?

Mais: " ... parecendo ao muito Reverendo Doutor Governador e Procurador do Exmo. e Rvmo. Réu (*) que tinha havido engano na informação que o Rdo. Autor lhe mandou dar das ditas casas, para melhor se persuadir da verdade foi a elas *com os Doutôres Francisco Ângelo Leitão, Ouvidor de Vila Rica*, que então era juiz de fora desta cidade, e *Domingos Pinheiro*, que nela servia de *intendente da capitania* e hoje é *provedor da Fazenda Real* na mesma Vila Rica e com *outras pessoas também de crédito e autoridade*, como foram o Rdo. Doutor Domingos José Coelho Sampaio e Frei Luís de Santa Quitéria, e *examinadas as casas, acharam que, nem ainda fazendo-se-lhe o acrescentamento podiam ter os cômodos necessários para residência* do Exmo. e Revmo. Réu e sua família, *nem ficarem capazes para servirem de Palácio*, por serem também umas casas que desde o princípio se fizeram com êrro de esquadria, e esquinadas". (Liv. cit. fls. 84 e 84 verso.)

(*) O Padre Dr. Lourenço José de Queirós Coimbra, governador do Bispado, enquanto não se empossava o bispo diocesano.

Havia melhores casas na cidade.

"Provará que em virtude do dito exame, assentaram o Muito Reverendo Doutor Governador e os Doutôres Juiz e Intendente, e os Rdos. Domingos e Frei Luís que tinha havido engano na informação que o Rdo. Autor tinha mandado dar ao Exmo. e Rvmo. Réu acêrca das ditas casas, e que *era melhor procurarem-se outras* em que o Exmo. e Rvmo. Réu se hospedasse na sua chegada, *que podiam ser as do Doutor José da Silva Soares Brandão, que são novas, nobres e ficarem muito mais próximas da Catedral*, e que depois que aí estivesse o Exmo. e Rvmo. Réu faria eleição das casas que lhe parecessem melhores para seu Palácio e isto foi então o que uniformemente se assentou". (Liv. cit. 84v).

Dom Frei Manuel da Cruz, deixou-se levar para as casas do Padre Simões, por doente, e por condescendência.

Consta dos *Autos*: "Provará que o Exmo. e Rvmo. Réu chegou a esta cidade com enfermidade que adquiriu na extensíssima jornada que tinha feito por aquêles dilatados sertões da saída que fêz do Maranhão para êste novo Bispado e se hospedou nas casas oferecidas pelo Rdo. Autor, para onde o encaminharam". (Fl. 86).

Mais: "Provará que quando o Exmo. e Rvmo. Réu chegou a esta cidade achou feito o dito acrescentamento das casas e se recolheu a elas, *ainda que com muito mau cômodo* e de sua família, *sòmente para não desgostar* ao Rdo. Autor" (Liv. cit. fl. 140).

Seriam o Bispo e os que o cercavam mais exigentes do que o orgulhoso conde que vinha de seus nobilíssimos solares de Portugal?

De mais, não há nas quatrocentas-e-vinte-e duas páginas (+22) dos mencionados Autos, que se ocupam exclusivamente da casa de São Francisco (*) a mais ligeira referência à residência do Conde nesse prédio, guindado às alturas de Palácio da Vila do Carmo. E o Cônego Ribeiro, que tinha o máximo interêsse nesta afirmação, não teria deixado de alegar uma e muitas vêzes essa circunstância que valorizava e nobilitava *aquelas casas*, êle que, extravasando despeito e ódio, rompeu um dia contra a *Chácara da Olaria* nos desabridos têrmos seguintes:

(*) Houve quem, em solene prefácio, afirmasse sèriamente que Casa autos onde têm a ver com a Casa de São Francisco).

«Provará que o o Exmo. Réu, depois que se mudou para o sítio da Olaria, o mais fúnebre e mais imundo dos arrabaldes desta cidade pela qualidade de que está cercado, pois da parte da estrada, está debaixo de um monte, pela parte contrária o cinge o córrego da Olária povoado da terrível e enfadonha música dos sapos; da parte da cidade de um brejo povoado de negras e mulatas lavandeiras que atualmente estão nuas naquele exercício...?

Não há tradição dessa residência. Os que a afirmam, que afirmam essa residência, aprenderam-no na *História Antiga*, como sucedeu ao autor da *Arquidiocese de Mariana*, que repete essa história — haurida no acatado mestre — em três ou quatro lugares do seu livro, o que lhe mereceu a seguinte advertência do pranteado Calógeras: "*A História Antiga* tem muito mais de composição de amável fantasia do que de histórico. Desde sua publicação se lhe reconheceu grande valia como tentativa de reconstituição do ambiente da época; das características históricas, pròpriamente ditas, é ela falha, pois não há como verificar as fontes (que o Diogo não cita) e, em certos pontos, há interpretações positivamente inexatas. É narrativa encantadora, que leio e releio com verdadeiro prazer; mas daí a ter pêso histórico, é cousa de que duvidam muitos historiadores. Por isso sendo embora trabalho que se deve ter em assuntos dessa ordem, nem é autoridade, nem se pode consultar senão *cum grano salis*, a meio caminho, como está, entre Anais e romance histórico, e sem meios de verificação do que alega.

"Onde sua *Arquidiocese de Mariana* mostra seu valor total é na divulgação e na análise dos tesouros dos arquivos eclesiásticos da diocese e arquidiocese. Etc. etc." (Datada de 17 de julho de 1929, no arquivo particular do autor).

VII

Finalmente diz o preclaro Diogo de Vasconcelos:

> O Palácio Velho passou em 1758 à ordem Terceira da Penitência, destinado a consistório, e a domicílio dos

Reverendos Comissários, como até hoje. (*)

Também aqui há engano de data. A casa do Padre Simões foi transferida à Ordem Terceira de São Francisco por escritura de 1 de setembro de 1761. A mesa havia se decidido à sua aquisição em 5 de julho, apenas dois meses antes.

Na escritura, contra a praxe, não declara o vendedor a procedência do imóvel, naturalmente porque era seu por construção. A residência do conde nessa casa é então um saboroso anacronismo: é como o do mesmo conde querendo refugiar-se na fazenda do Conde de Linhares que iria nascer trinta e quatro anos depois.

O Padre Simões, em 1717, teria vinte e quatro anos; provàvelmente não era ainda presbítero, e estava em Roma.

A escritura de venda de sua casa à Ordem Terceira é como segue *verbo ad verbum:*

Escritura de venda à Ordem Terceira

(Livro de Notas nº 47 — fls. 326 verso até fls. 328)

Nos autos a fls. 163 e segs.

"Saibam quantos êste público Instrumento de escritura de venda virem que sendo no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e sessenta e um anos ao primeiro dia de setembro do dito ano, nesta Leal Cidade de Mariana, em casas de morada de Francisco Soares Bernardes, aonde eu Tabelião ao diante nomeado fui vindo a sendo aí estavam presentes partes avindas e ajustadas entre si, a saber, de uma, como procurador bastante do Rvdo. Vigário Colado José Simões, Manuel de Castro Guimarães, morador em Mata Cavalos, desta Cidade, e da outra, como procurador, o Alferes Clemente Pereira da Mota, como procurador geral da venerável ordem terceira de São Francisco, erecta nesta Cidade, e da outra como consentidor o Rvdo. Cônego Francisco Ribeiro da Silva, êste por haver feito despesas nas casas acima declaradas, e pelo dito procurador Manuel de Castro Guimarães me foi dito em presença das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que seu constituinte era senhor e possuidor de umas moradas de casas de sobrado que serviram de Palácio do Excelentíssimo Bispo dêste Bispado,

(*) Hoje, julho, 1904, quando estou dando prelo a *História Antiga*.

cobertas de telha, com seu quintal murado, que partem pela parte (*sic*) travessa de São Pedro e da outra parte com a praça da mesma Cidade, pela parte de baixo com casas pertencentes ao Seminário (*) desta Cidade e com quem mais deva e haja de partir e confrontar, cujas casas, na forma em que se achavam, delas em virtude dos poderes que tinha do Rvdo. seu constituinte, na forma em que se achavam as mesmas casas, fazia delas venda ao Alferes Clemente Pereira da Mota, como procurador bastante da venerável Ordem terceira de São Francisco desta Cidade em preço e quantia de dous contos e oitocentos mil réis para lhos dar e pagar na forma seguinte: quatrocentos mil réis de fatura desta a seis meses, com declaração que se a frota que se espera na cidade do Rio de Janeiro êste presente ano vier antes de se completar os dito seis meses sempre serão obrigados a fazer o dito pagamento a tempo muito conveniente de se poderem remeter na frota, o resto que são dois contos e quatrocentos mil réis em cinco pagamentos a saber, os primeiros quatro de quinhentos mil réis cada um e o último de quatrocentos mil réis, cujos pagamentos terão princípio da fatura desta a seis meses em cada ano um, seguindo-se uns anos aos outros até de todo estar satisfeita a referida dívida digo (*sic*) a referida quantia com declaração porém que de tôda a quantia acima referida sòmente pertence ao Rdo. seu constituinte dois contos de réis livres e os oitocentos mil réis, com que se perfaz a dita quantia ficam pertencendo ao dito Rdo. Cônego Francisco Ribeiro da Silva por algumas despesas que nelas fez, advertindo que o dito Rdo. Cônego Francisco Ribeiro da Silva será embolsado da parte que lhe toca nos cinco pagamentos *pro rata*, ficando livre o primeiro para o dito seu constituinte e que os foros que estiverem vencidos das ditas casas até o dia da fatura desta Escritura será obrigado a pagá-los o dito Rdo. Cônego Francisco Ribeiro da Silva e se a venerável Ordem por algum incidente os pagar será obrigado a levá-los em conta ao pagamento que lhe tocar e nesta forma disse êle outorgante procurador que em nome de seu constituinte havia por feita a dita venda na forma declarada e na pessoa do dito comprador cede e trespassa todo o domínio, jus e ação,

(*) As que foram de Ana Florinda e do Cap. Mel. Gomes Raposo.

direito e senhorio que seu constituinte tinha nas ditas casas e há o mesmo comprador por empossado das mesmas como se tomasse posse judicial pois êle dito procurador pela pessoa que representa de seu constituinte a há por dada pela cláusula *constituti* sem que em tempo algum possa reclamar esta venda por ser feita por ordem de seu constituinte como constava da procuração que me apresentou da qual seu teor é o seguinte = "Eu José Simões, vigário Colado da Igreja Matriz da Vila do Ribeirão do Carmo, hoje catedral da Cidade de Mariana, ausente *ex-causa* com licença do Prelado, e Comissário do Santo Ofício, assistente na Casa de São João e Paulo, na Congregação da Missão, no Bairro de Rilhafoles, na Cidade de Lisboa, pela presente de minha letra e sinal faço em tudo meus bastantes procuradores com poderes de substabelecer esta em um e muitos, ficando sempre em seu inteiro vigor ao Rvdo. Sr. Simão Caetano de Morais Barreto, Vigário Colado na Igreja dos Carijós, ao Sr. Manuel de Castro Guimarães e o Rvdo. Sr. Francisco Xavier da Silva, Cônego da dita Sé de Mariana, ao Rvdo. Sr. Manuel Francisco Pereira todos da dita freguesia da dita Sé de Mariana e para qualquer dos ditos Senhores possa fazer cobrança amigável ou judicial de qualquer cousa ou quantia que por alguns títulos se me devam de pessoa pública ou particular, ou Irmandade e da Fazenda Real do distrito os alugueres de minhas casas que servem de Palácio ao Exmo. Sr. Bispo, respeitando ao que eram antes do dito Senhor tomar posse dêsse seu Bispado, cobrando por cada mês vencido a quinze mil réis por mês que é por cada ano cento e oitenta mil réis, quantia em que de antes andavam alugadas, ou o que justamente se julgar se me deve pagar do dito aluguer, ficando salvo para quem tocar o que acresceu do acréscimo que, sem minha ordem e despesa de outrem se lhe fêz, e para qualquer dêstes meus procuradores possa fazer esta cobrança, qualquer requerimento para qualquer outra cobrança, e jurar em minha alma qualquer lícito juramento, assinar qualquer quitação que se lhes pedir e dar os necessários recibos, e fazer tudo o que for a bem de minha justiça lhes dou e concedo a cada um *in solidum* todos os meus poderes quanto possa em direito e pela presente revogo e hei por revogada a procuração bastante minha que deixei, quando vim, ao Rvdo. Francisco Ribeiro

da Silva, hoje Cônego da dita Sé, o qual poderá dar de sua administração por ela a qualquer dêstes meus procuradores que lhe pedir a quitação do que receber. Lisboa na dita Casa da Congregação da Missão em quatorze de maio de mil setecentos e cinqüenta e três. *José Simões.* O Doutor Inácio Ferreira de Moura, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, do Desembargo de Sua Majestade e seu Juiz de Índia e Mina e Justificações Ultramarinas faz saber aos que a presente certidão virem de justificação que por fé do Escrivão que esta subscreveu me constou ser o sinal raso e supra do Reverendo José Simões o que hei por justificado. Lisboa, quinze de maio de mil setecentos e cinqüenta e três anos // E eu João Caetano da Silva Pereira o subscrevi. Baltasar Inácio Ferreira de Moura // E logo por estar presente, como fica dito, o procurador geral da dita venerável ordem terceira o Alferes Clemente Pereira da Mota foi dito em presença das mesmas testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que êle pelas pessoas que representava e em nome de seus constituintes, declarados na procuração que também apresentava, aceitava a venda que aqui lhe era feita das casas mencionadas na forma já declarada com tôdas as condições na mesma expressadas e se obrigava êle dito e seus constituintes pelos bens da dita venerável ordem a darem e pagarem a sobredita quantia nesta já declarada no tempo e forma mencionada nesta mesma Escritura sem que possam pôr alguma dúvida a esta mesma compra nem menos oporem-se a alguma lesão e assim o certificava êle por seus constituintes pelos poderes que dos mesmos tinha, que os apresentava, e por êles desde já se dava por empossado das ditas casas na forma em que lhe era trespassado e sua cláusula *Constituti* cujos poderes fazia patente e celebrava essa compra pela procuração seguinte: O Ministro e mais Definitório da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Nosso Seráfico Patriarca São Francisco desta Cidade de Mariana pelo presente nosso Alvará de procuração bastante fazemos e constituímos a nosso Caríssimo Irmão Procurador Geral Clemente Pereira da Mota por nosso bastante procurador com livre e geral administração para que em nosso nome e da venerável ordem defender todo o direito e justiça que nos assistir em tôdas as nossas causas e demandas e dependências mo-

vidas e por mover em que formos autores ou réus em quaisquer Juízos e Tribunais e fazer todos os têrmos ainda que para sua validade se requeira especial poder demandando os nossos devedores e cobrar e receber tudo o que nos pertencer dando recibos públicos e rasos de tudo que receber que terão validade como se a Mesa os desse, jurar de calúnia ou outro lícito juramento, embargar, agravar, apelar, e tudo seguir até maior Alçada e substabelecer os poderes desta em um e muitos procuradores e revogá-los se lhe parecer ficando-lhe sempre os desta em sua fôrça e vigor e outrossim lhe damos especial poder para que em nosso nome e da venerável ordem possa comprar para ela quaisquer chãos, terras, casas e propriedades para nelas se fazer a obra da Igreja com as coisas necessárias para o cômodo da dita ordem tudo pelo preço que ajustar obrigando aos pagamentos as mesmas propriedades, os bens e rendimentos da ordem assinando em nosso nome a Escritura para segurança da compra no mesmo pagamento e tudo por êle feito haveremos por firme e valioso sôbre a obrigação dos bens e rendimentos da nossa venerável Ordem e para firmeza desta vai por nós assinada e selada com sêlo o maior. Dada e passada nesta Cidade de Mariana e Consistório dela ao primeiro dia do mês de setembro de mil setecentos e cinqüenta e um anos e eu o Padre Francisco da Cunha e Sousa, Secretário atual que a subscrevi e assinei / / José Dias Penido, Ministro / / Miguel Teixeira Guimarães / / Francisco da Cunha e Sousa, Secretário / / Paulo Rodrigues Ferreira / / Paulo de Sousa Magalhães / / Antônio Ferreira de Azevedo / / Miguel Peixoto de Araújo / / Antônio Alves Vieira / / Pedro de Almeida Faria / / Luís Lopes Martins, vigário / / e nesta forma ajustava, como com efeito ajustou a dita compra e hipotecava aos ditos pagamentos as ditas casas aqui compradas na forma declarada e logo, por estar presente o Rvdo. Cônego Francisco Ribeiro da Silva, por êle foi dito que pelo que lhe pertencia dava o seu consentimento para a dita venda por haver feito algumas despesas nas mesmas casas respectivas pertencentes a José Simões e se obrigava a não encontrar em algum tempo por se dar por satisfeito com os pagamentos que lhe eram estipulados e de como assim o disseram e outorgaram me pediram e outorgaram que nesta nota lhe lançasse o presente Instrumento estipulasse e aceitasse em no-

me dêles outorgantes a qual aceitei e estipulei em nome dêles compradores o vendedor, o dito consentente *(sic)* e de quem mais tocar possa o direito dela que depois de lhe ser lida e declarada, e dizer que estava a seu contento de que dou fé e estava a tudo presentes por testemunhas Francisco Soares Maciel e João Alves Vieira, ambos desta Cidade e reconhecidos de mim Tabelião pelos próprios de que dou fé e eu Manuel Varela da Fonseca, Tabelião, que o escrevi / / e declarou o dito vendedor procurador que sem embargo de que a procuração não dava especial poder para dita venda, contudo êle na pessoa do mesmo revalidava esta mesma venda e a havia por boa pelos bens de seu constituinte já declarado e eu Manuel Varela da Fonseca, Tabelião que escrevi / / Declaro que a outra testemunha é João Ferreira Faia e não João Alves Vieira, dito Tabelião declarei. Manuel de Castro Guimarães / / Francisco Ribeiro da Silva / / Clemente Pereira da Mota, procurador geral / / Francisco Soares Maciel / / João Ferreira Faia."

A êsse tempo o Padre José Simões, em Portugal, havia já feito doação dessa casa à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo como consta do seguinte:" ... movido de piedade e do desejo de procurar a salvação das almas, quanto lhe fôsse possível, desejava para êste piedoso fim instituir e dotar nova família de sacerdotes, que especialmente trabalhassem para se executarem êstes desejos, convindo os abundantes frutos que, assim para a santificação dos povos, como para instrução e reforma do clero nas funções sagradas, na vinha do Senhor, produzem os Sacerdotes da Congregação da Missão do Instituto de São Vicente de Paulo ..." lhes doava a Quinta da Cruz, o Casal de Restelo e "uma morada de casas na Cidade de Mariana, nas Minas do Ouro, que *hoje, com o acréscimo que se lhe fêz é Palácio* do Excelentíssimo Bispo de Minas."
(Escritura de doação de 13 de maio de 1752, no arquivo de Rilhafoles. Notícias que me comunicou o Rvmo. Pe. Bráulio de Sousa Guimarães Visitador da Congregação da Missão, em Portugal).

Tal doação se verificou de fato. No livro de têrmos da Ordem Terceira de São Francisco, ata de 1 de novembro de 1767, se lê:" ... se determinou que o Nosso Caro Irmão Síndico, do primeiro ouro que recebesse, pagasse duzentos mil réis a qualquer legítimo procurador dos Rvmos. Padres de Rilhafoles da Cidade de Lisboa, mostrando justamete o título de legítimos herdeiros ou legatários do Rdo. José Simões, vigário que foi nesta freguesia. E o irmão Secretário lançará no COPIADOR, *verbo ad verbum* a carta do Alferes Manuel Ferreira Continho, o qual, como procurador dos ditos Rdos. Padres, pediu a satisfação da dívida que se lhes deve ..."

Contudo, afirmaram, *nada impede* que o Conde de Assumar haja residido nessa casa.

Impede-o, retruco eu, alguma cousa de muito respeitável a palavra de Diogo de Vasconcelos.

O conde, afirmou o acatado mestre, habitou uma casa que:

1 — era da Câmara;

2 — foi por esta oferecida a El-Rei para residência dos governadores;

3 — tornando-se desnecessária a El-Rei, êste manda devolvê-la à Câmara;

4 — é, finalmente, vendida pela Câmara; perde todo interêsse histórico e desaparece entre as demais construcções da cidade.

Tais afirmações *não se* ajustam à Casa de São Francisco.

Tópicos dos *Autos* referentes a *Casa de São Francisco*.

Na Fl. 8: "Provará que voltando da Canavieira para esta cidade o padre Alexandre Ribeiro chegou em o mês de fevereiro de 1748, trazendo procuração do Exmo. Sr. Bispo para se tomar posse do novo Bispado, e também recomendações para se prepararem as casas do Rdo. José Simões, de quem o Rdo. Autor é procurador bastante, na forma de um risco que o dito Exmo. e Rvmo. Réu deu ao dito próprio que constava só de linhas, sem letras algumas, dizendo que S. Ex. Rvma. queria e aceitava as ditas casas pela boa comodidade do quintal e vizinhança da Catedral e que para ter nelas a comodidade necessária as acrescentassem na forma do risco que trazia..."

Fl. 15: "Provará que o Exmo. Sr. Bispo mandou ao Rdo. Autor que comprasse umas casas térreas a Ana Florinda, preta fôra, que estão por baixo das janelas do palácio (*), por não querer aquela vizinhança e *lhe tirarem as ditas casas com o seu oitão alguma vista para o campo em que* HOJE (*) *se acha o chafariz* e também umas casas do Capitão Manuel Gomes Roque, com frente para a rua e pegadas às ditas casas de Florinda ..."

De uma *Carta Régia*

Essa carta foi dirigida a Dom Frei Manuel da Cruz em data de 1 de dezembro de 1750 e nela se lê:" ... que enquanto ao Palácio Episcopal era necessário fazer-se algum conserto e juntamente pagarem-se *umas casinhas que custaram duzentas e tantas oitavas, que fôra preciso demolirem-se para o acrescentamento do tal palácio;* mas que devia eu mandar que se avaliasse e que se comprasse, porque para se fazer palácio novo, além de não haver sítio em tôda a cidade como aquele, havia de custar mais de outro tanto preço em que êste fôr avaliado, e o alugar-se também nos parecia não ser conveniente, porque como o aluguer de casas nessa cidade é exorbitante, ficaria sendo excessivo o do dito palácio; e ponderadas as vossas razões e informação que o Governador Gomes Freire de Andrade deu também sôbre êste particular, em que foi ouvido o Procurador da minha fazenda: Sou servido por resolução de nove de março do presente ano em consulta do meu Conselho Ultramarino, que se comprem essas casas e se façam essas obras que apontais, para o que encarrego um e outro ajuste ao cuidado e zêlo do dito Governador ..."

Novamente dos Autos

Fl. 88:" ... veio ordem ao Sr. General Gomes Freire de Andrade para fazer a dita compra e passando-se êste para êsse fim a esta cidade fez ir o Rdo. Autor à sua presença e entrando a capitular com êle o preço das ditas casas, pelas mesmas lhe pediu o Rdo. Autor *trinta-*

(*) Note-se que a casa do Pe. Simões ainda hoje começa a erguer-se com o fecho do palácio depois que o honrou e nobilitou a pessoa do bispo.

(*) O pleito movido a Dom Frei Manuel iniciou-se, com a intimação ao Prelado, em 30 de junho de 1754. *O hoje* do texto está revelando que em 1748 ainda não havia, no *campo*, atualmente *Praça da Independência*, o chafariz que ali fazem figurar desde muito cedo alguns escritores modernos.

mil cruzados, afirmando que pedia a dita quantia, respeitando a grande despesa que se tinha feito com as obras do acrescentamento e melhoramento das ditas casas e o Sr. General lhe ofereceu por elas *doze mil cruzados* ..."

Fl. 149: "que admirado o Sr. General de tão exorbitante preço por *tais casas feitas sem regularidade alguma*, ofereceu por elas sòmente *doze mil cruzados*, a que respondeu o Rdo. Autor que em tal caso melhor lhe seria oferecê-las a El-Rei de graça, disse o Sr. General que era escusado aquêle cumprimento do Rdo. Autor, porque El-Rei era mais rico do que êle e assim que dissesse últimamente quanto queria pelas ditas casas e persistindo o mesmo Rdo. Autor na mesma quantia de trinta mil cruzados, disse o Sr. General que não comprava as tais casas, *porque eram necessários outros trinta mil cruzados para se reformarem*, segurarem, se fazerem os mais acrescentamentos necessários e que com menos de sessenta mil cruzados se havia de fazer um palácio episcopal de pedra com regularidade e cômodos necessários, perguntando juntamente ao dito Manuel Francisco Lisboa (*) por quanto fizera o Palácio do Govêrno em Vila Rica, respondeu o dito Manuel Francisco que *quarenta mil cruzados*, e com isto se levantou o Sr. General e disse ao Exmo. Réu, junto à janela donde se vê a Casa da Intendência que o Palácio se havia de fazer no sítio da dita Casa da Intendência e que assim informaria a El-Rei na frota que estava para partir ..."

Do *Copiador* de Dom Frei Manuel da Cruz

"Carta a El-Rei - 1751 Senhor. Foi V. Majestade servido mandar ao Capitão General desta Capitania que comprasse estas casas em que resido para servirem de palácio episcopal fazendo-se nelas o consêrto necessário, o que não teve efeito, porque o dono das casas pediu por elas trinta mil cruzados, preço na verdade excessivo que, junto a despesa que necessàriamente se devia fazer no consêrto delas, ficava sendo mui exorbitante, e pareceu ao dito Governador que com menos despesa se pode fazer um palácio de pedra e cal, com regularidade e duração do que dá conta a V. Majestade.

(*) Manuel Francisco estava presente como avaliador. Encontrava-se na cidade para o assentamento do órgão da Catedral.

Eu represento a V. Majestade seja servido mandar ao Provedor da Fazenda Real que pague os alugueis destas casas desde o tempo que resido nelas até a fatura do novo palácio, pois esta mercê costuma V. Majestade fazer a todos os Bispos Ultramarinos que residem em casas alugadas. V. Majestade mandará o que fôr servido. Mariana etc."

Do mesmo Copiador

"Carta a El-Rei pelo Conselho Ultramarino — 1749 — Senhor. Foi V. Majestade servido mandar-me informar com o meu parecer se a Matriz desta Cidade é capaz de ser Catedral, fazendo-se-lhe alguma obra; e se há algumas casas suficientes de serem palácio episcopal para residência dos Bispos. Enquanto à Matriz é templo capacíssimo de ser catedral; porém como ainda não estava acabado totalmente, quando chegou a notícia da criação dêste novo Bispado e desta Cidade, se suspenderam as obras, e assim se faz preciso fazerem-se as seguintes: deve-se pagar o acrescentamento que se fêz à capela mor antes de eu chegar a esta cidade e ainda depois se continuou, e se fêz êste acrescentamento e côro para os Cônegos com aprovação do Governador e Capitão General, do que dará conta, a qual capela-mor ficou perfeitíssima e só lhe faltam cancelos que são precisos: deve-se fazer uma sacristia com os caixões necessários para os Cônegos: uma casa capitular que será de pouco custo, porque as paredes estão feitas e cobertas (*): deve-se acabar de forrar alguma parte pequena da igreja que ainda não tem fôrro, e tanto êste,

(*) O Bispo se refere à *sala* capitular que ainda atualmente serve ao Cabido, anexa à sacristia da Sé. Com relação à Casa Capitular, erradamente chamada de aljube e nèsciamente de "prisão de padres", veja-se *Arquidiocese de Mariana*, vol. 2.º *pág.* 564.

Aljube, é, propriamente, qualquer cárcere escuro, de sua etimologia árabe *al jobbe*, cisterna; no sentido, porém, em que geralmente o empregamos, significa prisão da justiça eclesiástica, cujos réus, fôssem clérigos ou leigos, eram a êle recolhidos. Em Mariana, por falta de cárcere próprio, os réus da justiça eclesiástica tinham por aljube as prisões comuns do Estado.

Mas não eram sòmente padres os réus do juízo eclesiástico. Dom Frei João da Cruz, a propósito da célebre questão dos Contados (Cf. *Arquidiocese* I-45), mandou para o aljube do Rio de Janeiro elementos de indiciados e entre êles o Sargento da Vila, Othoniel Jorge de Abreu Castelo Branco, quando ainda (porque se ordenou posteriormente), lá não foi do juízo eclesiástico e como tal estêve preso. Francisco Gomes Pereira estêve igualmente prêso pelo juízo eclesiástico a requerimento de sua noiva Ana Pais, dirigido ao Vigário Geral (Cf. *Genealogia da Zona da Carmo — Adenda*, *pág.* 6).

Dom Frei Manuel projetou a construção do aljube. Com êste fim escreveu a El-Rei, pelo Conselho Ultramarino, a carta seguinte: "Senhor. Por Provisão de V. Majestade de 5 de

como o que está feito se deve pintar, e o da capela-mor com mais alguma perfeição. A igreja é de arcos e tribunas por cima e em uma delas se há de assentar o órgão, para o que se deve fazer uma varanda: o retábulo para a capela-mor pode ficar o mesmo que é bom e está dourado, mas como êste retábulo é da Irmandade do SS. Sacramento que agora está colocado em uma *capela do Rosário*, no cruzeiro, ao lado do evangelho, cuja capela necessita de se acrescentar ao menos uma braça, e tem já retábulo perfeito, mas não dourado, me parece justo que se faça esta obra a custa da Fazenda Real. Vista a grande despesa que a Irmandade e o povo fêz com a capela-mor, o seu retábulo e toda a igreja: deve-se também fazer um pátio, a porta principal da igreja, com algumas escadas para que fique mais levantada por evitar a passagem de cargas, carros e animais: finalmente, deve-se fazer as grades e portas que faltam nas janelas da igreja e juntamente rebocá-la, caiá-la e retalhá-la, e feitas estas obras fica um templo tão majestoso que, dizem os práticos, se não fará agora com menos de duzentos-mil-cruzados.

"No que respeita ao Palácio Episcopal ... (*Do Copiador* fl. 167)

A seqüência da carta supra está transcrita noutro lugar dêste trabalho.

PADRE JOSÉ SIMÕES

(Traços biográficos)

Era do arcebispado de Braga o primeiro vigário colado (*) da Vila do Carmo. Na freguesia de São Lourenço de Calvos, concelho de

---

março de 1747 fol. V. Majestade servido haver por bem que enquanto das despesas e condenações eclesiásticas se não fizesse aljube dentro do tempo que me mandaria limitar, ou não ordenar o contrário na prisão, que os merecessem ser pelas culpas da jurisdição eclesiástica, estejam recebidos nas cadeias públicas, e os carcereiros obrigados a dar conta dêles na forma em que o fazem dos que lhe são entregues pela justiça secular. E para que com esta inteireza se administre com quietação a justiça eclesiástica se faz preciso fazer um Aljube a custa das despesas e condenações eclesiásticas e haver um Aljubeiro; peço a V. Majestade me conceda licença para que em algum chão onde estejo devoluto e não aforado possa eu fazer o tal Aljube e nomear Aljubeiro e juntamente para que, enquanto se não constrúa o dito obra, possa alugar algumas casas para servirem de Aljube. V. Majestade mandará o que lhe servido. Mariana etc. 1753".

Não foi realizado o projeto, nem se alugou a casa para Aljube.

(*) Exceção de fato. De direito, o primeiro, embora não chegasse a ser instituído canônicamente, foi o padre Francisco Ribeiro Barbas, falecido pouco depois de regularmente apresentado.

Guimarães, entre casais humildes do "lugar" dos Gêmeos, de modestos mas opulentos agricultores que respondiam aos nomes de Antônio Martins e Ana Simões, nasceu a 2 de julho de 1693 aquêle que no desdobrar dos anos viria ser o "douto e virtuoso Padre José Simões", como o qualificava Dom Jerônimo da Cunha no seu *Compêndio da vida, virtudes e milagres de São Vicente de Paulo*.

Fiéis ao melindroso dever de pais, os seus, querendo orientar bem a vocação que perceberam no filho e suspeitosos da formação deficiente que se ia já ministrando ao clero português despacharam-no para Roma.

Depois de alguns anos de residência na Capital do mundo católico, onde presumìvelmente se ordenara, veio para Lisboa. Foi então provido na paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Carmo, "nas minas de ouro", para onde partiu imediatamente. E' de 4 de agôsto de 1725 a Carta Régia que o apresentou e logo a 14 de janeiro do ano seguinte abre êle o seu primeiro registro num dos livros paroquiais da igreja que lhe foi confiada.

Trabalhavam por êle, ao que parece, poderosas influências, ou seria sua própria família de projeção e prestígio, visto como passava pouco dos trinta anos e fôra provido na igreja, talvez, mais pingue das Minas. Pouco tempo adiante, por sentença de 31 de maio de 1729, era habilitado para o cargo de comissário do Santo Ofício, em que foi provido.

Simultâneamente com o ofício de pároco, exerceu por vêzes, interinamente, as funções de Vigário da Vara, índice por onde se pode aferir sua cultura jurídico-canônica, sabido que os Vigários da Vara era juízes no fôro eclesiástico de suas respectivas comarcas (*). Cf. nota ao fim dêste parágrafo.

(*) Pelo fôro eclesiástico tramitavam ações de tôda natureza, cíveis e crimes. Processos matrimoniais, divórcios, instituições canônicas de igreja e de patrimônio, de ofícios de párocos, habilitações para ordens, oposições (concursos) a igrejas paroquiais ou a vacantes, justificações de batismo, de estado livre, tôdas estas privativas do fôro eclesiástico; testamentarias (pelo *direito de ultimação* competia à Igreja julgar e fazer cumprir os testamentos de pessoas falecidas nos meses ímpares); roubos, etc. e crimes, sempre que na causa se envolvesse pessoa ou coisa eclesiástica, v. g. o crime de um clérigo mesmo de prima Tonsura, ou a reivindicação de bens usurpados de igrejas, irmandades, etc. Causas havia de *mixti fori*, dentre o vocábulo *misti fório*. Desta espécie — a instituição de irmandades.

Da vila do Carmo mandou, mais tarde, comprar no reino a *Quinta da Cruz*, na freguesia de Farejo, que ficava muito próxima das terras do seu patrimônio.

O Padre Milon, lazarista, que também escreveu na sua *História da Congregação em Portugal* uma leve biografia do Padre Simões, diverge neste passo, ligeiramente, de Dom Jerônimo da Cunha: "A son retour en Portugal, il se rendit acquereur de la *Quinta da Cruz*, voisine de son pays natal et s'y livra au ministère des âmes. Se souvenant alors de la Congrégation de la Mission qu'il avait beaucoup connu à Rome, il installa les lazaristes dans sa maison, et demanda à être aggregé à la Congrégation".

A Quinta custara-lhe três mil cruzados, pagos ao primitivo dono Cosme Peixoto de Miranda.

Depois de quinze anos de um paroquiato, trabalhado com zêlo e fervor de um perfeito cura de almas, obteve licença de regressar à metrópole. Não renunciou, contudo, sua igreja, à qual não tornou por haver sido elevada a catedral.

Partiu da Vila do Carmo em junho de 1741. Êle havia dotado a sede de sua freguesia de uma boa residência paroquial, propriedade sua, porque os párocos, no Brasil, não tinham, como os seus colegas do reino, uma *Residência* pegada à igreja e propriedade desta.

Em Portugal aposentou-se na sua Quinta, onde erigiu uma igreja dedicada ao Senhor do Bonfim e nela estabeleceu, com fervoroso zêlo, um centro de apostolado. Ali doutrinava o povo das circunvizinhanças e lhes administrava os sacramentos. Abriu escolas e, com o auxílio de dois sobrinhos, os padres José Simões Cardoso e Diogo Simões, que viviam em sua companhia, ensinava primeiras letras e gramática a crianças pobres da região. Todos êstes trabalhos, realizava-os sem remuneração alguma.

O desejo de ampliar e perpetuar o bem que fazia sugeriu-lhe o propósito de entregar sua casa aos Padres de São Vicente de Paulo e de agregar-se, num lance de abnegação e renúncia, como cooperador, àquela Congregação, cuja benemerente ação apostólica conhecera em Roma e em Ribafoles. (Lisboa).

Por êsse tempo Dom João V manifestara ao arcebispo de Braga — Dom José de Bragança — seu parente, o desejo de que na arquidiocese se estabelecessem os filhos de São Vicente de Paulo.

Coincidentemente, o Padre Simões apresenta-se ao mesmo prelado e lhe abre os seus desígnios. O arcebispo vê na na coincidência a vontade de Deus e abraça com louvores e entusiasmo o plano providencial do piedoso sacerdote. De mais, não devia desprezar o meio fácil que se lhe oferecia de satisfazer os projetos d'El-Rei.

Escreveu o Padre Simões ao Superior de Rilhafoles, padre Antônio Simões, expondo o projeto que tão amorosamente acalentava e apresentando o pedido de padres para a sua realização. Acolhida a súplica, de Rilhafoles lhe mandaram três padres de conhecido zêlo — Leonardo Gorgônio, Superior, Manuel de Carvalho e Sebastião Mota, auxiliares.

A 28 de novembro de 1751 iniciaram o seu ministério com uma grande missão na *Casa da Cruz*, seguida de outras prègadas à roda pelas paróquias limítrofes. Estas primeiras missões lograram êxito grande e deram muita consolação ao Padre Simões. Agora com mais ternura prosseguia nas diligências, já iniciadas, para firmar em definitivo sua tão longa e tão amorosamente arquitetada fundação.

Mediante o Superior de Rilhafoles, entabularam-se negociações com o Padre Luís de Brás, Superior Geral em Paris, o qual por procuração de 10 de dezembro de 1751, outorgada ao Superior de Lisboa, aceitou a doação. Perante o notário José da Costa, vindo para êste fim de Guimarães, lavrou-se a competente escritura, na própria *Casa da Cruz*, a 13 de maio de 1752.

Constava a doação da igreja do Bonfim e da casa e quinta da Cruz. Declarava o benemérito doador, no referido documento, que "movido de piedade e do desejo de procurar a salvação das almas, quanto lhe fôsse possível, desejava para êste piedoso fim instituir e dotar nova família de sacerdotes que especialmente trabalhassem para se executarem êstes desejos, convindo os abundantes frutos que, assim para a santificação dos povos, como para a instrução e reforma do clero nas funções sagradas, na vinha do Senhor, produzem os sacerdotes da Congregação da Missão do Instituto de São Vicente de Paulo".

Além da *Quinta*, faziam parte da doação, segundo a escritura, o Casal de Restelo, na freguesia de São Paio de Vizela, que o Padre Simões comprara a Alexandre Vieira por um conto e quatrocentos mil réis e "uma morada de casas na cidade de Mariana, nas Minas do Ouro, que hoje, com o acréscimo que se lhe fêz, é Palácio do Excelentíssimo Bispo de Minas".

Para a sustentação dos missionários se comprometeu o instituidor a dar-lhes por ano cento e cinqüenta mil réis, pagáveis em três prestações de cinqüenta mil réis, reservando apenas para si e seus sobrinhos sacerdotes os aposentos que habitavam.

E ali permaneceram êle e seus sobrinhos, coadjuvando os missionários na escola e na catequese, na pregação e no confessionário.

Feita a doação, tratou o Padre Simões de a tornar firme e perpétua. Com cartas do arcebispo de Braga foi a Lisboa implorar o alvará régio. Êste sòmente veio a ser concedido a 30 de janeiro de 1756.

O arcebispo morria pouco depois, em 3 de junho, e morria também o fundador — Padre José Simões, "passados tempos", diz, sem pormenores, Dom Jerônimo da Cunha.

O texto do *Compêndio da vida de São Vicente de Paulo*, que classifica o ex-vigário da Vila do Carmo de "sacerdote muito virtuoso e douto", assevera que êle "entrou no desejo de agregar-se à Congregação". É certo que viveu seus últimos anos na Casa da Cruz e nela faleceu. Se findou congregado, ou agregado, não consta com segurança. A agregação parece provável; a admissão como membro do instituto já não o é tanto, visto como não figura seu nome nas *Notices sur les prêtres, clercs et frères défunts de la Congrégation de la Mission depuis la fondation jusqu'à la fin du XVIII siècle*, ou no *Catalogue du personnel*, que regista por ordem alfabética todos os membros da Congregação de que houve notícia. Esta omissão, contudo, não é argumento, porque, sabe-se, esta lista não é absolutamente completa, sobretudo para as províncias estrangeiras (não francesas).

Eis, em resumo, o que conseguimos apurar com relação à vida benemérita do primeiro vigário colado de Mariana. Seu paroquiato

mereceu louvores de Dom Frei Manuel da Cruz, que veio encontrar, ainda fresca na sede do bispado, a reputação que merecidamente granjeara de pastor exemplar o Padre José Simões.

A casa que foi *sempre sua* na Vila do Carmo, que se honrou com sua residência e que se nobilitou com a hospedagem por quase cinco anos do ilustre fundador da Diocese, faz jus, por êstes títulos, legítimos e mais nobres, à honra de monumento histórico e ao carinho dos que amam o passado de nossa terra.

Carta de Apresentação do Padre Simões

Dom João por Graça de Deus etc. Faço saber ao Reverendo Bispo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, do meu Conselho e nossa Ouvidoria, ao Cabido da Sé da mesma Cidade que, por estar vaga a Igreja Matriz da Vila do Ribeirão do Carmo das Minas Gerais dêsse Bispado, por falecimento do P.e Francisco Ribeiro Barbas, último possuidor que dela foi, e pela boa informação que tenho do Padre José Simões, Sacerdote do hábito de São Pedro, e da sua suficiência, vida e costumes: Hei por bem e me praz de o apresentar na dita Igreja Matriz da Vila do Ribeirão do Carmo, como com efeito o apresento, e hei por apresentado; que a servirá como convém ao serviço de Deus e bem da mesma Igreja e das almas dos seus freguezes, e vos recomendo e mando que nela o confirmeis, e passeis vossas letras de confirmação dela na forma costumada, em que se fará expressa e declarada menção de como confirmastes por virtude desta minha apresentação, para guarda e conservação do direito da dita Ordem, e com a dita Igreja haverá mantimento, salário, próis e percalços que lhe pertencerem, do que tirará alvará de mantimento pelo meu Conselho Ultramarino, e esta se cumprirá, sendo passada pela Chancelaria da Ordem e se passou por duas vias, de que esta é a primeira, e uma só haverá efeito. Luís da Silva Ribeiro a fêz em Lisboa Ocidental aos quatro dias do mês de agôsto de mil setecentos e vinte e cinco anos. Feliciano Velho Oldemberg a fêz escrever.

Rei

(Da Chancelaria da Ordem — livro 157 — fls. 408-409)

CERTIDÃO DE BATISMO DO PADRE SIMÕES

"Aos cinco dias de julho de mil seiscentos e noventa e três anos, batizei eu José de Araújo, vigário de São Lourenço de Calvos, a José, filho de Antônio Martins e de sua mulher Ana Simões, de Balteiro, e nasceu aos dous do mesmo mês: foram padrinhos Gaspar Gonçalves e Francisca Gomes, de Bacunhal, freguesia de São Paio de Vizela; fiz e assinei. O vigário José de Araújo (*Arquivo Provincial do Minho, Seção do Estado civil; livro misto nº. 2, a fls. 29 dos registros paroquiais de São Lourenço de Calvos, Concelho de Guimarães*).

PROVISÃO DE MANTIMENTO

Dom João, rei de Portugal etc. Faço saber aos que esta minha Provisão virem que, tendo respeito ao Padre Joseph Simoens, presbítero do hábito de São Pedro, estar provido pelo meu Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens na igreja matriz da Vila do Ribeirão do Carmo das Minas Gerais, bispado do Rio de Janeiro, que vagou pelo falecimento do Padre Francisco Ribeiro Barbas, último possuidor que dela foi: Hei por bem que com a dita Igreja haja o mantimento que lhe é devido e que lhe seja pago pela mesma parte e forma em que era o seu antecessor, pelo que mando ao meu governador e capitão general da Capitania das Minas e ao provedor da minha fazenda delas cumpram e guardem esta Provisão e a façam cumprir e guardar inteiramente como nela se contém, sem dúvida alguma, a qual valerá como carta, e não passará pela Chancelaria, sem embargo da Ordenação do Livro 2.º, títulos 39 e 40, em contrário. El Rei, nosso Senhor, o mandou por João Teles da Silva e o Dr. João Gomes de Azevedo, conselheiros do seu Conselho Ultramarino. Antônio de Cubelos Pereira a fêz em Lisboa Ocidental a 18 de agôsto de 1725.

Rei

PROCURAÇÃO DO PADRE JOSÉ SIMÕES

Pela presente de minha letra e sinal eu José Simoens, Vigário da Igreja Matriz desta Vila do Carmo, faço em tudo meus bastantes

procuradores, com poder de substabelecer em um e mais procuradores ao Rdo. Dr. José Ribeiro Dias, ao Dr. Manuel Ribeiro de Carvalho, ao Rdo. Dr. José de Andrade Morais, ao Rdo. Bernardo José de Matos e ao Rdo. Francisco Ribeiro da Silva para requererem em qualquer Tribunal tôda minha justiça e jurar qualquer lícito juramento que para tudo lhe dou a cada um *in solidum* todos os meus poderes reservando para mim tôda nova citação. Vila do Carmo, 14 de junho de 1741.

José Simoens

O PADRE JOSÉ SIMÕES, advogado.

"Padre José Simões — Provisão de licença para advogar nos auditórios seculares da Cidade de Lisboa, expedida em 12 de setembro de 1741 (*)".

Cónego Raymundo Trindade.

(*) Comunicação que nos fêz Frei Pacco, franciscano em 1939 do Ministério do Exterior em Portugal.

TEMAS PASTORIS NA ARTE TRADICIONAL BRASILEIRA

Tudo que a próspera Lusitânia produziu de belo alcançou sempre, indubitàvelmente, o mais grato acolhimento no Brasil. Já com os primeiros povoadores, chegaram à nova colônia os primeiros objetos de arte: simples imagens esculpidas em madeira, ou talvez apenas modeladas em barro, e umas gravuras de santos. Nas vilas, e logo depois nas cidades, como as do Salvador, e de São Sebastião, as moradas, a matriz e a câmara começaram a agrupar-se em redor de uma praça, imitando em tudo o que se havia deixado em Portugal. Mais tarde, quando vieram pouco a pouco os numerosos religiosos da Companhia de Jesus, de São Bento, do Carmo e de São Francisco, também estes construíram e enfeitaram as suas novas igrejas e os seus humildes conventos conforme o inveterado costume de sua terra natal. Já então, os próprios artistas brasileiros natos, ou recebiam suas instruções de mestres portuguêses, ou instintivamente procuravam imitar os modelos vindos do Reino. Sobrevejo a independência política, mas perduron a união cultural dos dois países.

Pretendem as presentes linhas dar uma ligeira idéia das manifestações, em terras brasileiras, da chamada arte pastoril, de que ficaram vestígios bastantes, tanto na música e na poesia, como na escultura e na pintura. Não há dúvida que também êste gênero de arte, interessado na expressão da vida e dos costumes campestres ou pastoris, veio transplantado da península ibérica, para as nossas plagas tropicais. As atuais comunicações de após-guerra, porém, são ainda tão precárias que por enquanto não permitem um estudo completo sôbre a sua origem no ultramar.

Li algures (1) que tôdas as grandes épocas de cultura, saciadas já de sua prosperidade e um tanto cansadas de seu progresso, instintivamente procuram o retôrno à vida simples da natureza, em que o homem, com todo o sossêgo, se possa entregar às ocupações tranqüilas do campo. Assim, na Grécia apareceu Teócrito, e mais tarde em Roma se fêz ouvir Virgílio, ambos desiludidos da hipercultura, e por isto, incitando a busca da felicidade humana em sua fonte original: o campo. Em meio ao fausto e às mais soberbas realizações da Renascença, manifestaram-se por sua vez, imperiosamente, desejos e nostalgias semelhantes, pela voz de Sannazaro, na sua *Arcádia;* de Boccari, em *Sacrifício;* de Tasso, na sua famosa *Aminta;* de Guarini, no seu conhecido *Pastor Fido;* de Cervantes, em *Galatéia;* e de muitos outros mais, em todos os países da Europa. Mas a época pròpriamente p a s t o r i l foi o século XVIII, êsse tempo em que o mundo vivia os seus dias mais ricos e mais alegres, mais prósperos e felizes. Realmente, o século XVIII, em que a cultura do ocidente culminou no seu último estilo, era o mais propício ao desenvolvimento da a r t e p a s t o r i l, seja na literatura ou na plástica.

"Neste século era tudo leve, passageiro, transitório, corpos e almas andavam enlouquecidos na velocidade da vida. A aparência era tudo que se pedia. Dentro das consciências estava o vácuo. A religião dera a moda da descrença, com um ceticismo elegante, que transformava a fé em espetáculo, e impunha à religião a vistosidade brilhante da ópera. Vivia a sociedade um permanente serão em Versalhes. Em volta era tudo frágil, superficial, sem duração como no cenário de um palco em récita de grande espetáculo".(2)

No Brasil, as cousas não se apresentavam bem assim. E' exato, porém, que os abastados donos de engenhos da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro começavam então a levantar em suas fazendas as primeiras casas-grandes, pequenos palácios rurais no interior de extensas propriedades feudais. As principais igrejas dos antigos centros da colônia transformavam-se realmente em salões

(1) *Der Grosse Herder.* 1937. 6. Band. Spalte 594, Idylle.
(2) Luís Cascudo: *Barcarolas parnaibanas.* Caicubeira. 1926. p. 6

dourados, com suas amplas tribunas revestidas de damasco; salões, onde a luxuosa prataria refletia os movimentos alegres dos numerosos e variados instrumentos musicais. Hoje, aquêles ricos templos do século XVIII perderam muito de seu antigo brilho; o pó enegreceu os dourados e o bicho destruiu grande parte das esculturas, mas, mesmo assim, ainda há provas da sua opulência anterior. Basta lembrar São Francisco e Carmo, na Paraíba; Carmo, Conceição dos Militares, São Francisco e a Capela Dourada, no Recife; São Francisco, Santa Teresa e São Bento, em Olinda; São Cristóvão e Penedo, em Sergipe; São Francisco e a sacristia do Carmo, na Bahia; a Sé de Mariana e as matrizes de Ouro Prêto, de Tiradentes e Sabará; e no Rio de Janeiro, as igrejas de São Bento, de São Francisco da Penitência, do Carmo (hoje Catedral), e da Ordem Terceira do Carmo. Muito mais ainda do que êstes templos, vieram a tomar feição de amplos salões de festa as igrejas novas, de formas curvilíneas, como São Francisco, Carmo e Rosário, em Ouro Prêto; São Francisco, em São João del Rei; São Pedro, em Mariana, e finalmente a igreja de São Pedro, do Rio de Janeiro, há pouco demolida.

Em meio a êsse luxo e prosperidade do século XVIII, também continuam a expandir-se com mais vigor e quase rejuvenescidas, as manifestações de a r t e p a s t o r i l. Por tradição antiga mereceram prioridade as numerosas canções populares, sobretudo nos ranchos de Natal, Ano-Bom e Reis, assim como as produções do folclore do interior nortista. E' o Padre Vasconcelos quem nos revela a predisposição dos nossos primeiros índios civilizados para o canto e a música, tal como se vê no seguinte trecho lembrado por Serafim Leite: "São afeiçoadíssimos a músicas; os que são escolhidos para cantores da igreja, prezam-se muito do ofício, e gastam os dias e as noites em aprender e ensinar outros. São destros em todos os instrumentos músicos, charamelas, frautas, trombetas, baixões, cornetas e fagotes, com êles beneficiam, em canto de órgão, vésperas, completas, missas, procissões, tão solenes como entre os Portuguêses". "A esta lista temos que acrescentar o humilde e célebre berimbau de Barnabé Telo, que tantas referências mereceu de Fernão Cardim: "Neste Colégio (do Rio de

Janeiro) tivemos o Natal (de 1584) com um presépio muito devoto, que fazia esquecer os de Portugal; e também cá N. Senhor dá as mesmas consolações, e avantajadas. O Irmão Barnabé Telo fêz a lapa, e as noites nos alegrava com seu berimbau". (3)

O que se fazia no início da civilização brasileira, não o dispensou o Brasil no fim do século XVIII: além das diversas flautas, pertenciam então ao conjunto instrumental das orquestras a charamelinha(4) e a própria gaita de foles dos pastôres.(5)

Compete, porém, ao investigador especializado rever os antigos arquivos das sés, paróquias e conventos do Brasil colonial, onde ainda se poderão encontrar muitas partituras de canto e música polifônicos do gênero pastoril. Parece que o Estado de Minas Gerais sobretudo, continua a guardar bom acervo de música do século XVIII.

Quanto à literatura, publicou a Academia Brasileira em boa hora as *Geórgicas Brasileiras* ou *Cantos sôbre coisas rústicas do Brasil de 1781*. Esta obra de alto valor histórico e etnográfico, que aparecera pela primeira vez impressa sòmente em latim, estimula o estudioso a coligir tantas espécies análogas, seja em prosa ou em verso, que ainda se conservam abandonadas e dispersas entre os vestígios do Brasil antigo. Deve-se acentuar que não só a música, senão também a poesia pastoril foi aqui introduzida, cultivada e espalhada pelos primeiros padres da Companhia de Jesus. O Padre Serafim Leite(6) diz que já em 1574 se representava em Pernambuco a primeira *Ecloga pastoril*: "No princípio do curso (2 de fevereiro?), fêz-se com muita graça, de que ficaram todos satisfeitos". E enumera:

---

(3) Pe. Serafim Leite S. I., *História da Companhia de Jesus no Brasil*. II. Lisboa, 1938, p. 104.

(4) *Diretório do Regimento de São Bento da Bahia*. Diz o manuscrito inédito, n. 261, que fr. Bento de Portugal, falecido entre 1780-1785, "tocava charamelinha, principalmente quando se cantava o *in illum dies* nas matinas do Ofício de *Magnificat* e *Benedictus*, e com tal destreza tanto ilustrou nosso côro neste tempo que os Religiosos de São Francisco, naquelas matinas mais solenes, depois que acabavam os cantores seus, punham-se nas janelas de seus celas para ouvirem a consonância que fazia a nossa dita charamelinha e as vozes dos nossos padres".

(5) Maria Luísa de Queirós Simões: *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, 1945, p. 27.

(6) *Introdução do teatro no Brasil*, in *Brotéria*. Lisboa, vol XXIV, fasc. 4, abril de 1937; reproduzido na *História da Companhia de Jesus no Brasil*. II, Lisboa, 1938, p. 599-615.

"*Ecloga pastoril* (1570) — Em Pernambuco. No recebimento do Bispo D. Antônio Barreiros, chegado em maio. Depois dos Discursos, houve "uma *ecloga pastoril*, acomodada à terra".

"*Auto pastoril* (1583) — Na Aldeia do Espírito Santo (Abrantes), no dia 2 de julho. Na primeira visita do Pe. Cristóvão de Gouveia: "Outros saíram com uma dança de escudos à portuguêsa, fazendo muitos trocados e dançando ao som da viola, pandeiro e tamboril e frauta e juntamente representavam um breve diálogo, cantando algumas cantigas pastoris. Tudo causava devoção debaixo de tais bosques, em terras estranhas, e muito mais por não se esperarem tais festas de gente tão bárbara..."

"*Diálogo pastoril* (1584) — Na mesma Aldeia do Espírito Santo, em janeiro, debaixo duma ramada. Representou-se, pelos Índios, um diálogo pastoril em língua brasílica, portuguêsa e castelhana".

"*Diálogo* (1584) — Em Pernambuco, em homenagem ao Visitador. "Os estudantes de Humanidades, que são filhos dos principais da terra, indo o Padre à sua classe, o receberam com um breve *diálogo*, boa música, tangendo e dançando muito bem, porque se prezam os pais de saberem êles esta arte".

E' interessante observar que êstes pastoris já se executavam, até em língua brasílica, logo que a Renascença italiana produziu a primeira pastoral dramática, a *Aminta*, em 1573, antes, portanto, de aparecer o *Pastor Fido*, que é de 1585.

Mais concretos e mais numerosos do que na música e na literatura, aparecem os m o t i v o s p a s t o r i s na pintura, sobretudo nos numerosos azulejos das nossas velhas igrejas.

Parece desnecessário lembrar que todos os azulejos existentes no Brasil vieram do estrangeiro: poucos da Holanda, a maior parte de Portugal (7). Convém distinguir os azulejos de cenas puramente bíblicas ou religiosas, os azulejos de assunto profano, e os azulejos de caráter simbólico. Mas existem azulejos que oferecem no mesmo painel os três elementos reunidos, às vêzes, na mais confusa ligação do sacro com o profano, de cousas cristãs com as formas do mais acentuado paganismo. Dão-nos êsses exemplares um retrato

(7) Reinaldo Guimarães: *Azulejos de fingir antigos*. 1932, pp. 65-67.

fiel da mentalidade daquele tempo. O espírito religioso de então não via nenhuma contradição em ornar as sacristias, igrejas, consistórios e claustros com azulejos de assunto puramente profano; e entre êstes, achavam-se belos quadros pastoris.

O exemplo mais frisante é constituído pelo Convento de São Francisco, da Bahia, onde se encontram quadros de azulejos de todos os gêneros, e da maior variedade. Assim, os 37 painéis de azulejos, no pavimento inferior do claustro, oferecidos por D. João V, e colocados entre 1746 e 1748, todos de grandes proporções, e de cenas mitológicas, dão ao visitante a impressão de penetrar em pleno mundo pagão (8). Já os azulejos da Via-Sacra do corredor, assentados entre 1749 e 1752, representam cenas bíblicas, e todos em forma verdadeiramente cristã. E' na sacristia que aparecem os primeiros azulejos de caráter p a s t o r i l, figurando cenas de pesca e de caça, de forma alongada horizontalmente. Os quadros mais típicos do gênero p a s t o r i l acham-se, porém, no claustro superior, onde se destacam: *Quadros de paz*, *Várias cenas* e *Paisagem animada*. A êstes idílios característicos (9), de tanta naturalidade e beleza, há que acrescentar o painel *A felicidade trazida pela agricultura*.(10)

Além de São Francisco, muitas outras igrejas da Bahia possuem azulejos que representam cenas religiosas, a vida de santos, temas alegóricos ou recreativos, tudo integrado na mais encantadora paisagem idílica. São de grande valor os graciosos painéis do salão nobre da antiga Misericórdia, assentados em 1735 (11); sendo dos mais belos, devem ser também dos mais antigos da Cidade do Salvador.(12) A igreja de Santo Antônio da Mouraria mostra os grandes quadros *Vida dos santos eremitas*, (13) assunto tão próprio para desenvolver o ambiente pastoril, como os aproveitados na Igreja da

(8) Fr. Pedro Sinzig, O. F. M.: *Igreja e Convento de São Francisco da Bahia*, 1935, p. 170.

(9) *Ibid.*, p. 266-265.

(10) *Ibid.*, p. 203.

(11) Estes azulejos foram encomendados pela Mesa em novembro de 1733, e foram executados por Manuel de Passos Dias em Lisboa; chegaram à Bahia em meado de 1735, e custaram 748$41. Archivo Torquato Daddato: *Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, 1862, p. 29.

(12) Bastar-lhe-ia Consuelo Pondé: *Relíquias da Bahia*, 1940, ps. 140 — 150. Além dos azulejos citados, êste valioso livro divulga boa seleção dos mais importantes painéis baianos.

(13) *Ibid.*, ps. 274 — 276.

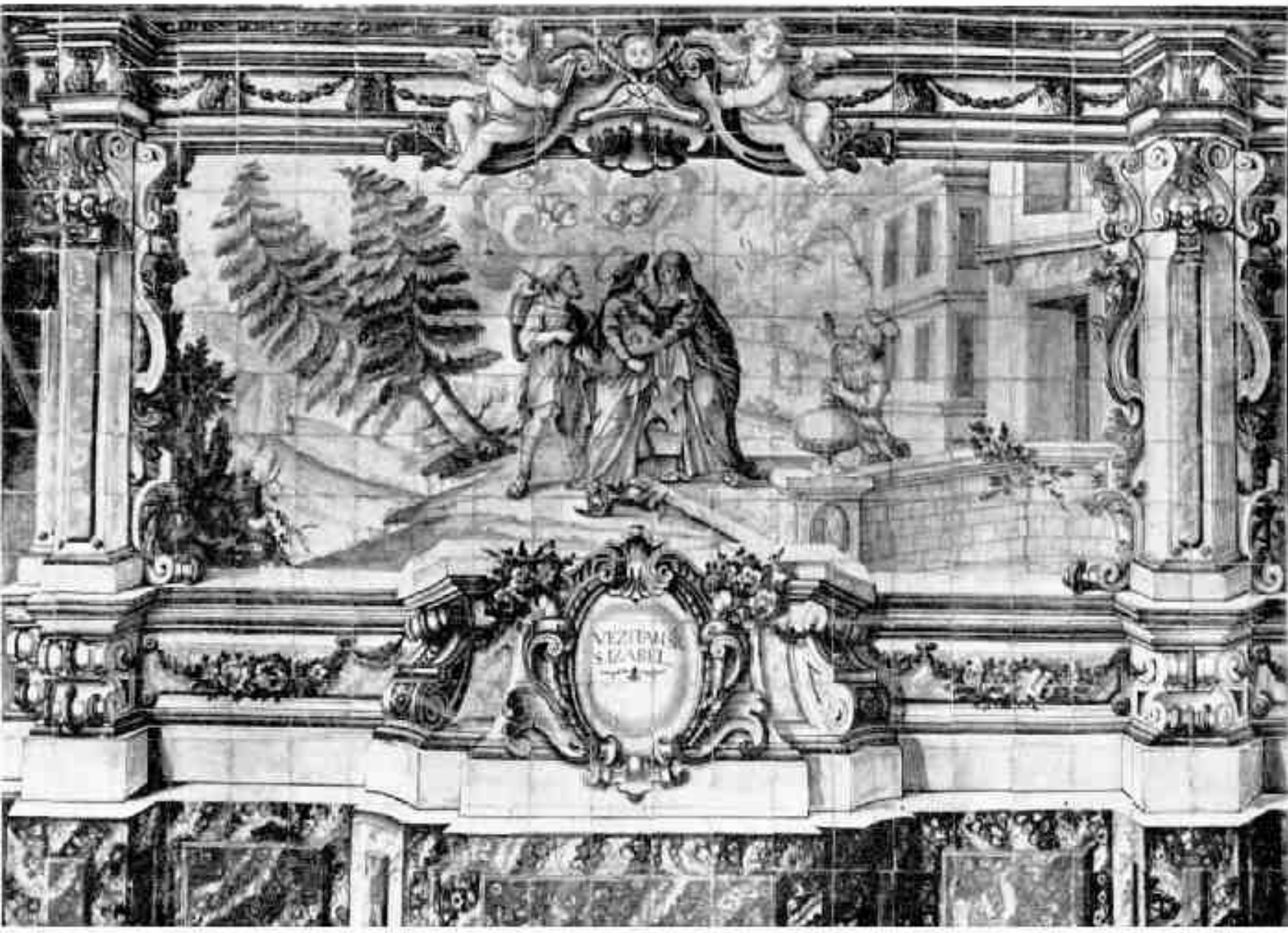


Fig. 1 — *A visita de N. S. a sua prima Izabel*. Grande painel de azulejos policromos na igreja da Saúde, cidade de Salvador

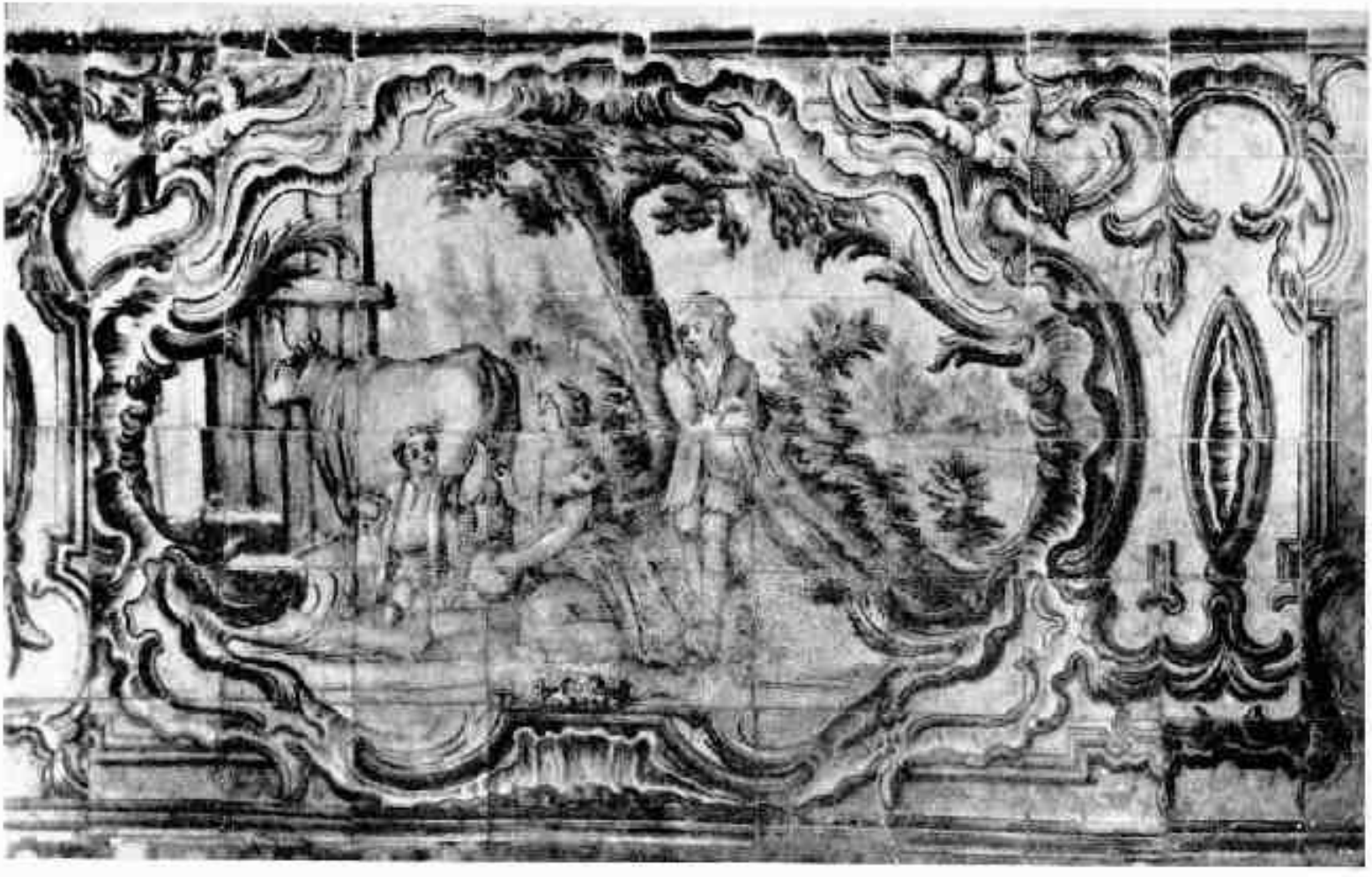


Fig. 2 — *Cena Pastoril*. Painel de azulejos do dormitório do senhor Arcebispo, no Castelo, cidade de Setúbal.

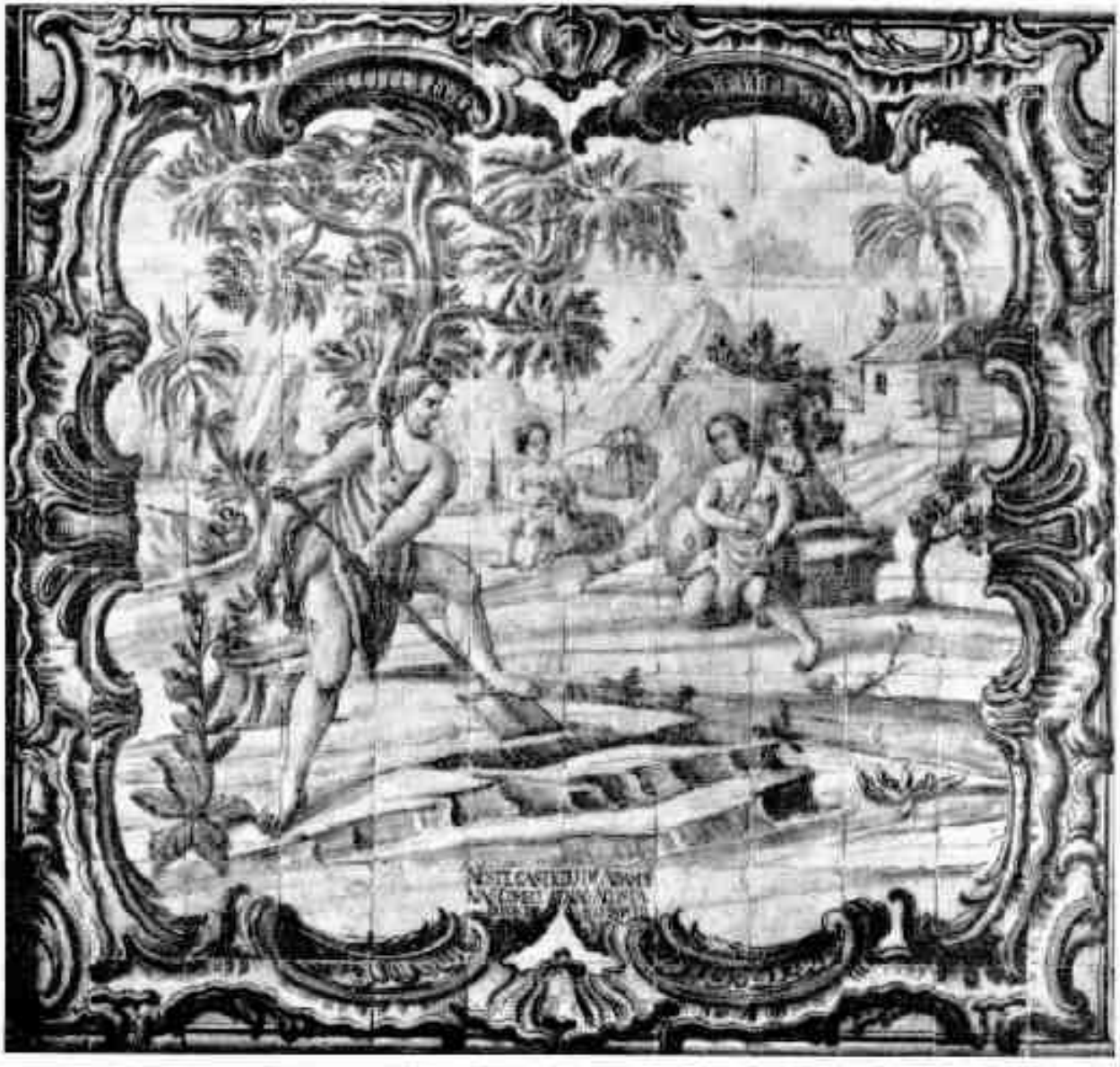


Fig. 3 — *A família de Adão*. Painel de azulejos na portaria do Convento de Santa Teresa, Rio de Janeiro.



Fig. 4 — Cena de caça. Painel de azulejos na sacristia da igreja do Convento da Ordem Terceira do Rio de Janeiro

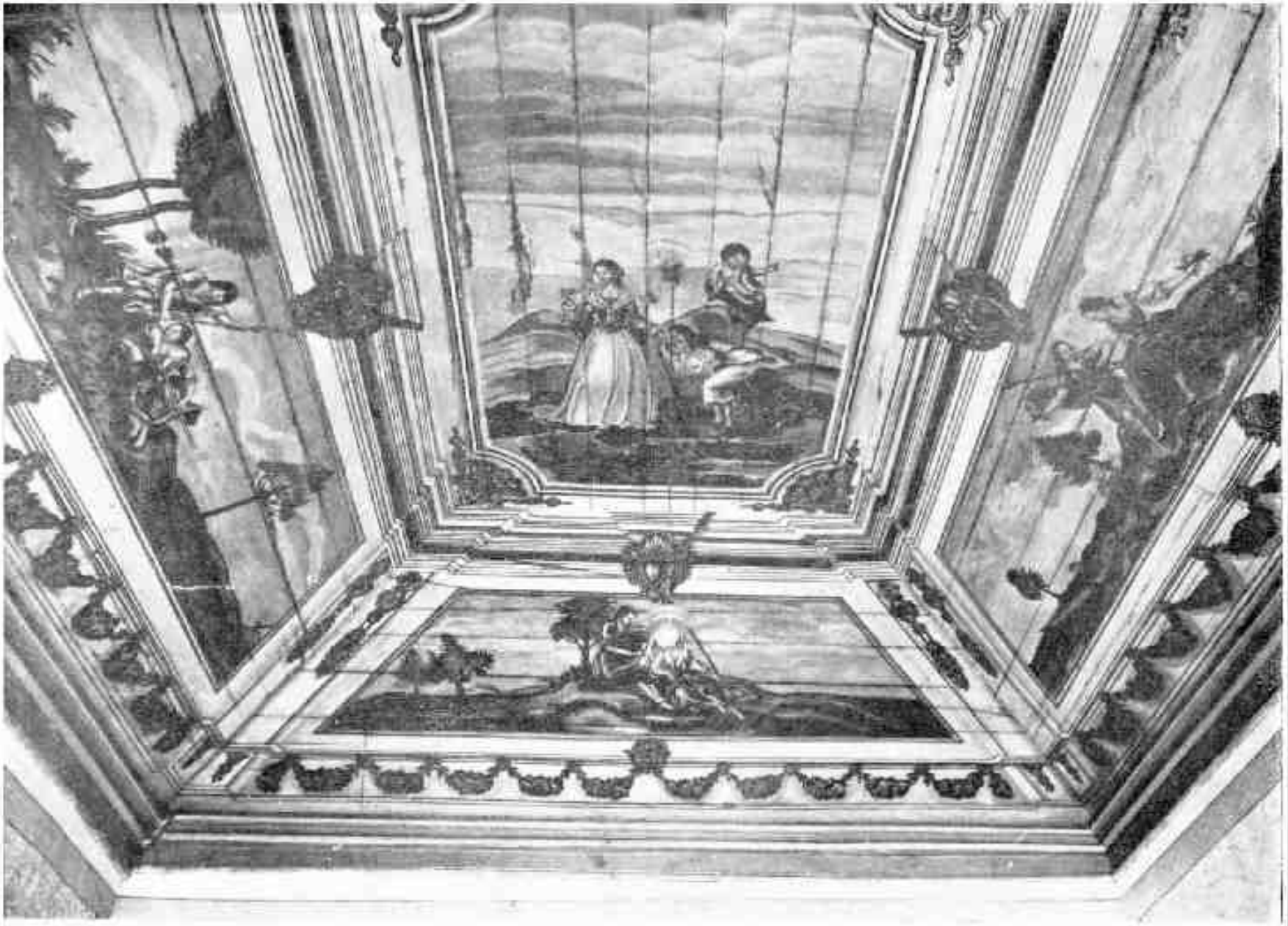


Fig. 5 — Painéis de motivos pastoris no fôro de uma antiga casa particular em Diamantina, Estado de Minas Gerais

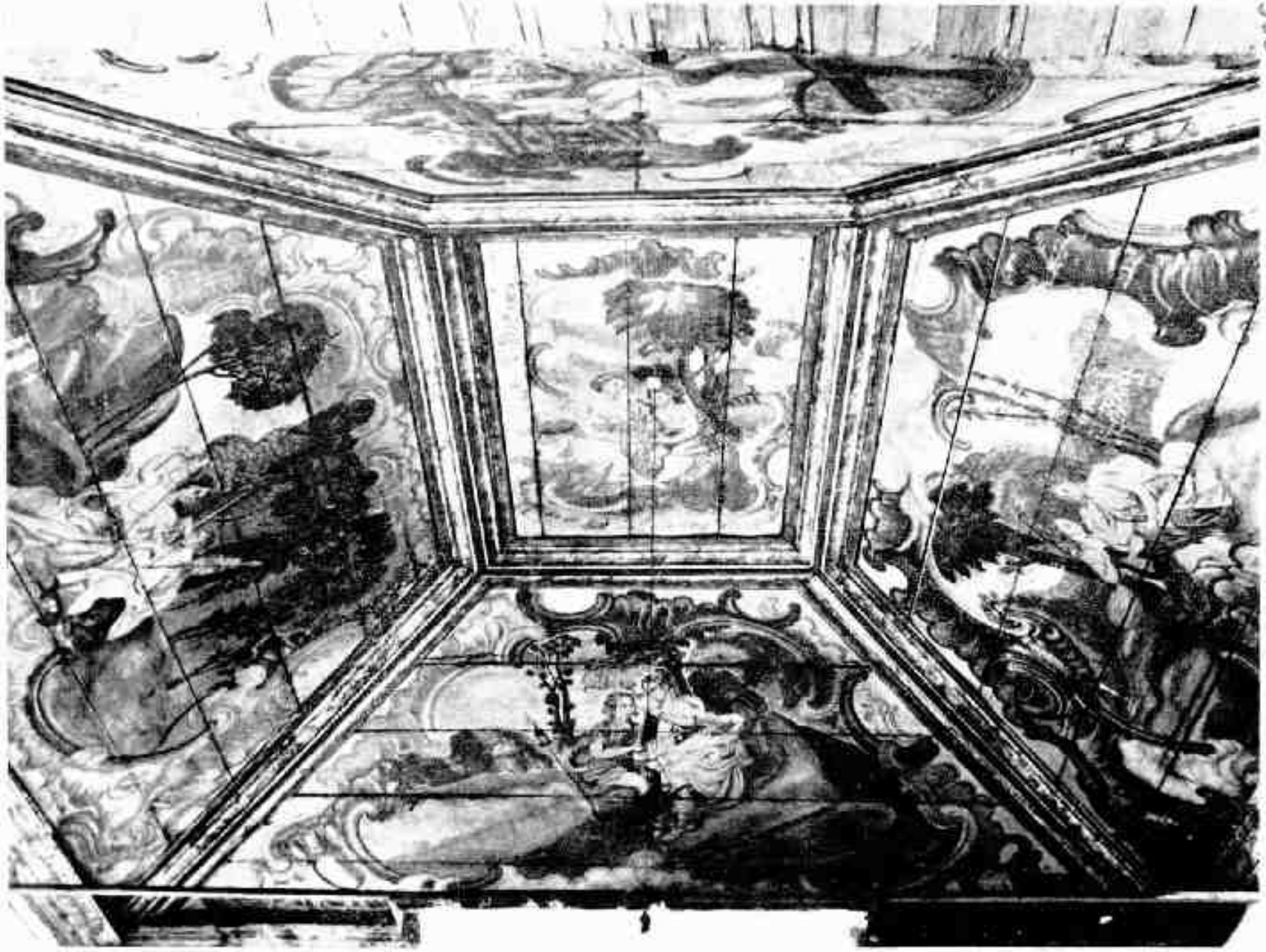


Fig. 6 — Painéis de motivos alusivos nos fins de uma artiga, casa particular em Tiradentes, Estado de Minas Gerais.



Fig. 7 — Um dos painéis do forro da mesma casa de Tiradentes



Fig. 8 — *Nossa Senhora*. Figura de presépio permanente no antigo Seminário de Belém, Cachoeira, Bahia



Fig. 8-A — São José, figura do presépio pertencente ao antigo Seminário de S. João, Cachoeira, Bahia



Fig. 9 — *Parte de Precipio* — Escultura de madeira de 24 cms. de comprido atribuida ao Aleijadinho. Egreja de S. Francisco de Assis, Ouro Preto, Minas Geraes



Fig. 9-A — *Pastor de Perrápio*. A mesma escultura de madeira (vista de perfil).



Fig. 10 — *Senão Gertrudes com o Menino Jesus*. Escultura de 161 cms. de tamanho de mestre Simão da Cunha. Igreja de S. Bento de Rio de Janeiro.

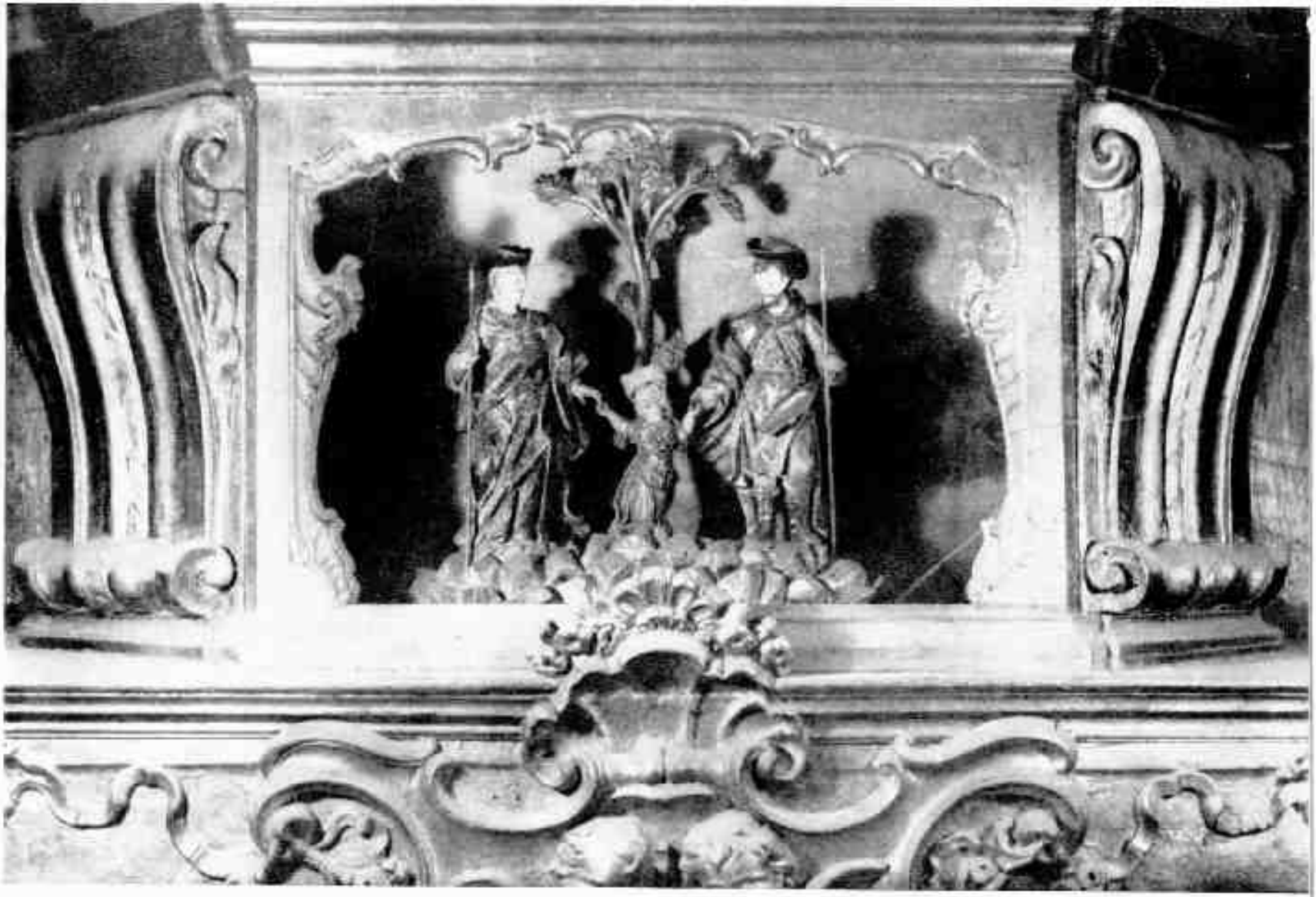


Fig. 11 — *A Sacra Família*. Nicho da ala de S. Antônio no pedestal da imagem do Santo. Igreja de S. Bento no Rio de Janeiro.



Fig. 12 — *A Sacra Família* do nicho do altar de S. Amaro, grupo esculpido em madeira, com 51 cms. de tamanho, atribuído ao mestre Simão da Cunha

Saúde; (14) a *Fuga ao Egito* e a *Visita a Santa Isabel* (fig. 1). Belos painéis pastoris, meramente recreativos, acham-se no antigo solar do Conde dos Arcos, (15) assim como no passadiço do solar abandonado do Unhão (16). Da beleza dos inúmeros azulejos do Solar Aguiar, no Canela, já demolido, apenas ficou uma pálida lembrança (fig. 12).

Encontram-se também muitos azulejos de cenas pastoris em todos os antigos centros do norte do Brasil, como na Paraíba, em Pernambuco (Recife e Olinda) e em Sergipe (São Cristóvão e Penedo). No sul do país, os azulejos são relativamente raros. Mesmo no Rio de Janeiro, afora os azulejos seiscentistas de ornamento ou tapête, do Mosteiro de São Bento, sòmente se vêem painéis dêste gênero na sacristia de Santo Antônio (17), na portaria do Convento de Santa Teresa (fig. 3) e no rico revestimento da Igreja e da sacristia (fig. 4) da Glória do Outeiro. Embora raros, os azulejos antigos da nossa capital, são porém todos êles do mais puro gênero pastoril.

Ao lado do imenso e variado tesouro de azulejos idílicos, são poucas as pinturas sôbre tela ou tábuas, que no Brasil se inspiraram em semelhantes motivos. Abstraindo do grande e valioso painel sôbre madeira, a *Adoração dos reis magos*, da antiga aldeia jesuítica de Nova Almeida, no Espírito Santo, que foi provàvelmente executado ali mesmo em 1615(18), apenas conheço quatro representações antigas e de maior vulto no Brasil inteiro: o fôrro de uma casa em Diamantina, Minas Gerais (fig. 5), de propriedade de Francisco de Sousa, e o fôrro pintado da casa de Francisco Góis, à rua do Padre Toledo, em Tiradentes, no mesmo Estado (figs. 6 e 7) e por fim os dois valiosos quadros da D i v i n a P a s t ô r a, um na Bahia (fig. 21) e outro em Sergipe (fig. 20) os quais serão ambos descritos mais adiante, sob o título respectivo.

(14) *Ibid.*, pg. 263 — 271.
(15) *Ibid.*, pg. 349 — 354
(16) *Ibid.*, pg. 339.
(17) Fr. Basílio Röwer, O. F. M.: *O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro*, 1937, estampas 33 e 34.
(18) O erudito padre Serafim Leite se ocupará mais pormenorizadamente dêste quadro no tomo V, ora no prelo, de sua importante *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Passando a examinar os exemplares de escultura que no Brasil representam motivos pastoris, cabe dar primazia aos belos e tradicionais presépios de Natal. (19) Infelizmente, também são poucas as suas figuras antigas que chegaram até os nossos dias. Entre estas, merecem o primeiro lugar as boas esculturas da igreja dos jesuítas, de Vigia do Pará (20); as imagens de Nossa Senhora e de São José, do célebre presépio de Belém, de Cachoeira, na Bahia (fig. 8); o presépio ou nascimento de São Francisco, no Convento de Santo Antônio, do Rio de Janeiro (21); e finalmente três figuras de presépio da igreja de São Francisco, em Ouro Prêto, atribuídas ao Aleijadinho (fig. 9).

Um trabalho de escultura da mais viva expressão idílica é o grupo ou retábulo da igreja de São Bento, do Rio de Janeiro, em que o Menino Jesus abraça Santa Gertrudes (fig. 10). Êsse primoroso conjunto foi executado pelo mestre escultor carioca Simão da Cunha, com o auxílio de José da Conceição, nos anos de 1734 a 1737, como prova o recibo assinado pelos dois artistas. (22) A imagem de Santa Gertrudes, a grande escritora mística medieval, tem o tamanho de 161 cm. Um pequeno chapéu, elemento típico da arte pastoril, empresta ao Menino Jesus uma graça tôda especial.

Julgo pertencer ao mesmo mestre-imaginário Simão da Cunha, que entre 1734-1776 trabalhou quase ininterruptamente no Mosteiro de São Bento, um outro grupo escultural, *A Sacra Família volta do templo* (fig. 11). Êste belo conjunto, com o seu nicho pintado no altar de Santo Amaro, ainda é mais gracioso do que o anterior. Não sei se no Brasil haverá outro trabalho semelhante a êste, de que há congêneres em Portugal. (23). As dimensões do grupo são: base, 49 cm; altura, 51 cm. Parece que essa *Sacra*

(19) Arnaldo Michaud: *Histoire de l'art*. 1924, tome VII, *L'art en Europe au XVIII siècle, seconde partie*, p. 707.

(20) Serafim Leite, *op. cit.*, IV, 1948, estampa à p. 103.

(21) Fr. Basílio Rôwer, O. F. M., *op. cit.*, estampa 9 à p. 400.

(22) Pela execução dos dois altares de Santa Gertrudes e Santa Mechtildes, do seu revestimento, dos dois grandes anjos na entrada da capela-mor, e da talha por baixo do côro, pagou o Mosteiro trezentos e sessenta e dois mil e oitocentos réis, a 21 de maio de 1737.

(23) Joaquim de Vasconcellos, *Arte religiosa em Portugal*. 1914-1916, vol. I, *Sacra Família* no Museu Regional de Aveiro.

Familia foi feita no triênio de 1770 a 1772, por ocasião da reforma do altar de Santo Amaro, quando também se colocou a urna que ainda se vê nesse mesmo altar.(64)

O *Dietário do Mosteiro de São Bento do Rio* regista mais uma interessante nota a respeito do antigo Menino Jesus da sacristia, feita pelo escultor Frei Domingos da Conceição da Silva em 1682. Diz que "o abade Fr. Lourenço da Expectação Valadares mandou fazer para o Menino Jesus um vestido de seda encarnada com bordadura de ouro, sapatos e chapéu de cetim com plumagem branca". (65).

O tradicional Convento de Santa Clara do Destêrro, na Bahia, conservou uma encantadora imagem da *Divina Pastôra* (fig. 14), que em 1936 foi oferecida à *Fundação da Divina Pastôra de Jequitibá*, mantenedora de um mosteiro e de um colégio de monges cistersienses, no município do Mundo Novo, no interior do Estado. Essa valiosa imagem, esculpida em madeira, e que ainda conserva a primitiva encarnação, representa Nossa Senhora assentada no meio de ovelhas, com ricos trajes e enfeites e um chapéu da mais delicada filigrana de prata. A imagem da Virgem tem a altura de 80 cm; o fundo em alto-relêvo esculpido, representando árvores, uma montanha e o arcanjo São Miguel tem o tamanho de 151 cm; a largura do grupo é de 91 cm. e o fundo da sua base, de 52 cm. Além do chapéu de filigrana, possui também a *Divina Pastôra* pesado chapéu de ouro.

Evidentemente, o título de *Nossa Senhora Divina Pastôra* surgiu do alegre espírito religioso-pastoril, remante na segunda metade do século XVIII. Não conheço a sua origem, nem a sua expansão em Portugal ou na Europa. (66) Entre as centenas de invocações de Nossa Senhora em Portugal e no Brasil, que fr. Agos-

(64) *Dietário do Mosteiro de São Bento do Rio*, p. 123 do manuscrito inédito.

(65) *Ibid.*, p. 131.

(66) Já havia entregue êste artigo à redação do *Revista do SPHAN*, quando li no último número do *Oriente do Sul*, ano XXIII, agôsto, 1946, págs. 69-72, órgão do Centro de Estudos Franciscanos de Petrópolis, o interessante trabalho *A Divina Pastôra*, de autoria de Frei Henrique Maria de Pirassununga, O. F. M. Cap. Segundo o mesmo esta devoção foi iniciada em Sevilha em 1703, pelo capuchinho Frei Isidoro Pro segon se na Espanha e na América Latina, sendo que em 1 de agôsto de 1795, a Congregação dos Ritos aprovou a missa e o ofício próprios da *Divina Pastôra*, cuja festa celebra-se no sábado, que precede o segundo Domingo depois da Páscoa.

tinho de Santa Maria colligiu entre 1707 a 1722, nos seus dez extensos volumes do *Santuário Mariano*, não figurava ainda o título de *Divina Pastôra*. Alberto Pimentel, ao "mencionar alguns dos templos e imagens mais notáveis e posteriores à publicação do *Santuário Mariano*" (27) também não lhe faz menção.

Nas belas artes, o tema e a representação da *Divina Pastôra* podem ser considerados como a espiritualização mais sublime à própria coroa do prolongado movimento pastoril. A denominação *Bom Pastor*,(28) certamente, já é muito antiga; e sem dúvida o seu sentido religioso se terá estendido, por analogia, à Virgem Santíssima. Assim os artistas, ou antes, o povo, com a sua arte, foi pouco a pouco revestindo com a indumentária e as feições de p a s t ô r a, pois no p r e s é p i o a Mãe de Jesus, assim como São José, aparecem vestidos como a gente de Belém; e quando são representados na fuga para o Egito, aparecem disfarçados em p a s t ô r e s.

A *Divina Pastôra*, na sua primeira representação plástica, (29) está sempre a sós com as ovelhas, tal como o *Bom Pastor*. Assim no-la mostra a bela escultura (fig. 14) do antigo Convento do Destêrro, na Bahia, hoje em Jequitibá.

Mais tarde, um artista desconhecido fêz para o altar-mor da igreja da povoação da *Divina Pastôra*, em Sergipe, a tão bela com-

(27) Alberto Pimentel: *Historia do culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, 1899, p. 299.

(28) A imagem do *Bom Pastor* constitui a mais antiga representação de Cristo, e já se encontra nas catacumbas. A sua origem está nas próprias palavras do Salvador, chamando-se a si mesmo de *Bom Pastor* (Mat. 18,12; Lucas, 15, 4-6; João, 10, 11). Geralmente, o *Bom Pastor* é um homem moço que leva um cordeiro ou uma ovelha nos ombros, ou em volta do pescoço com os atributos do pastor (*Dictionnaire de Hagiographie Chrétienne et de Liturgie*. Paris, 1927, Pasteur Bon). No Brasil, ainda hoje, encontram-se muitas estatuetas do *Bom Pastor* que obedecem quase sempre ao mesmo estilo (fig. 13), feitas de marfim, e com delicado lavor regional. O *Bom Pastor* está assentado sôbre um rochedo, tendo aos pés o jardim do paraíso, com a fonte da vida e muitos cordeiros. Na parte inferior da "redomazinha" de marfim, quase sempre se acha a gruta de Maria Madalena, a penitente. O catálogo do British Museum *Catalogue of the Ivory Carvings of The Christian Era of the British Museum*, by O. M. Dalton, M. A., London, 1909, mostra uma estatueta do *Bom Pastor* (n.º 350), não se lê a p. 117 que tais esculturas tinham muita aceitação entre os portuguêses que as disseminaram, supondo-se que eram feitas provàvelmente em Goa, já no séc. XVII. Além de muitos exemplares que coleccionam não particulares, possui o Museu Histórico do Rio uma apreciável colecção de mais de dois dúzias dessas estatuetas de marfim.

(29) Diogo de Macedo: *Em redor dos presépios portuguêses*, Lisboa, 1940, Figura 31.

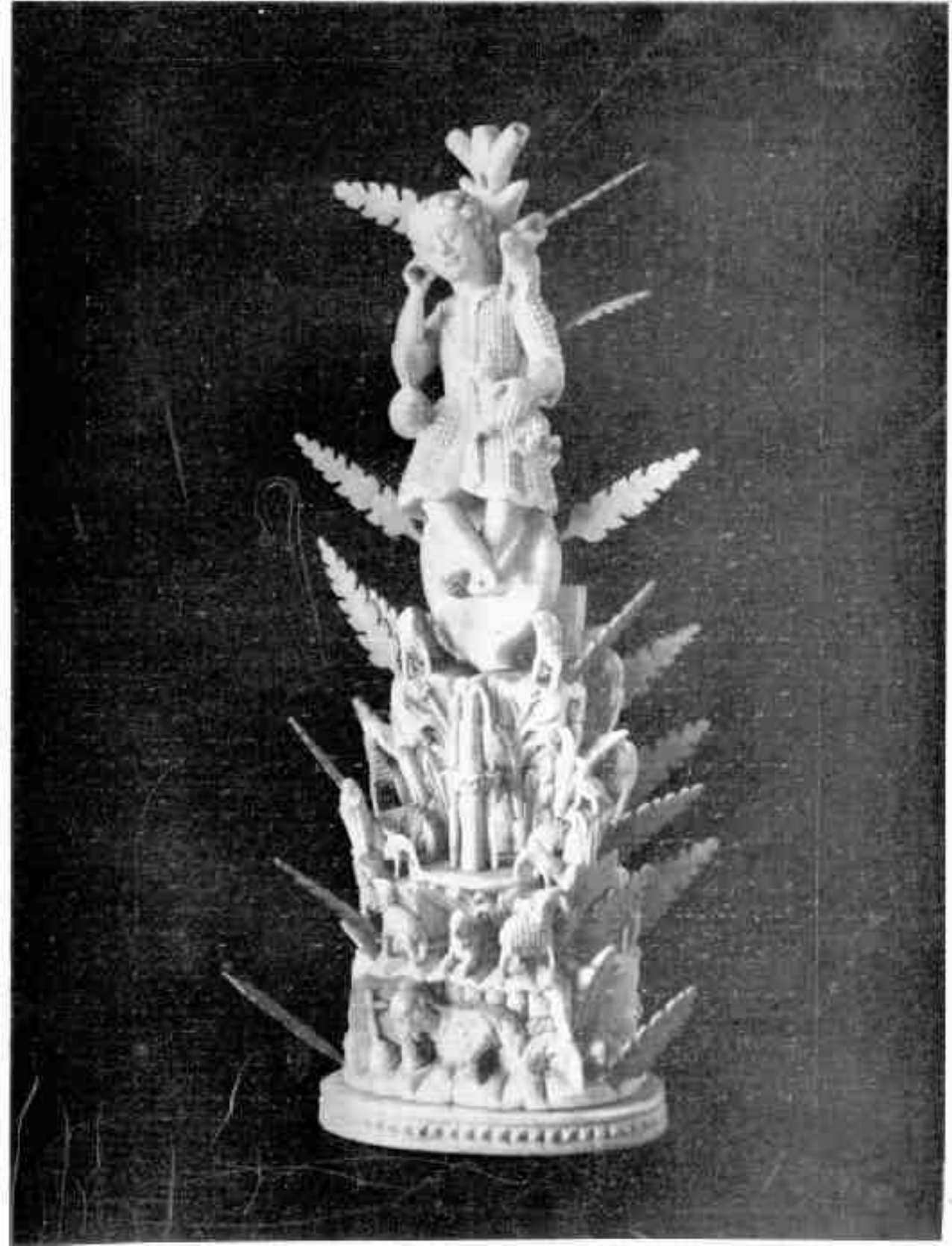




Fig. 14 — *Divina Pastora*. Escultura em madeira, de 151 cms. de altura, do Convento de Descalços de Santo Antônio de Igaraçu em Jaguaribe.



Fig. 16 — *A Divina Paciência*. Escultura em madeira no altar-mor da matriz de Divina Pastora, em Sergipe



Fig. 17 — *A Batalha Naval*. Outro aspecto da fig. 16



Fig. 18 — Fachada principal da matriz da Divina Pastora em Sergipe

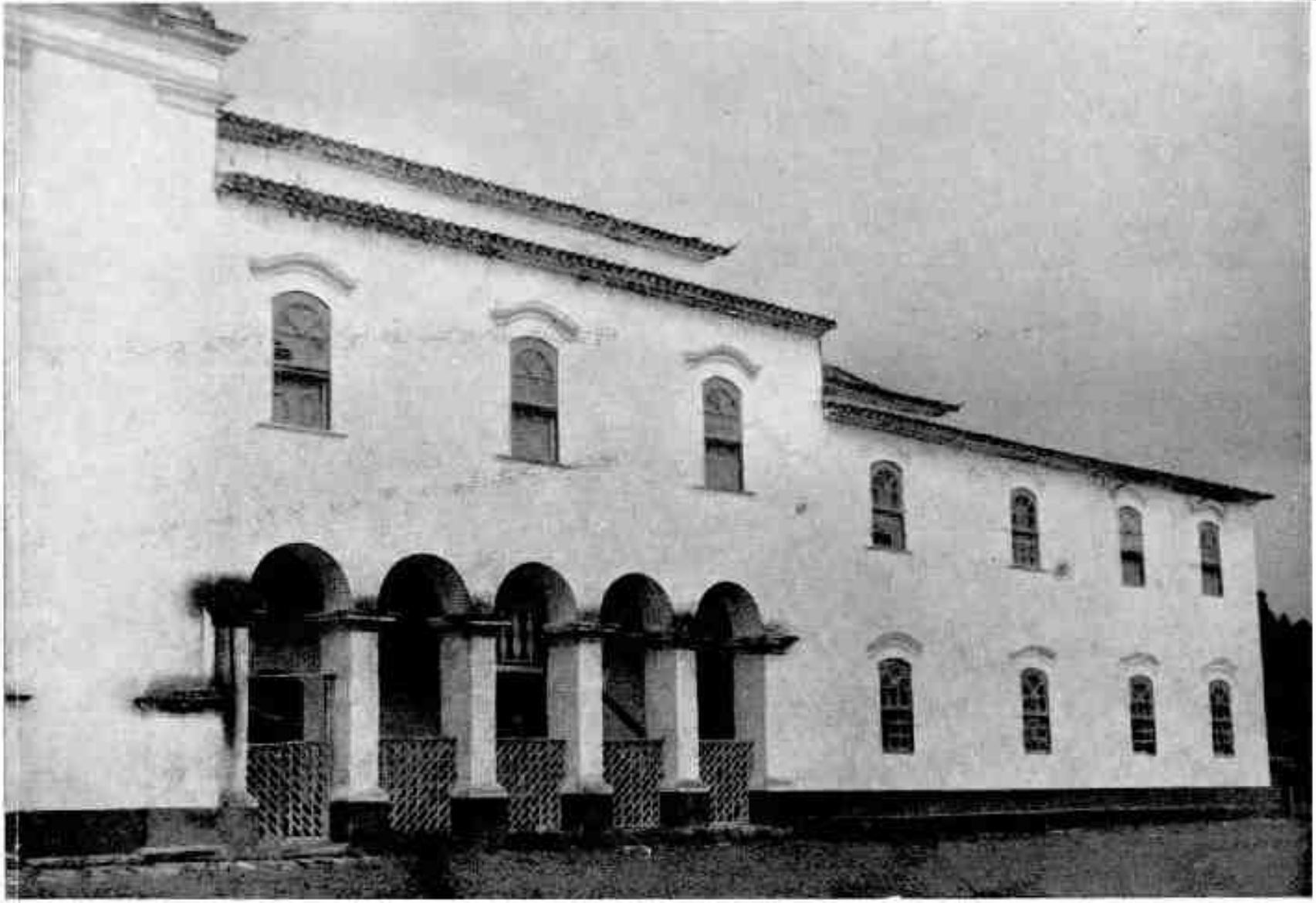


Fig. 19 — Fachada lateral da matriz do Divino Pastôr em Sergipe



Fig. 20 — *A Divina Pastora*. Grande painel no fundo da nave da nascente do Divino Pastôr em Sernige. Último trabalho de José Teixeira de Jesus



Fig. 21 — *A Dôres Perdôes*. Téla de 1,29×97 cents. de Agostinho de Jesus Maria. Mosteiros de S. Bento da cidade do Salvador.



Fig. 22 — *A Bíblia Pauliera*. Grande alvéolo do Claustro Pentinati. Casa de campo do Barão de Saavedra, em Corrêas. Estado do Rio.



Fig. 51 — *A Última Pintura*. Detalhe do grande afresco de Clotilde Portinari

posição da *Divina Pastôra*, que já apresenta no colo o Menino Jesus como parte integrante da escultura (figs. 16 e 17). (30).

Apesar de seus esforços, o ilustre historiador sergipano Prof. Dr. José Calasãs até agora não conseguiu qualquer informação sôbre a origem da devoção, da igreja e da própria vila da *Divina Pastôra*. Os *Apontamentos* de Moreira Pinto consignam: "DIVINA PASTÔRA — Vila e Município do Estado de Sergipe na comarca do Riachuelo, atravessado pelo rio Sergipe; Orago Nossa Senhora e Diocese de São Salvador. Foi criada paróquia pela Lei Provincial de 31 de maio de 1833, e elevada à categoria de vila pelo art. II da de 12 de março de 1836; incorporada à comarca do Riachuelo pelo art. I da lei Provincial nº. 1.239, de 5 de maio de 1882. Grande lavoura de cana, etc". (31)

Penso que a origem da invocação e da própria vila estaria talvez ligada a alguma antiga fazenda, ou antes, algum engenho de açúcar. (32) A respeito de sua majestosa igreja matriz, o Dr. José de Sousa Reis, técnico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tomou em 1939 as seguintes notas:

> "A igreja está localizada num dos lados maiores de uma ampla praça cercada de construções baixas e de aspecto agradável. No exterior, notam-se elementos de interêsse, tais como o frontão, o portal de pedra e as tôrres bem proporcionadas e adornadas com coruchéus (fig. 18). No interior, destaca-se o fôrro da nave, que é talvez o melhor trabalho de José Teófilo de Jesus. O painel central representa a *Divina Pastôra* (fig. 20). Pintura de côres vivas, alegres. José Teófilo pintou também o fôrro em baixo do côro. Nas tribunas, há grades de madeira trançada e balaustres recortados. O arco cruzeiro é de madeira.

(30) A pequena imagem do *Menino Jesus*, que últimamente se colocou junto à da *Divina Pastôra*, o que se vê reproduzida em gravura a "sanctórios", é obra moderna, estranha, portanto à composição original.

(31) Augusto Moreira Pinto: *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil*. I-P. Rio, Imprensa Nacional, 1894, p. 649.

(32) Na *Memória sôbre a capitania de Sergipe*, do padre e depois bispo do Maranhão Marcos Antônio de Sousa (1808), não há ainda qualquer informação sôbre a povoação ou igreja da Divina Pastôra.

Uma grade recortada e entalhada separa a nave da capela-mor. Há um lampadário de prata nesta capela.

O altar-mor (fig. 15) e os dois laterais têm bom aspecto, mas encontram-se impròpriamente pintados. Os frontais dos três altares são recentes e de péssimo gôsto.

A imagem da *Divina Pastôra* está dentro de uma maquineta. Apresenta-se num conjunto com anjos, cordeirinhos, árvores, etc. Tudo bem conservado.

A sacristia tem piso de lajes grandes, de pedra amarela. No teto, pintado por José Teófilo, destaca-se o painel central, com figuras. Notam-se ainda na sacristia: pia de mármore, cômoda com altar e imagens antigas".

Além da maravilhosa escultura da *Divina Pastôra* (figs. 16, 17), no nicho do altar-mor, merece particular menção a grande pintura do fôrro da nave (fig. 20), já pelo assunto todo especial, já por ser, no gênero um dos trabalhos mais esmerados que se fizeram no Brasil, já, finalmente, pela circunstância de que foi o último trabalho do exímio e piedoso pintor baiano José Teófilo de Jesus. E assim que, ao fazer a pintura do teto da *Divina Pastôra*, o velho artista, quase octogenário, por infeliz descuido sofreu uma queda do andaime em que trabalhava, e em conseqüência, já de volta à cidade do Salvador, faleceu aos 19 de julho de 1847.(8)

A última representação antiga da *Divina Pastôra* que conheço no Brasil é a encantadora tela de 129 por 97 cm. feita pelo artista baiano Agostinho de Jesus Maria(9) para o Mosteiro de São Bento, da Bahia (fig. 21) Esta boa pintura também apresenta a *Divina Pastôra* com o seu divino Filho (10); a composição obedece à das duas esculturas e do painel do fôrro da igreja da Divina Pastôra, em Sergipe. Muito estragada, passou a tela em 1935, por uma restauração feita pelo irmão Paulo Lachenmayer.

Com o tema da *Divina Pastôra* termina, pode-se dizer, o fecundo ciclo pastoril nas nossas belas artes. Aquelas risonhas mani-

(8) Manuel Raimundo Querino, *Artistas baianos*, Rio, 1909, págs. 37-42.
(9) *Ibid.*, p. 59.
(10) Edgard de Cerqueira Falcão, *op. cit.* p. 77.

festações de um tempo feliz e de um gênero alegre deixaram grandes saudades até o dia de hoje. Prova disto fornece o grande afresco da *Divina Pastôra* (figs. 22 e 23) executado últimamente na moderna residência de campo do Barão de Saavedra, em Correias, no Estado do Rio de Janeiro, pelo nosso afamado pintor contemporâneo Cândido Portinari.

Dom Clemente Maria da Silva Nigra, O. S. B.

1947
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

IMPRENSA NACIONAL – RIO